



CAIO CÉSAR DA SILVA GUERRA

“MAIS VALE UM ANO DE LEÃO QUE CEM ANOS DE CORDEIRO”:
TRAJETÓRIAS DOS METALÚRGICOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (1956-1990)

CAMPINAS

2015

i



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CAIO CÉSAR DA SILVA GUERRA

“MAIS VALE UM ANO DE LEÃO QUE CEM ANOS DE CORDEIRO”:
TRAJETÓRIAS DOS METALÚRGICOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (1956-1990)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, para
obtenção de título de Mestre em História, na
Área de Concentração História Social

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Henrique de
Moraes Batalha

Este exemplar corresponde à versão final
da dissertação, defendida pelo aluno Caio
César da Silva Guerra, orientado pelo
Prof. Dr. Cláudio Henrique de Moraes
Batalha e aprovada no dia 26/03/2015.

CAMPINAS

2015

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

G937m Guerra, Caio César da Silva, 1986-
"Mais vale um ano de leão que cem anos de cordeiro" : trajetórias dos metalúrgicos de São José dos Campos (1956-1990) / Caio César da Silva Guerra. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Cláudio Henrique de Moraes Batalha.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Partido dos Trabalhadores (Brasil). 2. Trabalhadores - São José dos Campos (SP) - 1956-1990. 3. Greves e lockouts - Metalúrgicos. 4. Sindicalismo. I. Batalha, Cláudio Henrique de Moraes, 1957-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The history of the metalworkers of São José dos Campos, Brazil (1956-1990)

Palavras-chave em inglês:

Partido dos Trabalhadores (Brazil)
Workers - Sao Jose dos Campos (SP) - 1956-1990
Strikes and lockouts - Metalworkers
Unionism

Área de concentração: História Social

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora:

Cláudio Henrique de Moraes Batalha [Orientador]
Angela Maria Carneiro Araújo
Murilo Leal Pereira Neto

Data de defesa: 26-03-2015

Programa de Pós-Graduação: História



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 26 de março de 2015, considerou o candidato CAIO CÉSAR DA SILVA GUERRA aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Claudio Henrique De Moraes Batalha

A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is stylized and appears to be "C. H. M. Batalha".

Profa. Dra. Angela Maria Carneiro Araujo

A handwritten signature in blue ink, written over a horizontal line. The signature is "Angela Maria Carneiro Araujo".

Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto

A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is "Murilo Leal Pereira Neto".

RESUMO

A historiografia do trabalho tem analisado a relação entre o “velho” e o “novo” sindicalismo há pelo menos duas décadas, relativizando a ideia de ruptura total entre o movimento sindical do pré-1964 e aquele que teria surgido no final dos anos 1970, especialmente no que diz respeito a suas estratégias de organização e de luta. Esses historiadores têm demonstrado a existência de significativas continuidades entre um momento e outro do sindicalismo brasileiro e desconstruído a imagem negativa sobre o “velho” sindicalismo, em grande medida, associada a seu vínculo com o PCB e às disputas políticas no campo da esquerda durante os anos 1980. Essas análises trataram, sobretudo, dos casos de São Paulo, do ABC e do Rio de Janeiro, mas, em geral, pouco se dedicaram ao período do chamado “novo sindicalismo” e/ou ao caso de categorias de trabalhadores fora de seu epicentro e caso paradigmático, o ABC.

Com o objetivo central de compreender a singularidade do chamado “novo sindicalismo” no caso dos metalúrgicos de São José dos Campos, este trabalho investigou as trajetórias, formas de organização e de luta dessa categoria entre meados dos anos 1950 e o final da década de 1980. Esses trabalhadores foram protagonistas de uma importante greve em março de 1979, que transformou consideravelmente a história de seu sindicato, até então dirigido pelos chamados “pelegos”. Durante os anos 1980, ao contrário das décadas anteriores, ondas grevistas tomaram as fábricas metalúrgicas e os trabalhadores empregaram repetidamente a tática de ocupação dos locais de trabalho até concretizarem suas reivindicações. Além das particularidades desse sindicalismo, investigou-se a atuação de organizações de esquerda entre os metalúrgicos da cidade e suas disputas pelo sindicato, notadamente entre a Articulação e a Convergência Socialista (CS), então correntes internas ao Partido dos Trabalhadores (PT). Buscou-se, finalmente, compreender como se tornou possível a vitória da CS nessa disputa contra o grupo majoritário de um PT que crescia substancialmente na sociedade brasileira. Essa vitória pode ser considerada o início da hegemonia da CS – posteriormente Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – na direção do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São José dos Campos e Região.

Palavras-chave: Classe operária; Greves; Metalúrgicos; Sindicalismo; Esquerdas.

ABSTRACT

Labor historiography has analyzed the relations between “old” and “new” unionism for at least two decades and has put in question the idea of a complete rupture setting apart the union movement before the 1964 military coup and the one emerging in the late 1970’s, above all concerning its strategies of organization and striking. Those historians have showed significant continuities among these two moments in Brazilian unionism and have contested the negative image of the “old” unionism, often related to its connection with Brazilian Communist Party (PCB) and the political disputes in the left wing during the 1980’s. However, those analyses focused, above all, the case studies of São Paulo, ABC, Rio de Janeiro and didn’t pay the same attention to the so called “new” unionism period and/or the working branches out of its epicenter and paradigmatic case, the ABC.

In order to understand the singularity of the so called “new unionism” in the case of the metalworkers of São José dos Campos, this dissertation has explored its’ trajectories, forms of organizing and striking between the middle 1950’s and the end of the 1980’s. These workers were the actors of an important strike in March 1979, which transformed considerably its’ union history, until then heads by the so called “pelegos”. During the 1980’s, contrasting with the previous decades, striking waves took control of the plants as this workers used repeatedly the workplace’s occupation tactic until their demands were complied. Beyond these peculiarities, this work examined the left wing organization’s roll among the metalworkers and its contest for the union, mostly opposing two factions inside the Worker’s Party (PT): Articulation and Socialist Convergence (CS). Finally, it was also inquired how CS has won this dispute against the major group in a PT that was growing substantially in Brazilian society. This victory may be considered the beginning of CS’s hegemony – afterwards the Unified Workers’ Socialist Party (PSTU) – on the lead of the Metalworkers Union of São José dos Campos (SMSJR).

Keywords: Working class, Strikes, Metalworkers, Unionism; Left.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1	
O Vale: crescimento industrial, urbanização e migração.....	13
CAPÍTULO 2	
O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (1956-1979).....	33
CAPÍTULO 3	
“Mais vale um ano de leão que cem anos de cordeiro”: A greve dos metalúrgicos, março de 1979.....	69
CAPÍTULO 4	
O “facão faz o peão em pedaço”: Crise, desemprego e ocupações de fábrica (1981-1984).....	101
CAPÍTULO 5	
Nem “carneirinhos”, nem “mineirada”: A greve dos operários da General Motors.....	139
CAPÍTULO 6	
“Eles ainda estão no século XIX”: A hegemonia da Convergência Socialista no SMSJR.....	201
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	233
FONTES.....	259
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	261

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os meus familiares, especialmente aos meus pais, Osvaldo e Magnolia, pelo amor incondicional, apoio irrestrito e incentivo constante para que essa dissertação se concretizasse. À minha irmã, Jaque, pelo companheirismo e a amizade.

Agradeço ao meu orientador, Cláudio Batalha, pela confiança, e aos membros das bancas de qualificação e de defesa, Michael Hall, Angela Araújo e Murilo Leal, pelo debate, pelas críticas e sugestões pertinentes. Também a Fernando Teixeira da Silva, Sílvia Lara, Robert Slenes e Sidney Chalhoub pelos valorosos ensinamentos na graduação e pós-graduação. À CAPES pelo auxílio à pesquisa. Aos trabalhadores da Unicamp e dos arquivos onde pesquisei, pela gentileza e disposição em ajudar. Ao Júnior, assessor do Sindicato dos Metalúrgicos de São José e Região, por ter possibilitado o acesso à documentação dessa entidade.

Agradeço aos meus amigos: Kio – que me abrigou tantas vezes durante as minhas visitas aos arquivos em São Paulo – Juê, Bryan Faustino, Sarah Helena, Karis, Tassi, “Caju”, por dividirem experiências e crescerem comigo durante tantos anos. A Sílvia Luiz, Dayane Rodrigues, André Costa, Sapo, Daniel Barreto. Um agradecimento especial a Gláucia Fraccaro – cujo incentivo e ajuda foram cruciais para que eu escrevesse o projeto de pesquisa que originou essa dissertação – e a Andrei Campanini – pela companhia no mestrado e a prontidão em ajudar quando precisei resolver problemas em Campinas. Agradeço ainda aos amigos que fiz em meus dias na Unicamp: Joãozinho, Narão, Karen, Thomaz, Tira, Tessy, Lalo, Laura, Paula, Gui, Rose, Thamires Regina, Otávio, Luma, Sarah Fransciscangelis, Vini, Larissa, Pri, Caru, Juju, Paty, Barison, Mariama, Miguelito, Lucão, Bussunda. Aos amigos da história 06: Nati, Gabi, Batata, Arthur, Rodolfo, Xanda, Du, Joice, Daniel, Michelly, Careca, Clariana. À Sandrinha e ao Fred.

Um axé aos amigos do Maracatu Quilôa e aos remadores da Canoa Caiçara. Saudações aos professores do estado de São Paulo, companheiros na luta por dignidade, valorização e pela qualidade da educação.

Finalmente, agradeço à Rani, minha companheira, por todo o amor, carinho, compreensão e cumplicidade.

LISTA DE SIGLAS

ACE: Acordo Coletivo Especial
ACO: Ação Católica Operária
AJS: Alicerce da Juventude Socialista
ANFAVEA: Associação Nacional de Fabricantes de Veículos
ARENA: Aliança Renovadora Nacional
BNH: Banco Nacional de Habitação
CEB: Comunidade Eclesial de Base
CECOSE-VP: Centro Comunitário de Segurança da Vale do Paraíba
CGG: comando central de greve
CIE: Centro de Inteligência do Exército
CIESP: Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CIPA: Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLT: Consolidação das Leis do Trabalho
CNI: Confederação Nacional da Indústria
CONCLAT: Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras
CPA: Comando de Policiamento da Área
CS: Convergência Socialista
CSN: Companhia Siderúrgica Nacional
CTA: Centro Técnico Aeroespacial
CUT: Central Única dos Trabalhadores
DEOPS: Departamento de Ordem Política e Social
EFCB: Estrada de Ferro Central do Brasil
EMBRAER: Empresa Brasileira Aeronáutica
FAB: Força Aérea Brasileira
FADE: Fundo de Apoio aos Desempregados
FEM-CUT: Federação dos Metalúrgicos da CUT
FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIESP: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FITIM: Federação Internacional dos Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas
FMSP: Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo
GM: General Motors
INPE: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ITA: Instituto Tecnológico da Aeronáutica
LO: Liga Operária
MAFERSA: Material Ferroviário S/A
MDB: Movimento Democrático Brasileiro

MR8: Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MSD: Movimento Sindical Democrático
MTIC: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
MVA: Montagem de Veículos Automotores
PAEG: Plano de Ação Econômica do Governo
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PCdoB: Partido Comunista do Brasil
PDS: Partido Democrático Social
PDT: Partido Democrático Trabalhista
PJ: Pastoral da Juventude
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PO: Pastoral Operária
PST: Partido Socialista dos Trabalhadores
PSTU: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT: Partido dos Trabalhadores
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
SAB: Sociedade Amigos do Bairro
SMSA: Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André
SMSBD: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema
SMSJR: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São José dos Campos
SNI: Serviço Nacional de Inteligência
STSJC: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de São José dos Campos
TRT: Tribunal Regional do Trabalho
UFO: União Fraternal Operária
UJES: União Joseense dos Estudantes Secundaristas
UST: União Sindical dos Trabalhadores

INTRODUÇÃO

Desde as greves de Osasco e Contagem, em 1968, a ideia de uma ruptura com a concepção e prática sindicais que teriam vigorado até 1964 esteve presente no discurso dos próprios dirigentes sindicais e também no âmbito da produção acadêmica. Em 1972, Francisco Weffort sinalizou a novidade das greves de 1968 em relação ao sindicalismo dito “populista”, chamando atenção para os “embriões de organização sindical autônoma pela base da classe operária”, as comissões de fábrica. A volta à cena do operariado a partir de 1978 despertou o interesse de diversos pesquisadores em relação aos metalúrgicos do ABC paulista, epicentro das massivas greves da categoria entre o final dos anos 1970 e o início da década de 1980. A formação da identidade do “novo sindicalismo” se deu nesse contexto, partindo do discurso e atuação dos sindicalistas “autênticos” e das análises acadêmicas voltadas aos eventos em curso naquele fim de década. O sindicalismo então emergente seria marcado pela negação do passado sindical do período 1945-64. Nesse sentido, as ações do “novo” teriam como contraponto, as práticas atribuídas ao “velho”: o “vanguardismo”, o “cupulismo”, o distanciamento das bases, a debilidade organizativa, características que explicariam tanto a incapacidade de resistência ao golpe de 1964, quanto de ruptura com a estrutura sindical corporativa. Além disso, a aliança do sindicalismo do pré-1964 com o populismo teria inviabilizado a construção de um projeto autônomo da classe trabalhadora e a culpa por todo esse quadro recaiu principalmente sobre o PCB, organização política então hegemônica na esquerda brasileira e vista como reformista, sem inserção nas bases e de colaboração de classes.

Desse modo, entre os dois períodos da história do movimento sindical brasileiro operou-se um corte abrupto, produzindo uma visão dicotômica e polarizada entre o passado e o presente. Se a produção acadêmica dos anos 1970 e 1980, inspirada nos trabalhos de Weffort, contribuiu para problematizar uma concepção em que os trabalhadores cediam o papel de protagonistas de sua própria história às cúpulas sindicais e à cooptação por um Estado todo poderoso – teses próprias às análises sociológicas dos anos 1960 – ela também reforçou a ideia de uma ruptura existente entre um “velho” e um “novo” sindicalismo, produzindo análises que opunham noções como cúpula e base, negociações pelo alto e

greves, lutas imediatas e lutas gerais, mobilização e organização, entre outras. Com o tempo, essa polarização e negação parcial do passado sofreriam uma revisão, tanto pelo próprio “novo sindicalismo”, quanto pela produção acadêmica.

Já na década de 1990, diversos historiadores¹ se voltaram para o polo “velho” da relação em questão, isto é, o sindicalismo do período 1945-1964. Com base em sólidas pesquisas empíricas, esses estudos apresentaram a conclusão comum de que as dicotomias até então empregadas para caracterizar os dois momentos do sindicalismo brasileiro “não encontram respaldo nas inúmeras fontes documentais sobre o movimento operário do período pré-1964”², mas, ao contrário, existiriam “evidências na direção de continuidades entre esses dois momentos”. Isso não significou a negação de descontinuidades entre os movimentos sindicais de cada período – a propósito, intercalados pela existência nada desprezível de uma ditadura militar –, mas o estabelecimento de uma ruptura total entre um “novo” e um “velho” sindicalismo acabaria por desqualificar e reduzir este último. Extrapolando os limites dos conteúdos programáticos e das teses partidárias, esses historiadores reajustaram suas lentes buscando compreender a prática cotidiana dos dirigentes pecebistas e percebendo, assim, que seu êxito no movimento sindical do período dependeu do “enraizamento na experiência de classe”³. Nesse sentido, muitos desses dirigentes teriam ignorado orientações das cúpulas partidárias, fosse para escapar do isolamento em relação aos trabalhadores, fosse por estarem verdadeiramente comprometidos com suas lutas, o que teria resultado na configuração de “dois PCs” distintos. Igualmente, as estratégias de luta atribuídas ao “novo sindicalismo”, não constituíam uma novidade, mas reeditavam práticas amplamente empregadas pelos dirigentes pecebistas no passado. O projeto dos “autênticos” e do Partido dos Trabalhadores estariam, nesse sentido, mais próximos da continuidade do que da ruptura com as práticas dos comunistas que viveram os anos anteriores ao golpe civil-militar, embora a disputa pela

¹ MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*, Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998; FORTES *et al.* *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*, Campinas: Unicamp, 1999; SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Universidade do Rio de Janeiro: Boitempo, 2001.

² COSTA, Hélio da. “Trabalhadores, sindicatos e suas lutas sem São Paulo (1945-1953)”, *in*: FORTES *et al.*, *op. cit.*, p. 115.

³ SILVA, Fernando Teixeira da. “Direitos, política e trabalho no porto de Santos”, *in*: FORTES *et al.*, *op. cit.*, p. 72.

hegemonia no movimento sindical dos anos 1980 tenha impulsionado uma disputa também no campo da memória do movimento sindical brasileiro, ocasionando uma dura crítica ao seu passado, em meio a qual o PCB foi eleito “bode expiatório” pelos sindicalistas “autênticos” e por intelectuais ligados ao nascente PT⁴.

Se o sindicalismo do pré-1964 foi objeto de diversas pesquisas no campo da história social do trabalho, o período posterior ao golpe foi, em grande medida, discutido pela produção sociológica e da ciência política. Os estudos historiográficos que tiveram como objeto a classe trabalhadora a partir do final da década de 1970 centraram-se quase exclusivamente sobre a experiência do ABC paulista, um dos maiores parques industriais do país e local em que a classe trabalhadora ressurgiu no cenário político nacional a partir da greve da Saab Scania do Brasil, em maio de 1978. No ano seguinte, São Bernardo do Campo foi o ponto de partida para a retomada das grandes greves de massa na história do sindicalismo brasileiro, das quais instituições importantes da esquerda do país, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), são certamente legatárias. Os metalúrgicos do ABC não foram, contudo, os únicos a cruzarem os braços naquele final de década. A partir de março 1979, o movimento grevista deflagrado em São Bernardo do Campo se difundiu por diversas cidades e categorias do país, embora essas experiências particulares tenham raramente – ou jamais – se constituído enquanto objeto de investigação mais detida.

Portanto, o “novo sindicalismo” que despontou na cena social a partir desse período foi, em grande medida, uma noção construída a partir da generalização do caso típico de São Bernardo e, conforme supramencionado, de uma caracterização imprecisa dos momentos precedentes do sindicalismo brasileiro. Limitar essas experiências a uma região industrial específica, por maior que possa ser sua importância econômica e política, significaria reduzir seus significados e desdobramentos a uma tradição operária e a um contexto temporal e espacial demasiado restrito. No caso do objeto desta dissertação, os trabalhadores do ramo metalúrgico de São José dos Campos, mudanças substanciais no

⁴ SANTANA, M. A. “Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.14, n.41, 1999, p. 104; COSTA, H. da. “O Novo Sindicalismo e a CUT: continuidades e rupturas”, in: FERREIRA, J. e AARÃO REIS, D. (orgs.), *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 601.

sindicalismo local, cuja história em muito difere do caso do ABC Paulista, se tornaram possíveis a partir da greve de 1979. O recorte espacial se justifica diante da necessidade de compreender a dinâmica local do chamado “novo sindicalismo”, buscando escapar ao paradigma do ABC. A novidade e a centralidade desta dissertação, portanto, está exatamente na investigação da especificidade do chamado “novo sindicalismo” no caso dos metalúrgicos de São José dos Campos. Embora o período 1979-1990 seja crucial para responder à questão proposta, optou-se pelo recuo da pesquisa até meados da década de 1950, quando tem início o processo de formação da categoria metalúrgica na cidade e o surgimento de seu sindicato. Essa opção permitiu ainda compreender as mudanças e permanências nessa entidade sindical num intervalo de tempo mais amplo.

Na escrita dessa dissertação, uma diversidade considerável de fontes foi pesquisada, entre as quais podemos citar a imprensa operária e sindical, a grande imprensa de circulação regional e nacional, atas sindicais de reuniões e atas de assembleias ordinárias e extraordinárias, documentos produzidos pelos agentes do Departamento de Ordem e Política Social, bem como aqueles produzidos pelo movimento dos trabalhadores e apreendidos por esses mesmos agentes, como panfletos, cartazes, jornais, entre outros. Finalmente, foram utilizados testemunhos orais de ativistas metalúrgicos do movimento sindical de São José dos Campos entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1980.

Esses relatos orais contêm pontos de vista heterogêneos, tendo em vista a diversidade de correntes políticas de seus militantes, todos eles membros da direção do SMSJR durante o período estudado. Durante a leitura das transcrições, atentou-se para as condições de produção dessas fontes, isto é, sua elaboração intencional e *a posteriori*, tratando com cuidado suas limitações e potencialidades. Os relatos orais, portanto, foram utilizados como um recurso adicional de informações, o que significou estabelecer um diálogo constante entre essas fontes e a documentação escrita, utilizando mecanismos fundamentais da crítica documental como a busca de verossimilhança e de consistência interna, a conferência cruzada de detalhes com outras fontes e o confronto da evidência com um contexto mais amplo. Assim, o testemunho de história oral, como toda fonte

histórica, foi encarado como “documento-monumento⁵” e, portanto, levou-se em consideração as condições da relação entrevistado-entrevistador, as elaborações da memória e a “visão retrospectiva”, bem como as estruturas narrativas das quais o entrevistado se utiliza⁶.

A discussão sobre o uso de periódicos como fontes recebeu significativas contribuições ao longo das últimas décadas do século XX e, com isso, o jornal passou a ser explorado não como espelho da realidade, mas como uma representação do real – ou melhor, de momentos particulares da realidade –, um produto de múltiplos agentes, marcado pela interpenetração das esferas pública e privada. “A produção desse documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas⁷”. Ao reconhecer o caráter desse tipo de fonte e sua existência como fruto das relações sociais em determinada época, buscou-se comparar sistematicamente jornais da “grande imprensa”, como a *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e o *Valeparaibano*⁸, aos jornais operários, especialmente *O Metalúrgico*, publicação do SMSJR. A imprensa sindical, uma das modalidades da imprensa operária, por sua vez, deve ser entendida em suas várias facetas e seu caráter institucional e classista confere a ela grande riqueza. A leitura da coluna “Dito

⁵ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4ª ed. Campinas, SP: Unicamp, 1996, p. 545-548.

⁶ ALBERTI, Verena “Fontes Oraís: Histórias dentro da História”, In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 183. Ver também: HALL, Michael, “História oral: os riscos da inocência”, In: Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH – Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, 1988; THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992; PRINS, Gwin. “História Oral”, In: BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História*. São Paulo: Unesp, 1992; SAMUEL, Raphael, “História local e história oral”, *Revista Brasileira de História*, nº19, 1989/1990; BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁷ CAPELATO, Maria Helena R.. *Imprensa e História do Brasil*, 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1994, p.24-25. Cf. também: LUCA, Tania Regina de, “Fontes impressas: História de, nos e por meio dos periódicos”, In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

⁸ O jornal *Valeparaibano* foi fundado em 1952 em Caçapava. Em 1975, já sediado em São José dos Campos, o jornal é comprado pelos empresários do transporte urbano, Ferdinando Salerno e Aquilino Lovato, que permanecem como proprietários durante todo o período dessa pesquisa. Salerno e Lovato conseguem junto ao governo militar a concessão para adquirir uma nova impressora, capaz de rodar, a cada hora, até 18 mil exemplares de 16 páginas em formato *standard*. A partir daí e com a construção de uma nova sede, em 1977, o jornal adquire caráter regional, passando a circular em 40 cidades do Vale do Paraíba, Litoral Norte do estado de São Paulo e Serra da Mantiqueira, além de incorporar notícias nacionais e internacionais com a colaboração das agências Globo, Estado e *United Press International*. Embora nunca tenha existido uma coluna sindical, a detalhada cobertura de greves e movimentações sociais e políticas em São José dos Campos e região fizeram desse jornal uma fonte importante para a pesquisa aqui desenvolvida.

Bronca”⁹ em *O Metalúrgico*, assim como a análise das atas sindicais, ajudou a compreender como os operários vivenciaram e deram significado às suas experiências, especialmente nos locais de trabalho. As atas permitiram ainda saber sobre aspectos da vida do sindicato e das relações nas fábricas, principalmente em períodos em que as demais fontes eram escassas ou mesmo inexistentes. Nesse sentido, a análise do livro *Ação e razão dos trabalhadores da General Motors de São Jose dos Campos*, produzido pelos próprios metalúrgicos após a greve com ocupação de fábrica em 1985, também forneceu informações interessantes à pesquisa.

A ideia de que todo documento é instrumento de poder e produto de determinadas relações de força¹⁰ indica a necessidade de cautela ainda maior com o tratamento dos documentos produzidos por instituições do Estado, como é o caso da documentação no fundo Departamento de Ordem Política e Social (Deops), do Arquivo do Estado de São Paulo. Trata-se, basicamente, de registros produzidos pelos próprios militares e policiais e de materiais apreendidos sobre o movimento sindical, organizações de esquerda, luta armada, dossiês pessoais, entre outros. Essa documentação poderia ter sido utilizada para o estudo do objeto mais imediato que ela permite conhecer, ou seja, a estrutura da repressão e as práticas policiais, porém foi empregada para revelar relações sociais, ações e estratégia dos metalúrgicos joseenses e das organizações políticas que atuavam entre a categoria. Oportuno observar que a produção documental envolvendo essa categoria de trabalhadores se multiplicou significativamente após 1979, provavelmente em razão das preocupações dos órgãos da repressão com a infiltração de militantes de esquerda no SMSJR, em contraste evidente com o período em que a entidade esteve sob o domínio de José Domingues da Silva Sobrinho.

O capítulo 1 foi pensado como uma introdução à categoria metalúrgica joseense. Buscou-se entender quem eram e de onde vinham esses trabalhadores, o contexto da industrialização do Vale do Paraíba e o crescimento urbano e demográfico que a

⁹ Personagem criado pelo cartunista Henfil a pedido dos metalúrgicos na greve de 1979 e que dá nome a uma coluna presente até os dias atuais no jornal do SMSJR. Nela os trabalhadores escrevem suas “brincas” em relação ao cotidiano na fábrica, ao processo de trabalho, aos salários e direitos, às chefias, aos colegas, ao sindicato, etc.

¹⁰ LE GOFF, Jacques. *op. cit.*, 1996, p. 545-548.

acompanharam. A trajetória dessa categoria, a propósito, esteve intimamente vinculada ao processo de industrialização de São José dos Campos e região. Até a primeira metade do século XX, a cidade era conhecida fundamentalmente como estância de tratamento de doenças respiratórias como a tuberculose, não tendo vivenciado o dinamismo econômico oriundo do capital cafeeiro, ao contrário de cidades nas proximidades, como é o caso de Taubaté. O surgimento das primeiras indústrias data das décadas de 1920 e 1930, mas se intensificou a partir dos anos 1950 em função dos investimentos estatais na construção da Rodovia Presidente Dutra, que liga os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, além de concessões de terrenos e de incentivos fiscais à diversas empresas. A partir dessa década, grandes empreendimentos estatais, empresas privadas nacionais, multinacionais e em ramos diversificados da economia, além de um sem número de pequenas empresas, começaram a instalar-se na região, num processo de industrialização que seguiu o traçado da Dutra e alterou os padrões anteriores de ocupação e de urbanização do território.

Foi nessa época e a partir de problemas enfrentados nos locais de trabalho, que surgiu entre um pequeno grupo de metalúrgicos o projeto de organização sindical da categoria, concretizado entre 1956 e 1958, apesar dos esforços empresariais em sentido contrário. A trajetória dessa entidade de classe, o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, entre sua fundação e o ano de 1981, foi o objeto de investigação do capítulo 2. Durante esse longo período, o sindicato esteve sob a direção do mesmo grupo de sindicalistas, centralizado na figura de José Domingues da Silva Sobrinho, permanecendo imune às intervenções e cassações que atingiram centenas de sindicatos após o golpe civil-militar de 1964.

O capítulo 3 foi dedicado ao estudo da escalada das lutas sociais em São José, mais especificamente à greve dos metalúrgicos da cidade em março 1979 – primeira grande mobilização da categoria em mais de duas décadas de história e momento de inflexão em sua trajetória. A partir de então, a direção de Domingues sofreu um significativo desgaste devido a postura apresentada diante do movimento. Na ausência do sindicato, que se recusou a tomar parte numa greve deliberada contra a sua vontade e ao arrepio da lei, a mobilização foi coordenada por um Comando Central de Greve (CCG), composto por trabalhadores eleitos na assembleia da categoria. Por alguns dias, o trabalho de 30 mil

metalúrgicos foi paralisado pela ação de piquetes postados na frente da fábrica, mas os grevistas precisaram reelaborar suas estratégias à medida que a repressão policial recrudesciu.

No capítulo 4, foi abordado o período 1981-1984, quando a direção da entidade metalúrgica esteve sob a liderança de Ary Russo de Oliveira. Esse período foi marcado por alta inflacionária, recessão econômica e demissões em massa, situação que colocou o movimento sindical numa posição defensiva. Embora poucas greves tenham acontecido, numerosos e variados conflitos fabris foram registrados no jornal da categoria. A grande preocupação da direção do SMSJR, contudo, pareceu estar direcionada à luta contra o crescente desemprego e à formulação de iniciativas da própria categoria para resolver os problemas das famílias dos metalúrgicos que estavam perdendo seus empregos. A divergência de opiniões a respeito das estratégias a serem empregadas nesse contexto parece ter sido um dos motes geradores da ruptura no interior da entidade metalúrgica entre o grupo em torno de seu presidente, o peemedebista Ary Russo, e um setor minoritário composto por José Luís Gonçalves e outros sindicalistas que haviam aderido ao Partido dos Trabalhadores (PT). Foi a partir dessa ruptura que, em meados de 1983, os militantes da Convergência Socialista (CS) e os dirigentes sindicais petistas egressos da gestão de Russo forjaram uma aliança para a chapa dirigiu o sindicato nas duas gestões seguintes, entre 1984 e 1990, momento que se caracterizou por grande radicalização dos conflitos entre o empresariado e os metalúrgicos da cidade. Organizados pela direção do SMSJR, esses trabalhadores passaram a ocupar seus locais de trabalho, resistindo até a concretização de suas reivindicações. Esse tipo de ação, como será visto, pode ser comparada pelo menos a duas experiências da classe operária: as greves de Contagem e Osasco, em 1968, e as *sit-down strikes* nos EUA das décadas de 1920 e 1930.

No capítulo 5, buscou-se analisar mais de perto a ocupação da unidade da General Motors do Brasil em São José dos Campos durante a greve dos metalúrgicos que ocorreu entre abril e maio de 1985, tendo como centro da pauta a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem a redução do salários. Um ano após ocuparem a empresa por aumento salarial e conquistar o direito de formar sua Comissão de Fábrica, os operários voltaram a entrar em greve, dessa vez permanecendo de braços cruzados dentro

da fábrica apenas durante o turno de trabalho. A usina só seria ocupada após quinze dias de pacífica paralisação, quando 93 grevistas foram apontados como responsáveis pela “invasão de propriedade” e sumariamente demitidos. Entre eles, estavam diversos trabalhadores que detinham estabilidade, como cipeiros, dirigentes sindicais de base e membros da recém-empossada Comissão de Fábrica. Naquela década, as mais diversas empresas metalúrgicas da região lançaram mão desse tipo de prática – denominada “cassação branca” pelos sindicalistas joseenses – visando erradicar de seus domínios os ativistas da base e desestruturar a organização nos locais de trabalho que se buscava construir.

A memória da greve da GM foi resgatada recentemente, conforme supramencionado, para defender o caráter radical, intransigente e retrógrado do SMSJR e imputar aos seus dirigentes a responsabilidade pelos impasses que recentemente atingiram a empresa. Conforme se deu em 1985, no discurso de representantes dos interesses empresariais, a GM fica imune a qualquer crítica ou responsabilidade pelos problemas em seus domínios, os quais são atribuídos inteiramente aos trabalhadores e seus representantes. Para o empresário André Beer – presidente da ANFAVEA e vice-presidente da GM durante o movimento grevista de 1985, a recente ameaça de eliminação de postos de trabalho na unidade de São José se deve ao alinhamento dos dirigentes do SMSJR a “partidos bastante radicais”, o que explicaria a resistência da entidade em aceitar cláusulas propostas pela empresa, como o banco de horas, mantendo-se na contramão de práticas já adotadas por outros Sindicatos de Metalúrgicos, como aquele no ABC. Nesse sentido, o empresário utilizou a memória da greve de 1985, construída pela vencedora aliança empresarial-midiática, para atribuir aos dirigentes do SMSJR a inteira responsabilidade pelos impasses mais recentes na empresa. Ele chamou, portanto, atenção para uma relação de continuidade no comando da entidade metalúrgica, entre a década de 1980 e a atualidade. De acordo com Beer, os mesmos “moços” responsáveis pela ocupação de 1985 continuam hoje a dirigir a maior entidade sindical do Vale do Paraíba, movidos por uma concepção anacrônica de sindicalismo, própria do século XIX. Embora se discorde firmemente da avaliação do empresário acerca dos dois conflitos, ela aponta corretamente a permanência na direção do SMSJR. Em outras palavras, entre o ponto de partida para a escalada das greves com

ocupação de fábrica em São José dos Campos, em 1984, e os impasses mais atuais na fábrica da GM, há um dado comum a respeito do SMSJR, a saber, a participação de militantes da Convergência Socialista, atualmente Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) na direção da entidade.

A formação da CS remonta à segunda metade dos anos 1970, quando militantes exilados no Chile avaliaram que o fim do chamado “milagre econômico” e a crise política da ditadura, assim como o novo “ascenso do movimento de massas” naquele período, traziam a necessidade de lutar por liberdades democráticas, em aliança com trabalhadores e estudantes. Desde 1973 organizados no Chile em torno da revista *Ponto de Partida* e em contato com o argentino Hugo Miguel Bressano – vulgo Nahuel Moreno, representante da IV Internacional – esses militantes retornaram ao Brasil e fundaram a Liga Operária (LO), em 1975. Seu objetivo mais imediato era a inserção nas fábricas metalúrgicas do ABC para fortalecer oposições sindicais aos dirigentes pelegos e organizar a luta contra a ditadura militar. Em 1978, a LO passa a denominar-se Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), mas no mesmo ano o grupo se lança como Convergência Socialista¹¹, registrando-se como “sociedade civil” para finalidades legais, medida considerada “paliativa” por seus dirigentes, já que o objetivo era organizar-se enquanto um partido político. Em São José dos Campos, as referências à Convergência Socialista emergem principalmente a partir da greve dos metalúrgicos, em março de 1979, embora seus militantes já atuassem nas fábricas da região desde 1977 ou 1978, evidenciando que o ABC não foi o único local em que a organização buscou inserção. No início da década de 1980, a CS participaria da fundação e da construção do Partido dos Trabalhadores, constituindo-se enquanto uma de suas diversas tendências internas.

Entre 1984 e 1990, o SMSJR esteve sob a direção de um grupo de sindicalistas ligados a CS e a outra das correntes do PT, a Articulação. Entre 1989 e 1990, contudo, esses dois agrupamentos formaram chapas separadas para concorrer ao comando da entidade metalúrgica, empreitada na qual a CS saiu vencedora. Desde então, a organização trotskista hegemoniza a direção da entidade, embora desde 1994 o faça sob uma sigla

¹¹ Alicerce da Juventude Socialista (AJS) foi outra denominação associada ao grupo, principalmente para designar seu campo estudantil.

diferente. Nesse ano, a CS foi a principal corrente a constituir o PSTU, após ter sido expulsa do PT em 1992. No sexto e último capítulo foram retomados alguns episódios da trajetória sindical da categoria para tentar compreender de que modo foi possível à CS vencer as eleições do SMSJR em 1990, disputadas com a Articulação, corrente majoritária do PT numa época em que esse partido havia se tornado hegemônico entre a esquerda brasileira e expandia sua influência em toda a sociedade. No segundo turno das eleições de 1989 para a Presidência da República, a primeira eleição direta para ao cargo após 29 anos, o candidato do PT Luís Inácio “Lula” da Silva, obteve 52% dos votos válidos em São José dos Campos, equivalente a 105 mil pessoas, entre as quais certamente estava a maior parte dos trabalhadores metalúrgicos da cidade. A unidade da esquerda brasileira permitiu ao candidato petista obter 30 milhões de votos nacionalmente.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que fizeram campanha para Lula, os militantes do PT no SMSJR, não mantiveram a mesma unidade no plano sindical. Até então membros da mesma gestão da entidade (1984-1989), eles se dividiram em duas chapas para disputa-la nas eleições de 1990, poucos meses após o 2º turno do pleito presidencial. Embora ambas as chapas tenham reivindicado para si o papel de representantes de Lula, foi o grupo da situação, composto por sindicalistas ligados à Articulação, a receber o apoio oficial da maior e mais popular liderança da classe trabalhadora. Apesar disso, a apuração da votação dos metalúrgicos surpreendeu: a chapa dos militantes da Convergência Socialista venceu a eleição com 5.785 votos contra os 4.760 da Articulação, em processo que contou com a participação de pouco mais de dois terços dos sindicalizados na base do SMSJR¹². Desse modo, sem a pretensão de esgotar a questão, investigou-se o processo por meio do qual a pequena organização trotskista conseguiu construir essa base de apoio entre a categoria metalúrgica de São José dos Campos, que mantém-se até os dias atuais, apesar dos esforços empresariais para vincular esse grupo dirigente ao radicalismo e ao atraso e formar chapas compostas por representantes de seus interesses além dos esforços da própria Articulação para retomar esse sindicato.

¹² De um colégio eleitoral de 14.231, compareceram e votaram 11.526 associados, embora somente 10.998 tenham sido considerados votos válidos. A base do SMSJR era composta, naquele momento, por 39.833 metalúrgicos. *Ata Geral de Apuração das eleições do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São José dos Campos*, 06 a 09 de fevereiro de 1990.

CAPÍTULO 1:

O Vale do Paraíba: crescimento industrial, urbanização e migração

No século XX, o Brasil caracterizou-se por um processo de industrialização em ritmo progressivo e acelerado, especialmente a partir dos anos 1930. Tal processo, contudo, deu-se de forma desigual, impulsionado por políticas estatais direcionadas a centros urbanos localizados estrategicamente, o que resultou em elevada concentração industrial na cidade de São Paulo e entorno. A partir da segunda metade dos anos 1960, contudo, verifica-se uma relativa desconcentração das indústrias nessa região, redirecionadas para o interior do próprio Estado de São Paulo. Na década de 1970, na mesma proporção em que decrescera na Região Metropolitana de São Paulo, a participação do interior paulista no conjunto da produção industrial do país elevou-se de 14,7% para 20,2% e fez dela a segunda maior região industrial brasileira¹³. Esse processo de “interiorização da indústria”¹⁴, se apresentou mais intensamente nas regiões de Campinas e de Ribeirão Preto, no Vale do Paraíba e no litoral paulista.

Entre os municípios do Vale do Paraíba, São José dos Campos foi um dos mais importantes eixos do referido crescimento industrial no interior do Estado de São Paulo e a elevação da demanda do mercado de trabalho local atraiu parcelas significativas do contingente de migrantes originários do interior do próprio estado e de diversas partes do país. Situada a cerca de 90 quilômetros da capital do estado e no trajeto das principais rodovias e ferrovias de ligação entre as duas maiores áreas industriais e metropolitanas do país, nos anos 1980 São José dos Campos havia se tornado um polo industrial do Vale do Paraíba e uma das maiores comunidades da classe operária fora de São Paulo e seu entorno. Além disso, a cidade ocupava posição importante no complexo industrial do estado em termos do tamanho da força de trabalho, do volume e diversificação da produção industrial e de sua dimensão populacional. Foi considerada, ainda, área estratégica do ponto de vista

¹³ PACHECO, C.A. *A questão regional brasileira pós-1980*. Tese de Doutorado, Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 1996 *apud* ANTICO, Cláudia, *Deslocamentos populacionais no Vale do Paraíba: crescimento e expansão urbana na região de São José dos Campos*. Dissertação: IFCH/Unicamp, Campinas, 1997, p.9.

¹⁴ CANO, Wilson, *O processo de interiorização da indústria – 1920/1988*. Coleção Economia Paulista, F. SEADE, São Paulo, 1988, *apud* ANTICO, Cláudia. *op. cit.*, p.8.

da segurança nacional devido à instalação da única unidade de produção aeronáutica no país e da maior parte de sua indústria bélica¹⁵.

Em 1836, o Vale do Paraíba produzia 86,5% de todo o café de São Paulo e 45,65% da população do Estado vivia nessa região. O declínio desse percentual de produção para 1,71% em 1935 foi acompanhado pelo decréscimo da população para 9,79% em relação ao total do estado. São José dos Campos, contudo, nunca foi um dos grandes produtores cafeeiros do Vale, apresentando 1,76% de sua produção em 1836 e atingindo 12,05% em 1886 devido ao declínio geral da produção regionalmente. Após esse declínio, o padrão de crescimento populacional negativo dos municípios denominados “cidades mortas” por Monteiro Lobato não se verificou em São José. As grandes propriedades cafeeiras se fragmentaram e o cultivo para exportação deu lugar à produção de outros gêneros agrícolas de subsistência e/ou para o mercado interno, além da criação de gado¹⁶.

Entre as décadas de 1940 e 1950, a pecuária havia se tornado a principal atividade econômica da zona rural de São José dos Campos e a reconcentração da propriedade agrícola foi promovida por meio da compra ou do arrendamento de terras por criadores de gado do sul de Minas Gerais. A pecuária absorvia uma proporção muito inferior da força de trabalho quando comparada à agricultura e, nesse momento, os trabalhadores agrícolas e parcelas de camponeses proletarizados moveram-se para as áreas urbanas vizinhas, incluindo São José dos Campos. Entretanto, a partir dos anos 1950 houve uma mudança no padrão de migração relacionado ao aumento da população urbana de São José dos Campos: os deslocamentos de curta distância, fundamentalmente o fluxo rural-urbano de sem-terra ou pequenos proprietários empobrecidos dos arredores da cidade, deu lugar aos deslocamentos de longa distância, com um correspondente aumento no alcance geográfico dos locais de origem da nova população. A alteração do padrão migratório de “migrações locais” e/ou “circulares” para “migrações em cadeia”¹⁷ é uma tendência frequentemente

¹⁵ AVELAR, Sonia M. *The social basis of workers' solidarity: a case study of textile workers in São José dos Campos, Brazil*. Tese de Doutorado, 2v. Michigan: University of Michigan, p. VI-VII.

¹⁶ AVELAR, Sônia M., *op. cit.*, p. 47 e p.62.

¹⁷ Para uma síntese das tipologias migratórias formuladas por Charles Tilly, ver: TRUZZI, Oswaldo. “Redes em processos migratórios”, in: LANNA, Ana Lúcia Duarte *et al* (orgs.). *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 20-34.

associada a processos de industrialização, como se observa no caso de São José dos Campos a partir da década de 1950¹⁸.

Entre os elementos explicativos para industrialização de São José dos Campos, podem ser destacadas: a isenção fiscal e a concessão de terrenos pelo poder municipal durante as primeiras décadas de instalação das indústrias; a disponibilidade de extensos terrenos planos no município e no seu entorno; a quantidade abundante de água do Rio Paraíba e seus afluentes e as quedas d'água nos declives das Serras do Mar de da Mantiqueira, viabilizando a produção de energia elétrica; a localização entre os dois maiores polos industriais e mercados consumidores do país, São Paulo e Rio de Janeiro, e o acesso a matérias-primas, como recursos minerais, agrícolas e metálicos do Centro-Sul de Minas Gerais, por meio da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) e da Rede Mineira da Viação Railway; a proximidade da “cidade de aço” da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda, na parte fluminense do Vale do Paraíba; a localização no coração da mais desenvolvida rede ferroviária e rodoviária do país a partir de 1950, quando a Rodovia Presidente Dutra, construída em 1951, uniu-se à EFCB (1877) e à Estrada Velha Rio-São Paulo (1928)¹⁹; a instalação de um polo tecnológico nos anos 1950, com centros estatais de pesquisa como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Centro Técnico Aeroespacial (CTA)²⁰, ligado ao Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA).

A instalação da Rodovia Presidente Dutra modificou o traçado urbano de São José dos Campos, que passou a estender-se ao longo dessa estrada no sentido sul-leste ao invés do antigo eixo norte-sul, e a distribuição geográfica das novas indústrias²¹ se ampliou por

¹⁸ AVELAR, Sônia M., *op. cit.*, p. 64-75. A migração de localidades próximas envolve baixo risco aos migrantes, uma vez que os custos menores permitem retornar ao local de origem com maior facilidade. A ampliação das distâncias espaciais entre origem e destino, por outro lado, pode resultar do aumento da oferta de trabalho em determinada região. DINIUS, Oliver. *Brazil's steel city: developmentalism, strategic power and industrial relations in Volta Redonda, 1941-1964*. Stanford, California: Stanford University Press, 2010, p.46. No caso de São José dos Campos, como veremos, o crescimento da oferta de emprego foi proporcionado pela instalação de indústrias modernas a partir dos anos 1950.

¹⁹ Em 1958, o município de São José dos Campos era cruzado pelos 40 quilômetros da EFCB, 25 de estradas federais e 150 km de estradas estaduais.

²⁰ Organização vinculada à Força Aérea Brasileira, composta por escolas técnicas e de engenharia aeronáutica, o CTA constituiu-se num dos mais importantes centros de desenvolvimento tecnológico do país, responsável por importantes processos de transferência de tecnologia e de fornecimento de mão-de-obra especializada à indústria e pelo desenvolvimento do núcleo da futura indústria aeronáutica.

²¹ Entre as maiores empresas nacionais e transnacionais instaladas a partir desse momento estão Johnson & Johnson (1953), Ericsson (1954), Eaton (1957), General Motors (1959), Alpargatas (1960), Tecnasa (1962),

um território significativamente maior do que o núcleo urbano inicial, que compreendia o bairro de Santana e o atual centro da cidade, nas adjacências do Rio Paraíba e da EFCB. A partir de então, a estrutura industrial da cidade passou por um processo de ampliação e de diversificação e novos bairros e loteamentos surgiram às margens da Dutra e das diversas fábricas instaladas a seu redor, respondendo à elevação da demanda por moradia ocasionada pelo crescimento da população trabalhadora da cidade²².

Os anos 1920 foram o ponto de partida da industrialização de São José dos Campos. Em março de 1920, preocupadas com a estagnação econômica e com a ausência de estabelecimentos industriais que proporcionassem a formação de uma classe trabalhadora numerosa na cidade, as autoridades locais de São José dos Campos formaram uma Comissão para elaborar um plano estratégico visando atrair fábricas para a cidade. Em maio do mesmo ano, foi aprovada uma lei que concedeu isenção fiscal às fábricas instaladas no município com 50 mil cruzeiros de investimento mínimo e durante um período proporcional ao volume do capital investido e ao número de trabalhadores empregados. Se a produção iniciasse empregando ao menos 100 empregados, seriam fornecidos os terrenos para construção das fábricas e de habitações para os trabalhadores. A doação desses terrenos ao proprietário da fábrica foi condicionada ao recrutamento mínimo de um terço da mão-de-obra empregada entre a população da cidade ou à utilização pela fábrica de matérias-primas que pudessem ser produzidas em larga escala na própria municipalidade²³. Dessa forma, entre os anos 1920 e 1950 instalaram-se junto ao pequeno centro urbano de São José dos Campos – até então conhecida como uma estância hidromineral dotada de sanatórios para o tratamento de tuberculose – as primeiras indústrias, todas pertencentes a setores produtivos tradicionais como o têxtil e o cerâmico²⁴.

Amplimatic e Matarazzo (1964), Avibrás (1965), Embraer (1969), National (1970), Kodak (1972), Philips, Hitachi e Engesa (1973), Monsanto (1975), Refinaria Henrique Lage (1980).

²² MEDEIROS, Mônica. *“Bom mesmo é ser metalúrgico”*: vivências de trabalhadores metalúrgicos na cidade de São José dos Campos – SP. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

²³ Prefeitura Municipal de São José dos Campos, *Decreto-lei*, 18/05/1920 *apud* AVELAR, *op. cit.*, p.76-77.

²⁴ Principalmente Fábrica de Louças Santo Eugênio (1921), a tecelagem Parahyba (1925), Cerâmica Conrado e Bonádio (1936), Cerâmica Weiss (1943) e a Rhodia (1946); Os esforços da administração municipal surtiram efeito, uma vez que em 1935 a cidade foi listada pela primeira vez entre os principais centros industriais do Estado de São Paulo, de acordo com o valor de sua produção. Naquele momento, havia 15 fábricas empregando 1.367 trabalhadores. AVELAR, *op. cit.*, p. 78.

A partir da década de 1950, houve um declínio acentuado no percentual da população empregada no setor primário, acompanhado de um aumento na proporção da população ocupada no segundo e terceiro setores. Essa realocação da força de trabalho nas atividades urbanas de São José dos Campos fez parte de uma tendência nacional e esteve associada a uma aceleração da urbanização resultante do crescimento vegetativo da população da cidade, do êxodo rural no próprio município e, a partir dos anos 1940 e 1950, de um crescente contingente de migrantes intermunicipais e interestaduais. Esse fluxo migratório esteve intimamente ligado à intensificação da industrialização nos setores modernos da economia, especialmente a partir do final dos anos 1950. Em 1945, os ramos têxtil e de materiais não metálicos, líderes da onda de industrialização entre os anos 1920 e 1940, empregavam 87,3% da força de trabalho da cidade, enquanto os setores de materiais de transporte, elétrico, eletrônico e de comunicação²⁵ ocupavam 2,44% da população economicamente ativa. Em 1956, as produções têxtil e cerâmica ainda predominavam, mas os dados referentes a 1977 mostram uma inversão dessa tendência. Após duas décadas de um processo de industrialização pesada, com alta composição tecnológica e impulsionada por alto investimento de capitais estrangeiros, a força de trabalho empregada nas indústrias metalúrgicas cresceu para 55,68%, ao passo que nas têxteis e de materiais não metálicos, diminuiu para 16,23%.

A década de 1950 também é momento de inflexão na proporção entre os contingentes rural e urbano da cidade. Como se pode verificar no quadro abaixo, até os anos 1940 a população joseense habitava majoritariamente a zona rural. Essa tendência se reverteu nos anos 1950, quando a população urbana ingressou num processo de expressivo e contínuo crescimento ao longo dos próximos decênios e a quantidade de habitantes da área rural decaiu proporcionalmente.

²⁵ Doravante setor metalúrgico.

Quadro: População de São José dos Campos

Ano	População Total	População Urbana	População Rural
1940	36.279	14.474 (39,9%)	21.805 (60,1%)
1950	44.804	26.600 (59,4%)	18.204 (40,6%)
1960	77.533	56.882 (73,4%)	20.651 (26,6%)
1970	148.500	132.629 (88%)	15.871 (12%)
1980	287.513	276.901 (96,3%)	10.612 (3,7%)
1991	442.370	425.515 (96,2%)	16.855 (3,8%)

Fonte: IBGE, Censos Populacionais, 1940-1991.

Tanto na década de 1960 quanto nos anos 1970 a população cresceu mais de 90%, a índices anuais de 8,2 e 8,8%²⁶, respectivamente. Esse ritmo de crescimento declinou para 42% nos dez anos seguintes, embora ainda represente uma elevação substancial. Ao longo dessas décadas, o setor metalúrgico foi o que apresentou maior crescimento de pessoal ocupado em relação ao restante das atividades industriais do município. Em 1960, 5 empresas metalúrgicas empregavam 262 pessoas, apenas 4,4% do pessoal ocupado na indústria. Em 1970, o número de estabelecimentos chegou a 94 empresas com 7.311 trabalhadores, 40,4% do pessoal ocupado no segundo setor. Em 1980, 27.100 metalúrgicos trabalhavam em 103 empresas, 53,8% dos 49.917 empregados do setor industrial. Em 1990, esse contingente chegou a 40.335 metalúrgicos nos 165 estabelecimentos industriais da cidade, o que representaria 65,6% do pessoal na indústria de São José dos Campos. Portanto, a partir da década de 1970 os metalúrgicos se tornaram o maior contingente de trabalhadores industriais da cidade.

A indústria de São José dos Campos tinha um total de 52.522 trabalhadores empregados em 1982. De acordo com dados de 1983, havia 17.135 empregados nos serviços e 6.711 no comércio. A base do Sindicato dos Metalúrgicos de São José e Região (SMSJR) incluía as cidades de Caçapava e Jacareí e mais tarde foram adicionados os distritos de Santa Branca e Igaratá, resultando em números ligeiramente superiores aos apresentados acima. Por exemplo, se São José dos Campos possuía 27.100 metalúrgicos em

²⁶ AVELAR, *op. cit.*, p. 71.

1980, a base do SMSJR nesse mesmo ano era formada por 28.868 trabalhadores. Os metalúrgicos de São José formavam, portanto, o contingente mais significativo de trabalhadores na base do SMSJR e, em menor escala, no setor industrial e na totalidade das atividades econômicas da cidade²⁷. Além disso, essa categoria encontrava-se altamente concentrada em um pequeno número de grandes indústrias, enquanto a maior parte dos estabelecimentos metalúrgicos eram fábricas com baixo número de empregados²⁸. A formação desse grupo de trabalhadores está diretamente vinculada ao processo de crescimento demográfico, urbano e industrial que São José dos Campos atravessou a partir da década de 1950. Suas experiências de vida e o processo de formação de classe foram, em certa medida, construídos em meio a esse contexto.

O crescimento demográfico de São José dos Campos não deve ser explicado apenas em função das taxas naturais de crescimento endógeno da população regional. Conforme mencionado, a chegada à cidade de milhares de migrantes de todo o país deve ser considerada um dos principais fatores desse aumento populacional. Na década de 1960 e 1970, respectivamente, 53,1% e 51,8% dessa elevação se deu em função do crescimento vegetativo, enquanto 46,9% e 48,2% foram atribuídos à migração²⁹. Em 1980, a taxa migratória da cidade era 58%, ou seja, somente 42% da população era constituída por joseenses natos³⁰. Ao longo da década de 1970, a Região de Governo (RG) de São José dos Campos³¹ recebeu um fluxo migratório total de 158.582 pessoas, das quais 90.153 vieram

²⁷ Cf. Prefeitura Municipal de São José dos Campos. *Distribuição espacial das Indústrias de São José dos Campos*, 1993, ASMSJR; “Informações Turísticas e Corográficas de São José dos Campos”, AESP, Setor Deops, Dossiê 17-S-36, fls. 111; “Pesquisa de Emprego/Salário Médio – Subseção do Dieese SJC”, ASMSJR.

²⁸ Em 1973, apenas 9 indústrias metalúrgicas possuíam mais de 100 empregados. Os maiores contingentes se encontravam na General Motors (8.214), Ericsson (2.650) e Embraer (2.480), seguidas pela Fi-El (870). Cf. AVELAR, *op. cit.*, p. 95. Em abril de 1984 a imprensa local observou que greves simultâneas em 5 indústrias metalúrgicas da cidade, paralisavam o trabalho de 15 mil operários. Dois dias depois, com a adesão de mais uma indústria ao movimento, o número de operários parados teria se elevado para 20 mil, sendo o total de trabalhadores na base do SMSJR naquele ano um pouco inferior a 30 mil. Cf. *Vale Paraibano*, 05/04/1984 e 07/04/1984.

²⁹ AVELAR, *op. cit.*, p. 69.

³⁰ *Vale Paraibano*, 30/04/1986.

³¹ Corresponde aos municípios de Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambeiro, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca e São José dos Campos. Sua população total em 1950 somava 122.541 habitantes, 1,34% da população do Estado de São Paulo. Em 1970 esta participação havia crescido para 1,52%, com 270.659 habitantes. Este número continuou a crescer nos anos 1970, atingindo 487.156 habitantes em 1980, equivalente a 1,95% da população total do Estado. São José dos Campos é a maior das cidades desta RG, demográfica, geográfica e economicamente.

do próprio Estado de São Paulo e 68.429 dos demais Estados do país, especialmente em direção a São José, que se tornava a maior e mais industrializada cidade da região³².

Esse significativo deslocamento populacional foi impulsionado, em grande medida, pela oferta de emprego gerada pela intensificação do processo de industrialização da região iniciado nos anos 1950. A principal motivação declarada por chefes de família que migraram para o Vale do Paraíba entre 1980 e 1993, foi de ordem profissional (41,59% dos casos)³³. Se considerarmos que esse foi um período de crise econômica, com elevadas taxas de desemprego e demissões em massa nas indústrias³⁴, parece razoável imaginar que o trabalho tenha sido uma motivação ainda mais preponderante entre indivíduos e famílias que escolheram essa região como destino durante as décadas anteriores, especialmente no auge do chamado “milagre econômico” (1968-1974), período no qual foi abundante a oferta de emprego. Naqueles anos, segundo o relato de um metalúrgico mineiro, as indústrias de São José dos Campos estavam “pegando” gente para “jogar” na produção³⁵. No final dos anos 1950, um jornal local já observara que muitos migrantes chegavam diariamente à cidade em razão dos mecanismos de recrutamento usados pelas empresas, como as “assustadoras propagandas e os níveis salariais acima da média”³⁶.

Dos quase 70 mil migrantes de outros Estados do país em direção à RG de São José dos Campos na década de 1970, a maior parte era constituída por mineiros (30.976), seguida de longe por paranaenses (16.080) e cariocas (7.874). De acordo com o censo populacional de 1980, dos 287.513 habitantes de São José dos Campos, 53.501 eram mineiros, número suplantado apenas pelos paulistas, cerca de 70 mil pessoas, e seguido por paranaenses (10.954), cariocas (7.628), baianos (3.518) e pernambucanos (3.514), enquanto

³² IBGE, Censos Demográficos de 1970 e 1980 *apud* ANTICO, Cláudia, *op. cit.*, 1997.

³³ *Idem.*

³⁴ Houve, contudo uma variação positiva no número de metalúrgicos na base do SMSJR. Em 1980, havia na base 28.868 metalúrgicos. A categoria atinge seu ápice em 1988, com 51.289 trabalhadores, número reduzido para 32.721 em 1993, a partir de quando é mantida uma relativa estabilidade quantitativa ao menos até o fim da década, quando ocorre um processo de “enxugamento” de postos de trabalho. “Pesquisa de Emprego/Salário Médio – Subseção do Dieese SJC”, ASMSJR.

³⁵ Entrevista com João Roberto Faria *apud* MEDEIROS, Mônica, *op. cit.*, p.23. A entrevista foi concedida à autora.

³⁶ *O Diário de São José dos Campos*, 06/03/1959 *apud* AVELAR, *op. cit.*, p.142-143.

os estrangeiros somavam 3.732 pessoas³⁷. As informações referentes aos metalúrgicos inscritos no *Livro de Registro de Associados* do SMSJR no ano de 1979 corroboram esse quadro: a análise de 522 nomes registrados nesse documento constitui um indício da origem dos trabalhadores na indústria metalúrgica da cidade. Ela demonstra que 18,2% (95) dos metalúrgicos eram naturais de São José dos Campos e 80,4% (420) eram migrantes, enquanto 1,4% (7) eram estrangeiros. Dos 420 migrantes, 45% (189) eram do próprio Estado de São Paulo³⁸; 36,2% (152) vinham de Minas Gerais; 5,2% (22) do Paraná e 3,1% (13) do Rio de Janeiro. Os 10,5% (44) restantes eram provenientes de outros Estados, entre os quais se destacam Bahia (8), Pernambuco (6) e Rio Grande do Sul (6).

A origem mineira de um grande número dos habitantes da cidade é sugerida também pela realização anual da “Festa do Mineiro”³⁹ no bairro de Santana ou ainda pela anedota segundo a qual “se os mineiros voltarem para sua terra, a cidade ficará vazia”⁴⁰. O contingente populacional mineiro de São José dos Campos, segundo dados do Censo de 1980, somente era menor do que a população de 21 cidades no Estado de Minas Gerais, o que motivou um estatístico joseense a afirmar, em tom de brincadeira, que São José dos Campos era a 22ª maior cidade mineira⁴¹. Isso auxilia a explicar a referência aos metalúrgicos da cidade em algumas fontes como uma indistinta “mineirada” supostamente passiva diante dos desmandos empresariais, ideia certamente vinculada a origem rural de boa parte desses trabalhadores.

Talvez esse seja o pressuposto da afirmação atribuída ao diretor industrial da GM, Pedro Kahn, para quem “a mineirada que trabalha em São José nunca vai fazer greve na vida”⁴². Após contestar essa assertiva na prática durante a greve de 1985 na GM, um operário declarou que eles costumavam ser chamados de “carneirinho”, “que o trabalhador

³⁷ Os maiores grupos de estrangeiros nesse período eram formados por japoneses (930), portugueses (581), seguidos por espanhóis, italianos, norte-americanos, alemães ocidentais, argentinos, paraguaios e uruguaios. *Vale Paraibano*, 30/04/1986.

³⁸ Destes 189 metalúrgicos, porém, 68 eram de cidades da Região de Governo de São José dos Campos ou localizadas no entorno desta, no próprio Vale do Paraíba.

³⁹ MEDEIROS, Mônica, *op. cit.*, 2006, p.3.

⁴⁰ *Vale Paraibano*, 30/04/1986.

⁴¹ *Idem*.

⁴² Ou à afirmação de que antes da greve “se falava na GM que as mulheres do ABC não trocavam uma calcinha delas pelo macacão da *mineirada* do Vale do Paraíba”. Fundo de Greve dos metalúrgicos de São José dos Campos. *Ação e razão dos trabalhadores da General Motors de São José dos Campos: a história contada por quem a fez*. São José dos Campos: Gráfica do SMSJR, 1985, p. 42.

da GM era tudo mineirada, que vinha da roça, que era tudo bobo, que não sabiam seus direitos”, mas após aquela greve “ficou provado que os mineiro sabe os direitos dele”⁴³. O metalúrgico contestou, na prática, não apenas o desprezo dos patrões, mas também a tese até então habitualmente atribuída ao movimento operário brasileiro por intelectuais e pelos próprios sindicalistas antes mesmo da produção sociológica dos anos 1960⁴⁴, a saber, a origem rural recente do trabalhador brasileiro como fator explicativo para uma suposta ausência ou atraso de “consciência de classe” e “espírito sindical”⁴⁵. Assim como vasta produção historiográfica se dedicou a questionar essa caracterização, demonstrando que a afirmação de valores tradicionais por um grupo social não enfraquece necessariamente sua identidade de classe, o metalúrgico negou qualquer relação entre a origem mineira e rural daqueles operários e uma suposta apatia diante da negação de seus legítimos direitos.

Embora diversos discursos enfatizem a presença dos migrantes mineiros em São José dos Campos, particularmente na GM, a afirmação de que os migrantes do sul de Minas Gerais representariam a maioria dos metalúrgicos da cidade⁴⁶ deve ser revista. Já foi demonstrado acima que os mineiros constituíam o segundo grupo migrante mais numeroso da cidade e que os paulistas eram maioria absoluta⁴⁷, o que é provavelmente válido também no âmbito da categoria metalúrgica. Contudo, ainda que os mineiros não somassem o maior contingente de migrantes em São José dos Campos, eles constituem o fluxo interestadual predominante, se destacando diante dos paulistas, muitos dos quais provinham de cidades próximas no próprio Vale do Paraíba. Nesse sentido, assim como Volta Redonda a partir da construção da CSN nos anos 1940, pode-se considerar que São José dos Campos “cresceu como uma cidade de mineiros”⁴⁸. Parece correto afirmar ainda que a religião ocupava espaço central na vida cultural desses migrantes, em geral provenientes de pequenas

⁴³ *Idem*, p. 131.

⁴⁴ LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011, p. 50.

⁴⁵ RODRIGUES, Leôncio Martins. “Considerações preliminares sobre as greves operárias em São Paulo”, *In: Sociologia*, nº3, 1965, p. 215.

⁴⁶ MEDEIROS, *op. cit.*, 2006, p.3.

⁴⁷ ANTICO, *op. cit.*, 1997, p.140.

⁴⁸ DINIUS, *op. cit.*, p. 47. Segundo o autor, a migração para Volta Redonda é parte de um fluxo maior, iniciado ainda na Primeira República, da região Sul e da Zona da Mata, ambas em Minas Gerais, em direção ao Vale do Paraíba. Nessas regiões, a alta densidade populacional teria restringido as oportunidades econômicas, criando incentivos à migração da população local.

comunidades rurais fortemente católicas⁴⁹. O catolicismo seria, então, referência importante na construção da identidade dos metalúrgicos de São José, o que pode ajudar a explicar a presença de variados agrupamentos de ativistas sindicais católicos em diferentes fábricas metalúrgicas da cidade nos anos 1980⁵⁰.

Essa “maioria” mineira, argumentou-se ainda, seria composta por indivíduos com experiência principalmente nas fábricas bélicas do sul de Minas ou com formação técnica no SENAI⁵¹. Esse quadro, contudo, parece mais complexo, como indica o relato de José Luís Gonçalves, ex-presidente do SMSJR:

Na produção, a maioria vinha [...] da zona rural ou migrantes de Minas Gerais, de pequenas cidades. Mas na área especializada já era um pessoal que vinha de Escolas Técnicas ou do SENAI, que tinha um [curso de] profissional aprendiz do SENAI, que tinha experiência na área técnica [...] Aqui em São José dos Campos você tinha muita migração do sul de Minas, mas também tinha um segmento do sul de Minas que era muito especializado, principalmente o pessoal que veio de Itajubá, que tinha duas escolas importantes na área técnica, o SENAI e [...] a Escola da Fábrica de Armas de Itajubá, que era uma escola importante da parte técnica. Fora a parte de engenharia, que tinham muitos engenheiros também que eram formados lá e que vinham pra cá trabalhar na região⁵².

A categoria metalúrgica, portanto, era atravessada por diversas divisões. Apesar do predomínio de paulistas e mineiros, havia ampla diversidade de locais de origem e uma multiplicidade de funções dentro de cada uma das empresas, com níveis de formação variados. Como evidencia José Luís Gonçalves, mesmo entre os mineiros existia uma diferenciação entre operários não especializados, “da produção”; especializados, com experiência prévia e formação técnica; além dos engenheiros, dotados de formação em nível superior. A categoria, enfim, era composta por guardas, faxineiros, ajudantes, almoxarifes, preparadores, pintores, aprendizes, operadores de máquinas, mecânicos,

⁴⁹ *Idem.*

⁵⁰ Por exemplo, Pastoral Operária, Justiça e Não Violência, Círculos Bíblicos, Peregrinação de Líderes Cristãos (PLC), Pastoral da Família, Pastoral da Juventude, Sal da Terra, além de membros de comunidades de Igrejas de bairro, como a do Bosque dos Eucaliptos, bairro marcadamente metalúrgico. “Cristãos com a Chapa 1”, 1989. CPV-SP, Pasta Trabalhadores Metalúrgicos SP, Subpasta São José dos Campos. O ex-assessor do SMSJR, Moacyr Pinto da Silva, também observou a existência de grupos de militantes católicos na base do sindicato. Cf. Entrevista com Moacyr Pinto da Silva, concedida ao programa de TV “História e Memórias”, Parte 2, 05/02/2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ynbBPhe0Dks>>. Acesso: 26/06/2014

⁵¹ MEDEIROS, *op. cit.*, 2006, p.3.

⁵² Entrevista com José Luís Gonçalves, concedida ao programa de TV “História e Memórias”, Parte 1, 12/03/2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ugdrbuUkifs>>. Acesso: 26/06/2014.

eletricistas, controladores, chapeadores, fresadores, soldadores, ferramenteiros e ainda inspetores, encarregados, contadores, engenheiros, entre outros, como é possível perceber por meio do próprio *Livro de Registro de Associados* do SMSJR. A diferenciação interna poderia variar também segundo o regime de remuneração do trabalho, por hora ou por mês, por vezes ocasionando discriminações entre “horistas” e “mensalistas”. Trata-se, portanto, de categoria bastante heterogênea, ao contrário da imagem de uma “mineirada” com experiência prévia na metalurgia e/ou qualificação técnica.

João Roberto foi um dos milhares de homens e mulheres que saíram de diversas localidades de Minas Gerais em direção a São José dos Campos esperando encontrar trabalho e moradia. Em 1966, aos 20 anos, ele deixou a “roça” e deu início à sua trajetória:

Lá em Minas eu trabalhava na roça [...], na zona rural. Aí passei em São Lourenço, trabalhei um pouco nos hotéis [...] dando uma aquecida, pegando um pouco de ambiente, porque o cara mesmo sai da enxada é terrível, não sabe nem falar direito. Passei por São Lourenço, trabalhei um pouco lá, fiz um curso de garçom, trabalhei um pouco de garçom e vim embora para cá. Chegou aqui, eu entrei na Ericsson [...]. Nas fazendas não tava empregando mais ninguém, nem eu ia querer mais ficar na roça, né?⁵³

Assim, João Roberto foi para o interior do Estado vizinho, que naquele momento encontrava-se em pleno processo de crescimento econômico. A escolha do local de destino levou em conta o fato de haver um “conhecido” morando e trabalhando na cidade. Desse modo, ele mobilizou vínculos preexistentes – o contato com um parente ou, mais provável, um conterrâneo já instalado no local – para obter arranjos e informações a respeito da possibilidade de instalar-se na cidade. Agindo assim, ele conseguiu o primeiro emprego no setor industrial, trabalhando na Ericsson por quase seis anos e mudando para a Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER) no início dos anos 1970. A empresa de aviões havia sido instalada em 1969 e começava a produzir seus primeiros modelos naquele início de década. Nesse período, deviam ser amplas as oportunidades de emprego na EMBRAER àqueles qualificados para o tipo de trabalho exigido, como indica o próprio operário:

A Embraer tava pegando gente nessa época (...) que tinha alguma experiência de oficina, algum curso de mecânica, pra poder jogar direto na produção, que eles estavam com uma carência muito grande de mão de obra na área de chapeamento... Tinha escolinha, né? E também pegava esses caras e jogava direto

⁵³ Entrevista com João Roberto Faria *apud* MEDEIROS, *op. cit.*, 2006, p.22-23. A entrevista foi concedida à autora.

pra *agilizar a produção*, então eu fui um desses caras, fui pego e me jogaram na produção e foi difícil porque eu nunca fiz avião, né? Mesmo com curso do SENAI, que eu tinha, com alguma experiência e com alguma coisa que eu aprendi na Ericsson, na produção lá trabalhava em prensa, *eu tive muita dificuldade na Embraer... Por pelo menos duas ou três vezes, eu via que eu tava com o pescoço a prêmio*, né? Mas com esforço muito grande eu fui pegando habilidade, fui aprendendo a controlar aquelas ferramentas, né? E comecei a produzir, começou a dar certo e eu fui ficando. Eu trabalhei no Bandeirante-0, pra você ter uma ideia, né?⁵⁴

Recrutado para produzir aviões, João Roberto revela a dificuldade inicial em aprender aquele novo ofício mesmo para um operário como ele, carregando na bagagem um curso profissionalizante, além de considerável tempo de experiência anterior no ramo metalúrgico. A “escolinha”, assim, poderia funcionar como instância de triagem dos operários recrutados, revelando à direção da empresa as aptidões de cada um de seus membros e em quais seções da fábrica poderiam atuar. A adversidade enfrentada para formar a mão-de-obra para a produção aeronáutica foi igualmente notada por alguém no extremo oposto na hierarquia da empresa, o Coronel da Aeronáutica Ozires Silva, fundador e presidente da EMBRAER. Durante todo o período inicial da fábrica, sua preocupação esteve voltada para o “treinamento de pessoal”:

O avião, como produto industrial, é realmente complexo, envolvendo as mais variadas técnicas de produção [...] soldagem, rebitagem, colagem [...]. Essa real miríade de requisitos passou a requerer especialistas que simplesmente não existiam no Brasil. *Eles tinham que ser produzidos.*

Começamos com o *treinamento básico* para turmas dos novos empregados, tentando dar-lhes uma cultura geral básica que servisse de alicerce para o *treinamento especializado*. Algumas técnicas produtivas, além de exigir habilidades manuais cuidadosas, eram complexas e carregadas de procedimentos intermediários, os quais exigiam reais polivalências⁵⁵.

A produção aeronáutica na Embraer pode ser comparada à da indústria automobilística brasileira, que tinha na GM de São José dos Campos uma de suas grandes

⁵⁴ Entrevista com João Roberto Faria *apud* MEDEIROS, *op. cit.*, 2006, p.23. A entrevista foi concedida à autora. Os grifos são meus.

⁵⁵ SILVA, Ozires. *A decolagem de um sonho: a história de criação da Embraer*. 2ª ed. São Paulo: Lemos Editorial, 1999, p. 288. A preocupação com a formação da força de trabalho industrial por parte das empresas do Estado também foi observada por João Ricardo Ramalho no caso da Fábrica Nacional de Motores (FNM), empresa inicialmente concebida para produzir motores de avião no contexto da Segunda Guerra Mundial. Militar como Ozires Silva, o Brigadeiro Guedes Muniz, idealizador da FNM, chamou a atenção para a necessidade de “construir” o trabalhador brasileiro, tanto no que dizia respeito a sua educação técnica quanto disciplinar. Cf. RAMALHO, José Ricardo. *Estado-patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.43-49.

representantes. O Bandeirante, primeiro modelo de avião produzido pela Embraer e pelo recém-contratado João Roberto, demorava nove meses para ser fabricado e a “cadência de produção” previa apenas quatro unidades por mês, o que em determinado momento significaria 36 diferentes “ordens de fabricação” sendo executadas nas linhas de produção. Enquanto isso, as montadoras de automóveis, em geral, estabeleciam cadências de 12 mil ou mais unidades no mesmo período. Assim, enquanto um operário trabalhava, em média, 20 segundos em cada veículo produzido, na linha do Bandeirante um trabalhador dedicava 40 horas de seu trabalho a cada avião que decolava⁵⁶.

Isso demonstrava [...] que as indústrias eram diferenciadas e que o operário qualificado para montar um automóvel poderia ser bastante especializado em tarefas únicas e orientadas para um pequeno mundo à sua volta. No caso do empregado da indústria aeronáutica, responsável pela execução de 40 horas de trabalho por aeronave produzida, ele teria que se mostrar multivalente e capaz de executar tarefas diversificadas⁵⁷.

João Roberto também cursou um supletivo, talvez pré-requisito para obter formação profissional e fazer-se o trabalhador polivalente que o coronel Ozires desejava produzir. Nas aulas de português, o operário tomou gosto pela literatura, o que o levou a se tornar escritor⁵⁸. *Visto de fora*, um de seus livros, conta a história de Júlio, personagem que, como o autor, veio da roça para trabalhar nas fábricas metalúrgicas de uma “cidade longínqua”, situada num vale⁵⁹. Em alguns momentos desta dissertação, os trabalhadores metalúrgicos conhecidos através da pesquisa em variadas fontes documentais dividirão espaço com os personagens da narrativa de João Roberto. Embora não tenha sido explicitado diretamente, a obra do metalúrgico possui um evidente caráter autobiográfico⁶⁰ e, nesse sentido, poderá ser utilizada como complemento ao restante do corpo documental pesquisado. Ambientada “no fim de um longo período de autoritarismo em que a palavra liberdade já era alardeada por todos os cantos”, mas onde o “bom senso recomendava alguns cuidados”, a obra pode

⁵⁶ SILVA, Ozires, *op. cit.*, p.290.

⁵⁷ *Idem*.

⁵⁸ MEDEIROS, Mônica, *op. cit.*, p.25.

⁵⁹ João Roberto Faria. *Visto de Fora*, São José dos Campos: Papercrom Editora e Gráfica, s.d.

⁶⁰ O próprio autor reconheceu que “o escritor escreve o que ele viu, o que ele sentiu, o que ele presenciou, o que ele viveu é o que ele escreve. Então, obviamente, se eu tenho uma vida voltada pro trabalho, pra fábrica... pra política, né? Tenho [...] um engajamento político de esquerda [...], isso vai transparecer no meu trabalho [...] se eu for escrever um romance, vai aparecer, no cotidiano dos personagens vai ter greve [...], vai ter uns problemas do dia a dia do trabalhador”. Entrevista com João Roberto Faria *apud* MEDEIROS, *op. cit.*, 2006, p.26. A entrevista foi concedida à autora.

fornecer algumas pistas a respeito da experiência dos metalúrgicos de São José dos Campos entre a segunda metade dos anos 1970 e os anos 1980. Saltam aos olhos as similaridades com os problemas e as lutas vividas pelos operários nos anos 1970, como as condições degradantes de trabalho, a greve de 1979 ou o caso da Embraer no início dos anos 1980.

As trajetórias de muitos homens e mulheres que se tornaram metalúrgicos no Vale do Paraíba envolveram estratégias semelhantes às utilizadas por João Roberto ou apresentadas na narrativa da vida de Júlio, personagem principal de seu romance. Redes de relações tecidas com familiares e conterrâneos foram dispostas por esses sujeitos visando à inserção na nascente indústria metalúrgica do Vale:

Os trabalhadores que vinham de Minas Gerais para São José dos Campos, geralmente o faziam porque *tinham algum conhecido, amigo ou parente que já morava na cidade, assim ficavam na casa destes por um tempo até estabelecerem-se num emprego. Outros ficavam em pensões. Tinham a expectativa de arrumar rapidamente um serviço para poderem trazer suas famílias*⁶¹.

A estratégia migratória poderia envolver, desse modo, a saída de um dos membros da família em direção à futura localidade de trabalho e moradia. O pioneiro poderia instalar-se na casa de um conhecido para procurar emprego, condição prévia para fixar moradia e trazer o restante da família. Para encontrar trabalho, relações interpessoais estabelecidas na comunidade de origem poderiam ser fundamentais:

Eu e meu marido somos nascidos no Rio de Janeiro, casamos e viemos para São José [...] o meu cunhado arrumou um emprego aqui para o meu marido, no CTA, como técnico eletricista, e viemos para casa aqui no Jardim Satélite, isso mais ou menos 1975⁶².

Os pais de Júlio, por sua vez, foram os “primeiros a vir para São Paulo atrás dos filhos num período de êxodo, fazendo assim com que a casa deles se tornasse um ponto de encontro”, uma “porta de entrada para tantos jovens que para aqui vieram, em busca de trabalho”. Por outro lado, as pensões eram provavelmente uma opção aos que não conseguiam estabelecer contatos antes de chegarem à cidade. Assim, a experiência de procurar emprego e moradia era realizada no curso de um “processo de ressocialização”.

⁶¹ MEDEIROS, Mônica, *op. cit.*, p.24. Grifos meus.

⁶² Entrevista com Isabel Monteiro de Góes, em 15/08/2008. FERREIRA, D. e DOS SANTOS, S. *Memórias do bairro Jardim Satélite*. Trabalho de Conclusão de Curso. São José dos Campos: Univap, 2008, p. 10.

Nesse processo de mudança, a família permanece como lugar central de reelaboração de experiências de seus membros e de construção de projetos de vida. A mobilização de laços interpessoais não constitui um resíduo de padrões tradicionais, que tenderiam a sumir com o progresso da urbanização, mas são relações que constituem a vida urbana e nela são atualizados. Ao recorrer à família em busca de apoio, “o migrante recupera e (reinterpreta) toda uma constelação de normas de valores comunitários no interior das relações societárias”⁶³.

Chegar a São José dos Campos e tornar-se metalúrgico nem sempre foi o primeiro destino na trajetória migratória desses trabalhadores, como revelou o próprio João Roberto. Luís Carlos Pontes deixou Santos Dumont, no sul de Minas Gerais, para trabalhar na Embraer em 1971, aos 19 anos, e permaneceu no setor de Controle de Produção da empresa apenas até 1973, quando se mudou para Juiz de Fora, dando continuidade aos estudos de Engenharia. Anos depois, retornou à cidade para trabalhar como engenheiro. José Cezar da Silva, outro mineiro de Santos Dumont, começou trabalhando na São Paulo Alpargatas assim que chegou a São José dos Campos em 1972. Em seguida, foi empregado da GM até 1979 e em 1980 cursou o SENAI, empregando-se na MCR, AEMA e na Fi-El. Rogério Alves, por sua vez, trabalhou “no meio rural, na construção civil e na indústria metalúrgica” até ser demitido da ENGESA em 1981 por envolvimento numa greve⁶⁴. Por outro lado, entre a população residente de São José dos Campos em 1980, mais de 95% dos migrantes declararam ter sempre morado na mesma situação domiciliar, evidenciando que após terem chegado a São José, a maior parte deles elegeu a cidade como destino final⁶⁵.

A formação de novos bairros é lembrada por seus moradores como um período marcado pela experiência de viver em locais sem infraestrutura e serviços básicos como água, energia elétrica, calçamento, asfalto, saneamento ou transporte público, contrastando com a vida no presente⁶⁶. Referências aos bairros como um “matagal”, “escuro” e

⁶³ SADER, Eder, *op. cit.*, p. 95.

⁶⁴ *Jornal Terra, Trabalho e Liberdade*, ano 1, nº 1, Agosto de 1982, Aesp, Setor Deops, Dossiê 20-C-44, fls. 26126.

⁶⁵ *Vale Paraibano*, 30/04/1986.

⁶⁶ Para depoimentos de antigos moradores do Jardim Satélite, bairro em formação na década de 1960, ver: FERREIRA, D. e DOS SANTOS, S. *Memórias do bairro Jardim Satélite*. Trabalho de Conclusão de Curso. São José dos Campos: Univap, 2008.

“poeirento” são constantes. Diante de tais condições, um antigo metalúrgico da GM e morador do bairro Jardim Satélite, foi aconselhado pelos colegas na fábrica a retornar “para a cidade”⁶⁷, evidenciando as condições precárias daquele novo local de moradia, até então uma área periférica, excluída da “cidade” pelos demais operários da indústria automobilística. Tais condições de moradia são próprias a um padrão de urbanização no qual lotes tipicamente rurais são comercializados para desempenhar funções urbanas.

O “esquecimento” pelo poder público em relação aos bairros e seus moradores torna-se evidente por meio da leitura dos jornais locais, que retratavam constantemente ao longo das décadas de vigoroso crescimento urbano da cidade, os problemas vividos pela população de diversos bairros e suas reivindicações diante de sucessivas Prefeituras⁶⁸. Essa condição parece ter exigido a organização dos moradores para concretizar suas demandas por serviços de infraestrutura em suas ruas. O metalúrgico Brás Cândido dos Santos, por exemplo, foi presidente da Sociedade de Amigos do Bairro (SAB) do Parque Santa Rita, onde “encampou a luta pela legalização dos loteamentos clandestinos e a campanha pelo asfaltamento”, enquanto o operário da Fi-El, Plínio Dias, lutou “por um melhor atendimento da população” e “esteve à frente das reivindicações para o funcionamento de [diversas] linhas de ônibus” interligando os bairros da cidade⁶⁹. Entre o final dos anos 1970 e início da década de 1980, o metalúrgico católico Edemir de Paula frequentava as reuniões em sua paróquia para tentar “influenciar o pessoal” a ir à Câmara Municipal reivindicar “asfalto, esgoto e luz” para o “bairro novo” Palmeiras de São José, onde ele foi morar com a esposa no fim dos anos 1970⁷⁰.

Além dos problemas de infraestrutura nos locais de moradia da classe trabalhadora, o déficit habitacional é outra consequência da acelerada industrialização de São José dos Campos a partir do fim da década de 1950 e faz parte da experiência de muitos migrantes que chegavam à cidade em busca de emprego, ganhando frequentemente as páginas dos

⁶⁷ Entrevista com Luís Carlos Arantes, em 18/08/2008. FERREIRA e DOS SANTOS, *op. cit.*, p.15.

⁶⁸ Por exemplo, no jornal *Valeparaibano*: “Vila Anhembi: o retrato do abandono”, 09/03/1979; “Limoeiro quer água, esgoto, telefone e mais segurança”, 14/03/1979; “Jardim Flórida: análise de todos os problemas do bairro”, 24/03/1979; “Iluminação já, pede o Valparaíba, mas o prefeito não paga a conta”, 14/04/1984.

⁶⁹ *Terra, Trabalho e Liberdade*, ano 1, nº 1, Agosto de 1982, AESP, Setor Deops, Dossiê 20-C-44, fls. 26126.

⁷⁰ Entrevista com Edemir de Paula, “Passarinho”, concedida ao programa “História e Memórias, Parte 2, 26/06/2014. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=HMrFxm6mpMk>, Acesso: 30/06/2014.

jornais locais. Em 1959, um desses diários notou que cotidianamente muitos migrantes “chegam à nossa cidade, esperançosos por dias melhores para eles e suas famílias” e que “o problema de moradia” havia piorado inegavelmente “após a instalação de grandes estabelecimentos como a planta da General Motors, a Johnson e Johnson e outras”, atraindo mão de obra de outros lugares em busca de uma “Canaã do século XX”. Embora crescesse rapidamente, a cidade não estaria preparada para abrigar toda aquela população, tornando “urgente que os vereadores da cidade examinassem a seriedade do problema”⁷¹.

Anos depois, em agosto de 1972, um dos maiores periódicos do país noticiou que o “grande desenvolvimento” de São José dos Campos a transformara em “polo de atração de muitas famílias residentes em outras localidades”, mas os que não conseguiam obter emprego e estabilizar-se com seus familiares, tornavam-se “ociosos” e entravam rapidamente num “processo de marginalização”: seus filhos passavam a mendigar nas ruas, e frequentemente eram vistas “mulheres maltrapilhas e mocinhas se prostituindo”⁷². Classes ociosas, classes perigosas. As políticas adotadas pelo poder público nesse contexto evidenciam que a “marginalização” dos desempregados tornou-se um problema social de monta e revelam uma faceta perversa da experiência das classes subalternas naquele processo:

Os desempregados vindos de outras localidades e que aqui permaneciam perambulando, vivendo da caridade pública e perturbando o sossego nas casas de comércio, praças públicas, etc., estão sendo visados pela “*operação retorno*” da Prefeitura Municipal, que os está devolvendo a seus pontos de origem⁷³.

Em cumprimento à determinação do “programa” da Prefeitura, os que não tivessem profissão definida e procurassem a cidade “para viver da caridade pública” deveriam ser “recolhidos” e “devolvidos” a seus locais de origem⁷⁴. Apesar disso, o problema de moradia persistiu, já que anos depois foi notada a existência de “várias favelas” em São José dos Campos, “fruto quase que exclusivo de um processo migratório intenso e constante”⁷⁵. As sucessivas administrações municipais, por sua vez, fechavam cada vez

⁷¹ *O Diário de São José dos Campos*, 06/03/1959 apud AVELAR, *op. cit.*, p.142-143.

⁷² *Folha de S. Paulo*, 10/08/1972.

⁷³ *Folha de S. Paulo*, 10/08/1972.

⁷⁴ *Idem*.

⁷⁵ *Valeparaibano*, 14/03/1979.

mais o cerco sobre esses migrantes, desativando programas de orientação, fechando instituições de acolhimento e cortando o fornecimento de alimentação, abrigo e passagens para outras cidades⁷⁶. Entre os metalúrgicos, o “déficit de moradias” também foi apontado pelo sindicato da categoria, embora associado à crescente procura por casas, resultante do crescimento da migração e do conseqüente aumento dos aluguéis pelos proprietários, que estariam se aproveitando para “enriquecer” à custa dos trabalhadores⁷⁷. Portanto, o problema de moradia para os metalúrgicos envolveria, além das mencionadas reivindicações de melhorias nos bairros, a tentativa de aquisição da casa própria⁷⁸. Daí as sucessivas iniciativas dos dirigentes do SMSJR durante a década de 1970 para concretizar esse importante “patrimônio” para seus associados, recorrendo ao Banco Nacional de Habitação (BNH), à Cooperativas habitacionais, à políticos locais e até mesmo ao general Ernesto Geisel⁷⁹, embora tenham reconhecido, desapontados, que “infelizmente, nem todos compreendem o que vale a casa própria na constituição do patrimônio de cada um, especialmente do trabalhador”⁸⁰.

⁷⁶ “O drama da migração”, *Valeparaibano*, 26/08/1984.

⁷⁷ *Folha do Metalúrgico*, Outubro de 1974.

⁷⁸ A casa própria ocupava o primeiro lugar nas aspirações, projetos e estratégias das famílias de trabalhadores na década de 1970 SADER, Eder, *op. cit.*, p. 110-111. De acordo com um metalúrgico de São José dos Campos, “o trabalhador aqui ele não era um favelado, né [...] Como o trabalhador tinha muito emprego formal, você saía dum emprego, achava outro, o trabalhador morava simplesmente, mas morava numa casa, né?”. Entrevista com Ernesto Gradella Neto, concedida ao autor, 10/05/2013.

⁷⁹ Cf. *Folha do Metalúrgico*, Outubro de 1974, Outubro de 1975, Maio de 1976, Dezembro de 1976; *Ata de Reunião Ordinária*, 08/05/1976; *Ata de Reunião Ordinária*, 12/02/1977.

⁸⁰ *Folha do Metalúrgico*, Dezembro de 1976.

CAPÍTULO 2:

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (1956-1979)

Os primeiros passos

O ritmo acelerado de desenvolvimento econômico que envolveu o Brasil nos anos 1950 esteve relacionado ao surgimento de novos ramos de atividade em diversas localidades do país, o que abriu caminho à fundação de novos sindicatos, garantida pela legislação da década de 1930. O número de sindicatos de trabalhadores no Brasil mais que dobrou entre o fim do primeiro governo Vargas e as vésperas do golpe militar: eram 873, em 1945 e passaram a 1.883, em 1963⁸¹. O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos foi uma das entidades que surgiram nesse período, a partir da iniciativa de um grupo de operários da Ericsson – instalada na cidade em 1954 –, que “idealizou criar uma associação da categoria”⁸² para solucionar problemas vividos no local de trabalho.

Considerando injusto o desconto dos uniformes da empresa em seu salário, José Domingues da Silva Sobrinho teria iniciado conversas com seu chefe, João Miguel dos Santos, para tentar solucionar a questão. Além disso, ele teria conversado com o irmão, Cecílio Domingues Neto, então presidente do Sindicato dos Ceramistas de São José dos Campos, e foi aconselhado a criar uma Associação, primeiro passo para fundar um Sindicato de acordo com a legislação vigente à época⁸³. O grupo reuniu-se na entidade dos ceramistas no dia 29 de fevereiro de 1956 para articular a fundação da associação metalúrgica. Durante o processo, contudo, João Miguel dos Santos teria sido identificado pela empresa como “um dos líderes do movimento” e prontamente demitido, o que revela o caráter refratário da empresa à organização de seus empregados. O projeto da nova entidade ficou, então, a cargo de José Domingues⁸⁴ e é possível que ele tenha escapado à vigilância das chefias e à demissão ao conduzir as discussões, o trabalho de organização e de

⁸¹ MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998, p.122.

⁸² *Folha do Metalúrgico*, Maio de 1976, AEL, Fundo Dieese, Pasta J/3293.

⁸³ Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, *Revista Comemorativa dos 50 anos de fundação – 1956/2006*, p.5. Disponível em <http://www.sindmetalsjc.org.br/sindicato/historia>, Acesso: 12/11/2012.

⁸⁴ *Folha do Metalúrgico*, Maio de 1976.

convocação das reuniões seguintes dentro dos banheiros da Ericsson, estratégia usada por outros grupos de trabalhadores em diferentes locais e períodos⁸⁵.

Agindo nos pequenos espaços deixados pelo controle patronal, os metalúrgicos joseenses conseguiram organizar-se para uma assembleia geral em 14 de março de 1956 no Sindicato dos Ceramistas da cidade, onde algumas dezenas deles compareceram e decidiram fundar a Associação dos Metalúrgicos de São José dos Campos e constituíram sua primeira direção, presidida por José Domingues da Silva Sobrinho⁸⁶. A Associação funcionou temporariamente no Sindicato dos Ceramistas e “para conseguir sobreviver às dificuldades financeiras” advindas das mensalidades de poucos associados, uma “subvenção” foi solicitada à Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo (FMSP) e à Prefeitura de São José dos Campos. O relato sobre a fundação da entidade permite perceber as alianças que estão na origem do Sindicato. Além de mobilizar vínculos familiares para reunir recursos e informações necessários para fundar a entidade, Domingues buscou apoio financeiro junto à FMSP, inaugurando uma aliança que se estreitaria durante todo o período em que ele esteve na direção do SMSJR.

O relato sobre a criação do sindicato apresentado em seu vigésimo aniversário inscreve seus fundadores na história da categoria, enfatizando a grande importância da iniciativa e dos esforços por eles realizados para levar adiante o projeto de construção de uma associação sindical dos metalúrgicos. Num período em que não detinham o direito de afastar-se da produção para dedicar-se integralmente à vida sindical, as atividades teriam ocorrido “à noite, nos domingos e feriados, com grandes sacrifícios” para “garantir a sobrevivência da entidade”. Além disso, é mencionada a demissão de José Domingues pela Ericsson em 1958 após mover uma ação judicial da categoria contra a empresa, o que o

⁸⁵ O banheiro foi caracterizado como “lugar denso de sociabilidade” dos têxteis da Companhia de Tecidos Paulista (CTP) de Pernambuco nos anos 1950. No mesmo período, metalúrgicos e têxteis de São Paulo usavam o banheiro, “longe do olhar dos patrões, mestres e contramestres”, para “descansar, encontrar, trocar informações e organizar a resistência nos demais espaços da fábrica” e nos anos 1970, este espaço seria “o grande fórum da agitação” dos metalúrgicos dessa cidade. Daí as tentativas dos gerentes e empresários em controlar seu uso e os esforços dos operários para preservá-lo. João Roberto Faria também descreveu esse espaço como local das conversas entre operários sobre uma possível greve na fábrica. Cf. LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”*. São Paulo/ Brasília: Marco Zero/Editora da UnB, 1988, p.577; LEAL, Murilo Pereira. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*, Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p.155; FARIA, João Roberto, *op. cit.*, p. 88-89.

⁸⁶ Além de Sebastião José Bueno e Carmerino Pereira dos Santos. *Folha do Metalúrgico*, Maio de 1976.

levou a trabalhar numa fabriqueta no centro da cidade. No dia 25 de setembro daquele mesmo ano e funcionando num salão alugado, a associação receberia sua *Carta de Reconhecimento* do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), tornando-se o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos⁸⁷.

O período 1960-1968

As informações a respeito da atuação do sindicato, das experiências dos metalúrgicos e de sua relação com essa entidade entre o final dos anos 1950 e a primeira metade da década de 1970 são bastante escassas. É possível conhecer parte dessa experiência a partir do início dos anos 1960 por meio de alguns registros presentes nas atas de reuniões e assembleias ordinárias e extraordinárias, já que o sindicato não contava com uma publicação regular e os raros números preservados da *Folha do Metalúrgico* são da segunda metade dos anos 1970. A primeira edição do informativo da categoria foi lançada em 1968, embora sua publicação tenha sido interrompida em momento desconhecido e relançada somente em 1974.

A leitura de centenas de páginas das atas revela principalmente os problemas e conflitos vividos pelos metalúrgicos nos locais de trabalho e suas contínuas investidas para transformar o sindicato num mediador para os impasses do chão de fábrica. No dia 5 de novembro de 1962, os operários da Fi-El reuniram-se com José Domingues nas portas da siderúrgica para saber sobre as negociações do pagamento de uma antecipação salarial, do adicional noturno e de insalubridade, que haviam sido encaminhadas à direção da empresa por meio de um ofício. Eles também se queixaram dos “maus tratos praticados por diretores, chefes e encarregados” e reclamaram das condições de trabalho na empresa, citando a falta de água para beber ao final do expediente⁸⁸. Os problemas persistiram vinte dias após essa reunião, o que levou 34 trabalhadores à sede do sindicato para fazer diversas reclamações sobre o trabalho na fábrica: as profissões não vinham sendo anotadas nas carteiras de trabalho, o adicional noturno continuava não sendo pago, faltavam água e equipamentos de proteção e as férias eram concedidas irregularmente. Como de praxe, a

⁸⁷ *Idem.*

⁸⁸ *Ata da Reunião Extraordinária dos Operários da Fi-El, 05/11/1962.*

direção sindical enviou ofício à empresa para expor as insatisfações de seus empregados, exigindo “resposta urgente” e a tomada das devidas providências para regularizar aquela “situação precária”⁸⁹.

Em janeiro de 1963, trabalhadores da GM também foram à sede do sindicato para denunciar o encarregado de sua seção, Orlando Firmino da Silva, “que agiu ferindo o artigo 483 da CLT”⁹⁰, talvez por pressioná-los a produzir mais. Queixa semelhante partiria dos operários da Fie-El, dessa vez pedindo ao sindicato a notificação da firma contra os abusos cometidos por Antonio Francisco Perez, que por gozar “de boa confiança por parte da diretoria” da empresa e ser “um cidadão estrangeiro”, “usava e abusava de seus direitos” e “queria escravizar a pessoa dos trabalhadores brasileiros”⁹¹. Na Ericsson, os operários se reuniram durante todo o mês de outubro de 1963 para solucionar um conflito parecido. Eles foram ao sindicato levar ao conhecimento da direção as “atitudes deselegantes” do chefe de seção da ferramentaria daquela empresa, Francisco Pidelacierva, conhecido como “Paco”. José Domingues, mais uma vez, enviou ofício “com urgência” para expor as irregularidades ocorridas e solicitar à direção da empresa as medidas cabíveis⁹². Em novo encontro, quase uma semana depois, os trabalhadores informaram que nenhuma medida havia sido tomada pela empresa e tudo caminhava como antes. O “poderoso” encarregado continuava abusando dos direitos de seus subordinados, “embora” fosse estrangeiro, demonstrando uma má conduta “frente aos companheiros” e fazendo deles “escravos de si ou da indústria”⁹³.

Apesar das promessas de Domingues de que as medidas necessárias seriam tomadas pela entidade metalúrgica, a situação na fábrica tornou-se mais grave. Dois dias depois, os operários voltaram ao sindicato, dessa vez não apenas para requerer o afastamento do encarregado da ferramentaria, mas para exigir que algo fosse feito para anular uma punição

⁸⁹ *Ata da Reunião dos Operários da Fi-El*, 25/11/1962.

⁹⁰ *Ata da Reunião dos Operários da General Motors do Brasil*, 13/01/1963. O item previa o direito do empregado rescindir o contrato de trabalho e receber indenização em situações em que fosse prejudicado pelo “empregador ou seus prepostos” com a exigência de serviços superiores às suas forças, contrários aos bons costumes ou alheios ao contrato de trabalho, com rigor excessivo ou que os expusesse a perigo manifesto.

⁹¹ *Ata da Reunião dos Operários da Fi-El*, 22/01/1963. Grifos meus. A pressão das chefias na hora das refeições também foi objeto de reclamações. Cf. *Ata da Reunião em conjunto com Operários da Bendix e da Fi-El*, 22/01/1963.

⁹² *Ata da Reunião dos Operários da Ericsson*, 02/10/1963.

⁹³ *Ata da Reunião dos Operários da Ericsson*, 08/10/1963.

imposta pela empresa aos ferramenteiros. Eles foram suspensos, provavelmente por terem tomado alguma iniciativa contra os abusos de seu superior, diante da omissão da empresa e dos inférteis ofícios usualmente enviados a ela pela direção sindical. Culmando a Ericsson pela situação, os ferramenteiros decidiram formar uma comissão de negociação, composta por Walter Schmidt, Ermani Benedito, David Gomes da Silva, Benedito César de Souza, acompanhados pelo presidente José Domingues e pelo advogado do Sindicato, Irineu Malta⁹⁴.

No dia seguinte, nota-se um crescimento da mobilização na fábrica com a presença de 130 operários da Ericsson em nova reunião. Eles reafirmaram as exigências de afastamento do encarregado Paco e a anulação das suspensões, visando também difundir a todos os empregados da Ericsson do Brasil “a situação irrespirável em que se encontra a secção ferramentaria, por ato de inabilidade” daquele chefe. Em votação unânime, aprovaram a paralisação total da indústria por 15 minutos “em solidariedade aos operários da ferramentaria e em sinal de protesto contra a omissão da Diretoria no acatamento às justas reivindicações dos operários daquela secção⁹⁵”. No dia seguinte, em reunião dos ferramenteiros com os operários das demais seções da Ericsson, vários deles fizeram uso da palavra. Walter e Ermani, entre os ferramenteiros, Araque, Anacleto, Geraldo, Taubaté, José Inácio, provavelmente de outras seções da fábrica. Opinaram “por não retornarem ao trabalho na próxima segunda-feira”, embora soubessem que ao fazê-lo corriam o risco de demissão. Essa foi a última vez que o impasse foi mencionado nas atas⁹⁶.

Apesar disso, é importante ressaltar que os operários tomaram suas próprias medidas para solucionar o problema. Diante da intransigência patronal e de um sindicato que se limitava a tentar resolver os conflitos fabris institucionalmente, os trabalhadores decidiram tomar a dianteira e formar uma comissão para negociar com os patrões, trazendo o sindicato a reboque, e depois começaram a mobilizar o restante da fábrica numa paralisação relâmpago. Essa forma de ação autônoma não significa que estivessem insensíveis à postura acomodada de sua entidade. Não à toa, a primeira medida adotada foi exatamente procurar a direção sindical para que ela desse cabo do impasse, o que sugere a

⁹⁴ *Ata da Reunião dos Operários da Ericsson*, 10/10/1963.

⁹⁵ *Ata da Reunião dos Operários da Ericsson*, 11/10/1963.

⁹⁶ *Ata Reunião dos Operários da Ericsson*, 12/10/1963.

intenção dos metalúrgicos em fazer do sindicato uma ferramenta de representação efetiva de seus interesses.

O ímpeto com o qual esses trabalhadores buscaram um sindicato que pudesse defender seus direitos daria origem a uma série de reuniões que, apesar de denominadas “extraordinárias”, se tornariam parte constituinte da ordem do dia nas pautas da entidade. Essa iniciativa dos metalúrgicos evidencia sua capacidade de ação autônoma, deixando para trás a direção sindical quando ela não se dispunha a ir adiante e mudar seus métodos para assegurar, de fato, a defesa dos interesses de seus representados. O desenvolvimento dos conflitos nos locais de trabalho, de resto, demonstra que tanto os trabalhadores quanto a direção do SMSJR buscaram resolvê-los negociando diretamente com os empresários. Inclusive, uma proposta de “reconhecimento de delegados do sindicato junto às empresas” com o objetivo de solucionar imediatamente os “problemas que tem surgido nas firmas” havia sido discutida no início dos anos 1960. Os sindicalistas desejavam dotar seus representantes no local de trabalho de poderes para “intervir imparcialmente, sem sofrer as consequências” das posições que eles teriam de tomar⁹⁷, evidenciando a aversão empresarial à organização dos trabalhadores na fábrica e em reconhecê-los como interlocutores legítimos nas negociações. As queixas dos metalúrgicos evidenciam igualmente o desrespeito à legislação trabalhista pelos patrões e a necessidade de pressioná-los para garantir seu cumprimento. Problemas de insalubridade e falta de higiene, abusos dos encarregados e chefes, punições, suspensões e demissões, insegurança no trabalho e até a falta de água, além dos baixos salários e as pressões para intensificar o ritmo de trabalho fizeram parte da experiência de trabalho nas fábricas metalúrgicas de São José dos Campos, embora não constituíssem uma particularidade da categoria nessa cidade.

As rugas com os encarregados de seção foram observações comuns entre os trabalhadores da GM, da Ericsson e da Fi-EL, três das maiores metalúrgicas da cidade naquele momento. Firmino, Paco e Perez foram acusados de abusos, maus tratos, e arbitrariedades contra seus subordinados dentro do local de trabalho. Certamente possuíam

⁹⁷ *Ata da Assembleia Geral Extraordinária*, 17/01/1960. Tudo indica que a proposta dos delegados sindicais não foi levada adiante, sendo resgatada somente 22 anos depois, em tom de relativa novidade por um militante do Partido dos Trabalhadores, sem que ele soubesse que, décadas antes, aquela mesma proposta já havia sido objeto de discussão de seus pares. Cf. *Ata da Assembleia Geral Extraordinária*, 07/02/1982.

carta branca das empresas para vigiar, controlar e pressionar os operários, com o objetivo de arrancar deles maior produtividade. Não à toa, a direção da Ericsson permaneceu impassível diante do conflito entre os ferramenteiros e o encarregado de seção, gerado por sua própria política de gerenciamento das relações de trabalho. Naquele contexto, estabelecia-se um conflito entre os operários e seus superiores, que embora também vivessem de salários, identificavam-se com os interesses da empresa e agiam contra seus pares. Como representantes dos patrões, Firmino, Paco e Perez eram os alvos imediatos do protesto da categoria contra uma disciplina no trabalho percebida como abusiva e comparada à própria escravidão. Nos casos de Paco e Perez, essa oposição de interesses pareceu ser reforçada ainda pelo fato de se tratarem de chefes estrangeiros, articulando a identidade de classe entre aqueles operários à sua identidade de “trabalhadores brasileiros”. Os operários da Ericsson, principalmente os da ferramentaria, assim como os da GM, parecem ter sido ponta de lança numa greve no início de 1964, possivelmente a primeira e única paralisação dos metalúrgicos de São José dos Campos entre 1956 e 1979⁹⁸.

Greve em Março de 1964

Os anos 1950 e a primeira metade da década de 1960 foram palco de grandes mobilizações do movimento operário e popular na Grande São Paulo, expresso pelo desenvolvimento de uma diversidade de experiências de luta conduzidas por partidos, sindicatos, órgãos intersindicais, comissões de fábricas, associações de bairro, entre outras. Particularmente no que se tange aos metalúrgicos de São José dos Campos, a experiência desse período foi bastante distante da realidade dos trabalhadores na Grande São Paulo, embora outra categoria de trabalhadores joseenses, os têxteis, tenha participado ativamente daquelas mobilizações⁹⁹. Há indícios de apenas uma greve deflagrada antes de 1964,

⁹⁸ Contudo, de acordo com uma revista do Sindicato, a primeira greve dos metalúrgicos de São José teria ocorrido na Ericsson, em 1963, pelo cumprimento do acordo coletivo assinado pela FMSP na campanha salarial daquele ano, que determinava reajuste de 80%. Cf. Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, *Revista Comemorativa dos 50 anos de fundação – 1956/2006*. Disponível em <http://www.sindmetalsjc.org.br/sindicato/historia>, Acesso: 12/11/2012.

⁹⁹ A primeira greve dos têxteis foi organizada na Tecelagem Paraíba, em 1935, pela União Fraternal Operária (UFO), organização intersindical com núcleo dirigente composto por membros do Partido Comunista do Brasil (PCB). Em 1946, os têxteis fundaram a Associação dos Empregados em Fiação e Tecelagem de São José dos Campos, em reunião na sede municipal do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e somente em 1954

situação que não mudaria antes até março de 1979. Isso não quer dizer, contudo, que as fábricas fossem regidas por relações harmoniosas entre operários, chefias e empresários, como observou-se no item anterior. Igualmente, não deixaram de ocorrer ações individuais contestando a ordem da produção dentro das usinas metalúrgicas. A esse respeito, um trabalhador da GM negou que o operário dessa fábrica fosse “carneirinho” e afirmou haver “muita iniciativa isolada”, embora não houvesse organização no interior da fábrica ou fora dela¹⁰⁰.

O que o pessoal fazia era por iniciativa própria, em legítima defesa. Pião (*sic*) enfiava parafuso na máquina lá, estourava a máquina e dizia: “vou descansar um pouco, vou no banheiro, certo?”. Então, enquanto a máquina estava estourada ele ia pro banheiro [...] Quer dizer, *era um meio de parar a produção, porque a gente tava estourando e o feitor em cima*. Era o único jeito e os outros companheiros sabiam disto...¹⁰¹

Havia ainda “uma luta ou outra” mais “coletiva, mais organizada, como foi o caso da paralisação na Usinagem I” ou a organização de “boicotes às horas extras, sem que aparecessem os cabeças”¹⁰². Nesse sentido, a não existência de organização formalmente reconhecida nos locais de trabalho e a crescente inoperância do sindicato não significa a ausência de organização e a redução das iniciativas operárias a “atos isolados”. As dicotomias entre organização e espontaneidade, racionalidade e irracionalidade deveriam ser relativizadas ao se considerar as ações coletivas da classe trabalhadora, uma vez que pressupõem o potencial de transformação social apenas nos movimentos organizados nos moldes dos modernos instrumentos de ação coletiva, como partidos ou sindicatos¹⁰³. Conforme observou um operário, embora existissem ameaças de punição, eles não estavam

foi criado o Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem da cidade, que incluiria a categoria na tendência nacional de politização do movimento operário, além de postar-se firmemente como defensor das reivindicações nos locais de trabalho. Os têxteis de São José participaram ativamente da greve dos 400 mil, em outubro de 1957, e da greve dos 700 mil, em outubro de 1963. A categoria apresentava, em 1960, um alto nível de organização na base, com um comitê de fábrica em cada indústria e um delegado sindical por seção fabril. AVELAR, Sônia M., *op. cit.*, 1985.

¹⁰⁰ Fundo de Greve dos Metalúrgicos de São José dos Campos, *op. cit.*, p.45

¹⁰¹ *Idem*, p.46. Grifos meus.

¹⁰² *Idem*, p.45-46.

¹⁰³ Essa afirmação está relacionada ao referencial interpretativo de Edward Thompson, que privilegiou a investigação da racionalidade própria a cada movimento ou forma de organização, partindo da análise das motivações, dos que delas participam e levando em conta a leitura que os sujeitos fazem do contexto em que vivem com base nos referenciais culturais e morais por eles compartilhados. Cf. THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

de “cabeça baixa”, pois na ausência do sindicato, a própria “peãozada organizava” ao se deparar com problemas no trabalho, tais como o “excesso de serviço, excesso de produção” ou “o feitor comendo o rabo da turma”. Esse tipo de movimentação “acontecia mais por amizade” e “o pessoal não se inspirava muito” para inicia-las¹⁰⁴. Dessa forma, sem a coordenação prévia de organizações formais como o sindicato, partidos ou comissões, os “peões” reagem ao cotidiano opressivo do trabalho mobilizando suas próprias redes de relações interpessoais, tecidas dentro e fora da fábrica, para organizar o “boicote” ao processo produtivo e sua resistência à “violência invisível”¹⁰⁵ vivenciada diariamente na empresa.

Em março de 1964, após o fracasso de diversas tentativas de negociação com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) na Delegacia Regional do Trabalho (DRT), a FMSP resolveu encaminhar um comunicado aos trinta sindicatos do interior do estado, que à época agrupavam cerca de 250 mil metalúrgicos. O documento deflagrava greve a partir de zero hora do dia 2 de março de 1964 para pressionar os empresários a cederem às reivindicações da categoria, entre as quais o aumento salarial de 120% foi considerado fundamental¹⁰⁶. Embora o presidente da FMSP, Argeu Egydio dos Santos, defendesse a “justeza” das reivindicações apresentadas e enfatizasse que “as autoridades federais, inclusive o primeiro mandatário da Nação”, haviam reconhecido seu “inequívoco fundamento moral, econômico, social e jurídico”, a contraproposta patronal não foi além do índice de 41% fornecido pelo Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho (SEPT). Desse modo, a matéria foi encaminhada ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) no dia 28 de fevereiro e a primeira Audiência de Instrução e Conciliação (AIC) ficou marcada para o dia 3 de março, evidenciando a motivação da deflagração da greve pela FMSP no dia anterior: pressionar os sindicatos patronais e dar maior celeridade à resolução do impasse.

¹⁰⁴ Fundo de Greve dos Metalúrgicos de São José dos Campos, *op. cit.*, p.47. Grifos meus.

¹⁰⁵ *Idem*, p.21.

¹⁰⁶ Além de vigência de 8 meses, revisão salarial após 4 meses, licença prêmio remunerada após 5 anos de vigência do contrato de trabalho, pagamento de férias em dobro, adicional de quinquênio de 5%. Processo TRT-SP nº 62/1964; *Folha de S. Paulo*, 29/02/1964.

Houve paralisações parciais com graus diferentes de adesão no ABC, Santos, Sorocaba, Taubaté, São Carlos, Ribeirão Preto, entre outras localidades¹⁰⁷. Fora das páginas da grande imprensa, como de costume, os metalúrgicos de São José dos Campos também promoveram a paralisação do trabalho, formando piquetes, conforme ficou registrado em ata da assembleia da categoria no dia 4 de março, ocasião em que 550 operários comemoravam o desfecho da greve¹⁰⁸. A GM e a Ericsson – e nessa última “especialmente” os ferramenteiros – parecem ter sido as fábricas mais mobilizadas, tendo em vista as saudações que esses operários receberam do presidente do SMSJR pela “tomada de posição” naquele movimento¹⁰⁹. O advogado do sindicato, Irineu Cardoso Malta, também se pronunciou para defender a legitimidade do “movimento grevista deflagrado”, mas condenou a ação dos piquetes, “fadados a desaparecer”, pois seriam “instrumentos para perseguir” operários que já saberiam “se conduzir”. Por outro lado, Malta defendeu o papel do sindicato como “posto central dos operários”¹¹⁰, evidenciando que a organização dos piquetes não foi uma iniciativa da entidade da categoria e que, dessa forma, é provável a existência de tensões entre dirigentes sindicais e ativistas de base.

A repressão policial ao movimento foi citada durante o plenário pelo tesoureiro Benedito Domingos, que propôs o envio de um telegrama à Secretaria de Segurança Pública (SSP) “protestando contra as arbitrariedades policiais” em relação aos grevistas¹¹¹. Diante dessa informação, não parece exagero imaginar que os piquetes dos trabalhadores, visando garantir a paralisação da produção para pressionar a Justiça do Trabalho e os empresários, tenham colidido com tropas policiais enviadas para garantir a manutenção do trabalho. A noção de “piquete contra piquete” é um aspecto pouco considerado na

¹⁰⁷ *Folha de S. Paulo*, 02/03/1964 e 03/03/1964.

¹⁰⁸ Após o golpe civil militar, ainda no início de abril de 1964, os párcos de São José dos Campos – fazendo eco aos pedidos de cassação do prefeito da cidade, José Marcondes Pereira, por seu suposto alinhamento aos comunistas –, afirmaram em seu manifesto que a “população ouviu os pronunciamentos do Senhor Prefeito Municipal nesses últimos meses de nítido apoio à subversão e assistiu estarecida *sua participação na greve política dos metalúrgicos, formando ‘piquetes’ nas portas das fábricas* e também defendendo intransigentemente a chamada ‘Bancada Nacionalista’, onde se vendia jornais e folhetos comunistas e subversivos”. *Correio Joseense*, 09/04/1964. Não foram encontradas outras informações sobre a referida greve, mas é provável que se trate do mesmo movimento grevista mencionado nas atas sindicais, ocorrido no começo de março daquele ano.

¹⁰⁹ *Ata da Assembleia Geral Extraordinária*, 04/03/1964.

¹¹⁰ *Idem*.

¹¹¹ *Ata da Assembleia Geral Extraordinária*, 04/03/1964.

apreciação das greves no período 1945-1964, isto é, o fato de que o piquete “não significa apenas o ajuntamento de grevistas dispostos em frente a uma fábrica ou um cordão em marcha nos bairros proletários”, mas também “o destacamento de soldados para a guarda avançada de postos estratégicos¹¹²”. Os piquetes, ademais, talvez devam ser “investigados como uma parte proeminente do repertório de ação coletiva dos trabalhadores da Grande São Paulo na segunda metade do século XX”, afirmação que pode ser ampliada para pensar o caso dos trabalhadores joseenses, “fornecendo importantes elementos de continuidade no processo de formação de classe em curso”¹¹³.

Nesse período, a GM e a Ericsson eram as duas maiores empresas metalúrgicas da cidade e locais de trabalho da maioria dos diretores do SMSJR, o que pode ter contribuído para que os operários nessas fábricas estivessem mais organizados e dispostos a atender o chamado de greve das lideranças. É possível, igualmente, que os piquetes mencionados pelo advogado da entidade tenham surgido entre grupos de operários dessas indústrias, que já haviam demonstrado, naquele último ano, capacidade de se auto-organizar para solucionar problemas do chão de fábrica. Sem que a direção sindical tomasse a iniciativa de organizar os piquetes, é possível que ela tenha sido capitaneada por ativistas de base, por meio do recrutamento de seus colegas mais próximos nas fábricas ou mesmo recorrendo a relações de amizade, parentesco, vizinhança, comunidade de origem, etc. Uma vez concretizada a parede nesses pontos de maior mobilização, as linhas de piquetes poderiam avançar pela Rodovia Dutra parando o trabalho em outras fábricas. Para o advogado dos metalúrgicos, essa iniciativa seria desnecessária, pois os operários sabiam como proceder diante da convocação da greve pelo sindicato, opinião na qual subjaz a concepção dos piquetes como a imposição violenta de uma “minoria”. O cordão de grevistas à frente da fábrica poderia ser, contudo, muito mais que a mera coerção aos fura-greves, servindo para garantir a continuidade da paralisação e impedir o isolamento das fábricas mais mobilizadas e a conseqüente concentração da repressão policial e patronal sobre elas. Poderia servir

¹¹² NEGRO, Antônio Luigi. *Linhas de Montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 44.

¹¹³ FONTES, Paulo e MACEDO, Francisco B. de, “Strikes and pickets in Brazil: working-class mobilization in the ‘Old’ and ‘New’ Unionism, the strikes of 1957 e 1980”. *International Labor Working-Class History*, nº83, 2013, p. 106.

ainda como uma proteção contra as possíveis represálias ao trabalhador que aderisse ao movimento¹¹⁴.

A importância dos piquetes como recurso da ação coletiva da classe trabalhadora pode ser medida pela baixa adesão a essa greve nas grandes indústrias de São Bernardo, onde os ônibus trafegavam com policiais, que guardavam também os estabelecimentos fabris, enquanto em Santo André, onde a ação dos piquetes havia sido “mais ativa”, o índice de paralisação havia superado 60%¹¹⁵. De qualquer maneira, a pressão do movimento grevista em diversos locais do estado mostrou-se efetiva, já que após dois dias de greve, as entidades patronais reapresentaram contraproposta no TRT e na tarde de 4 de março as partes entraram em acordo¹¹⁶, colocando fim à paralisação.

Alianças anticomunistas

A greve de 1964 põe em relevo novamente a aliança selada desde fundação do SMSJR, entre José Domingues da Silva Sobrinho e o presidente da FMSP, Argeu Egydio dos Santos. A concessão de procuração para que a Federação negociasse em nome dos metalúrgicos foi sempre a tônica das campanhas salariais da categoria em São José dos Campos, em geral deliberadas em assembleias esvaziadas. Um episódio ocorrido meses antes da greve permite entender um pouco mais as concepções que norteavam as alianças dos dirigentes metalúrgicos de São José.

Em 16 de dezembro de 1963, o SMSJR recebeu carta assinada por Joaquim Gonçalves, da secretaria nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), com um pedido para que os sindicatos enviassem telegramas às autoridades estaduais e federais reivindicando a liberdade dos dirigentes sindicais Afonso

¹¹⁴ *Idem.*

¹¹⁵ *Folha de S. Paulo*, 03/03/1964.

¹¹⁶ Aumento de 90% sobre a remuneração de 01/03/1963; Teto de Cr\$70.000,00 para a primeira região salarial mínima e Cr\$60.000 para a segunda região; Antecipação de 6 meses após a vigência do presente reajuste (01/09/1964); reajuste proporcional de 1/12 por mês de serviço aos admitidos após a data base; compensação dos aumentos concedidos após a data base, exceto os resultantes de promoção, maioria ou transferência; vigência de 1 ano; Diferenças devidas a partir de 01/03/1964; Nenhum empregado maior admitido antes da data base receberá menos que o mínimo regional vigente mais Cr\$6.000,00. Processo TRT-SP nº 62, 02/03/1964.

Delellis e José Araújo Plácido¹¹⁷. Diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, eles estavam presos desde o dia 29 de novembro de 1963 no quartel de Polícia do Exército sob a acusação de envolvimento direto nos movimentos que culminaram na rebelião de sargentos em Brasília em setembro daquele ano. Eram acusados de incitamento à desobediência, à indisciplina ou à prática de crime militar, pois teriam, junto a sargentos e suboficiais, distribuído e afixado “panfletos subversivos” em dependências administradas pelo II Exército¹¹⁸. O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a CNTI, o Pacto da Ação Conjunta (PAC) e o Pacto da Unidade e Ação (PUA) chegaram a sinalizar com uma greve geral de âmbito nacional para libertar os dois dirigentes, mas a ideia não se concretizou¹¹⁹. Uma passeata organizada para o dia 13 de dezembro pelo PAC foi proibida pelo Secretário de Segurança Pública e o *habeas corpus* foi negado aos dois dirigentes metalúrgicos, conforme atesta o pedido da CNTI ao SMSJR¹²⁰.

Diante do episódio, a direção do SMSJR recusou-se a atender ao pedido da CNTI e não redigiu qualquer moção em favor da libertação dos sindicalistas. Ao contrário, eles decidiram enviar “telegramas ou ofícios de protesto” ao Ministro do Trabalho, Amauri Silva, e ao Delegado do Trabalho, queixando-se de acontecimentos durante as últimas eleições da FMSP, quando teriam sido confrontados por aqueles mesmos dirigentes, então presos. Em seguida, decidiram enviar um ofício a Jango, “protestando contra nomeações de elementos de esquerda em repartições Estaduais e Federais¹²¹”. Dessa forma, José Domingues e os sindicalistas do SMSJR tomavam o lado de Argeu Egydio dos Santos e da FMSP e, dessa forma, colocavam-se contra seus adversários no movimento sindical: Delellis e Plácido, a CNTI, o PAC e o CGT. O Pacto da Ação Conjunta (PAC) havia feito críticas ao mandatário da FMSP, condenando seu pronunciamento, que “de forma vergonhosa” teria caluniado o “verdadeiro e sadio movimento sindical, do qual é [sic] expressão autêntica aqueles valorosos líderes ora arbitrariamente presos”. O PAC observou ainda que, diferentemente de Argeu, Plácido e Delellis não eram líderes impostos aos

¹¹⁷ *Ata da Assembleia Geral Extraordinária*, 16/12/1963.

¹¹⁸ *Folha de S. Paulo*, 30/11/1963.

¹¹⁹ *Folha de S. Paulo*, 03/12/1963 e 05/12/1963.

¹²⁰ Eles só seriam soltos no dia 11 de janeiro de 1964, quase 45 dias após a prisão.

¹²¹ *Ata da Assembleia Geral Extraordinária*, 16/12/1963.

trabalhadores por uma votação não representativa. Seriam eles os legítimos representantes de mais de 400 mil trabalhadores, ao contrário dos votos indiretos dados pela representação de “sindicatos fantasmas que não congregam sequer 20 mil trabalhadores”. A tomada de posição do SMSJR no conflito parece evidenciar a orientação anticomunista que a entidade vinha assumindo. São fortes indícios a esse respeito, a crítica aos “elementos de esquerda” nomeados por Jango e a recusa em se solidarizar com os pecebistas Plácido e Delellis, colocando-se na trincheira oposta ao CGT e à CNTI, entidades então hegemônicas pelos comunistas ¹²².

Depois do golpe

O embaixador Gordon telegrafou aos EUA, no dia 4 de abril de 1964, para informar que “a maioria dos sindicatos anteriormente associada (...) ao CGT está ocupada pela polícia e poucos – ou nenhum – funcionam”¹²³. A essa altura, o SMSJR já havia sido fechado por dois dias e, em seguida, autorizado a retornar às suas atividades normais. Conforme lembrou José Domingues, “naquele dia cheguei ao Sindicato e a polícia estava na porta e não me deixou entrar”, mas depois o funcionamento foi liberado¹²⁴. Domingos Alves e Argeu Egydio dos Santos, vice-presidente e presidente da FMSP, haviam entrado na disputa para ocupar o vazio deixado pelo abate do CGT entre os metalúrgicos, declarando seu compromisso com o credo sindical “responsável” e “apolítico”¹²⁵. Alves havia assinado manifesto contra a greve geral convocada pelo CGT, enquanto Argeu declarou fé no golpe militar e manifestou sua compreensão acerca da necessidade de “medidas de caráter repressivo”¹²⁶.

Aliada da FMSP, a gestão de Domingues devia gozar de boa reputação entre empresariado e militares. Além de escapar das cassações e perseguições políticas, o SMSJR permaneceu ileso às intervenções que se seguiram ao golpe, atingindo 433 entidades – 383

¹²² O SMSJR parecia mais alinhado nesse contexto às correntes sindicais anti-CGT no pré-1964, como o Movimento Sindical Democrático (MSD) ou a União Sindical dos Trabalhadores (UST). Em 1963, 1.346 sindicatos e federações faziam parte do Movimento Sindical Democrático. NEGRO, A. L., *op. cit.*, p.234.

¹²³ NEGRO, A. L., *op. cit.*, p.236.

¹²⁴ Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, *op. cit.*, p. 7.

¹²⁵ NEGRO, A. L., *op. cit.*, p.236.

¹²⁶ *Idem.*

sindicatos, 45 federações e 4 confederações¹²⁷ –, entre as quais figurou o Sindicato dos Têxteis de São José dos Campos¹²⁸. Domingues reconheceu que após o golpe havia se tornado “mais difícil” obter as reivindicações pleiteadas pela categoria. O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) mirava a contenção da inflação e o alcance da estabilidade, objetivos não incompatíveis com o desemprego e a baixa dos salários. Além disso, a estabilidade econômica não poderia ser atingida sem coerção, vigilância, tutela e punições¹²⁹. No 1º de Maio de 1964, defendendo a acusação de que o golpe civil-militar não seria hostil aos direitos do trabalho, o general Castelo Branco prometeu que “a revolução não é contrária aos direitos sociais dos trabalhadores”, mas foi desmentido rapidamente, quando duros ataques foram feitos ao movimento sindical e às condições de vida do operariado. Em junho de 1964 foi aprovada a lei 4.330, que regulamentou o princípio constitucional do direito de greve, tornando-o amplamente restritivo. Em julho de 1965, a lei 4.725 instituiu a política do arrocho salarial, isto é, a fixação de reajustes abaixo da inflação. Os reajustes seriam calculados com base no “salário real médio” dos 24 meses anteriores, com o acréscimo de uma taxa de “produtividade”. Essa lei “institucionalizava o esvaziamento do caráter reivindicativo dos sindicatos”¹³⁰. Ainda naquele mesmo ano, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) foi estabelecido em substituição à Lei de Estabilidade.

Dessa forma, o governo forneceu às empresas condições para refinar sua organização e tornarem-se mais eficientes. As medidas permitiam aliviar a folha de pagamentos com cortes de pessoal e redução do salário real e a recessão econômica deu aos empresários os argumentos necessários para ordenar demissões. Combinado a isso, o sindicalismo cegetista do pré-1964 foi desarticulado, impedindo a resistência operária e

¹²⁷ MATTOS, Marcelo Badaró, *op. cit.*, p. 133.

¹²⁸ A entidade dos têxteis de São José dos Campos foi invadida pela polícia no dia 01 de abril de 1964 e ficou fechada até 04 de maio daquele ano, quando foi assumida pelo interventor Raimundo Nonato Sardinha. O presidente deposto, José Ariza, ficou preso por 85 dias, assim como o tesoureiro Benedito Godoi, enquanto os demais membros da entidade foram submetidos a interrogatório. Segundo o relatório de Sardinha, Ariza havia transformado a sede do Sindicato dos Têxteis em “centro de propaganda comunista e da subversão no município de São José dos Campos”. AVELAR, *op. cit.*, p. 322-323.

¹²⁹ NEGRO, A. L., *op. cit.*, p. 245.

¹³⁰ SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 179.

pavimentando o caminho ao despotismo fabril em nome da produtividade das empresas¹³¹. Nesse período, “qualquer movimento que se fazia no Sindicato [SMSJR], o Ministério do Trabalho já intervinha com intimidações para impedir que se fizesse algo. Por qualquer coisa, se ameaçava com prisão ou cassação do mandato¹³²”. Entretanto, como na maior parte dos casos, a direção sindical capitaneada por Domingues se acomodou bem à situação possibilitada pela estrutura sindical criada pelo Estado Novo. Com recursos do “imposto sindical e sem a presença desestabilizadora de mobilizações conflitivas nas bases fabris”, esses dirigentes atuaram como “gerentes de um aparelho burocrático com funções assistenciais”¹³³.

Em 1967, Domingues se credenciou para mais um período a frente do SMSJR com a vitória de sua chapa – única, como de praxe – nas eleições no início daquele ano. Anunciada a candidatura, os “antecedentes político-sociais” de seus membros foram devidamente verificados a mando do Diretor do Serviço Sindical, Eduardo Ruiz Jr. Embora menos frequentes nesse período, ainda eram possíveis as cassações de dirigentes sindicais eleitos¹³⁴, mas o grupo de sindicalistas foi mais uma vez aprovado para gerir a entidade. Entre efetivos e suplentes, a direção somava doze membros, dos quais seis trabalhavam na Ericsson, quatro na GM, um na Fi-El e um na Serralheria Robles, fabriqueta no centro da cidade, e a maior parte deles trabalhava nas empresas metalúrgicas da cidade há vários anos¹³⁵.

Essa direção sindical foi a responsável pelo lançamento do primeiro jornal da entidade, em maio de 1968. Planejado para ser editada mensalmente, a *Folha do Metalúrgico* surgia “com intuito de fornecer notícias dignas de crédito e deixar os associados do sindicato bem informados sobre legislação trabalhista, previdência social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, sendo o veículo de informação do trabalhador sindicalizado”. Foi possível localizar apenas a primeira página da edição inaugural, mas ela fornece indícios sobre o projeto daquela direção para o futuro da entidade e da categoria.

¹³¹ NEGRO, A. L., *op. cit.*, p. 237-238, 252-253.

¹³² Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, *op. cit.*, p. 7.

¹³³ SADER, E., *op. cit.*, p. 179-180.

¹³⁴ *Idem.*

¹³⁵ Entre os doze diretores, oito deles tinha entre 8 e 12 anos de experiência como metalúrgicos na cidade. “Ofício”, 02/12/1966, AESP, Setor Deops, Delegacia de Ordem Social, Pasta São José dos Campos.

Além do editorial de apresentação, três outros assuntos ocupavam aquela página: a criação de uma farmácia do sindicato, a ampliação do horário de funcionamento da barbearia “dando prosseguimento ao plano de ampliações das assistências já existentes” e, por último, a possibilidade de criar uma subsede em Jacareí com o objetivo de prover os serviços de assistência aos associados que moravam nessa outra base territorial do SMSJR. Informou-se, ainda, sobre a aprovação em assembleia da cobrança de mensalidades, o que teria permitido a contratação de novos funcionários e a ampliação dos serviços prestados¹³⁶. As mensalidades vinham se somar aos recursos provenientes do imposto sindical, que já era recolhido desde a década anterior, e aos descontos do primeiro reajuste após cada campanha salarial, cláusula sempre presente nos contratos coletivos de trabalho.

Não há registros dos jornais da categoria publicados entre a primeira edição de 1968 e a sua “reativação”, em setembro de 1974, nem sobre o momento e os motivos da interrupção da publicação. O retorno da *Folha Metalúrgica* foi obra da mesma direção que a havia criado seis anos antes e a análise dos números publicados na década de 1970 evidencia a expansão do sindicato como órgão prestador de assistência, pautado por uma política de “valorização da entidade”, expressa pela “contratação de novos funcionários e a apresentação impecável de todos [...] devidamente uniformizados”, novos convênios com médicos especializados, pintura dos departamentos, manutenção da limpeza por uma firma especializada e o início dos trâmites para a construção de uma nova sede¹³⁷.

Projetando o crescimento da entidade naquele período, motivo pelo qual a sede de então não teria mais condições de aproveitamento, planejou-se a construção de um prédio em área de 2.452,25m², a ser ocupada por ambulatório médico e odontológico, farmácia, departamento jurídico, salas de aula, instituto de beleza, barbearia, lanchonete, amplo salão para festas, esportes e assembleias. A edição informa ainda sobre o projeto de construção da “tão sonhada” colônia de férias em Caraguatatuba¹³⁸, com dimensões estabelecidas a partir da previsão de aumento do quadro associativo do sindicato, tendo em vista que a

¹³⁶ Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, *op. cit.*, p. 7.

¹³⁷ *Folha do Metalúrgico*, Setembro de 1974. Nas edições seguintes seria anunciado o início da construção de uma subsede em Jacareí.

¹³⁸ O projeto da colônia de férias só seria viabilizado no início dos anos 1980, durante a gestão de Ary de Oliveira Russo.

cidade se encontrava “num crescendo impressionante com a expansão das firmas existentes e vinda de tantas outras de grande porte”¹³⁹. Há ainda quadros de prestação de contas e a listagem de todos os serviços prestados pelo sindicato, cuja amplitude e organização são notáveis¹⁴⁰. Portanto, pode-se dizer que esteve em curso principalmente durante os anos 1970 a estruturação de um órgão sindical voltado prioritariamente à prestação de assistência aos metalúrgicos associados¹⁴¹.

A direção do SMSJR, contudo, afirmava que “toda essa assistência é apenas uma parte da vida sindical”, enfatizando seu compromisso em “*tornarmo-nos fortes em todos os campos*”, tanto “no da *assistência social*”, quanto “no das *reivindicações trabalhistas*”. Os governos militares nos anos 1970 valorizaram “um ‘novo’ modelo de atuação sindical, pautada pela ação exclusivamente assistencial e afinada com as ideias de crescimento econômico como pré-requisito para uma posterior política redistributiva¹⁴²”. Em 21 de setembro de 1970, o presidente Médici lembrou aos dirigentes sindicais no Palácio do Planalto que o suor do trabalhador era sinal de sua “contribuição para o engrandecimento da Pátria” e anunciou a assinatura de um decreto destinado a “*valorizar a ação sindical, combinando-a com a política previdenciária, a fim de dinamizar a assistência ao trabalhador, em todas as suas modalidades*”. O decreto disciplinaria a “aplicação de recursos e meios” para “*proporcionar aos sindicatos uma sede condigna, com escola, ambulatório, clube esportivo e centro de reuniões para o associado e sua família*”¹⁴³.

Dessa forma, o governo buscava via intervenções ou apoios “voluntários”, adesões e instrumentos para desenvolver uma política na área sindical que se pautasse não só pela repressão ao sindicalismo reivindicativo, mas também pela revalorização do sindicato como

¹³⁹ *Folha do Metalúrgico*, Setembro de 1974.

¹⁴⁰ Assistência médica no próprio sindicato (pediatras, clínico geral, ginecologistas e obstetras), atendimentos com médicos conveniados (cardiologista, dermatologista, oftalmologista, nefrologista, endocrinologista e otorrinolaringologistas) e assistência odontológica, com cobrança de baixas taxas de consulta; assistência jurídica gratuita, barbearia gratuita, farmácia privativa com 15% de descontos sobre as compras, instituto de beleza (com tabela de preços); enfermagem, administração e recepção; exames laboratoriais gratuitos, cursos de corte e costura, assistência social, seguro de vida, bolsas de estudo do MTPS aos trabalhadores sindicalizados cursando 1º e 2º graus (PEBE), entre outros. *Idem*.

¹⁴¹ As numerosas propagandas de aumento do quadro de funcionários, dos serviços prestados e do patrimônio imobiliário constituem evidências a esse respeito *Folha do Metalúrgico*, Outubro/ de 1975.

¹⁴² MATTOS, Marcelo Badaró, *op. cit.*, pp.137-138.

¹⁴³ MARIZ, Dinarte de Medeiros, *Pelo fortalecimento dos sindicatos, 1970 apud MATTOS, op. cit.*, p.141. Os grifos são meus.

órgão auxiliar do Estado junto aos trabalhadores. Caberia, então, aos grêmios sindicais o papel de somarem-se a outros instrumentos do governo na propaganda da proposta de desenvolvimento econômico acelerado do “Brasil Potência”. O alvo seria um público específico de trabalhadores, a quem deveria ser esclarecido que o benefício do “milagre econômico” não tardaria a ser sentido na melhoria das condições de vida. Desse modo, os serviços assistenciais eram revalorizados nos sindicatos, servindo ao mesmo tempo como indicadores das ações governamentais junto aos trabalhadores e como polo de atração para novos sindicalizados, vistos não como representados em seus interesses econômicos, mas principalmente como usuários de seus serviços assistenciais¹⁴⁴.

Parece ter sido com esse objetivo que o SMSJR falou à categoria, em setembro de 1976, sobre sua participação junto aos demais sindicatos de São José dos Campos na “Festa Nacional” do dia 7 de setembro. Com um “belíssimo carro alegórico” e “juntos com todos os trabalhadores, com as autoridades federais, estaduais e municipais, com os órgãos de comunicação social e as empresas”, a entidade forneceu seu apoio à Semana da Pátria e declarou a seus associados que confiava no progresso do Brasil, que “não significa apenas crescimento econômico, mas a possibilidade de melhorar a vida dos brasileiros”. Assim, pretendeu “estimular” uma “semente de confiança” em seus associados, reafirmando que o Brasil é “um país que vai para frente¹⁴⁵”.

Ainda a esse respeito, é revelador o editorial do órgão informativo do SMSJR, onde se afirma que “a verdadeira finalidade” do sindicato é “esclarecer, educar e orientar os trabalhadores para a defesa e a garantia de seus direitos fundamentais”. Contudo, justificou os numerosos serviços assistenciais prestados pela entidade como uma “atividade extra-trabalhista, de caráter eminentemente social e econômico” que visava “suprir as falhas de uma sociedade que ainda não proporciona a todos os trabalhadores” aqueles serviços¹⁴⁶. Assim, a intenção declarada de fortalecer a entidade no campo das reivindicações trabalhistas se traduziu, na prática, no abandono a quaisquer estratégias de mobilização e ações coletivas para concretizar aquelas reivindicações durante as negociações com o

¹⁴⁴ MATTOS, *op. cit.*, p. 141. Grifos meus.

¹⁴⁵ *Folha do Metalúrgico*, Setembro de 1976.

¹⁴⁶ *Folha do Metalúrgico*, Outubro de 1975.

empresariado, aderindo a uma “ação sindical burocrático-assistencial¹⁴⁷”. Conforme atesta o exame das edições da *Folha do Metalúrgico* entre setembro de 1974 e novembro de 1978, as reivindicações do SMSJR estiveram sempre submetidas à política econômica do governo. Os temas relativos aos salários e as condições de trabalho ocupavam espaço quase inexistente, predominando as questões em torno dos serviços de assistência, administração e finanças, além de matérias de caráter educacional e informativo, principalmente concernentes à legislação trabalhista e, em menor proporção, artigos educativos sobre hábitos de saúde e higiene.

Antes do golpe militar, a direção do SMSJR já tinha como prática a simplificação dos processos de negociação coletiva. Ao invés de propor uma pauta para a categoria e, conforme o andamento das negociações, apresentar as contrapropostas patronais à apreciação de uma Assembleia, a direção costumava encaminhar todo processo em um só bloco. Normalmente convocava uma Assembleia para discutir a pauta e, em seguida, receber uma procuração dos trabalhadores presentes para fechar os acordos ou convenções em seu nome. Assim, apesar da constante chamada dos associados à participação no sindicato, os momentos de data-base eram esvaziados. O intenso “entra-e-sai” diário do sindicato parecia motivado tão somente pelas numerosas assistências oferecidas.

Esse tipo de atuação continuaria a ser a tônica no pós-1964. Não há menção nas fontes de quaisquer convocatórias para campanhas salariais ou tentativas de mobilização da base durante toda a década de 1970. Findadas as negociações, que estabeleciam índices e condições, em geral, bastante aquém das necessidades dos trabalhadores, era costume enviar às empresas ofícios de reposição ou antecipação salarial alguns meses depois. No entanto, a partir de então, o aumento dos salários passaria a ser controlado pela lei 4.725/1965 e as formalidades exigidas pela lei 4.330/1964 tornariam quase impossível a deflagração de greves. Em fevereiro de 1966, por exemplo, um recurso das empresas ao TST visando reduzir o aumento dos salários de 80% para 75% foi julgado procedente e a apelação do sindicato e da federação para derrubar essa decisão resultou inútil. José Domingues atribuía essa impossibilidade em reverter o índice de aumento “ao fato de ter o

¹⁴⁷ MATTOS, *op. cit.*, p.143.

Senhor Presidente da República (...) criado uma nova lei”, citando a lei 4.725¹⁴⁸. No ano anterior, o presidente esclarecia que o sindicato havia convocado a assembleia “com antecedência para estar em condição de deflagrar greve (...) devidamente amparada por aquela lei [lei 4.330]”, caso não houvesse acordo com os empregadores. Dessa forma, eram cumpridos todos os procedimentos exatamente como demandava a legislação: a pauta de reivindicações era discutida e votada; em seguida, como de costume, eram outorgados poderes ao sindicato e à federação para negociar, fechar acordos ou conciliar-se com as empresas; por último, deliberava-se a respeito de deflagração de greves. Para tal, eram utilizadas cédulas com as opções “sim” e “não”; a urna devidamente vazia era apresentada aos presentes e depois era fechada; verificava-se se havia quórum; finalmente, chamavam à mesa de votação os nomes na lista de presença, um a um. Para a apuração era chamado para compor a mesa um representante da Procuradoria Regional de Justiça¹⁴⁹. Entretanto, sempre que o quórum não fosse alcançado o ritual de deflagração de greve seria alterado com a remoção do assunto de pauta e o prosseguimento normal da reunião¹⁵⁰.

Intervenção e Oposição

Em maio 1975, foi anunciada mais uma vez a posse de uma “nova” diretoria no SMSJR. Dois aspectos, contudo, chamam atenção nessas eleições sindicais. Pela primeira vez na trajetória da entidade, houve uma candidatura de oposição, embora a situacionista “Chapa Azul” de José Domingues tenha triunfado novamente. Além disso, a “nova” direção avisou que aquela reconduzia a entidade a sua “normalidade administrativa” após o período entre 19 de dezembro de 1974 e 31 de março de 1975, quando fora “entregue à responsabilidade de um administrador nomeado pela Delegacia Regional do Trabalho, motivada pela vacância em sua direção, pelos motivos do amplo conhecimento da classe”¹⁵¹. A entidade, portanto, havia sofrido intervenção, embora as razões tão bem conhecidas pela categoria não estejam claras, sobretudo por se tratar de um sindicato

¹⁴⁸ *Ata da Assembleia Geral Extraordinária*, 04/02/1966.

¹⁴⁹ *Ata da Assembleia Geral Extraordinária*, 14/02/1965. Nesse caso, a greve foi aprovada e marcada para começar a zero hora do dia 1 de março de 1965, seguindo os ditames da nova lei, mas a diretoria conseguiu conciliar empregados e empregadores e o movimento foi abortado.

¹⁵⁰ *Ata da Assembleia Geral Extraordinária*, 25/02/1967.

¹⁵¹ *Folha do Metalúrgico*, Maio de 1975.

inteiramente alinhado ao regime. Igualmente, é desconhecido como e porque a chapa de oposição à direção de Domingues foi formada, mas ela pode estar vinculada à intervenção no sindicato.

Numa assembleia em julho de 1974, os metalúrgicos presentes decidiram pela aprovação da proposta dos diretores sindicais, revogando o mandato sindical do então tesoureiro da entidade, Benedito Domingos, “por irregularidades ocorridas durante sua gestão”¹⁵². A intervenção foi decretada pelo Delegado da DRT Aluísio Simões de Campos e teria sido motivada pela vacância no cargo da tesouraria, já que Domingos perdera seu mandato e sua suplente encontrava-se licenciada devido a uma gravidez. Para o advogado da entidade metalúrgica, o Delegado seria incompetente para decretar a intervenção, algo que só poderia ser feito pelo Departamento Nacional do Trabalho ou pelo Ministério do Trabalho¹⁵³.

Quanto às irregularidades alegadas para justificar o afastamento que originou a intervenção, o exame das atas do sindicato sugere que os problemas de Domingos começaram em dezembro de 1973, quando ele foi abordado por um guarda nas imediações da Kodak, carregando um “galho de pinheiro”, em território pertencente à empresa. A acusação foi agravada porque no momento do ocorrido, o tesoureiro dirigia a perua do sindicato sem ter obtido autorização, algo necessário para realizar qualquer “serviço particular”. O nome do SMSJR estava, assim, envolvido na questão e se a acusação procedesse, a entidade deveria tomar as “medidas cabíveis”, avisou José Domingues¹⁵⁴.

O problema voltou a ser discutido em junho de 1974, porém dessa vez o objetivo foi apurar “várias acusações” feitas contra o tesoureiro. Além do peculiar episódio na Kodak, ele foi acusado de várias dívidas contraídas junto a empresas e também junto a outros colegas do sindicato, além de ter se apropriado de um telefone da Ericsson que havia sido doado ao sindicato e ter consumido gasolina em excesso utilizando o carro da entidade¹⁵⁵.

¹⁵² *Folha do Metalúrgico*, Outubro de 1975.

¹⁵³ *O Estado de S. Paulo*, 15/01/1975.

¹⁵⁴ *Ata de Reunião Extraordinária da Diretoria*, 17/12/1973.

¹⁵⁵ Além de negar o roubo da árvore, na ocasião Domingos declarou que as dívidas eram todas pessoais e, portanto, nada teriam a ver com o Sindicato. Igualmente, contestou a acusação relativa ao telefone e disse já ter justificado em ofício os motivos do gasto excessivo de gasolina. *Ata de Reunião Extraordinária da Diretoria*, 21/06/1974.

Domingos contestou as acusações e lhe foi concedido um prazo de dez dias para que ele apresentasse sua defesa¹⁵⁶. Embora fora do prazo concedido, a defesa do tesoureiro foi apresentada em julho de 1974, mas os argumentos não foram registrados. Os demais diretores decidiram, de qualquer maneira, destituir Domingos de seu cargo, convocando a assembleia na qual foi deliberada a perda do mandato sindical. Benedito Domingos protestou, alegando que a direção não tinha poderes para destituí-lo e recusou a se afastar¹⁵⁷.

Em outubro de 1974, dois meses antes de a intervenção ser decretada, o órgão informativo da categoria apresentou “esclarecimentos do presidente” sobre o afastamento de Domingos, em julho, avisando que “qualquer manifestação do referido senhor” não estava de modo algum relacionada ao “pensamento ou orientação do sindicato”. Ao SMSJR importava desvincular-se das “manifestações e atividades político-partidárias”, em face não apenas das “vedações legais” àquele tipo de ação, mas também pelo fato de terem recebido no dia 10 de outubro uma advertência da DRT, orientando para que “as organizações sindicais não permitam qualquer ação político-partidária nas suas atividades”. Dessa forma, o presidente insistia que todo aquele tipo de manifestação do “ex-tesoureiro” nas “*portas de fábricas, em publicações volantes, ou por quaisquer outros meios possíveis e imagináveis em nada devem ser atribuídas a este sindicato*”, frisando que Domingos era “pessoa totalmente estranha à Diretoria do Sindicato¹⁵⁸”.

Distribuir publicações na porta das fábricas, de fato, era atividade contrastante com as práticas da gestão de José Domingues. Conforme o depoimento de um operário da ferramentaria da GM, a respeito desse período, “o sindicato tava na mão do Zé Domingues, que era comprado [...] nunca foi distribuir um panfleto lá na porta da fábrica que favorecesse a gente”¹⁵⁹. O conteúdo das “publicações volantes” é desconhecido. Poderiam ser, talvez, contundentes ataques à ditadura militar, próprias aos movimentos de oposição sindical originados da união entre “velhos cegetistas e novos ativistas”, como a Oposição

¹⁵⁶ Ata de Reunião Extraordinária da Diretoria, 21/06/1974.

¹⁵⁷ Ata de Reunião Extraordinária da Diretoria, 09/07/1974.

¹⁵⁸ Folha do Metalúrgico, Outubro de 1975.

¹⁵⁹ Fundo de Greve dos Metalúrgicos de São José dos Campos, *op. cit.*, p.45.

Sindical Metalúrgica de São Paulo¹⁶⁰ ou dos candidatos do MDB, visto que as eleições de 1974 estavam próximas. O banimento de Benedito Domingos da entidade metalúrgica provavelmente o motivou a unir-se a algum agrupamento de oposição ao SMSJR e a arquitetar a chapa que disputaria o sindicato com o grupo José Domingues logo após a intervenção.

Na comemoração dos 26 anos da entidade em 1982, os novos dirigentes do SMSJR, egressos da Oposição Sindical Metalúrgica de São José dos Campos, Jacareí e Caçapava (OSM-SJC) decidiram “homenagear os que lutaram em favor do movimento operário”. Falaram em rememorar os ativistas sindicais que, antes deles, fizeram oposição à “pelegada” que conduzia a entidade. Metalúrgicos como o “companheiro Tarcísio”, ex-funcionário da siderúrgica Fi-El, que “militava na Oposição Sindical” em 1975¹⁶¹, quando “veio a falecer num acidente automobilístico ocorrido quando *transportava boletins para distribuir para os trabalhadores*”. Além de Tarcísio, outros “antigos companheiros” da chapa de oposição de 1975 deveriam receber homenagens¹⁶², embora seus nomes não tenham sido revelados. A distribuição de boletins aos trabalhadores nas fábricas pode ser parte das “atividades político-partidárias” que José Domingues denunciou em 1975 e que motivaram a advertência da DRT à entidade naquele mesmo ano. Igualmente, essa atitude pode ter sido a verdadeira motivação para a decisão dos demais dirigentes do SMSJR em desvincular Benedito Domingos do comando da entidade.

Ecoss do “sindicalismo livre e democrático”

Nos primeiros anos da Guerra Fria, em meio à escalada dos movimentos grevistas no Brasil, os Estados Unidos formalizaram seu envolvimento nos assuntos sindicais brasileiros. Preocupados em conter o avanço comunista e exportar valores políticos e arranjos institucionais, os estrategistas norte-americanos decidiram ensinar aos brasileiros

¹⁶⁰ NEGRO, A. L., *op. cit.*, p. 237.

¹⁶¹ A existência de operários na base colocando-se em oposição à direção de Domingues também é sugerida por uma declaração de José Domingues em 1976, pedindo a “colaboração dos associados” e criticando os “idealistas das vésperas das eleições”, que se diziam dispostos a trabalhar pela entidade e pediam mais espaço para participar, mas depois retornavam “à condição de parasitas”, “agindo às escuras, na cômoda e pusilânime condição de criticastros”. *Folha do Metalúrgico*, Maio de 1976.

¹⁶² *Ata de Reunião Ordinária*, 05/03/1982.

como gerir as relações trabalhistas visando a manutenção da produtividade, a promoção da estabilidade e o afastamento de líderes sindicais e trabalhadores brasileiros da esfera de influência não apenas de Moscou (PCB), mas também dos nacionalistas (PTB). Convencido de que a maior eficácia dessa campanha estaria vinculada a promoção de ideias pelos próprios sindicatos norte-americanos, o Departamento de Estado dos Estados Unidos garantiu inicialmente a colaboração da *American Federation of Labour* (AFL) e, silenciadas as vozes dissonantes no *Congress of International Organizations* (CIO), colocou seus planos em prática por meio da fusão AFL-CIO¹⁶³.

A estrutura sindical corporativa, gestada desde 1931 e concretizada no Estado Novo (1937-1945) e as relações trabalhistas codificadas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, concediam ao Estado amplos poderes de tutela sobre os sindicatos, o que incluía a autorização e o reconhecimento à criação de novas entidades, a administração da eleição de dirigentes, o recolhimento e distribuição do imposto sindical e a proibição de sindicatos paralelos. Aos olhos do liberalismo que orientava a política trabalhista dos Estados Unidos, o sistema corporativista do Brasil era desastroso. Por isso, entre outras coisas, a AFL, através de seu representante, aconselhou os brasileiros a enviarem sindicalistas selecionados para aprenderem os princípios do “sindicalismo autônomo” nos Estados Unidos e a convidarem membros da AFL para irem ao Brasil ministrar cursos sobre aqueles princípios. No início dos anos 1950, quando a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) aderiu à Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT), instituição ligada à AFL-CIO, os estrategistas norte-americanos inicialmente selecionaram líderes sindicais “confiáveis”, isto é, anticomunistas, para serem enviados aos Estados Unidos em programas de treinamento¹⁶⁴.

Tal iniciativa fazia parte do programa *Point Four*, que buscava tornar os dirigentes sindicais pró-Estados Unidos e combater o comunismo com a prosperidade, incentivando nos países participantes “normas justas e boas condições de trabalho” e o desenvolvimento do “movimento sindical autônomo, bem como as iniciativas coletivas de negociação de

¹⁶³ WELCH, Clifford Andrew. “Internacionalismo Trabalhista: o envolvimento dos Estados Unidos nos sindicatos brasileiros, 1945-1964”, *Perseu: história, memória e política*, v3, nº3, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 186.

¹⁶⁴ *Idem*, p.190.

mão-de-obra”. O programa estabelecia como metas o aumento de produtividade e o “desenvolvimento econômico e social equilibrado” somado a um “forte movimento sindical autônomo”, responsável por contribuir com o cumprimento dessas metas e, ao mesmo tempo, ser a garantia contra a infiltração anticapitalista nas cúpulas sindicais¹⁶⁵. Nos anos 1950, os Estados Unidos e a AFL consideraram o treinamento técnico e a assistência cruciais para alcançar tais objetivos e, em 1953, o primeiro grupo de estudantes, formado por técnicos do Ministério do Trabalho e do Serviço Social da Indústria (SESI), chegou ao país para ter aulas de economia, estatística, história do trabalho nos Estados Unidos, língua inglesa e entender os “fatores humanos que influenciam a produtividade”¹⁶⁶.

Os norte-americanos estavam convencidos que os sindicatos livres do controle do governo eram ideais e queriam eliminar o caráter intervencionista do Ministério do Trabalho. Os brasileiros, por sua vez, acreditavam que o movimento sindical brasileiro se desmantelaria ou cairia nas mãos dos comunistas na ausência de controle estatal. Esse foi o dilema enfrentado por ORIT, diplomacia e sindicalismo dos EUA. Eliminar o corporativismo estatal do sistema sindical brasileiro e implantar o “sindicalismo livre” dos EUA significava beneficiar imediatamente as oposições, formadas em grande parte pela base social nacional-reformista. Porém, como esse processo já estava em curso nos sindicatos, não havia alternativa. Os EUA deveriam intervir para poder influenciá-lo, ensinando os dirigentes a serem “reais líderes sindicais, mas anticomunistas”, o que não significava necessariamente “líderes sindicais pró-patronais”. Assim, seria preciso atuar junto aos sindicalistas genuínos – aqueles dignos de seus cargos, porém não dispostos a aliarem-se aos comunistas – e, ao mesmo tempo, converter os dirigentes “pelegos”¹⁶⁷.

Para tornar o sistema trabalhista estadunidense um modelo a ser seguido por outros países, além de promover os programas de treinamento técnico no âmbito do *Point Four*/ORIT, expandidos nos anos 1950, a AFL-CIO utilizou outros recursos como exposições fotográficas sobre o mundo do trabalho dos Estados Unidos, documentários,

¹⁶⁵ “Policy Guidance Regarding Labor and Manpower Aspects of Technical Cooperation Program”, *apud* WELCH, *op. cit.*, p.196-197.

¹⁶⁶ “Tentative Point-Four Training Program for Brazilian Labor Department Group 1, January 26-July 25, 1953”, *apud* WELCH, *op. cit.*, p. 197.

¹⁶⁷ NEGRO, *op. cit.*, p.29.

programas de rádio, jornais e outras publicações que visavam difundir o “*american way of life*” para a classe trabalhadora¹⁶⁸. Em 1962, o envolvimento do país no movimento operário brasileiro, “um meio de influenciar dissimuladamente a política brasileira”¹⁶⁹, se refinou e intensificou com a instalação, em Recife e em São Paulo, do Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL), parte do recém-criado programa “Aliança para o Progresso”. No final daquele ano, o IADESIL criou em São Paulo institutos de formação e propaganda no Brasil, como o Instituto Cultural do Trabalho (ICT), um de seus principais braços. Além de selecionar candidatos para atender aos cursos de formação do IADESIL em Washington, o ICT patrocinou uma série de estudos sobre movimento sindical brasileiro¹⁷⁰. Desde 1966, além dos treinamentos realizados nos países onde o IADESIL atuava, foram periodicamente oferecidas vagas para a participação num programa mais aprofundado de educação sindical realizado no Instituto *Front Royal*, no estado da Virgínia. Os dirigentes-estudantes eram previamente selecionados e indicados pelas associações sindicais brasileiras para passarem tempo integral no instituto com todas as despesas pagas pelo IADESIL e lá aprendiam técnicas de liderança, de educação sindical, finanças, história do movimento sindical internacional, economia e estatística, conhecimentos da língua inglesa e, principalmente, técnicas de negociação coletiva¹⁷¹.

Entre a documentação pesquisada constatou-se a existência de alguns indícios de ligação entre os dirigentes sindicais do SMSJR e os programas de formação sindical dos Estados Unidos, embora a maior parte sejam evidências indiretas, reunidas a partir da observação de uma afinidade entre o discurso da entidade e àquele difundido pelo sindicalismo norte-americano. Quando tentaram reverter a supramencionada intervenção sobre o SMSJR, por exemplo, os representantes da entidade impetraram na Justiça Federal um mandado de segurança, no qual afirmaram que a legislação trabalhista, por ter sido consolidada durante o Estado Novo, devia ser “sempre interpretada e aplicada com muita cautela” naquela “fase de transição” para que não “se pense” que em 1975 ainda

¹⁶⁸ CORRÊA, Larissa. “Disseram que eu voltei americanizado’: o sindicalismo norte-americano na visão dos dirigentes brasileiros” (*mimeo*), p. 9.

¹⁶⁹ WELCH, *op. cit.*, p.205.

¹⁷⁰ *Idem*.

¹⁷¹ CORRÊA, Larissa Rosa. “Disseram que eu voltei americanizado’...” , p.10-11.

permaneciam no país “os métodos, as ideias e as diretrizes empregadas pelo totalitarismo paternalista que tanto temos combatido com o apoio do Judiciário¹⁷²”. Para eles, uma “medida extrema” como a intervenção, além de interromper o funcionamento rotineiro dos sindicatos, “em nada contribui para realçar nossa imagem no Exterior e *tranquilizar a classe operária, que procura conseguir órgãos de representação autênticos*, contra a indevida ingerência do Estado ou de particulares estranhos à categoria”¹⁷³. Desse modo, os sindicalistas joseenses apelavam para a construção e manutenção de uma boa reputação do Brasil diante da comunidade internacional, argumentando que essa diretriz seria comprometida se o Estado continuasse a interferir na gestão dos sindicatos, como fizera durante os anos do “totalitarismo paternalista” de Vargas.

Nas entrelinhas desses argumentos da direção do SMSJR parece inscrita a tese do “sindicalismo populista” no Brasil, uma ideia para qual a diplomacia norte-americana dos anos 1960 foi uma das “mais proficientes e argutas matrizes discursivas”¹⁷⁴. A imagem do sindicalismo brasileiro do pré-1964 teria sido constituída em contraposição às referências idealizadas do Consulado Geral dos Estados Unidos (CGEU) a respeito do sindicalismo norte-americano. Esse seria “livre”, “independente” e “democrático” e diametralmente oposto ao sindicalismo das correntes esquerdistas no Brasil, censurado como “político”, “partidário”, “populista”, “irresponsável” e “demagógico”¹⁷⁵. Junto com Ministério do Trabalho, militantes e dirigentes sindicais, os EUA buscaram dar vida a um sindicalismo “autêntico” no Brasil, promovendo “seminários de orientação sindical” para combater a influência dos comunistas¹⁷⁶. Nesse sentido, quando os sindicalistas joseenses manifestaram preocupação em ver arranhada a imagem brasileira diante da intervenção que atingira o SMSJR em meados dos anos 1970, é possível que eles tivessem em mente o juízo da “nação amiga” a respeito da interferência estatal nos sindicatos, sugestão de que José

¹⁷² *O Estado de S. Paulo*, 15/01/1975.

¹⁷³ *O Estado de S. Paulo*, 15/01/1975. Os grifos são meus.

¹⁷⁴ NEGRO, A. L. *op. cit.*, p. 235.

¹⁷⁵ *Idem*, p.235 e p.275.

¹⁷⁶ *Idem*, p.236.

Domingues da Silva Sobrinho e seus aliados haviam mantido contato com os ensinamentos promovidos pelo sindicalismo dos Estados Unidos¹⁷⁷.

O exame dos exemplares da *Folha Metalúrgica*, publicados em meados dos anos 1970, também fornece outros indícios de sua relação com os princípios do sindicalismo “livre” e “democrático”. Em 1975, o informativo do SMSJR convidou o leitor metalúrgico a conhecer o “Credo Sindical”, através de artigo que expunha os princípios fortemente liberais que norteavam a prática da direção à frente da entidade. “Cremos” – repetia-se a cada novo parágrafo – que todo homem tem o “direito de viver com dignidade e gozar do fruto justo e equitativo do seu trabalho”; na “liberdade irrestrita e definitiva” a ser conquistada pelo homem para garantir sua autodeterminação e proteger o “princípio geral de que os direitos do indivíduo terminam onde começam os direitos dos outros”. O associativismo dos indivíduos foi defendido como meio para acelerar as “reformas construtivas necessárias, garantindo sua participação no estudo e solução de problemas sociais, políticos e econômicos”. Por último, afirmou-se a crença no “*sindicalismo livre e democrático*”, como “expressão e síntese das aspirações do trabalhador e instrumento decisivo para o estabelecimento das normas e condições sob as quais haverá de render seus serviços”¹⁷⁸.

Na mesma edição, um artigo anunciou que “Quem reclama perde o emprego”. Nele é contada a história de “José Paz A. Fomme”, um trabalhador consciente dos direitos garantidos pelas leis trabalhistas, que descobre não poder deles usufruir. Ele resolveu cobrar do empregador seu direito a férias e, diante da rejeição da empresa, recorreu a Justiça do Trabalho. José ganhou a causa e passou a ser conhecido como “Zé da Lei”, mas recebeu o famoso “bilhete azul” como recompensa pela coragem de contrariar a “lei da empresa”. Orgulhoso da legislação de seu país, que garantia mais direitos ao trabalhador do

¹⁷⁷ É necessário levar em conta a hipótese de que outro possível ponto de contato entre os dirigentes joseenses e o credo sindical dos EUA tenha sido o Movimento Sindical Democrático (MSD), “organização de tendência conservadora e com raízes em agências sindicais norte-americanas, criado em 1960”, de onde partiram diversos dos interventores da ditadura militar. No pós-1964, assim como os dirigentes do SMSJR, os “democráticos” do MSD cristalizaram sólidas carreiras de subserviência: formados como sindicalistas autênticos, tornaram-se autênticos pelegos. SOUZA MARTINS, Heloísa H. Teixeira de. *Igreja e Movimento Operário no ABC: 1954-1975*. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994, p.92; NEGRO, *op. cit.*, p.275.

¹⁷⁸ *Folha do Metalúrgico*, Outubro de 1975.

que em qualquer lugar do mundo, o personagem jamais abriu mão de cobrar seus direitos, embora sempre fosse demitido por isso. Os colegas de trabalho, para ele, não passariam de “carneiros”, pois deixavam de reivindicar direitos por medo de perder o emprego. Após sucessivas demissões, José vai procurar o presidente de seu sindicato, que o incentivara a conhecer os direitos do trabalhador. O dirigente, contudo, explica ao Zé da Lei que ele não havia compreendido a lição: *“nós trabalhadores nunca conquistamos nenhum direito. Tudo o que temos nos foi dado paternalistamente. Quem dá, dá como quer”*. Segundo ele, os empregadores possuíam um direito que se sobrepunha aos do trabalhador, a saber, a demissão. Para José, seria necessário, então, “lutar pelo direito de ter direito”, pedindo ao governo tal garantia. A narrativa é encerrada com uma espécie de “moral” da história, convidando o leitor a refletir respeito do questionamento do sindicalista: *“Até hoje não fizemos nada mais além de pedir ao governo. Será que nós não podemos fazer nada por nós mesmos?”*¹⁷⁹.

Sem estabilidade no emprego, a demissão certamente seria o destino de muitos dos trabalhadores que lutavam para fazer cumprir a legislação trabalhista, exatamente como aconteceu na narrativa publicada no jornal dos metalúrgicos. O trocadilho presente no sobrenome do personagem, aludindo a “passa fome”, sugere as condições de penúria impostas à classe trabalhadora nos anos 1970. Aumentar a produtividade havia tornado mais flexíveis noções de direito ao trabalho, já que o poder patronal para demitir e recrutar mão-de-obra havia sido restituído pelo governo militar. O aspecto mais notável no texto, contudo, é a ideia de que a legislação trabalhista brasileira, vista como o modelo mais avançado do mundo, na verdade seria uma legislação concedida aos trabalhadores por um Estado paternalista e que, por ter sido outorgada, poderia ser burlada livremente pelos empregadores ou simplesmente revogada.

Em maio de 1976, ao recusar uma proposta do sindicato referente ao pagamento dos remédios da farmácia, a GM justificou sua decisão argumentando que só poderia fazer o que fosse determinado por lei ou o que fosse autorizado por sua matriz nos EUA. Os sindicalistas joseenses comentaram a esse respeito que haviam estranhado a justificativa “porque a General Motors do Brasil se trata de uma empresa originária de um país – os

¹⁷⁹ *Folha do Metalúrgico*, Outubro de 1975.

Estados Unidos da América – onde *as reivindicações operárias não são conseguidas com base em imposições da lei, mas através de acordos entre patrões e operários*¹⁸⁰. Nesse sentido, os dirigentes do SMSJR criticavam o modelo brasileiro de contratação coletiva e sua “imposição” através da legislação, ao mesmo tempo em que apontavam para o modelo de negociação direta vigente nos Estados Unidos como o ideal. Igualmente, o episódio demonstra que a legislação trabalhista brasileira tantas vezes descumprida, era apropriada pela empresa norte-americana quando isso lhe convinha.

As polêmicas com o sindicalismo do período 1945-1964 vêm à tona novamente no artigo “a volta do peleguismo”, também publicado em 1976. Nesse artigo, argumentou-se que o movimento sindical brasileiro somente há pouco havia emergido do “estado de perplexidade, desencanto e frustração a que foi atirado, até 1964, pelo populismo de falsas lideranças”. Após o golpe o movimento sindical teria reencontrado suas “raízes”, ou seja, o período em que esteve livre da “tutela de organismos espúrios”, da “ilusória segurança de ‘dispositivos’” e da “presença de carismáticos e demagogos”. O artigo subscreveu a tese de que o nascimento de um “novo sindicalismo” no país dependeria da capacidade de organização dos trabalhadores e da superação de “concepções inadequadas à conjuntura vigente”, o que colocava para os dirigentes sindicais a responsabilidade de conduzir seus representados “com realismo, esclarecimento, pertinácia e habilidade, rumo à realização de aspirações viáveis”, rejeitando qualquer tentativa de “identificar o sindicalismo com restritos interesses de classe”. Por outro lado, o peleguismo, entendido como “bajulação” e “servilismo”, seria um fenômeno ocasional e fadado a desaparecer por que os dirigentes sindicais haviam compreendido a necessidade de convivência com outras classes ou categorias “de modo integrado e racional”, já que os trabalhadores não constituíam “setor isolado, mas uma parcela viva e atuante do todo”¹⁸¹.

Esses indícios do contato entre o SMSJR e IADESIL são corroborados por uma única evidência direta. Em julho de 1977, a *Folha do Metalúrgico* anunciou que Ineize Mariana da Silva, diretora do SMSJR e membro de seu Conselho Fiscal, estava nos Estados Unidos. Operária da linha de montagem da Ericsson havia 15 anos, naquele momento a

¹⁸⁰ *Folha do Metalúrgico*, Maio de 1976.

¹⁸¹ *Folha do Metalúrgico*, Maio de 1976.

sindicalista se encontrava no “Centro de Estudos Sindicais” de *Front Royal*, Virgínia, desde o dia 16 de junho, onde permaneceria até o dia 02 de agosto. O motivo da viagem foi a participação no “73º Curso Específico para Mulheres Sindicalistas”, promovido pelo IADESIL, e o tema abordado, “novos conceitos de negociação coletiva”. A FMSP indicou Ineize e duas dirigentes sindicais brasileiras para – ao lado de outras dezessete dirigentes latino-americanas – participar do curso de formação na Virgínia, demonstração de que a ingerência dos EUA sobre o movimento sindical ia muito além do Brasil. Ineize não era novata. Havia se associado ao sindicato em 1962 e, desde então, integrava de “corpo e alma o movimento sindical local”, tendo vasta experiência em cursos do IADESIL, do Instituto Cultural do Trabalho (ICT), do INPS, do Secretariado Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, da Federação Internacional dos Metalúrgicos (FITIM), da própria FMSP e do SMSJR¹⁸² – instituições sob a esfera de influência da Organização Regional Interamericana do Trabalho (ORIT), da diplomacia e do sindicalismo norte-americano. Nesse sentido, parece provável que outros dirigentes do SMSJR – mais experientes e com funções mais importantes na direção do sindicato do que Ineize – tenham passado por experiências de formação sindical segundo as concepções do sindicalismo dos EUA.

Há, por outro lado, poucas evidências de que os alunos sindicalistas dos cursos do IADESIL e ICT tenham buscado colocar em prática os ensinamentos da AFL-CIO. Na mesma publicação em que anunciou a viagem de Ineize, o órgão informativo do SMSJR dividiu o sindicalismo em três “escolas”: o sindicalismo “de esquerda” ou “revolucionário”, que buscava soluções violentas para os problemas da classe trabalhadora; o sindicalismo “de centro”, que subordinava “as agremiações classistas a partidos políticos de tendências socializantes, objetivando exclusivamente galgar o Poder Governamental” e o sindicalismo “livre e democrático”, caracterizado por “liberdade, autenticidade de seus métodos, pelos debates livres de suas assembleias gerais, pela largueza de suas realizações e pelo respeito às disposições legais”¹⁸³. A escolha desse último modelo como o mais adequado, contudo, não significa que os sindicalistas joseenses tenham buscado implantá-lo, talvez porque:

¹⁸² *Folha do Metalúrgico*, Julho de 1977; *Ata de Reunião Ordinária*, 16/04/1977.

¹⁸³ *Folha do Metalúrgico*, Julho de 1977; *Ata de Reunião Ordinária*, 16/04/1977.

a aliança entre dirigentes norte-americanos e brasileiros era bastante complexa e intrincada, na medida em que os últimos estavam subordinados aos interesses e planos idealizados pelos diferentes governos do regime militar. Esses dirigentes, em sua maioria, caracterizados como “pelegos”, dependiam da estrutura sindical, mais do que nunca manipulada pelo regime ditatorial, para a própria manutenção de seus cargos. Da mesma forma, também precisavam mostrar apoio e representar os interesses da classe trabalhadora, estreitando contato, ainda que mínimo, com as suas bases, a fim de garantir votos nas eleições sindicais. Ao mesmo tempo, tinham interesse em apoiar a AFL-CIO e a política internacional estadunidense¹⁸⁴.

Eram tarefas incompatíveis. Entre a manutenção da estrutura sindical e dos cargos, de um lado, e a defesa da negociação direta, de outro, a prática dos sindicalistas de São José dos Campos parece revelar sua opção pela primeira. Apesar de declararem o objetivo de fortalecer a entidade no campo das reivindicações trabalhistas, esses dirigentes afirmariam que seu objetivo, “que é também o do Governo”, era “fortalecer a estrutura sindical”¹⁸⁵. Defender os “autênticos” interesses dos trabalhadores era a solução da diplomacia estadunidense para evitar o ressurgimento de líderes anticapitalistas nos sindicatos, estreitando os laços dos dirigentes “democráticos” com suas bases e garantindo que se perpetuassem a frente de suas entidades. Essa resolução, contudo, se mostraria conflitante com o compromisso desses dirigentes junto ao governo militar, cuja política econômica buscou garantir o aumento da produtividade. Para tal, seria fundamental manter os sindicatos sob controle, razão pela qual o projeto de negociação coletiva encaminhado ao Congresso por pressão dos EUA foi retirado em 1965 e a estrutura sindical foi mantida e manipulada no período posterior ao golpe.

O ideal de sindicato expresso pela citação do ex-ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, num jornal do SMSJR parece ter ficado somente no plano das intenções, declaradas para serem, na prática, deixadas de lado: o sindicato “sem força ou virtualmente inexistente”, “inócuo e inativo” seria sintoma de “democracia periclitante” e de permissão para que todas as injustiças fossem cometidas contra os trabalhadores. O papel do sindicato, porém, seria o de representar todos os trabalhadores para torna-los fortes e assegurar, sobretudo, através “dos contratos coletivos de trabalho, a obtenção pelos trabalhadores, de

¹⁸⁴ CORRÊA, Larissa Rosa, “‘Disseram que eu voltei americanizado’ ...”, p.27.

¹⁸⁵ *Folha do Metalúrgico*, Dezembro de 1976.

uma porção justa de riqueza que eles mesmos ajudam a reproduzir” e garantir “segurança ao trabalhador e conseqüentemente aos seus dependentes¹⁸⁶”.

Subordinados ao projeto dos governos militares, esses sindicalistas atuaram na ampliação do assistencialismo, buscando “dar segurança” a seus associados e garantir o apoio ao regime, mas também visando perpetuar-se em seus cargos. Para tal, colaboraram para assegurar as condições ao crescimento econômico, o que por vezes implicou na convivência com a compressão dos salários, demissões e desrespeito aos direitos trabalhistas. É claro que naquele contexto era escasso o espaço de manobra deixado à ação dos sindicatos, mas não houve qualquer iniciativa para evitar a indisposição da entidade junto aos trabalhadores, sequer tentativas de defesa dos direitos e demandas surgidas nos locais de trabalho. O investimento em serviços assistenciais parece ter sido a via encontrada para buscar solucionar a contradição entre o apoio ao governo militar e a defesa dos interesses dos metalúrgicos, dois condicionantes à sua perpetuação na gestão da máquina sindical.

A política assistencialista, entretanto, não seria capaz de cobrir para sempre as perdas e danos que ao longo daqueles anos se acumulavam no patrimônio material dos trabalhadores, com a deterioração de suas condições de vida e trabalho. Era cada vez mais percebida pelos trabalhadores a noção de que eles não estavam desfrutando da “porção justa” sobre a riqueza que produziam, mesmo se submetendo à política econômica do governo e à rígida disciplina das fábricas. Cada vez mais distante dos interesses de sua base e imobilizada em sua carreira de subserviência, a direção do SMSJR enfrentaria um processo de desgaste que a isolaria da grande maioria de seus associados. Esse processo se inicia em meio a crise do governo militar no fim da década de 1970 e ao concomitante ascenso do movimento operário nas greves metalúrgicas do ABC. A inoperância do SMSJR diante daqueles acontecimentos, fruto das concepções sindicais e políticas de seus dirigentes, abriu espaço para que ativistas da base tomassem seu lugar na organização e mobilização de uma categoria insatisfeita com o governo militar e também com aqueles

¹⁸⁶ Jarbas Passarinho. *Filosofia Trabalhista da Revolução de Março*, 1969 apud *Folha do Metalúrgico*, Setembro de 1974.

representantes sindicais, que não se colocavam na defesa de seus interesses e, ao contrário, aceitavam um projeto de desenvolvimento que os penalizava.

CAPÍTULO 3:

“Mais vale um ano de leão do que cem anos de cordeiro!”: a greve dos metalúrgicos de São José dos Campos (1979)

A trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (SMSJR) no pré-1964 foi marcada pela aliança de sua direção com a Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo (FMSP), presidida por Domingos Alvares e, em seguida, por seu vice-presidente, Argeu Egídio dos Santos, dois expoentes do sindicalismo anti-CGT e apoiadores convictos do golpe¹⁸⁷. Alvares, por exemplo, foi também o presidente da União Sindical dos Trabalhadores (UST), intersindical de caráter nacional fundada em 1962 e fechada em julho de 1963. A UST tinha o apoio do Movimento Sindical Democrático (MSD), surgido em maio de 1961 em São Paulo e formado por sindicalistas ligados às forças patronais e à União Democrática Nacional (UDN)¹⁸⁸. Tal alinhamento às correntes sindicais que disputavam espaço com o CGT tem como consequência a oposição do SMSJR aos comunistas e aos nacionalistas, algo que pode auxiliar a compreender a ausência dessa categoria nas grandes mobilizações da classe trabalhadora entre a década de 1950 e a primeira metade dos anos 1960, bem como sua não participação nos organismos intersindicais construídos durante esse período, quadro que contrasta com a realidade do Sindicato dos Têxteis da mesma cidade. Embora defendessem o credo sindical responsável e apolítico, o grupo dirigente encastelado no SMSJR desde sua fundação, em 1956, jamais buscou aproximar-se dos metalúrgicos da base nem mesmo para tornar-se um “legítimo representante de seus interesses”. José Domingues e os demais dirigentes do SMSJR se constituíram, assim, como uma burocracia que esteve ausente das atividades sindicais, deixando um vazio na esfera da representação dos interesses dos metalúrgicos. Nesse sentido, a entidade sindical metalúrgica de São José dos Campos foi construída como órgão meramente assistencial e após o golpe civil-militar, sua direção aderiu plenamente ao

¹⁸⁷ NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de Montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 233-237.

¹⁸⁸ ARAUJO, Braz José de. *Operários em luta: metalúrgicos da Baixada Santista (1933-1983)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 103.

projeto da ditadura, ampliando os serviços assistenciais já prestados. O enorme aparato repressivo arquitetado a partir de então reduziu demasiadamente o espaço de organização e mobilização dos trabalhadores e suas lutas foram, com algumas exceções, encarceradas dentro das fábricas por mais de uma década.

No final dos anos 1970, a classe trabalhadora brasileira se reinseriu na arena pública buscando o “resgate da dignidade”¹⁸⁹, um valor que, desde 1964, havia deixado de ser compromisso tanto no discurso, quanto na prática patronais. A greve dos operários metalúrgicos que eclodiu em maio de 1978 na Saab-Scania de São Bernardo do Campo foi um momento crucial nessa retomada. Ela expressou, em primeiro lugar, uma prática até então “invisível” de resistência no interior das unidades fabris, demonstrando que o imobilismo reinante no meio sindical durante aquela década não significou imobilidade total, pois mesmo nos anos mais duros do regime militar, houve formas diversas de luta dentro das empresas. Além disso, emergiram as correntes sindicais que começavam a se destacar em meio àquela relativa imobilidade e ao sindicalismo dos “pelegos” da ditadura: as “oposições sindicais” e os “sindicalistas autênticos” que, embora não tenham sido os organizadores diretos daquela primeira greve, foram sujeitos importantes na dinamização, elaboração e tentativa de unificação das experiências fabris preexistentes¹⁹⁰. A greve de 1978 expressou ainda a aguda crise de legitimidade do regime militar: havia um movimento de oposição democrática que se desenvolvia há alguns anos e ganhou novo impulso em 1977 com a oposição generalizada ao “Pacote de Abril” e a saída do movimento estudantil às ruas, criando condições para a eclosão da greve. O clima geral de contestação à ordem autoritária e de questionamento à legitimidade do regime penetrou as fábricas, tornando-se importante para a deflagração da greve de 1978, embora o movimento sindical metalúrgico, em geral, não estivesse organicamente presente nas mobilizações pelas liberdades democráticas. Portanto, é exatamente por expressar muito mais do que um problema salarial específico a uma determinada categoria de trabalhadores que o movimento de 1978

¹⁸⁹ ABRAMO, Lais W. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

¹⁹⁰ ABRAMO, Lais e SILVA, Roque, “O movimento sindical metalúrgico em São Paulo: 1978-1986”, in: NEDER, R. *et al. Automação e movimento sindical no Brasil*, São Paulo: Hucitec, 1988, p.69-70.

irá adquirir um significado global na conjuntura política e um poder de irradiação capaz de estender-se ao conjunto do país¹⁹¹.

Nos anos seguintes, o movimento grevista passaria por uma ampliação e se diversificação. Em 1979, embora ainda concentradas no centro-sul do país, as greves se estenderam a todo o território nacional e envolveram diversas categorias de trabalhadores: funcionários públicos, bancários, operários da construção civil, trabalhadores dos transportes, médicos, professores universitários e do ensino primário e secundário, entre outras. A partir “do Maio de 1978, fábrica por fábrica, há uma história para se conhecer”, pois esse foi o momento a partir do qual “a ditadura entrou em declínio acentuado”¹⁹². Entre os metalúrgicos do parque industrial de São José dos Campos não seria diferente. Seguindo os passos de seus pares no ABC, eles decidiram cruzar os braços a partir do dia 13 de maio de 1979. Em junho do ano anterior, os empresários das indústrias de São José dos Campos haviam sido alertados de que a greve iniciada de maio no ABC “pode[ria] chegar” à cidade e o presidente do SMSJR, José Domingues, declarou que “se os empresários não abrirem mão dos anéis, poderão perder os dedos”. Eximiu, assim, o Sindicato da responsabilidade caso o movimento se “alastrasse”, mas esclareceu que assumiria sua obrigação de prestar assistência aos associados da entidade. Segundo ele, só o “entendimento dos empregadores”, mediante concessão de um aumento de 20%, poderia evitar que a greve atingisse o Vale do Paraíba, o que sugere alguma disposição dos metalúrgicos da base em paralisar o trabalho para pressionar seus patrões¹⁹³.

Domingues citou a “aplicação incorreta” dos índices de reajuste salarial em 1973, afirmando que os trabalhadores seriam as “grandes vítimas” do milagre brasileiro e legitimando o movimento grevista do ABC em face da “dificuldade que vive o operariado nacional” ao ver “dia a dia a inflação corroer os seus já depauperados salários”, o que havia gerado uma “condição de vida incompatível com a dignidade humana”. Os operários da base territorial do SMSJR, “assistindo o movimento da classe”, estariam “propensos” a conquistar reajustes da mesma forma que o ABC, mas o dirigente sindical deixou claro o seu interesse em manter a atividade produtiva na região e resolver o problema salarial sem

¹⁹¹ Idem, p.69-70.

¹⁹² NEGRO, A.L., op. cit., p. 308.

¹⁹³ *Folha de São Paulo*, 02/06/1978.

recorrer ao “método do ABC”, tendo em vista que o território representado por seu sindicato era uma “área pacífica”, cujos trabalhadores desejavam tão somente o “direito de viver condignamente e trabalhar no mesmo sentido”¹⁹⁴. Essa afirmação não deve obscurecer que os operários joseenses estavam inclinados a romper com a suposta passividade que o dirigente queria preservar. Domingues, evidentemente, sabia da insatisfação que se alastrava nas fábricas e temia a possibilidade de que, impulsionados pela greve no ABC, metalúrgicos ativistas de base conseguissem mobilizar a categoria e paralisar a produção.

A própria crise política e o clima geral de insatisfação existente em relação ao governo militar podem ser vistos como fatores potencializadores e multiplicadores da disposição de luta da classe trabalhadora. A saída dos estudantes às ruas em 1977, como ponta de lança da luta por liberdades democráticas, e a própria greve do ABC, iniciada no dia 12 de maio de 1978 pelos operários da Scania tiveram um “efeito demonstração” para os metalúrgicos de São José dos Campos, atentos ao que acontecia em seu entorno. Durante toda a década de 1970, eles vinham sentindo a perda de seu poder de compra e a piora de suas condições de vida e de trabalho, cada vez mais incompatíveis com sua noção de dignidade humana¹⁹⁵. Isso motivou, em diferentes ocasiões, a direção do SMSJR a enviar ofícios de reposição salarial às empresas em seu território visando solucionar, de maneira “direta e amigável”, a “grave situação” relativa à subsistência dos trabalhadores e seus familiares, embora tais reivindicações não costumassem receber atenção e, em muitos casos, as direções das empresas sequer se deram ao trabalho de responder às tentativas de acordo de reajuste salarial a seus empregados¹⁹⁶. Em 1977, um dado novo havia alterado o terreno em que se dava a luta sindical por melhores salários naqueles últimos anos. O sentimento de perda dos trabalhadores foi confirmado por uma divulgação feita pela imprensa de dados que evidenciavam a manipulação oficial dos índices de aumento do

¹⁹⁴ “Comunicado às empresas”, 01/06/1978; AESP, Setor Deops, Delegacia de Ordem Social, Pasta São José dos Campos.

¹⁹⁵ “Comunicado às empresas”, 01/06/1978; AESP, Setor Deops, Delegacia de Ordem Social, Pasta São José dos Campos

¹⁹⁶ “Circular”, 19/08/1974 e “Comunicado às empresas”, 01/06/1978, AESP, Setor Deops, Delegacia de Ordem Social, Pasta São José dos Campos; *Folha do Metalúrgico*, Outubro de 1975, AEL, Fundo DIEESE, Pasta J/3293.

custo de vida pelo Ministério da Fazenda em 1973. A denúncia apontava perdas acumuladas superiores a 30% para algumas categorias e os sindicatos se mobilizaram rapidamente, solicitando ao DIEESE o cálculo exato de sua perda salarial, que no caso dos metalúrgicos do Estado de São Paulo, havia sido da ordem de 34,1%.

A denúncia da manipulação foi um forte fator de mobilização dos trabalhadores e deu origem ao “Movimento pela Reposição Salarial” no segundo semestre de 1977, ao qual aderiram mais de 100 entidades sindicais entre agosto e novembro. Esse pode ser considerado o primeiro ensaio para que o movimento operário voltasse a ocupar um lugar na política brasileira, extravasando a resistência cotidiana contra a opressão e a exploração que vinha se dando nos bastidores das fábricas e ganhando novamente visibilidade na arena pública. Algumas categorias realizaram assembleias massivas, não vistas desde 1968. As táticas de luta variaram e no caso da FMSP, de quem o SMSJR era um aliado de longa data, foi impetrado uma ação judicial contra a União. O que Lula caracterizou, sem rodeios, como um “roubo” dos salários dos trabalhadores¹⁹⁷, José Domingues definiu cuidadosamente como “aplicação incorreta dos índices de reajustamento salarial de 1973”¹⁹⁸. Diante da greve iniciada na Scania, em 1978, a FMSP e a FIESP trabalharam juntas para “conciliar os interesses” e “evitar a expansão do movimento grevista do ABC até o interior do Estado”, assinando um “Protocolo de Intenção de Reajustamento Salarial de Emergência” proposto pela entidade patronal. Apresentado à base pelo SMSJR como “acordo de cavalheiros”, pois não tinha “força de lei”, o “protocolo” foi descumprido pela esmagadora maioria das empresas de São José dos Campos, mas serviu para que os empresários ganhassem tempo e a greve fosse evitada¹⁹⁹.

Dessa forma, em 1978 a direção do SMSJR evitou a irradiação da greve do ABC até São José dos Campos. Para alguns trabalhadores essa postura se explica pelo fato de o presidente da entidade ser “comprado” e distante dos trabalhadores, pois “nunca foi

¹⁹⁷ *Em tempo*, novembro de 1977 *apud* ABRAMO, Lais, *op. cit.*, p. 183.

¹⁹⁸ “Comunicado às empresas”, 01/06/1978, AESP, Setor Deops, Delegacia de Ordem Social, Pasta São José dos Campos.

¹⁹⁹ Além disso, uma grande empresa da cidade, provavelmente a General Motors, havia concedido “um reajuste de 11%, em duas parcelas de 5,5% aos seus trabalhadores, afora as antecipações”, o que pode ter contemplado, ao menos temporariamente, os interesses do maior contingente de operários naquela região. *Idem.*

distribuir um panfleto” na porta da fábrica²⁰⁰. Especialmente a partir de 1964, Domingues e os demais diretores do SMSJR tornaram-se legítimos representantes de uma postura “essencialmente assistencialista, clientelista e imobilista, quando não policialesca e corrupta²⁰¹”, limitada ao cumprimento dos rituais definidos por lei nos momentos da “negociação” anual, sem que houvesse qualquer preocupação em desenvolver uma prática de mobilização efetiva das bases – característica comum a diversas direções sindicais muito antes do golpe de 1964. Não por acaso, José Domingues tornou-se membro da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), pelo qual foi candidato à Prefeitura de São José dos Campos no final de 1978²⁰². Mais do que mero burocrata encastelado na entidade sindical, Domingues – fosse por oportunismo ou por convicção – aderiu politicamente à ditadura militar. Em relação ao seu período a frente do SMSJR, um operário da GM observou ainda que não existia qualquer organização, “nem dentro, nem fora” da fábrica²⁰³. Diante de um sindicato inoperante e avesso à mobilização e da aparente inexistência de organização nas fábricas, a questão que surge imediatamente diz respeito ao modo pelo qual os metalúrgicos de São José dos Campos deflagraram greve em março de 1979.

De acordo com Ernesto Gradella, à época um jovem militante da Convergência Socialista empregado na Siderúrgica Fi-El, havia uma atmosfera de “agitação geral da base” no final dos anos 1970, uma “ebulição” que começava a fazer parte da vida sindical dos metalúrgicos joseenses e que teria contribuído para que o SMSJR decidisse participar do Congresso dos Metalúrgicos de Lins, realizado em janeiro de 1979²⁰⁴. Os “pelegos” à frente do SMSJR teriam retornado de Lins dispostos a “cavalgar aquele ascenso” do movimento operário atendendo às pressões de sua base e, por isso, teriam se comprometido

²⁰⁰ Fundo de Greve dos Metalúrgicos de São José dos Campos. *Ação e razão dos trabalhadores da General Motors de São José dos Campos: a história contada por quem a fez*. São José dos Campos: Gráfica do SMSJR, 1985, p.45.

²⁰¹ ABRAMO, Laís W. *op. cit.*, p.137.

²⁰² *Folha de São Paulo*, 23/07/1978; *Folha do Metalúrgico*, Novembro de 1978.

²⁰³ *Ação e razão dos trabalhadores da General Motors...*, p.45.

²⁰⁴ Ernesto Gradella Neto, entrevista concedida ao autor, 10/05/2013. Em dezembro de 1978, a direção decidiu que a entidade participaria do IX Congresso de Entidades Sindicais dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, posteriormente conhecida como “Congresso de Lins”, entre os dias 22 e 26 de janeiro de 1979, *Ata da Reunião Ordinária do SMSJR*, 02/12/1978. Nesse Congresso foram aprovadas, entre outras coisas, as propostas apresentadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André (SMSA): uma campanha salarial unificada dos metalúrgicos do Estado de São Paulo e a necessidade de construção de um partido da classe trabalhadora.

com ele e outros ativistas a realizar campanha salarial naquele ano. Essa disposição, por si só, já destoava dos procedimentos usualmente adotados por aqueles dirigentes sindicais, mas eles teriam ido além, prometendo a confecção de boletins de convocação às assembleias. Outro evento no início daquele ano pode estar ligado à mudança nas práticas da direção metalúrgica joseense, a saber, um comunicado emitido em fevereiro de 1979 pelo Sindicato da Indústria de Máquinas do Estado de São Paulo (SIMESP) conclamando os empresários à união e fazendo recomendações para evitar greves nas indústrias do setor, reação clara ao movimento paredista do ABC no ano anterior²⁰⁵. A nota foi condenada por sindicalistas metalúrgicos de todo o Estado e os dirigentes de São José dos Campos deram destaque a dois de seus pontos: o item primeiro, que recomendava “evitar qualquer negociação ou acordo direto, tanto com os empregados quanto o respectivo sindicato profissional”, e o item nono, que determinava “aumentar a resistência, programando adequadamente sua produção para poder fazer face aos compromissos assumidos com seus clientes, na hipótese da empresa se ver envolvida em movimentos de greve branca, operação tartaruga ou paralisação relâmpago nos próximos três meses”²⁰⁶. A publicação do SIMESP foi entendida pela Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo (FMSP) como demonstração da organização dos empresários e sinal do endurecimento nas negociações da campanha salarial, colocando aos sindicatos de trabalhadores a necessidade de “estabelecer um plano de ação para anular aquelas orientações dos patrões”²⁰⁷. Em atendimento a essa recomendação, os dirigentes joseenses decidiram solicitar à categoria que não fossem feitas horas extras, que contribuiriam para “aumentar o estoque”, fazendo o “jogo do patrão”²⁰⁸.

Provavelmente em resposta às pressões vindas de baixo e em reação à perspectiva dos empresários em relação às negociações, a direção do SMSJR teria investido “mais de 100 mil cruzeiros em propagandas escritas e faladas” para realizar uma convocação massiva da categoria às assembleias²⁰⁹ e, diante de um plenário surpreendentemente lotado

²⁰⁵ *Folha de S. Paulo*, 02/02/1979.

²⁰⁶ *Ata da Reunião Ordinária da Diretoria do SMSJR*, 03/02/1979.

²⁰⁷ *Folha de S. Paulo*, 02/02/1979.

²⁰⁸ *Ata da Reunião Ordinária da Diretoria do SMSJR*, 03/02/1979.

²⁰⁹ Nota do Comando Geral de Greve, *Valeparaibano*, 20/03/1979.

no salão dos têxteis, chegou a considerar a possibilidade de ir à greve se o aumento salarial pleiteado não fosse atendido²¹⁰. Isso, contudo, não significa que Domingues e seus aliados estivessem dispostos a mobilizar e organizar a categoria num movimento grevista, algo que jamais haviam feito em vinte e três anos de gestão sindical. A FMSP representou 29 dos 34 sindicatos de metalúrgicos do Estado nas negociações com a FIESP²¹¹, reivindicando fundamentalmente o reajuste de 34,1% acima do índice oficial do governo (44%), ou seja, 78,1% para fazer frente ao que havia sido perdido no biênio 1973-74 em razão da manipulação dos índices de inflação²¹². Os dirigentes joseenses pareciam blefar para barganhar um aumento salarial mais elevado junto aos empresários e acalmar os ânimos de sua base, sem qualquer intenção de levar adiante a luta para repor integralmente as perdas dos anos anteriores, embora Domingues reafirmasse seu comprometimento e disposição em levar as reivindicações dos trabalhadores às últimas consequências, contribuindo dessa forma para gerar uma atmosfera de mobilização crescente.

A posição assumida pelos sindicalistas joseenses depois que a FMSP aceitou a contraproposta da FIESP corrobora com a ideia de que eles jamais cogitaram seriamente a possibilidade de ir à greve. Após duas reuniões, no dia 12 de março, as federações fecharam um acordo de 63% de aumento para os empregados que ganhassem até 3 salários mínimos regionais e 57% aos que recebessem entre 3 e 10 mínimos regionais. No ABC, os metalúrgicos cumpriram as deliberações de suas respectivas assembleias, que previam e deflagraram greve. Em São José dos Campos, por outro lado, os sindicalistas levaram a proposta da FIESP à assembleia e buscaram convencer os trabalhadores de que não havia possibilidade de um acordo melhor. Domingues estaria esperando uma assembleia

²¹⁰ *Unidade Metalúrgica*, Agosto de 1979, Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro (CPV-SP), CD-ROM “Oposições Sindicais”, Pasta Oposição Sindical Metalúrgica de São José dos Campos. *Unidade Metalúrgica* e o *Luta Metalúrgica* são publicações de dois grupos de oposição sindical que surgem após a greve de março de 1979.

²¹¹ Os sindicatos de São Bernardo do Campo e Diadema; Santo André e Mauá; São Caetano do Sul; Santa Bárbara d’Oeste e Santos negociaram independentemente da FMSP.

²¹² Outros itens da pauta, elaborada no Congresso de Lins, foram: piso de três salários mínimos; vigência de seis meses (em outubro deveria ser negociado novo contrato); garantia no emprego após o final dos contratos de experiência; estabilidade aos delegados sindicais, que deveriam ser eleitos na proporção de 1 por 500 trabalhadores; redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais; reajuste salarial após três meses e de acordo com o índice apurado pelo DIEESE; estabilidade aos empregados acidentados, mesmo sob período de experiência.

esvaziada para “controlar” a situação e assinar o acordo da FMSP, como de praxe²¹³, mas não foi o que aconteceu.

Naquele ano, a Convergência Socialista (CS) parece ter desempenhado uma função importante na mobilização dos metalúrgicos de São José dos Campos, ao pressionar a direção sindical a produzir um boletim de convocação para a assembleia do dia 13. Munidos dos panfletos, os militantes se dirigiam em seus carros aos pontos de ônibus onde os metalúrgicos aguardavam o transporte até as fábricas²¹⁴. Entretanto, seria inviável para uma minúscula organização como a CS²¹⁵ “cobrir todas as empresas” da região, o que justifica sua estratégia de difusão das informações através dos pontos de ônibus, por onde o chamado poderia ser amplificado: “[a gente] parava lá e falava: ‘ó, esse aqui é o boletim chamando’” a assembleia, “leva pra fábrica”. “Ninguém conhecia ninguém”, mas o “pessoal pegava, ‘dá aqui’, levava e entregava lá dentro”²¹⁶. Embora tenha ressaltado o papel de sua organização, o próprio Gradella esclareceu ser impossível que aquele “grupinho” fizesse todo o trabalho de mobilização. A “insatisfação era tão grande” que os próprios operários tomavam a iniciativa de conversar com os colegas ao saber da assembleia e houve ainda o envolvimento de “outros setores” organizados naquele processo²¹⁷, entre os quais estariam MDB, o Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), o “pessoal que acompanhava o Lula no ABC” e outros²¹⁸.

A deflagração da greve de 1979 foi precedida, portanto, pela organização de grupos de trabalhadores dentro das fábricas da cidade. Na GM, por exemplo, um “grupo

²¹³ Ernesto Gradella Neto, entrevista concedida ao autor, 10/05/2013.

²¹⁴ *Idem*.

²¹⁵ Em 1978, ainda sob o nome Liga Operária (LO), haveria quatro pessoas ligadas à organização. Ernesto Gradella Neto, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, da Fundação Cultural Cassiano Ricardo (FCCR), Parte 1, 26/06/2014. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=ONZN9hmrtAc> >. Acesso: 27/06/2014.

²¹⁶ Ernesto Gradella Neto, entrevista concedida ao autor, 10/05/2013.

²¹⁷ *Idem*.

²¹⁸ José Luís Gonçalves, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Parte 1, 12/03/2014. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=ugdrbuUkifs>>. Acesso: 26/06/2014. Não há outras evidências a respeito da presença do MEP nas fábricas de São José, mas em maio 1977 seus militantes teriam agido em aliança com a Liga Operária (LO), antiga denominação da CS, na cidade de São Paulo.

Cf. Brasil Nunca Mais (BNM). Disponível em:

<[\[http://bnm-\]\(http://bnm-acervo.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=REL_BRASIL&pesq=Liga%20Oper%C3%A1ria\)](http://bnm-</p></div><div data-bbox=)

[acervo.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=REL_BRASIL&pesq=Liga%20Oper%C3%A1ria](http://bnm-acervo.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=REL_BRASIL&pesq=Liga%20Oper%C3%A1ria)>, Acesso: 22/08/2014.

metalúrgico que discutia política geral” e “política dentro da fábrica” se formara no final da década e atuava informal e clandestinamente. A maior capacidade de organização na automobilística estaria ligada às seções dos operários especializados, como “o pessoal que veio de Itajubá” local onde havia duas “escolas” técnicas. De acordo com José Luís Gonçalves, ele próprio um operário especializado da cidade mineira, esses trabalhadores teriam “mais liberdade que os trabalhadores comuns” dentro da fábrica “porque era difícil mandar embora e contratar outro”, em razão da disponibilidade de “pouca mão-de-obra especializada”. Assim, durante a campanha salarial de 1979, esse grupo teria comparecido mais cedo à fábrica para espalhar anonimamente os boletins do sindicato nos vestiários²¹⁹. As assembleias lotadas da campanha salarial teriam sido um “ponto de encontro” para esses grupos atuando dentro de cada empresa e a Ericsson, a Embraer e a GM seriam os “focos” principais dessa atividade. Na montadora, inclusive, haveria mais de um grupo organizado, embora sua informalidade e atuação secreta numa fábrica de dimensões tão vastas tenham impedido que se conhecessem antes de 1979²²⁰. As redes tecidas dentro das principais fábricas, além de terem garantido o início da greve, convergiriam em sua instância central de comando e seriam responsáveis pela sustentação do movimento, principalmente coordenando a ação dos piquetes.

Na noite do dia 13 de março, mais de dois mil trabalhadores lotaram o salão do Sindicato dos Têxteis, enquanto uma “multidão”, sem espaço, permaneceu na rua²²¹. Agindo com cautela para tentar aprovar o acordo da FMSP, Domingues informou ao plenário que o contrato de trabalho ainda não havia sido homologado e o procedimento era consultar à categoria. Enquanto tentava defender a aprovação do acordo, contudo, o dirigente foi repetidamente impedido de falar pelos operários, que portavam faixas,

²¹⁹ *Idem.* João Roberto Faria, metalúrgico aposentado de São José dos Campos e grevista em 1979, narra em seu livro um episódio semelhante, em que um operário chega mais cedo à fábrica e espalha folhetos sobre máquinas, bancadas e mesas de sua seção de trabalho, promovendo a discussão da greve em toda a usina. Ali, a ação também culmina numa assembleia que deflagra greve à revelia do sindicato. FARIA, João Roberto, *op. cit.*, p. 26.

²²⁰ José Luís Gonçalves, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”. Talvez em razão desse relativo anonimato dos ativistas de base, Gradella não tenha sido capaz de precisar a ação de outros grupos antes da greve de 1979, embora ele estivesse certo de que a CS não havia sido a única corrente fazendo o trabalho de mobilização no final daquela década em São José.

²²¹ Ernesto Gradella Neto, entrevista concedida ao autor, 10/05/2013; *Valeparaibano*, 14/03/1979. José Luís Gonçalves aumenta o número de presentes para mais de três mil metalúrgicos, cifra possivelmente exagerada. Cf. José Luís Gonçalves, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”.

atiravam bolinhas de papel e gritavam greve²²². Um jovem militante da CS, conhecido como Tambaú, soube aproveitar-se daquele momento e do “clima de greve” entre os metalúrgicos e pediu a palavra. Mais conhecido entre os trabalhadores em razão de seu “jeito muito expansivo”, o operário da Fi-El teria inflamado a assembleia e posto abaixo o plano arquitetado por Domingues para aprovar a contraproposta patronal²²³. O dirigente tentou deliberar sobre a deflagração da greve com assinatura em livro de votantes e uso de cédulas, conforme determinava a legislação, mas os “elementos da chamada Convergência Socialista concitavam os companheiros a não aceitar uma votação secreta”, as cédulas foram rasgadas e a urna teria desaparecido²²⁴. A CS é provavelmente a “ala mais exaltada” mencionada pela imprensa local e o investigador policial estava certo de sua responsabilidade pelo tumulto no “ambiente, com perda total do controle da situação pelo presidente do sindicato”, levando os trabalhadores a decidirem “por aclamação, [em] condições irregulares e contrárias à legislação vigente, pela decretação da greve”²²⁵. A imprensa transcreveu ainda as palavras da referida “ala”, certamente proferidas por Tambaú: “63% não dá, gente! Não podemos continuar sendo gozados pelos patrões! Mais vale um ano de leão do que cem anos de cordeiro! Chega de aceitar tudo!”²²⁶.

O metalúrgico João Roberto Faria foi apontado por Ernesto Gradella como um “contato” da CS nessa época, ou seja, alguém que não era membro dessa organização política, mas dialogava com sua militância e participava das atividades da corrente, sendo visto como um potencial militante. Naquela noite, em março de 1979, João Roberto também esteve presente no salão dos têxteis quando a greve foi deflagrada e narrou um episódio muito semelhante em seu livro. O conflito entre José Domingues, vulgo “Zezinho Pelego”, e Tambaú parece representado nessa narrativa pela disputa entre Ditinho, sindicalista e advogado assim como Domingues, e o jovem “comunista” Pirai. Pressionado pelo militante, Ditinho tentava suas “manobras” para “abortar o movimento em curso”. O

²²² *Valeparaibano*, 14/03/1979 e 17/03/1979.

²²³ Ernesto Gradella Neto, entrevista concedida ao autor, 10/05/2013.

²²⁴ *Valeparaibano*, 14/03/1979. Domingues também observou a “infiltração de elementos da chamada Convergência Socialista”, que teriam deturpado o movimento com a distribuição de um panfleto. *Valeparaibano*, 17/03/1979.

²²⁵ “Greve dos Metalúrgicos (março/1979 e Fevereiro de 1980)”, AESP, Setor Deops, Delegacia de Ordem Social, Pasta São José dos Campos.

²²⁶ *Vale Paraibano*, 14/03/1979.

clima era de tensão e muito “bate boca” diante de uma “multidão de operários”, “tantos que a rua em frente estava praticamente tomada” porque no “salão já não cabia mais ninguém”. A narrativa permite perceber a visão do autor sobre aquele momento no qual, de um lado, encontrava-se a multidão disposta a ir à greve e, do outro, o presidente e seus aliados, “a maioria chefes de seção”, agindo para “minar os ânimos”. Foram, contudo, repelidos pelos trabalhadores presentes, obrigados a recuar e dar a palavra aos “verdadeiros líderes do movimento”²²⁷. Além dos conflitos na assembleia, a narrativa também parece fidedigna, como veremos, em relação ao desenvolvimento do movimento grevista, mencionando a ação de piquetes nas portas das fábricas, sua coordenação por um Comando de Greve, a forte repressão policial a partir do segundo dia, o apoio de políticos de esquerda na Câmara Municipal, entre outros aspectos.

Após a decisão da greve naquela noite, nenhum trabalhador adentrou os portões da Siderúrgica Fi-El no turno das 22 horas²²⁸. A empresa de 800 empregados, onde trabalhavam Gradella e Tambaú, foi a primeira atingida pela paralisação e os dois jovens militantes certamente tiveram destaque nessa mobilização. Seguindo a tendência da Fi-El, a greve começou “com a paralisação quase total das indústrias da cidade” e prosseguiu no dia seguinte “observando-se a atuação de ‘piquetes’ junto às fábricas, para impedir o ingresso dos que não pretendiam aderir ao movimento”²²⁹. As ações dos grevistas foram coordenadas por um Comando Geral de Greve (CGG) eleito na assembleia para liderar a greve junto ao sindicato. A desconfiança em relação à direção da entidade se justificaria logo no dia seguinte, quando José Domingues declarou a greve “inútil”, “verdadeiro suicídio” e fechou as portas do SMSJR, revogando o apoio formal que havia manifestado²³⁰. Esse gesto veio a reafirmar o CGG como direção do movimento, o que já ocorria na prática desde a assembleia no fim do dia 13, quando os operários foram divididos em grupos para paralisar o último turno de trabalho nas fábricas através da formação de piquetes. Bem “organizados”, eles teriam partido às 21 horas em direção às

²²⁷ João Roberto Faria, *op. cit.*, p. 41-42.

²²⁸ *Valeparaibano*, 14/03/1979.

²²⁹ *Idem.*

²³⁰ *Vale Paraibano*, 15/03/1979.

portas da Ericsson e da Fi-El, além de empresas de Jacareí e de Caçapava²³¹. Observa-se, ainda, que essa dinâmica dos piquetes não obedeceu à assembleia da categoria, embora o CGG tenha sido por ela eleito, e que, por razões óbvias, eles detinham total autonomia em relação ao sindicato.

Os piquetes nas portas de fábrica foram a principal tática utilizada para garantir a paralisação do trabalho nos dois primeiros dias de greve. Na formação de cada piquete, tomou-se o cuidado de não enviar os operários aos portões da fábrica em que trabalhavam. Dessa forma, os trabalhadores da Fi-El parariam a Bundy, os da GM agiriam na Ericsson e assim por diante²³² e a meta de cada grupo seria “barrar os ônibus” de qualquer maneira, “atravessando um carro na frente ou fazendo um bloqueio de pessoas”²³³. Ao agir dessa forma, as lideranças da greve provavelmente buscavam evitar a repressão patronal, já que a identificação dos piqueteiros poderia resultar na sua demissão. Além disso, evitava-se o embate direto com colegas de trabalho que desejassem entrar para trabalhar e com os quais talvez fosse interessante a manutenção de boas relações, já que conviviam diariamente. Para Gradella, contudo, a greve teve “aceitação geral” e não houve “necessidade de convencimento maior em relação” à necessidade de paralisar o trabalho²³⁴. Além da Fi-El, fechada ainda na noite do dia 13 de março, houve “adesão imediata” dos trabalhadores da Embraer, Ericsson, Bundy, Eaton, Hitachi, National, Sade e Schrader (Jacareí), Mafersa (Caçapava) e General Motors. No dia 14, as últimas empresas a parar “sob pressão dos piquetes” foram Ibrape, às 14 horas, e Engesa, às 17 horas, embora não haja registro de conflitos. A polícia observou as ações à distância e os metalúrgicos foram orientados pelo CGG a manter o movimento pacífico²³⁵.

Isso evidencia, primeiramente, que os piquetes nem sempre, ou não apenas, tinham como propósito coagir trabalhadores que insistissem em desrespeitar a decisão da categoria e ingressar na fábrica para trabalhar. Teriam o papel, mais importante nesse caso, de garantir aos operários que se sentissem constrangidos em paralisar o trabalho devido à

²³¹ *Idem*, 14/03/1979.

²³² Ernesto Gradella Neto, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Acesso: 26/06/2014; *Idem*, entrevista concedida ao autor, 10/05/2013.

²³³ João Roberto Faria, *op. cit.*, p. 43.

²³⁴ Ernesto Gradella Neto, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Acesso: 26/06/2014.

²³⁵ *Vale Paraibano*, 15/03/1979.

onipresente ameaça de punição, a justificativa da presença massiva dos ativistas sindicais bloqueando os portões da fábrica. Com esse “escudo” para justificar sua ausência no trabalho e “camuflar” sua identificação como grevistas, eles poderiam aderir à greve com relativa segurança. Os piquetes foram muito eficazes nos primeiros momentos do movimento, quando ônibus da Fi-El retornaram lotados de operários até o centro da cidade. Os veículos “foram parando aos montes”, as “pessoas foram descendo e, aos poucos, as ruas, as imediações, as portarias, foram enchendo de gente”. Na madrugada do primeiro dia, 14 de março, os piquetes iam da “General Motors para a Fi-El, de lá para a Eaton, Ericsson, Embraer, Sade, Bundy” e “plantões” seriam mantidos “*em todas as indústrias*, impedindo que os companheiros” trabalhassem²³⁶. Os piquetes, assim, garantiam a continuidade do movimento e a adesão dos metalúrgicos de diversas fábricas, evitando o risco de que a repressão patronal e estatal se concentrasse sobre os trabalhadores de uma fábrica isolada²³⁷.

A paralisação pelos piquetes não parece aleatória e a escolha dos alvos da ação provavelmente obedeceu a alguns critérios. O Comando de Greve era composto por ativistas de diversas fábricas, 12 operários segundo informações da imprensa local²³⁸ e 18 na versão policial²³⁹. Contudo, há operários citados como membros do Comando e não mencionados pelo investigador policial, sugerindo que um número maior de metalúrgicos participou do CGG. Pelo menos cinco membros seriam trabalhadores da GM, quatro da Fi-El, quatro da Ericsson, dois da Embraer, um da Detroit Diesel, um da Fishers Controls, além de um estudante²⁴⁰. Segundo outra fonte, pelo menos um trabalhador de cada fábrica integrou o CGG²⁴¹, dado razoável quando se considera que não se refere à totalidade das fábricas da base territorial do SMSJR, mas às maiores indústrias, certamente representadas entre os dois mil operários presentes na assembleia que elegeu o CGG.

²³⁶ *Vale Paraibano*, 14/03/1979.

²³⁷ FONTES, Paulo e MACEDO, Francisco Barbosa de. “Strikes and pickets in Brazil: Working-class mobilization in the ‘Old’ and ‘New’ Unionism, the Strikes of 1957 and 1980”, *International Labor and Working-Class History*, nº 83, Spring 2013, p. 93-94 e 101.

²³⁸ *Valeparaibano*, 14/03/1979.

²³⁹ “Greve dos Metalúrgicos (março/1979 e Fevereiro/ 1980)”, AESP, Setor Deops, Delegacia de Ordem Social, Pasta São José dos Campos.

²⁴⁰ *Idem*.

²⁴¹ *Unidade Metalúrgica*, Agosto de 1979.

De qualquer maneira, o Comando de Greve estava bem informado sobre a “temperatura” dentro de boa parte das fábricas metalúrgicas da região e parece ter direcionado os piquetes inicialmente aos locais onde havia maior aceitação à greve, caso da Fi-El. A GM, primeira empresa paralisada pelos piquetes na manhã do dia 14, a Embraer e a Ericsson, outros dois alvos dos grevistas na mesma data, seriam os “principais focos de discussão política na base” anterior à greve, locais onde existiam núcleos de operários organizando-se informal e clandestinamente²⁴². O fato de terem mirado inicialmente a GM, ainda na madrugada, pode revelar também que o CCG considerou em suas estratégias o grande contingente de trabalhadores da empresa automobilística, cerca de um terço dos operários da base naquele momento. Conquistar os portões da GM, da Embraer e da Ericsson significaria paralisar mais da metade da base e isso talvez fosse considerado pré-condição para o sucesso de uma paralisação geral da categoria na cidade. Não à toa, essas três empresas eram os principais locais de ação de ativistas na base, o que se refletiu também na supramencionada composição do CCG.

Entre a noite de 13 de março e o dia 15 desse mês, quinze das mais importantes indústrias foram paralisadas com “intensa ação dos piquetes”, mas na quase totalidade dos casos não houve relatos de violência envolvendo grevistas, fura-greves, seguranças e policiais. A General Motors, conhecida como um “difícil flanco de paralisação” pelos sindicalistas joseenses, foi a “única empresa” a colocar “obstáculos aos piquetes instalados em todas as indústrias” que participavam da greve²⁴³. Em comunicado, o CCG afirmou que “diversos incidentes” estavam ocorrendo nas portarias da montadora devido às “provocações premeditadas” de sua equipe de segurança privada, uma “manobra patronal” para tumultuar e desestabilizar o movimento. A imprensa já havia noticiado que os guardas da GM haviam sacado seus revólveres e ameaçado atirar contra um piquete que “inspecionava” um ônibus se aproximando da fábrica. Além disso, um operário de 25 anos da Ericsson, Carlos Eduardo Alarcon, fora atropelado por um Fusca branco que avançou contra o piquete postado na entrada principal da montadora. As lideranças grevistas fizeram questão de enfatizar que os incidentes eram de inteira responsabilidade da GM, reafirmando

²⁴² José Luís Gonçalves, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”...

²⁴³ *Valeparaibano*, 15/03/1979.

que o movimento não visava a desordem. Para eles, a iniciativa da empresa mirou “dificultar a organização e colocar o movimento na ilegalidade”²⁴⁴. Exceto por esses conflitos na automobilística, a greve transcorreu tranquilamente, evidenciando que os piquetes funcionavam, em grande medida, pela simples persuasão. A GM buscava provocar um conflito em suas dependências, o que justificaria o envolvimento do “poder público” – leia-se, da Polícia Militar – que até então se limitava ao papel de observar os eventos. Diante das forças de segurança do Estado, as empresas poderiam fazer a triagem entre “grevistas” e “trabalhadores”, os que “não querem” e os que “querem trabalhar”²⁴⁵.

Na noite de 15 de março, uma ofensiva foi lançada contra o movimento grevista, alterando o curso de seu desenvolvimento. Os anseios dos empresários, especialmente da GM e da FIESP, foram prontamente atendidos pelo Estado ao convocar contingentes policiais de outras cidades no Vale do Paraíba para reforçar a tropa de choque da Polícia Militar em São José dos Campos. A mudança de postura das forças da ordem – da mera observação para a repressão aos piquetes, considerados ilegais – indica que o movimento se fortalecia. Além disso, os prejuízos às empresas e ao Estado e as pressões decorrentes dessa situação parecem ter concorrido para essa mudança. Na Embraer, que produzia dois aviões por dia, cinquenta aparelhos estavam parados na linha de montagem e outros em estágio inicial de produção, o que ocasionaria onerosas multas pelo descumprimento dos prazos firmados junto a clientes internacionais. Na GM, as perdas seriam “incalculáveis”, pois 320 Chevettes e 450 motores deixavam de ser produzidos a cada dia²⁴⁶. Uma terceira hipótese para a entrada da PM em cena é a crescente ameaça de que a onda de paralisações atingisse as empresas vinculadas às Forças Armadas. Desde a noite de 14 de março, os plantões policiais de São José dos Campos informavam a situação da paralisação em cada indústria e, até às 21 horas, somente 10% dos metalúrgicos da cidade permaneciam trabalhando²⁴⁷. Na manhã seguinte, dia 15, a cópia de um telegrama enviado ao Ministério do Trabalho e posteriormente difundido à toda “Comunidade de Informações” informou que estavam

²⁴⁴ *Idem.*

²⁴⁵ *Documento da FIESP orientando seus filiados a respeito do procedimento a ser adotado na hipótese de ocorrência de novas greves* (1979).

²⁴⁶ *O Estado de S. Paulo*, 16/03/1979.

²⁴⁷ *Relatório de Plantão*, AESP, Setor Deops, Dossiê 20-C-44, fls. 1.089 e 1.103.

“totalmente paralisadas” Embraer, Neiva, Aerotec e Avibrás, “*que atendem à Aeronáutica*” e que piquetes estavam agindo na Engesa, “*que atende ao Exército*”, e Tecnasa, “*que atende à Marinha*”²⁴⁸. No final dessa tarde, “cerca de 300 piqueteiros” bloquearam a Avenida de acesso a cinco empresas aeronáuticas da cidade: Embraer, Aerotec, Neiva, Avibrás e Tecnasa²⁴⁹. As indústrias bélicas de São José dos Campos, fornecedoras das Forças Armadas, pagavam salários superiores a seus empregados e impunham forte disciplina interna, o que explicaria o fato de serem tradicionalmente menos mobilizadas²⁵⁰. Talvez por isso, a Engesa foi a última fábrica paralisada no primeiro dia da greve²⁵¹ e, diante do avanço contínuo dos piquetes sobre os domínios militares, algo considerado inadmissível, providências fizeram-se necessárias.

Orientada a não permitir a ação “ilegal” dos piquetes de greve para garantir o direito “inalienável” de “ir e vir” e o direito ao trabalho do “obreiro povo de São José dos Campos”²⁵², a polícia agiu violentamente e valeu-se de cassetetes, cães pastores e metralhadoras para “garantir que *alguns* metalúrgicos voltassem ao trabalho”²⁵³. A partir de então, os piquetes cumpriram papel importante no enfrentamento ao “piquete policial”²⁵⁴. Especializado em furar greves, ou seja, em “perseguir (‘dissolver’ e ‘neutralizar’) piquetes, rodinhas, passeatas e aglomerações”, o piquete policial, ao atender os chamados patronais, colocava grandes dificuldades às mobilizações coletivas dos trabalhadores. Diante da recorrente “medida de evacuar as fábricas para por os grevistas na rua”, “só um piquete do lado de fora da fábrica poderia fazer frente tanto à triagem policial entre ‘grevistas’ e ‘trabalhadores’ quanto aos ataques da tropa de choque”²⁵⁵. Formada por “mais de 300 policiais” na noite de 15 de março, a coluna “se mobilizava rapidamente” sempre que os piquetes de greve, “afastados a bordoadas e empurrões das portarias, tentavam interceptar os ônibus que traziam os trabalhadores do turno da noite”. A violência da ação policial foi

²⁴⁸ *Relatório de Plantão*, AESP, Setor Deops, Dossiê 20-C-44, fls. 1.088. Os grifos são meus.

²⁴⁹ *O Estado de S. Paulo*, 16/03/1979.

²⁵⁰ Ernesto Gradella Neto, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Acesso: 26/06/2014; *Idem*, entrevista concedida ao autor, 10/05/2013.

²⁵¹ Além disso, a Engesa havia concedido uma antecipação salarial para evitar qualquer movimento em sua fábrica. *Valeparaibano*, 16/03/1979.

²⁵² *Valeparaibano*, 17/03/1979.

²⁵³ *Valeparaibano*, 16/03/1979. Grifos meus.

²⁵⁴ NEGRO, A. L., *op. cit.*, p. 37.

²⁵⁵ *Idem*. Negro entrega a expressão “piquete contra piquete”.

notada principalmente nas portas da GM e da Fi-El. Na Siderúrgica, “debaixo dos olhares assustados dos moradores das Chácaras Reunidas”, bairro próximo, um trabalhador foi “esmurrado” por um soldado da PM para obriga-lo a retirar seu Corcel da entrada da fábrica e tiros teriam sido disparados para o alto pela polícia. Um dos elos mais resistentes do movimento paredista, o piquete da Fi-El sofreu uma dura investida policial e a “maioria” dos seus membros “foi agredida” com golpes “na cabeça, nas costas, no rosto”. À brutalidade policial, somou-se a detenção de alguns grevistas e, dessa forma, os “portões foram tranquilizados”²⁵⁶. Na Eaton também foram observados “violentos distúrbios” quando a PM “dissolveu uma formação de piquetes com cassetetes e cães pastores, provocando ferimentos em vários trabalhadores”²⁵⁷.

Os diretores da GM tiveram ajuda policial para conseguir passar pelo “piquetão” alinhado em suas portas. Os grevistas foram afastados para um quilômetro de distância do local, mas interromperam o trânsito na Via Dutra e impediram a passagem de trinta ônibus que transportavam operários até a indústria²⁵⁸. A quantidade de participantes no piquete é controversa e imprecisa, entre “mais de duzentos”²⁵⁹ e “mais de mil”²⁶⁰ operários. Certo apenas é que se tratou de um piquete que reuniu um numeroso contingente para bloquear as portas da maior indústria da região e que, uma vez cumprido esse objetivo, teria se dispersado gradualmente. Não parece ter havido conflito entre o “forte dispositivo policial” em guarda e os grevistas²⁶¹, embora políticos do MDB tenham repudiado a “pressão policial” visando remover os trabalhadores da porta da fábrica e afirmado que o “aparato estava pronto para combater uma guerra”²⁶². A disposição de industriais, gerentes e trabalhadores em resistir aos piquetes poderia gerar as cenas de violência que costumavam aparecer no cotidiano de muitas greves²⁶³ e a ausência desses conflitos sugere que, pelo menos até aquele momento, a adesão dos operários era esmagadora. Mesmo com o cordão policial, somente nove operários na montadora e trinta na Fi-El teriam “furado” a greve,

²⁵⁶ *Valeparaibano*, 16/03/1979.

²⁵⁷ *O Estado de S. Paulo*, 16/03/1979.

²⁵⁸ *O Estado de S. Paulo*, 16/03/1979.

²⁵⁹ *Valeparaibano*, 16/03/1979.

²⁶⁰ *O Estado de S. Paulo*, 16/03/1979.

²⁶¹ *Idem*.

²⁶² *Valeparaibano*, 16/03/1979.

²⁶³ FONTES, Paulo e MACEDO, Francisco. “Strikes and pickets in Brazil...”, p. 95.

enquanto na Sade, Schrader e Tonolli, de Jacareí, os trabalhadores do período noturno haviam cedido às pressões patronais e retornado ao trabalho. Em cada indústria ficaram de prontidão naquela noite pelo menos oito soldados e duas viaturas, exceto na GM, onde a vigília contou com cinco veículos²⁶⁴. Os portões da montadora eram objeto de disputa acirrada e seu controle talvez fosse decisivo para os rumos do movimento. Mesmo mantidos à distância das portarias, os piquetes teriam agido até às 23 horas naquela noite e a imprensa reconheceu que eles “agiram de forma decisiva para que fosse mantida a paralisação”, especialmente diante do grande aparato policial mobilizado²⁶⁵. Nesse sentido, o “piquete monstro”, como o que agiu na GM, era uma oportunidade de reafirmar a presença pública dos trabalhadores e demonstrar para a sociedade a força da greve, produzindo uma imagem de unidade e coesão²⁶⁶ e contribuindo para ofuscar possíveis episódios de violência do cotidiano da greve e reforçar a tese das lideranças de que o movimento era pacífico.

Por outro lado, segundo representantes das duas maiores empresas da cidade, GM e Embraer, a greve havia surpreendido pela violência empregada “com a formação de piquetes praticamente intransponíveis”²⁶⁷. Assim, a força dos piquetes foi reconhecida pelo setor empresarial, embora tenha sido vinculada à sua caracterização como forma violenta de ação, alheia ao trabalhador comum e ordeiro, que desejava somente trabalhar, mas era impedido pela coerção dos grevistas. No entanto, a facilidade com que os operários aderiam à greve ao se deparar com os piquetes indicam o contrário. Os constrangimentos, físicos e simbólicos a fura-greves, embora certamente tenham existido, parecem ter sido pouco frequentes. O conflito e a brutalidade, a propósito, foram uma iniciativa exclusiva da “aliança empresarial-policial”²⁶⁸, embora um porta-voz tenha esclarecido que a “política de diálogo com os operários” era, como sempre, o fio condutor das ações patronais²⁶⁹. De todo modo, na visão empresarial da greve, emerge novamente a estratégia de distinguir “grevistas” e “trabalhadores”, tão bem elaborada pela FIESP. O presidente do SMSJR

²⁶⁴ *Valeparaibano e O Estado de S. Paulo*, 16/03/1979.

²⁶⁵ *Folha de S. Paulo*, 16/03/1979

²⁶⁶ FONTES, Paulo e MACEDO, Francisco. “Strikes and pickets in Brazil...”, p. 97.

²⁶⁷ *O Estado de S. Paulo*, 16/03/1979.

²⁶⁸ A expressão é de NEGRO, A. L. *op. cit.*, 2004.

²⁶⁹ *Idem*.

manifestou visão semelhante ao negar que a greve fosse um consenso na categoria, opondo o “entusiasmo” de “jovens” “inconscientes” manipulados por “infiltrações políticas” à racionalidade dos “responsáveis” “chefes de família” que permaneciam em suas casas, alheios ao movimento²⁷⁰. Essa diferenciação entre “grevista” e “trabalhador” era temida pelos operários, pois se relacionava diretamente às punições aos que fossem identificados na primeira categoria. Os piquetes, nesse sentido, também se destinavam a borrar essa fronteira e assegurar o engajamento de um número maior de trabalhadores na ação coletiva.

No dia 15, além do recrudescimento da repressão policial, por meio das duas maiores rádios locais os metalúrgicos foram reiteradamente convocados a reassumir seus postos de trabalho, iniciativa que teria sido articulada por empresas como Eaton, Embraer, Engesa e GM. Depois de fechar as portas do SMSJR, Domingues decretou oficialmente o fim da greve sem qualquer consulta à assembleia dos metalúrgicos e endossou, ainda, as convocatórias patronais para o retorno ao trabalho. O dirigente metalúrgico formalizou também a devolução do Sindicato dos Têxteis²⁷¹ – sede do Comando de Greve –, mas os grevistas permaneceram no local “organizando piquetes, distribuindo panfletos²⁷² e incitando os operários a prosseguirem no movimento”²⁷³. Apesar do “clima de instabilidade” gerado por essas iniciativas, o CGG desdobrou-se durante todo aquele dia para convencer os metalúrgicos que pretendiam retornar ao trabalho sobre a importância da manutenção da greve e da ilegitimidade das informações difundidas pelas empresas nas rádios e pelos dirigentes sindicais através do maior jornal local²⁷⁴. Dessa maneira, como foi observado nos casos supramencionados, os piquetes se encarregaram de neutralizar as

²⁷⁰ Na Câmara dos Vereadores, polarização semelhante se deu entre os políticos do MDB e da ARENA. O partido opositor defendia a greve como sinal de um “novo patamar de consciência e maturidade” dos trabalhadores, associando-a a valores que a tornariam legítima, como a justiça e a dignidade. A ARENA, assim como seu partidário José Domingues, tratou a greve como “baderna” resultante da falta de consciência, irresponsabilidade e inexperiência dos operários fomentados pelo MDB, os “arraes”, os “brizolas” e “coveiros” que teriam enterrado o país em 1964 e estariam, então, “apressadinhos” em acelerar a Abertura. Assim, o partido da ditadura se apropriou da greve para atacar a oposição, questionar a redemocratização do país e a reincorporação de políticos e lideranças cassadas e exiladas. Cf. *Valeparaibano*, 14/03/1979.

²⁷¹ *Valeparaibano* e *O Estado de S. Paulo*, 16/03/1979.

²⁷² O CGG tentou veicular a contrainformação via rádio, mas a iniciativa foi interceptada, pois os papéis usados não possuíam timbre do Sindicato. Cf. *Valeparaibano*, 16/03/1979; *Unidade Metalúrgica*, Agosto de 1979.

²⁷³ “Greve dos Metalúrgicos (março/1979 e Fevereiro/ 1980)”, AESP, Setor Deops, Delegacia de Ordem Social, Pasta São José dos Campos.

²⁷⁴ *Valeparaibano* e *Folha de S. Paulo*, 16/03/1979.

tentativas das empresas em promover o retorno em massa ao trabalho. No início dessa mesma noite, uma assembleia convocada rapidamente pelo CGG nas portas das fábricas paralisadas reuniu cerca de dois mil operários e decidiu pela continuidade do movimento, retomando os piquetes logo na sequência.

Desde a noite de 15 de março, a presença ostensiva e violenta da polícia determinou o afastamento dos piquetes das portas das fábricas e os grevistas passaram a interceptar “na cidade” os ônibus que transportavam metalúrgicos às indústrias. Os grevistas se dirigiam aos principais corredores de ônibus, como aqueles que ligavam o Jardim Satélite ou o bairro de Santana às indústrias metalúrgicas da região. A paralisação, então, passou a ser “correndo da polícia”, pois era uma questão de tempo até que os soldados surgissem no local onde os ônibus eram parados para que os operários desembarcassem. Quando isso acontecia, os piquetes nos corredores de ônibus eram rapidamente dispersos, mas os grevistas se reagrupavam e prosseguiam com a ação num novo local, até que a polícia ressurgisse²⁷⁵. A partir desse momento, foi frequente a chegada de grevistas ao Sindicato dos Têxteis afirmando que haviam trabalhado por terem sido impedidos de descer dos ônibus. Na madrugada do dia 16 de março, tentou-se ainda a rearticulação dos piquetes nas portas de fábrica, mas os metalúrgicos encontraram a sua frente sólidos piquetes policiais e vários deles teriam sido “espancados” pela tropa de choque “principalmente” na Fi-El e na GM, onde foram presos cinco trabalhadores²⁷⁶. Neutralizados os piquetes nas portas de fábrica e nos corredores de ônibus, a imprensa afirmou que 60% dos metalúrgicos haviam retornado ao trabalho no terceiro dia da greve e que todos os setores funcionavam normalmente na GM, Embraer, Fi-El, Eaton, National, Ibrape e Engesa²⁷⁷, enquanto na Ericsson, por “medo de sabotagem interna”, os poucos trabalhadores que haviam comparecido teriam sido dispensados²⁷⁸. Certamente nem todos haviam retornado ao trabalho. Na GM, por exemplo, os ônibus não chegavam e nem saíam lotados, embora os portões estivessem completamente pacificados. O Comando de Greve

²⁷⁵ Ernesto Gradella Neto, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Acesso: 26/06/2014; *Idem*, entrevista concedida ao autor, 10/05/2013; João Roberto Faria, *op. cit.*, p. 44.

²⁷⁶ *Folha de S. Paulo*, 17/03/1979.

²⁷⁷ *Folha de S. Paulo*, 17/03/1979.

²⁷⁸ *Vale Paraibano*, 17/03/1979.

admitiu que no máximo 40% dos operários tivessem se desmobilizado e atribuiu os números divulgados pelas empresas a uma nova tentativa para confundir os trabalhadores e enfraquecer a greve.

Diretamente orientadas por Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SMSBC), as lideranças grevistas de São José dos Campos esclareceram que o movimento não ia mais “forçar os piquetes” e que a ideia era somente “conscientizar os companheiros desinformados” pelos anúncios dos empresários. Lula aconselhou os grevistas a rejeitarem a “colaboração de pessoas estranhas à categoria” e a manterem o caráter pacífico do movimento. Os membros dos piquetes, então, passaram a agir nos pontos de ônibus nos locais de moradia, distribuindo panfletos e dialogando com os metalúrgicos que aguardavam transporte para o trabalho. A tática de Lula visava evitar o choque com a polícia e já havia sido empregada pelos grevistas no ABC²⁷⁹. Assim, diante da neutralização dos piquetes pela repressão policial, os metalúrgicos joseenses buscaram reelaborar suas táticas de mobilização. A expectativa era de que nos bairros – longe da vigilância policial e enquanto se aguardava o transporte até as fábricas – haveria maior chance de persuadir os colegas a manterem ou retornarem à greve. Para os grevistas, a batalha a partir de então seria travada no campo da informação, visando reverter nos locais de moradia dos trabalhadores a situação imposta pela “aliança empresarial-policial” e reforçada pela difusão de informações falsas pelas diretorias das fábricas e pelos dirigentes do SMSJR. Um investigador da polícia observou, a esse respeito, que no Sindicato dos Têxteis funcionava uma “verdadeira central de boatos”, entre os quais citou a presença de Lula na cidade e 50 ônibus lotados de trabalhadores que estariam saindo do ABC para “apoio à greve e agressões aos que se dispusessem a trabalhar”²⁸⁰. Forjar boatos como esses

²⁷⁹ No dia 25 de março de 1979, dois dias após a intervenção federal sobre o SMSBC, Lula discursou para 15 mil metalúrgicos, afirmando que “todos sabem o que fazer a partir das 4h30, é preciso estar nos pontos de ônibus e nos bares. O mais importante é não ir às portas de fábrica. Vocês sabem o que fazer, fizeram isso durante 10 dias, um trabalho de formiguinha”. Essa tática seria retomada pelos metalúrgicos sambernadenses na “greve dos quarenta dias”, em abril de 1980. Cf. MACEDO, Francisco Barbosa de. *A greve de 1980: redes sociais e mobilização coletiva dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: USP, 2011, p.37. Grifos meus.

²⁸⁰ “Greve dos Metalúrgicos, Março/1979 e Fevereiro/ 1980”, AESP, Setor Deops, Delegacia de Ordem Social, Pasta São José dos Campos; *Vale Paraibano*, 16/03/1979.

podia ser uma resposta à desinformação empresarial, visando confundir a polícia, pressionar os patrões e amedrontar fura-greves.

Apesar das ações dos piquetes nos pontos de ônibus, a greve continuou a perder força no dia 17 de março. Na manhã desse dia, a polícia desalojou o Comando de Greve do Sindicato dos Têxteis a pedido de seu presidente, José Maria dos Santos, e isso contribuiu para desorientar os metalúrgicos que permaneciam em greve²⁸¹. Até o início daquela tarde, o novo ponto de encontro dos grevistas ainda não era conhecido, mas a partir das 15 horas o CGG instalou-se na Casa do Jovem, cedida pelo prefeito Joaquim Bevilacqua, em atendimento a um pedido de Lula²⁸². Não houve piquetes tampouco policiamento nas fábricas, embora a polícia tenha deixado claro que voltaria a se mobilizar caso os grevistas tentassem fechar os portões novamente. A imprensa relatou que a situação era indefinida e não era possível estimar quantos trabalhadores continuavam dispostos a lutar pelo reajuste de 78%, mas os que haviam comparecido ao trabalho faziam horas extras²⁸³. O Comando de Greve, por sua vez, parecia decidido em persistir na greve. Em reunião entre o CGG e a direção do SMSJR, Gradella avisou que poderia haver “quebra-quebra dentro das fábricas”, pois o “pessoal” estava nervoso e disposto a “partir para o pior”, existindo até a possibilidade de uma “guerra civil na cidade”²⁸⁴.

Exageros à parte, a greve nesse momento era praticamente inexistente, já que muitos trabalhadores haviam retornado ao trabalho, o movimento estava desarticulado, o presidente do SMSJR havia assinado acordo com a FIESP à revelia da categoria e os grevistas começavam a temer as represálias, que se aproximavam com o desfecho da parede. Naquele momento, as ameaças de depredação de fábricas e de agressões, presentes na fala de Gradella ou nos “boatos” do CGG, assim como o apedrejamento de um ônibus que transportava metalúrgicos até a GM²⁸⁵, embora fossem desprovidas de sentido do ponto de vista da racionalidade política, podiam significar, na ótica moral dos grevistas, que os fura-greves e os empresários mereciam ser punidos. Atitude semelhante foi tomada em

²⁸¹ *Valeparaibano*, 18/03/1979.

²⁸² *Unidade Metalúrgica*, Agosto de 1979.

²⁸³ *Folha de S. Paulo*, 18/03/1979.

²⁸⁴ *Ata de Reunião Extraordinária entre a Diretoria do Sindicato e o CGG*, 17/03/1979.

²⁸⁵ *Valeparaibano*, 16/03/1979

relação ao presidente do SMSJR durante todos aqueles dias, acusado pelos grevistas de ter abandonado à categoria à própria sorte. José Domingues denunciou por diversas vezes que estava sendo ameaçado de linchamento – e até de morte –, especialmente por membros do CGG e da Convergência Socialista (CS). Se no início do movimento o uso de violência moderada pelos piquetes poderia servir para unificar os trabalhadores em torno da greve e contrabalançar as pressões dos empresários e do Estado contra os que fossem identificados como “grevistas” – revelando a racionalidade dessas ações –, em relação ao presidente do Sindicato, contudo, a moralidade sempre prevaleceu. Tratado como traidor, as ameaças de violência revelam uma intenção de excluir Domingues da “comunidade de valores” dos grevistas e submetê-lo a uma punição merecida. A CS, por sua vez, negou publicamente as acusações do dirigente e afirmou que os trabalhadores poderiam solucionar o problema democraticamente elegendo outra direção sindical.

No sábado, 18 de março, após uma última tentativa de rearticular o movimento paredista durante todo o dia – orientando os grevistas a visitarem os vizinhos metalúrgicos em suas casas e persuadi-los a manterem a greve – o CGG admitiu ser hora de recuar. Embora continuasse a defender a greve, o comando já havia sinalizado que uma volta ao trabalho seria possível mediante pagamento das horas paradas e, principalmente, a garantia da estabilidade no emprego a todos²⁸⁶. Apesar dessas condições não terem sido asseguradas, diante da incapacidade de retomar a mobilização da categoria, uma assembleia no domingo, 19 de março, reuniu mais de mil metalúrgicos e decidiu formalizar o encerramento da greve.

A ação dos piquetes foi decisiva para a manutenção da paralisação em março de 1979, conforme ressaltaram as lideranças grevistas, a imprensa, representantes empresariais e a própria polícia. Embora tenham reconhecido o papel estratégico dos piquetes, as interpretações e pontos de vista desses sujeitos divergiram especialmente em relação à violência por eles empregada. Os empresários reconheceram a força dos piquetes, mas a atrelaram a forma violenta com que estariam sendo impostos a metalúrgicos que apenas desejavam trabalhar. Os relatos da imprensa e dos trabalhadores, por outro lado, indicam que raramente ocorreram conflitos e agressões entre os metalúrgicos e que a paralisação do

²⁸⁶ *Valeparaibano*, 18/03/1979.

trabalho se deu, em grande medida, pela via do convencimento. Nesse sentido, os piquetes funcionaram como uma “camuflagem coletiva” que protegia os trabalhadores individualmente das temidas represálias decorrentes da adesão ao movimento grevista²⁸⁷ e desfazia a distinção entre “grevista” e “trabalhador comum”²⁸⁸. O receio das punições justifica igualmente a estratégia de enviar os piquetes formados por operários de determinada empresa para bloquearem os portões de outra fábrica.

Respaldadas por uma cobertura favorável da imprensa local, as lideranças enfatizaram continuamente o caráter pacífico e ordeiro da greve, buscando arregimentar apoio na sociedade civil e tornar desnecessária a intervenção da polícia. O “piquete monstro” nas portas da GM serviu para difundir publicamente essa imagem de união e consenso da categoria, além de ter como alvo uma empresa que desde o primeiro momento impôs obstáculos à ação coletiva dos metalúrgicos. Isso não significa, contudo, que não existissem fura-greves ou que a violência e a intimidação contra eles não possam ter sido implicitamente toleradas ou, em alguns momentos, fugido ao controle das instâncias de comando, algo compreensível em qualquer mobilização de massas. Na Detroit Diesel, por exemplo, um vigia foi agredido quando tentava entrar na fábrica ainda no primeiro dia de greve. Na Embraer, também se falou em “clima tenso” quando os quatro mil metalúrgicos chegaram à fábrica pela manhã, mas os ônibus retornaram lotados aos bairros e provocaram congestionamento nas proximidades da empresa²⁸⁹. Enquanto a polícia esteve ausente, a mobilização se ampliou e os distúrbios nas portas das fábricas estiveram quase sempre vinculados ao choque entre equipes de segurança privada e os piquetes, caso da GM. A segurança da montadora era comandada por um coronel do Batalhão do Exército de Caçapava, o que permitiria intensificar a repressão e o controle aos trabalhadores e evidencia o vínculo existente entre grandes empresas e militares durante a ditadura²⁹⁰.

²⁸⁷ FONTES, Paulo e MACEDO, Francisco. “Strikes and pickets in Brazil...”, p.94.

²⁸⁸ *Idem*, p.101.

²⁸⁹ *Valeparaibano*, 16/03/1979.

²⁹⁰ José Luís Gonçalves, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Parte 1, 12/03/2014; Moacyr Pinto da Silva, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Parte 1, 04/02/2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9MRVwpCKYQ8>>. Acesso: 26/06/2014. O Centro Comunitário de Segurança da Vale do Paraíba (CECOSE) fazia reuniões periódicas com a presença de representantes das empresas e oficiais militares. Nesses encontros trocava-se informações relativas à situação de cada empresa e ao movimento sindical dentro e fora das fábricas da região. A queda da ditadura, contudo,

A entrada em ação das forças de segurança alterou o relativo equilíbrio no qual a greve vinha se desenvolvendo, mas os piquetes continuaram a se mostrar imprescindíveis à continuidade do movimento, mesmo quando repelidos para longe dos portões das fábricas. No entanto, o recrudescimento da repressão, somado ao comunicado massivo de que a greve havia terminado e o desalojamento do Comando de Greve colocaram enormes obstáculos à organização dos metalúrgicos. O CGG, como se viu, ainda buscou reativar a mobilização modificando a atuação dos piquetes em porta de fábrica para os principais corredores de ônibus na cidade e, posteriormente, para os locais de moradia. Ali os grevistas teriam agido inicialmente nos pontos de ônibus para, em seguida, visitarem os colegas de trabalho/vizinhos em suas casas. Essas estratégias, contudo, fracassaram uma após a outra e a greve foi encerrada numa assembleia que contou com presença relativamente numerosa dos metalúrgicos.

Em termos de mobilização e duração, a greve de 1979 em São José dos Campos se distancia de outras ações coletivas na Grande São Paulo, como a greve dos 400 mil, em 1957, ou a greve dos 41 dias em São Bernardo do Campo, em 1980. Mas o papel proeminente dos piquetes é um traço comum a essas e também a outras mobilizações da classe trabalhadora no Brasil. Diversas analogias encontradas entre a ação dos piquetes em São José dos Campos e nos dois movimentos citados indicam que, talvez, os piquetes devam ser investigados não apenas como parte importante do repertório da ação coletiva dos trabalhadores da Grande São Paulo na segunda metade do século XX²⁹¹, mas também em todo o Estado, evidenciando elementos importantes de continuidade no processo de formação de classe e, desse modo, contribuindo para desfazer a suposta ruptura entre o “velho” sindicalismo do pré-1964 e o “novo” sindicalismo do final dos anos 1970. Em parte, tal dicotomia se baseou na oposição entre o uso intensivo dos piquetes por lideranças sem ligação com as bases, de um lado, e a representação sindical através de comissões de fábrica, de outro. Desde a década de 1990, uma extensa produção especializada tem se dedicado, a apontar as permanências entre um e outro período, demonstrando que o “velho” dispunha de representação no chão de fábrica, tanto quanto o “novo” jamais dispensou o

não encerrou essas reuniões, como comprovam atas que datam de 1990. Cf. AESP, Setor Deops, Dossiê 17-S-36, fls. 242-294.

²⁹¹ FONTES, Paulo e MACEDO, Francisco. “Strikes and pickets in Brazil...”, p.106.

uso dos piquetes²⁹². A esse respeito, esse trabalho também mostrará que, assim como na greve de 1979, a tática dos piquetes não foi abandonada pelos sindicalistas de São José dos Campos durante a década de 1980, período abordado nos próximos capítulos.

Mesmo sem conseguir um acordo melhor que o da FMSP e sem garantia alguma contra represálias patronais, o CGG negou que o desfecho representasse uma derrota e caracterizou a decisão tomada como uma “volta organizada, dentro de uma estratégia que visa a total reorganização da classe para que possamos vencer as próximas batalhas”²⁹³. No dia 20, com a situação inteiramente controlada, os patrões saíram à caça das lideranças grevistas e diversas demissões seriam concretizadas – Gradella, Zé Luís, Toninho, Tambaú são alguns dos metalúrgicos que perderam seus empregos. Uma vez na rua, encontrar trabalho na região não seria simples, visto que “listas negras” e “atestados de antecedentes político-ideológicos” foram largamente utilizados pelo empresariado para afastar de seus domínios os “elementos” considerados “radicais”. Alguns conseguiam encontrar empregos em outras grandes empresas ou em fábricas menores, enquanto outros precisaram deixar a cidade²⁹⁴. Dentro da estratégia das lideranças grevistas, contudo, nem tudo estava perdido. A batalha pelo sindicato ainda não havia se encerrado.

A perspectiva de “total reorganização” da categoria, apresentada pelo Comando de Greve, revela a intenção de mudar os rumos tomados pelo SMSJR desde a sua fundação. A ruptura da categoria com José Domingues da Silva Sobrinho, então há 23 anos no comando da entidade, estava encaminhada. Agora conhecido como “Zezinho pelego”, Domingues era o “homem mais xingado” entre os trabalhadores e parecia “irremediavelmente queimado junto aos operários” por ter “fugido do pau” em seus momentos mais críticos. Na última assembleia da greve, o CGG tentou tirar proveito desse sentimento, convocando para

²⁹² Entre outros, Fernando Teixeira da Silva. *A carga e a culpa: os operários das Docas de Santos, Direitos e Cultura de Solidariedade (1937-1968)*. São Paulo: Hucitec; Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995; Hélio da Costa. *Em busca da Memória: Comissão de Fábrica, Partido e Sindicato no Pós-Guerra*. São Paulo: Scritta 1995. Marcelo Badaró Mattos. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998; Alexandre Fortes *et al.* *Na Luta por Direitos. Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999; Marco Aurélio Santana. *Homens Partidos: Comunistas e Sindicatos no Brasil*, São Paulo: Boitempo, 2001. Antonio Luigi Negro. *Linhas de Montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo, 2004.

²⁹³ *Valeparaibano*, 18/03/1979.

²⁹⁴ Entrevista com Ernesto Gradella Neto, concedida ao autor, 10/05/2013.

a semana seguinte uma reunião da categoria na Igreja São Benedito, no bairro Alto da Ponte. O objetivo, segundo a imprensa local, era traçar diretrizes que possibilitassem destituir Domingues de seu cargo. O fim da “Era Domingues” não seria imediato, mas aquela greve certamente produziu mudanças na categoria. Como narrou um metalúrgico, a greve teria sido o “primeiro grande passo” dos metalúrgicos da cidade. Depois dela “aquela gente nunca mais seria a mesma”. Poderiam recuar, “mas nunca até o ponto onde estavam”²⁹⁵. As oposições sindicais metalúrgicas, surgidas nesse contexto, deram à greve de 1979 esse mesmo caráter de “divisor de águas” na trajetória dos metalúrgicos joseenses²⁹⁶.

As assembleias lotadas, o Comando de Greve e a ação dos piquetes na greve serviram como “ponto de encontro” para indivíduos dispersos e grupos que vinham atuando simultaneamente no interior das fábricas da região, embora não se conhecessem. Alguns deles organizados no MDB, outros militantes da Convergência Socialista, alguns atuando de modo independente, enquanto outros buscavam engajar-se no projeto de construção de um partido da classe trabalhadora. Nesse sentido, ações que antes ocorriam isoladamente foram unificadas no movimento de 1979. A formação da Oposição Sindical Metalúrgica de São José dos Campos, Jacareí, Caçapava e Santa Banca (OSM-SJC) logo após essa greve é, sem dúvida, legatária do contato entre os diversos ativistas de oposição que o movimento de 1979 possibilitou e um de seus saldos mais importantes. Além disso, para a maior parte dos metalúrgicos joseenses, aquela foi a primeira experiência de engajamento numa ação coletiva da categoria e contribuiu para sua formação enquanto ativistas sindicais e para a valorização da experiência grevista. Três desses ativistas – Ary Russo, Zé Luís e Toninho – seriam presidentes do SMSJR durante a década de 1980 e vários outros fariam parte dessas direções sindicais, cumprindo papel fundamental na trajetória da entidade e da categoria. Alguns deles, como Gradella, trilharam o caminho do Parlamento, onde buscaram representar os interesses dos trabalhadores. Além disso, a construção regional do PT e da CUT no início dos anos 1980 certamente esteve ligada aos grevistas de 1979 e sua posterior

²⁹⁵ FARIA, João Roberto. *op. cit.*

²⁹⁶ Cf. Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, *Revista Comemorativa dos 50 anos de fundação – 1956/2006*. Disponível em <http://www.sindmetalsjc.org.br/sindicato/historia>, Acesso: 12/11/2012; *Unidade Metalúrgica*, Agosto de 1979; *Luta Metalúrgica*, 1980; *Jornal do Metalúrgico*, Setembro de 1982.

ascensão ao SMSJR, posto central de comando da categoria e entidade sindical mais importante na região. A partir desse período, com a queda de “Zezinho Pelego”, os metalúrgicos de São José dos Campos também se tornaram referência para outras categorias na região, que passaram a formar oposições para disputar seus sindicatos com as antigas direções neles acomodadas²⁹⁷.

Em agosto de 1979 foi lançado o *Unidade Metalúrgica*, publicação da OSM-SJC, convocando os operários a participarem de reuniões quinzenais sediadas na Igreja São Benedito, próxima a Praça Afonso Pena. A publicação informava ainda sobre lutas nas fábricas, denunciando problemas em diversas empresas e evidenciando alguma inserção de base dos ativistas da oposição. A participação no sindicato, considerado um “instrumento dos trabalhadores”, foi defendida visando torna-lo “democrático e independente dos patrões e do governo”, o que implicava em “derrubar a direção pelega” e eleger uma “direção de classe”. O grupo avisou que “se Zezinho não cair do trono até 1981”, ganharia as eleições sindicais daquele ano com uma chapa de oposição. Além de buscar a conquista do SMSJR, a OSM apontou a necessidade de organizar comissões de fábrica eleitas pelos trabalhadores em todas as empresas. Conquistar o sindicato e organizar essas comissões eram, portanto, objetivos complementares e indissociáveis que possibilitariam realizar a transformação do sindicato num órgão independente²⁹⁸. Consolidada após a greve de 1979, a OSM-SJC atuou entre os metalúrgicos até o início de 1981, quando lançou sua chapa na disputa eleitoral pelo SMSJR. Na verdade, muito antes da eleição o grupo se dividiu em dois, o primeiro ligado ao *Unidade Metalúrgica* e o segundo ao *Luta Metalúrgica*, jornal publicado em abril de 1980. A ruptura aconteceu após a greve do ABC naquele ano, onde ocorreu “uma das maiores greves da história do nosso país”, ao passo que em São José dos Campos teria havido uma das piores campanhas salariais da categoria. Esse fato, para o grupo do *Luta* refletia as debilidades organizativas da própria OSM-SJC, que não teria conseguido “construir uma estrutura capaz de participar das lutas do dia-a-dia da categoria”, enfraquecendo o sentimento de oposição da base em relação à direção do sindicato. O *Luta* foi provavelmente uma iniciativa capitaneada pelos militantes da Convergência Socialista,

²⁹⁷ Entrevista com Ernesto Gradella Neto, concedida ao autor, 10/05/2013.

²⁹⁸ *Unidade Metalúrgica*, Agosto de 1979.

como Gradella e Tambaú, que desde o início da campanha salarial daquele ano compareceram às assembleias no Sindicato dos Têxteis, embora tenham sido barrados pela direção de Domingues²⁹⁹. Ao final da campanha salarial, Gradella liderou cerca de 50 metalúrgicos numa “invasão” ao sindicato, onde questionaram José Domingues sobre os resultados das negociações da campanha e os motivos pelos quais não houve assembleia deliberativa a respeito do acordo coletivo de trabalho daquele ano, além de reivindicar a divisão dos trabalhadores para negociar por fábrica na tentativa de melhorar o índice de reajuste salarial³⁰⁰. O grupo subiu as escadarias do sindicato gritando “isso aqui é nosso!”, vaiando, “insultando moralmente e até ameaçando fisicamente” o presidente, a quem acusavam de prejudicar os interesses da categoria por não ter permitido uma greve como a do ABC. O episódio terminou em troca de socos e pontapés entre um diretor do sindicato e um membro do grupo de oposição³⁰¹.

Nas eleições do SMSJR, no começo de 1981, José Domingues encabeçou mais uma vez a Chapa 1, enquanto a Chapa 2 foi composta por membros ligados às chefias da GM. Entre as oposições, a Chapa 3 se formou a partir do *Unidade Metalúrgica*, sendo integrada por diversos ativistas egressos da greve de 1979, entre eles o emedebista Ary Russo como presidente e Zé Luís Gonçalves como secretário. A Chapa 4 teve como membros Gradella, Toninho, Tambaú, e outros militantes da Convergência Socialista. A divisão da oposição pode ter adiado sua vitória no primeiro turno das eleições: a Chapa 3 ficou em primeiro lugar, seguida pela Chapa da CS e pela de Domingues³⁰², mas não foi atingido o critério para a vitória – maioria absoluta (50% mais um dos votos) – e foi necessária a realização de um segundo pleito envolvendo novamente todas as chapas participantes, porém decidido por maioria simples. Priorizando a necessidade de derrubar os “pelegos” do sindicato, a CS decidiu retirar sua candidatura e apoiar a Chapa 3, que

²⁹⁹ Relatório “Assembleia Geral dos Metalúrgicos” 28/02/1980, AESP, Setor Deops, Delegacia de Ordem Social, Pasta Delegacias do Interior – São José dos Campos.

³⁰⁰ *Valeparaibano*, 01/04/1980; *Ata de Reunião Ordinária da Diretoria*, 19/04/1980.

³⁰¹ *Ata de Reunião Ordinária da Diretoria*, 19/04/1980.

³⁰² As duas oposições convocaram os metalúrgicos a se sindicalizarem com antecedência de seis meses para poder votar nas eleições de 1981. Domingues, por sua vez, teria dobrado as mensalidades do sindicato para evitar a sindicalização e o crescimento do voto oposicionista. *Unidade Metalúrgica*, abril de 1980; *Luta Metalúrgica*; abril de 1980. No primeiro turno das eleições, a chapa 3 obteve 1.828 votos, a chapa 4 conseguiu 1.543, a chapa 1, 1.222 e a chapa 2, 591 votos. Panfleto “Vote Chapa 3”, CPV-SP, CD Oposições Sindicais, Pasta Oposição Metalúrgica de São José dos Campos.

venceria as eleições. O SMSJR teve pela primeira vez uma mudança em seu grupo dirigente após 25 anos de existência e a partir daí a trajetória da categoria e da própria entidade passariam por diversas transformações.

CAPÍTULO 4:

O “facão faz o peão em pedaço”: crise, desemprego e ocupações de fábrica (1981-1984)

Em abril de 1981, a chapa 3 tomou posse na direção do SMSJR, encerrando de uma vez por todas a hegemonia de José Domingues da Silva Sobrinho sobre a entidade. Encabeçada pelo emedebista Ary Russo de Oliveira³⁰³ (Ericsson) e sindicalistas “independentes” como José Luiz Gonçalves (Hergmi)³⁰⁴, a nova direção enfatizou a necessidade de manter a “neutralidade”, sem “propaganda partidária” para fomentar o “espírito de companheirismo” de forma independente da “ideologia”, “religião”, “crença”

³⁰³ O MDB deu abrigo e foi canal de expressão de diversos segmentos da esquerda durante a ditadura. Entre o final dos anos 1970 e início da década de 1980, a maior parte desses setores migraria principalmente para o PT e, em menor escala, para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), cujos setores de esquerda se deslocariam para o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Nesse período e pelo menos até meados dos anos 1980, mantiveram-se no PMDB as maiores organizações comunistas de então: PCB, PCdoB e MR-8. Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá, “O MDB e as esquerdas”, in: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.299-300. Em São José dos Campos é certa a presença de parlamentares do PCdoB atuando dentro do PMDB, caso do vereador João Bosco da Silva. Embora pareça improvável que o PMDB possuísse qualquer inserção nas fábricas de São José dos Campos sem a mediação de militantes de organizações de esquerda que atuassem dentro do partido, não é possível afirmar com certeza que Ary Russo pertencesse a qualquer desses agrupamentos, informação ausente em todas as fontes consultadas, inclusive nos relatos de outros militantes do período, que o mencionam somente como membro do MDB. Russo era primo de Robson Riedel Marinho, prefeito de São José em 1982 pelo PMDB. De acordo com especulações de jornalistas, Marinho seria ligado ao PCB através de Luiz Paulo Costa e Alberto Goldmann, o que talvez indique um vínculo de Russo ao mesmo partido. *Valeparaibano*, 02/07/1984; *Valeparaibano*, 06/07/1984. Num ato público de cerca de 50 pessoas em apoio à greve dos metalúrgicos do ABC, em abril de 1980, a polícia de São José dos Campos relatou a presença de Bosco, Costa, Russo, Benedito de Siqueira (PMDB), Sidney Cavalcanti (PT), Sérgio Castilho (PDS) e Tambaú (CS) e apreendeu, além de um panfleto do PMDB, um jornal *Voz da Unidade*, embora não tenha sido mencionado qual militante vendia a publicação do PCB durante aquele ato. AESP, Setor Deops, Delegacia de Ordem Social, Pasta 216-B, Doc. 12.

³⁰⁴ João Miranda, João Batista da Silva, José Roberto Ferreira da Silva, Antônio Raimundo Guimarães (“Raimundo”), Mauro Zocchio, José de Moura Barreto, Jose Adolfo dos Santos (“Pesçoço”), Kléber Dias Mamede – Ericsson; Régio de Lima – Tecnasa; José Teodoro dos Santos – Sade; Josino Bernardes – Bundy, Célio Custódio Siqueira, Francisco Marcos Júnior (“Treta”) – GM; José Magno Leandro, David Nelson Barbosa – Embraer; Antônio Mauro Teles – MCS; Edson Guimarães Cavalcanti – AMF; Jesus de Souza – Fischer. Panfleto *Vote Chapa 3, Oposição Metalúrgica S. José dos Campos, Jacareí, Caçapava e Santa Branca*, 1981, CPV-SP, Oposições Sindicais, Pasta Oposição Metalúrgica de São José dos Campos; *Ata de Reunião Ordinária da Diretoria do SMSJR*, 08/05/1981.

ou “partido” de cada um dos membros³⁰⁵. Isso sugere a heterogeneidade que marcou o novo grupo dirigente, derivado da “chapa de composição” entre o MDB e um grupo “ligado à fundação do PT”³⁰⁶, visando tomar o SMSJR das mãos dos “pelegos”. A nova direção buscou desde o início vincular-se à imagem da mudança, do início de uma fase de “resistência, da luta ombro a ombro junto com os trabalhadores, de defesa intransigente dos direitos conquistados”, com um trabalho voltado para o “contato com as bases, reunião por fábrica, contatos externos, cursos para desenvolvimento”³⁰⁷. Identificada com o bloco dos “trabalhadores autênticos”, essa diretoria afirmava ter como grande meta da luta sindical a conquista da “participação direta do trabalhador na vida política do país”³⁰⁸. No entanto, nem tudo foi novidade: os serviços de assistência oferecidos pela gestão anterior, por exemplo, foram mantidos, embora o “assistencialismo” fosse duramente criticado e contraposto ao perfil de “luta” defendido pela nova direção da entidade, ou por parte dela.

No final de 1981, um canal de diálogo foi estabelecido com a categoria por meio da criação do *Jornal do Metalúrgico*, publicação mensal e importante fonte de pesquisa sobre a trajetória do SMSJR. Sua leitura permite perceber que a nova direção realizou campanhas de sindicalização, cursos de formação sindical, discutiu a importância de eleger CIPAS atuantes e conquistar Comissões de Fábrica, enfatizando a independência em relação patrões como algo fundamental à vida desses organismos de base. A coluna *Dito Bronca*, nome do personagem criado pelo cartunista Henfil em 1979 a pedido da OSM-SJC e símbolo da “indignação dos trabalhadores com os patrões e com as injustiças que acontecem dentro da fábrica” constituiu um canal por meio do qual os próprios operários denunciavam os problemas vividos diariamente no chão de fábrica. Além disso, a base territorial do SMSJR foi subdividida em nove bases menores, compostas por determinadas empresas que ficariam sob a responsabilidade de “diretores de base”, outra evidência do

³⁰⁵ *Jornal do Metalúrgico*, Ano 1, nº1, Dezembro de 1981, AEL, Fundo DIEESE, Pasta J/3293. Publicada mensalmente, esta foi a primeira edição do jornal da nova diretoria e contou com tiragem de 10 mil exemplares. Cf. *Ata da Reunião Ordinária da Diretoria*, 21/09/1981.

³⁰⁶ José Luís Gonçalves, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Parte 1, 12/03/2014. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=ugdrbuUkifs>>. Acesso: 26/06/2014; Moacyr Pinto da Silva, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Parte 1, 04/02/2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9MRVwpCKYQ8>>. Acesso: 26/06/2014.

³⁰⁷ *Jornal do Metalúrgico*, Ano 1, nº1, Dezembro de 1981

³⁰⁸ *Jornal do Metalúrgico*, Ano 1, nº 9, Setembro de 1982.

esforço da entidade para fazer-se presente nas fábricas. A decisão sobre as empresas que deveriam compor cada base provavelmente adotou critérios puramente geográficos, embora o número de diretores atuando em cada base deva ter levado em conta o contingente de trabalhadores e o tamanho de cada fábrica. A General Motors, maior e mais importante indústria do Vale do Paraíba, formou isoladamente a “base 9” com quatro diretores de base. A “base 1”, por outro lado, contou com apenas um diretor para as 8 fábricas que a compunham, enquanto na “base 2”, com 13 fábricas, a maior parte delas em Jacareí, deveriam atuar dois diretores³⁰⁹. O diretor de base servia como elo entre sindicato e base, transmitindo informações em ambos os sentidos, organizando e mobilizando os trabalhadores da fábrica. Pode-se afirmar, portanto, que a nova direção cumpriu um importante papel no sentido de democratizar o sindicato, tornando mais aberto ao trabalhador e aumentando a sua presença dentro das fábricas.

O crescimento econômico no período do “milagre brasileiro” (1968-1973) dependeu em grande medida do investimento de capital estrangeiro, atraído pelo clima favorável garantido pela ditadura militar através de mudanças na legislação trabalhista, repressão/burocratização dos sindicatos e criação de leis para controlar greves e salários, com índices determinados pelo governo, além do autoritarismo nos locais de trabalho, que visou aumentar a produtividade do operariado. Esse modelo econômico, contudo, deu sinais de esgotamento em meados da década de 1970 e nesse contexto os trabalhadores brasileiros reemergiram na cena pública através de grandes greves em diversas categorias, conjuntura fundamental para que a Oposição Sindical conquistasse o SMSJR dos “pelegos” da ditadura. No início dos anos 1980, período de transição na direção da entidade, o país passava por uma “drástica redução do crescimento, pela estagnação do produto per capita, pela regressão do investimento e pela transferência de recursos reais ao exterior”³¹⁰. A década de 1980 seria posteriormente chamada de a “década perdida” e nela o Brasil foi

³⁰⁹ *Ata da Reunião Ordinária da Diretoria do SMSJR*, 24/07/1981. Os 20 diretores presentes nessa reunião foram distribuídos entre as bases criadas, mas há evidências de que outros metalúrgicos tenham atuado nas fábricas como diretores de base do SMSJR, caso de José Orlando Muraro e Ladislau Pilipe Pereira Tavares. Cf. *Jornal do Metalúrgico*, Agosto de 1982, ano I, nº 8, Agosto de 1982.

³¹⁰ CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise. A economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora da Unesp e Editora da Unicamp 2002, p. 140 *apud* COSTA, Hélio da. “O Novo Sindicalismo e a CUT: continuidades e rupturas”, in: FERREIRA e AARÃO REIS (orgs.), *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.620.

acometido por um permanente processo de desorientação econômica, marcado por instabilidade no crescimento, alternando períodos de retração e expansão da economia³¹¹. Em maio de 1981, a dívida externa estava em torno de US\$ 60 bilhões e a alta inflacionária em 120%³¹², enquanto os cálculos mais otimistas registravam cerca de 150 mil desempregados somente no estado de São Paulo³¹³. Na base do SMSJR, um diretor mostrou-se “estarecido”³¹⁴ diante da quantidade de metalúrgicos vitimados pelas demissões naquela região e a “grande luta” naquele momento passou a ser a “garantia no emprego”³¹⁵. Naquele início de década, a sensação de insegurança diante da possibilidade da demissão a qualquer momento pareceu dificultar a mobilização das fábricas até mesmo para evitar as próprias demissões, como no caso da campanha contra as horas extras, vistas como fator agravante do desemprego e recurso empregado pelos empresários para reduzir salários. Embora “perdidos” em termos econômicos, os anos 1980 em São José dos Campos, como veremos, foram o terreno onde floresceu entre os metalúrgicos um sindicalismo que se colocou na linha de frente na luta por direitos da categoria, organizando-a e mobilizando-a em ações coletivas que levaram às últimas consequências o princípio da defesa intransigente de seus interesses e que foi considerado demasiado radical pelos próprios “autênticos” que formaram o PT e a CUT.

Apesar da postura defensiva da categoria no início da década de 1980, em algumas fábricas houve mobilizações para reverter problemas específicos. Na Avibrás e na Aerotec, a sinalização da greve e a pressão do sindicato bastaram para que os salários atrasados fossem pagos. O mesmo problema motivou 1.500 operários da Engesa a cruzar os braços ao lado das máquinas³¹⁶. Na Ferdimat, 85 dos 110 metalúrgicos paralisaram o trabalho devido ao não pagamento do FGTS e às “condições desumanas” de trabalho, o que resultou na demissão sumária de alguns deles³¹⁷. Na Eaton, Itamarati, Schrader e Fi-El os patrões tentaram impor a redução dos salários e da jornada de trabalho e, embora considerassem

³¹¹ CARNEIRO, R. *apud* COSTA, H. da, *op. cit.*, p. 620.

³¹² *Folha de S. Paulo*, 31/05/1981.

³¹³ *Idem*, 26/05/1981.

³¹⁴ *Ata da Reunião Ordinária da Diretoria do SMSJR*, 24/07/1981

³¹⁵ *Jornal do Metalúrgico*, Ano 1, nº1, Dezembro de 1981.

³¹⁶ *O Estado de S. Paulo*, 17/06/1981; *Jornal do Metalúrgico*, Ano 1, nº 1, Dezembro de 1982.

³¹⁷ *O Estado de S. Paulo*, 16/07/1981; *Jornal do Metalúrgico*, Ano 1, nº 1, Dezembro de 1982.

esse tipo de acordo desvantajoso, os metalúrgicos tenderam a aceitá-lo para manter seus empregos. Na Schrader, por exemplo, a proposta foi aceita após várias demissões a “conta gotas” e a promessa de estabilidade por nove meses aos que continuassem na fábrica. Na Fi-El, trezentos operários foram demitidos de uma só vez e cem deles foram posteriormente recontratados através de um “gato”, tipo de empresa prestadora de serviço utilizada para “fugir dos encargos sociais, baixar salários e pressionar os funcionários”³¹⁸.

Embraer: garantir trabalho aos que desejam trabalhar?

Em abril de 1981, a Embraer foi a primeira indústria na base do SMSJR a estabelecer a negociação direta com a entidade sindical, fato celebrado por ambas as partes. Desde então, passariam a acontecer reuniões mensais entre empresa e direção sindical visando dar vazão aos impasses na fábrica. Além disso, foi instalado um “posto sindical” dentro da indústria para filiar ao SMSJR o amplo contingente de metalúrgicos da estatal, naquele momento um dos mais baixos índices de sindicalização da base do SMSJR, com somente 800 associados. O diretor de relações industriais, coronel José Renato da Silva, viu com bons olhos a iniciativa, já que a elevação do nível de sindicalização na fábrica permitiria que as decisões da categoria obedecessem ao “consenso” e não ao “radicalismo”³¹⁹. Contudo, quando a empresa anunciou em outubro que cortaria 430 postos de trabalho em razão da “expressiva retração no volume de vendas de seus aviões no mercado interno, acompanhada de inesperadas dificuldades no mercado internacional”, o “consenso” entre empresa e sindicato foi suspenso. Se nas reuniões mensais não houve acordo capaz de impedir o “radicalismo” das demissões, foi necessário partir para o “radicalismo” da greve³²⁰.

No dia 30 de outubro, sexta-feira, piquetes compostos por 150 operários, “liderados pelo vereador João Bosco da Silva”³²¹ e por “diretores do sindicato”, pararam cerca de

³¹⁸ *Idem*. A GM, a National, a Fi-El e a Tecnasa foram algumas das empresas denunciadas pelo uso dos “gatos” para contratar mão-de-obra. Segundo o sindicato, contudo, este era um problema que ocorria “na maioria das fábricas”, *Jornal do Metalúrgico*, ano I, nº 2, Janeiro de 1982.

³¹⁹ *O Estado de S. Paulo*, 25/04/1981.

³²⁰ *Jornal do Metalúrgico*, Ano 1, nº 2, Fevereiro de 1982.

³²¹ Figura bastante presente nas mobilizações da classe trabalhadora desde os anos 1970, João Bosco era militante do PCdoB, que naquele momento encontrava-se abrigado no interior do MDB.

cinco mil metalúrgicos da primeira e da segunda turma de trabalho da manhã, “todos ligados à produção”, enquanto pouco mais de mil ligados às “atividades burocráticas”³²² teriam trabalhado normalmente³²³. Ary Russo, presidente do SMSJR, buscou desvincular aquela ação da ideia de piquete – normalmente associada pelos patrões, pela polícia e pela imprensa à coerção dos “trabalhadores” pelos “grevistas” – e argumentou que houve apenas um trabalho de “conscientização”. Naquela tarde, após a abertura das negociações, os piquetes se dissolveram³²⁴, mas o SMSJR recusou a proposta da empresa, que envolvia a redução do total de demissões para 400; pagamento de aviso prévio em dobro; manutenção da assistência médica até o final do ano; tentativas de reinserção dos demitidos no mercado de trabalho através de comunicação com outras empresas aeronáuticas; diminuição da rotatividade mensal de mão-de-obra para 1%; não desconto das horas paradas e do descanso semanal remunerado. Além disso, o SMSJR exigiu que as demissões fossem suspensas por trinta dias. A direção sindical prometeu continuar a greve após o fim de semana e o feriado de finados na segunda-feira para garantir aos metalúrgicos o “direito de trabalhar”, algo constantemente lembrado pelos patrões e pelo Estado em qualquer paralisação do trabalho e rapidamente esquecido pelos mesmos sempre que conveniente aos seus interesses. O sindicato desejava ganhar tempo para interceder juntos aos órgãos do governo e afirmou estar lidando com uma indústria “genuinamente brasileira” e “patrimônio do povo”, o que tornava necessária a busca por uma saída que atendesse aos interesses de todos e contribuísse para o próprio crescimento da empresa, já que a intenção não seria leva-la à “insolvência”, mas apenas defender o direito ao trabalho da categoria, a empresa e o “povo brasileiro”. Assim, a direção sindical revelou a contradição entre o discurso de empresa do povo, que se referia a seus trabalhadores como “companheiros” e “bem mais precioso”, e a intransigência própria ao “raciocínio de multinacional”, que visava somente o lucro sem se importar “em esmagar o trabalhador brasileiro”³²⁵.

³²² *Folha de S. Paulo* 04/11/1981

³²³ AESP, Setor Deops, Dossiê 20-C-44, fls. 20.944.

³²⁴ AESP, Setor Deops, Dossiê 20-C-44, fls. 20.948.

³²⁵ *Idem*. O PMDB de Russo, em nota oficial, já havia utilizado argumentos semelhantes em apoio aos trabalhadores da Embraer e ao direito de se mobilizarem para garantir seus direitos. Ver: *Vale Paraíba*, 30/10/1981.

Os sindicalistas esperavam manter a paralisação após o feriado levando em consideração os contratos internacionais de vendas, que forçariam a empresa a entrar em acordo para evitar o descumprimento na entrega dos aviões e as pesadas multas dele decorrentes. Para José Luís Gonçalves, esse dado era uma “arma” favorável ao trabalhador, já que a empresa seria incapaz de suportar uma semana de greve e poderia reverter as demissões³²⁶. No entanto, como reconheceu o próprio sindicalista, a Embraer também poderia lançar mão da repressão policial para acabar com o movimento grevista e foi esse o recado que seu presidente, coronel Ozires Silva, se encarregou de transmitir aos metalúrgicos ao declarar que a entrada dos ônibus e a segurança dos que quisessem voltar ao trabalho seriam garantidas³²⁷. Na terça, os metalúrgicos recorreram aos “piquetes nos corredores de ônibus”, como na greve de 1979, interceptando e esvaziando pelo menos sete ônibus em três bairros nos acessos à Rodovia Presidente Dutra. Daí seguiriam até a Embraer e conseguiram fazer com que a primeira turma de trabalho não chegasse aos portões da fábrica naquele dia. Em seguida, entretanto, o policiamento ostensivo passou a garantir o trânsito dos ônibus³²⁸ e seis metalúrgicos foram detidos em Jacareí, o que indica que a ação dos “piquetes” foi mais ampla³²⁹. No segundo turno de trabalho, horário que concentrava a maior parcela dos operários, os grevistas tentaram a sorte nos portões da empresa, mas os “raros” piquetes foram inibidos pela ação de cerca de 260 policiais e a entrada dos ônibus se normalizou. A Embraer, então, pôde concretizar as demissões programadas³³⁰ mediante a guarda de policias armados dos lados de dentro e de fora da fábrica até o momento em que tudo foi concluído³³¹.

De acordo com a *Carta dos trabalhadores da Embraer à população*, o desemprego no Vale do Paraíba atingia dez mil metalúrgicos em 1981, sendo essa a segunda região no país mais afetada, atrás somente da Grande São Paulo³³². Para aqueles trabalhadores, o

³²⁶ *O Estado de S. Paulo*, 03/11/1981.

³²⁷ *Vale Paraibano*, 01/11/1981; *O Estado de S. Paulo*, 04/11/1981.

³²⁸ *Vale Paraibano*, 04/11/1981.

³²⁹ *O Estado de S. Paulo*, 04/11/1981; *Folha de S. Paulo*, 04/11/1981.

³³⁰ Embora inicialmente a empresa tenha anunciado 430 demissões, o número de demitidos foi reduzido para 400 mesmo com a manutenção da greve pelos trabalhadores.

³³¹ AESP, Setor Deops, Dossiê 20-C-44, fls. 20.94. Somente naquele mês, 1.500 operários teriam sido demitidos na base territorial do SMSJR, cifra elevada pelas dispensas na estatal.

³³² *Vale Paraibano*, 30/10/1981.

acordo oferecido pela Embraer era o mesmo que “tampar o sol com a peneira” e num “grito de desespero” pediram o apoio da população trabalhadora aos “400 pais de família que vão enfrentar a dura realidade do desemprego e da fome”, a possibilidade de “morar numa favela e o risco de cair na marginalidade”. Eles buscaram solidariedade de seus pares, apresentando-se como “companheiros honestos” e “trabalhadores exemplares” para pedir aos demais trabalhadores da região que discutissem formas de apoiar os demitidos em suas comunidades. Para eles, a situação de crise não era responsabilidade dos trabalhadores e, por isso, não eram eles que deveriam “pagar” por ela, mas os patrões e o governo. Ao final da carta, uma curta estrofe com a paródia de uma conhecida canção romântica³³³ fornecia um testemunho da experiência vivida por esses trabalhadores naquele difícil momento: “*Facão preto, você é feito de aço/ Faz o pião em pedaço/ Tá cortando pra daná!*”³³⁴.

Greves por produtividade

Os quatrocentos operários da Embraer não foram os primeiros e nem os últimos cuja vida seria “feita em pedaço” pelo facão das empresas de São José dos Campos naquele início de década. Após demitir 78 empregados de seu “pessoal burocrático” e sinalizar com a possibilidade de mandar para rua outros mil trabalhadores da produção, a GM confirmou a dispensa de 200 operários em janeiro de 1982. Nesse mesmo mês, o SMSJR antecipou o início da campanha salarial e continuou a reunir-se com o “bloco independente”, que negociava com a FIESP sem o intermédio da FMSP. A campanha teve cinco eixos prioritários: aumento salarial de 15%, pagamento das horas extras a 100%, liberdade de ação do sindicato, redução da jornada para 40 horas semanais e estabilidade no emprego³³⁵.

³³³ Gênero atualmente conhecido por “brega”, embora a canção transite também pela música sertaneja.

³³⁴ A estrofe foi construída com base nos versos “Fuscão preto você é feito de aço/Fez o meu peito em pedaços/Também aprender a matar”. A composição “Fuscão preto” é de 1980, ano em que se tornou grande sucesso e ganhou versões de diversos intérpretes, inclusive fora do país. Ela foi certamente cantada durante o primeiro “Festival de Música Sertaneja” do SMSJR, em 1981, quando 19 duplas formadas por metalúrgicos das indústrias da base do sindicato se reuniram durante três dias para apresentar suas canções no concurso realizado no salão do Sindicato dos Têxteis de São José dos Campos. *Ata da Reunião Ordinária do SMSJR*, 21/09/1981; *Jornal do Metalúrgico*, ano I, nº 1, Dezembro de 1981.

³³⁵ Destaca-se na pauta: Salário admissão, ou seja, o mesmo salário ao empregado admitido em substituição a outro, cujo contrato tenha sido rescindido por qualquer motivo; Aviso Prévio de 60 dias, em caso de demissão sem justa causa, aos empregados com mais de 5 anos de serviço ou com mais de 45 anos de idade; Delegado sindical na proporção de 1 para 500 ou fração de 500, eleitos em assembleias de fábrica; Garantia aos dirigente sindicais de livre acesso a qualquer momento, a todas as dependências das empresas; Sindicalização

Em São José dos Campos, foi eleita uma Comissão de Mobilização e durante todo o mês foram realizadas no SMSJR reuniões por fábrica para discutir a campanha. As assembleias, contudo, teriam baixa participação, permitindo à FIESP impor um acordo no qual foram rejeitados os pontos principais da campanha, como as horas extras remuneradas a 100%, a redução da jornada de trabalho e as cláusulas relativas à liberdade sindical (garantia sindical, delegado sindical, sindicalização nas empresas.). O aumento salarial oferecido foi um índice de produtividade variando de 0 a 4% em função do tamanho de cada empresa. A FMSP aceitou as cláusulas do acordo e o impasse com o “bloco independente” foi resolvido na Justiça: o TRT atendeu as reivindicações e concedeu 7% de produtividade, mas os patrões recorreram ao TST e conseguiram reduzir o índice para 4% em todas as empresas. De acordo com a polícia, entre 10 e 20 de maio, 21 fábricas entraram em greve reivindicando os 7% de produtividade em várias cidades do Estado de São Paulo³³⁶. Em São Bernardo do Campo, os metalúrgicos conquistaram o índice de 5,5% nas indústrias automobilísticas³³⁷, percentual que foi adotado pela GM e pela Engesa em São José dos Campos.

No entanto, em três indústrias metalúrgicas dessa cidade os operários rejeitaram a determinação do TST e foram à greve. O primeiro passo foi dado no início de maio na Schrader de Jacareí, onde os 800 operários cruzaram os braços no local de trabalho durante uma semana e conquistaram o índice de 7%. Na Ericsson e, logo em seguida, na Embraer mais uma vez, um total de 11 mil metalúrgicos pararam o trabalho. Na primeira, o conflito acabou na Justiça do Trabalho, onde um juiz do TRT mostrou-se indignado diante da

na empresa 2 vezes por ano e apresentação de proposta de sindicalização pelas empresas no ato da admissão de novos empregados; Fim da mão-de-obra temporária; Reajuste trimestral de acordo com o INPC; Garantia de emprego aos que moverem ações trabalhistas.

³³⁶ Entre os 74 movimentos grevistas registrados em empresas do Estado de São Paulo entre janeiro e julho de 1982, 24 teriam sido motivados por “atraso no pagamento”, 22 por “reivindicações salariais e outras. 7% de produtividade”, 7 ocorreram devido a demissões. As demais envolviam reivindicações como a redução da jornada acompanhada de redução dos salários, reivindicações de comissão de fábrica, estabilidade no emprego, equiparação salarial, condições de segurança, higiene, insalubridade, transporte, alimentação, etc. “Movimentos grevistas ocorridos em empresas no Estado de São Paulo no período de Janeiro/Julho – 1982”, AESP, Setor Deops, Delegacia de Ordem Social, Pasta São José dos Campos.

³³⁷ Estiveram em greve em São Bernardo os operários da Mercedes Benz, Ford, Volkswagen do Brasil, Saab Scania e Volkswagen Caminhões. “Movimentos grevistas ocorridos em empresas do Estado de São Paulo no período de janeiro/julho de 1982”, AESP, Setor Deops, Delegacia de Ordem Social, Pasta São José dos Campos.

intransigência com a qual empresa colocou “em risco a paz social por causa de um aumento de 1,5%”. A greve foi julgada ilegal por esmagadora maioria, mas posteriormente a Ericsson acabou cedendo aos operários o índice de 5,5%. Na Embraer, a greve durou três dias e cresceu gradualmente, chegando a atingir 80% do contingente da fábrica. Através de boletins, o sindicato orientou os operários a baterem o cartão, aguardarem o apito e dirigirem-se à concentração no portão entre o F30 e o F40 “ordeiramente, sem bagunça e sem quebrar nada”, enfatizando a necessidade de permanecerem agrupados e de aceitarem somente informações veiculadas pelo próprio sindicato. Após cumprirem horário, deveriam dirigir-se diariamente ao SMSJR para participar da assembleia da fábrica³³⁸.

As orientações do sindicato foram inteiramente cumpridas pelos grevistas dentro da fábrica, que “após baterem o cartão”, “dirigiram-se para o pátio entre os dois hangares, formaram uma grande massa humana, movimentando-se pequenos grupos”, todos “fora do local de trabalho, mas permanecendo na área interna da empresa³³⁹”. Nos pátios, formaram um “piquete” e “incitaram” os “colegas de outras áreas a se imobilizarem”, impediram o retorno ao trabalho após as refeições e tentaram retirar da fábrica os que haviam começado a trabalhar³⁴⁰. Houve tensão entre grevistas e não-grevistas, mas também solidariedade ao movimento, como na adesão dos empregados mensalistas a uma das passeatas realizadas dentro da fábrica, quando os grevistas cantavam o hino nacional. Assim, além de postar-se nos portões da fábrica ou em suas imediações para medir forças com a polícia e os fura-greves, havia outra manobra possível para o piquete na fábrica: tentar trazer para fora os trabalhadores que estivessem em seu interior operando as máquinas. Nesse caso, diante da ausência dos não-grevistas das ruas, só a pressão da “massa humana” dentro da fábrica seria capaz de anular a enorme pressão exercida por guardas, chefes e gerentes sobre os trabalhadores dispostos a aderir, o que talvez explique o aumento gradual de participantes naquela greve. Diante dos olhos vigilantes da fábrica, uma passeata em seu interior, com palavras “que atingiam fundo o orgulho humano” direcionadas aos que insistiam em ligar o maquinário e gritos de “vamos embora!” aos hesitantes, seria a única maneira de “trazer o resto dos trabalhadores para fora, tirando-os das garras dos chefes, para que a paralisação se

³³⁸ Panfleto anexo ao Relatório de Inspeção nº 18/1982, AESP, Setor Deops, Dossiê 20-C-44, fls. 24092.

³³⁹ Relatório de Inspeção nº 18/1982, AESP, Setor Deops, Dossiê 20-C-44, fls. 24092.

³⁴⁰ Relatório de Inspeção nº 18/1982, Aesp, Setor Deops, Dossiê 20-C-44, fls. 24092.

fizesse de fato”³⁴¹. Dentro ou fora da fábrica, o piquete, definitivamente, não significava apenas coerção, mas também envolvia a persuasão dos trabalhadores³⁴².

Como no caso da Ericsson, a paralisação na Embraer foi julgada ilegal pela imensa maioria dos juízes do TRT, embora o advogado dos trabalhadores, Almir Pazzianotto, tenha argumentado que a greve era um movimento social insuscetível de repressão por decisões jurídicas e o juiz Rubens Ferrari, voto vencido, tenha defendido que a greve era um “fator social e como tal não deve ser julgada legal ou ilegal”, apontando a inconstitucionalidade da lei 4.330/1964, que tornava virtualmente impossível o exercício do direito de greve³⁴³. A decretação de ilegalidade abria precedente para a repressão policial e demissões, o que motivou os grevistas a retornarem ao trabalho³⁴⁴. Embora restrita a três fábricas, as greves contra o índice de produtividade do TST reverberaram em diversas empresas. Além da GM, Engesa e Bundy, que concederam 5,5%, Amplimatic, Tecnasa, Hubnet, Toca, Mupre, Aerotec, Tonolli estabeleceram 7% de produtividade e afastaram qualquer perigo de suas fábricas.

*

Em 1983, o SMSJR começou o ano estudando a possibilidade de participação numa greve geral contra as decisões do governo em submeter-se aos ditames do Fundo Monetário Internacional (FMI), avaliando que os novos critérios de reajuste estabelecidos pelo Decreto 2.012 comprimiriam ainda mais os salários e arrasariam o poder de compra das famílias da classe trabalhadora. Na campanha salarial, reiterou a participação da entidade no “bloco independente”, cujas principais reivindicações foram a reposição das perdas salariais, estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho sem redução de salário, piso salarial e representação sindical nos locais de trabalho. Na Embraer e na Tecnasa o sindicato conseguiu negociar o direito de formar comissões de fábrica. Na primeira,

³⁴¹ FARIA, João Roberto. *Visto de fora*, p.112.

³⁴² NEGRO, *op. cit.*, p.92.

³⁴³ Informação 760-B/82, AESP, Setor Deops, Dossiê 20-C-44, fls. 24.121 e 24.122; *O Estado de S. Paulo*, 21/05/1982.

³⁴⁴ *Jornal do Metalúrgico*, Ano 1, nº6, Junho de 1982.

aparentemente a empresa mais mobilizada naquele início de década, a jornada de trabalho foi reduzida em 10 minutos por dia sem a redução dos salários, o SMSJR passou a participar do processo de eleição das CIPAs, normalmente controlado pelas empresas, e obteve o direito de sindicalização dentro da fábrica duas vezes ao ano. Novamente, a prioridade do SMSJR após o término da campanha salarial foi a defesa dos empregos e visando garantir essa demanda, a direção da entidade falou em combater as horas extras, conquistar o salário desemprego e a redução da jornada de trabalho.

Após demitir 600 empregados, a GM justificou o aumento das horas extras e da jornada de trabalho com base na “falta de pessoal” e em abril o SMSJR organizou piquetes na porta da montadora para impedir o trabalho ao sábado, parte da estratégia contra as horas extras. Um movimento de desempregados que se organizava no sindicato no início de maio planejou repetir o piquete na entrada da GM, mas nas duas ocasiões a polícia dissolveria o bloqueio, garantindo acesso à fábrica. Além das iniciativas para reunir fundos para os desempregados da região, como realização de shows beneficentes, partidas de futebol e o recolhimento de doações, cerca de 100 empregados compareceram à Subdelegacia Regional do Trabalho acompanhados do vereador João Bosco da Silva e entregaram uma pauta destinada ao Ministério do Trabalho: redução da jornada de trabalho semanal para 40 horas sem redução de salário, fim das horas extras, implantação do salário desemprego pago pelas empresas e pelo governo através de um fundo criado para esse fim, proibição do trabalho aos aposentados por tempo de serviço, rejeição do decreto 2.012, abertura de frentes de trabalho, estabilidade no emprego, além da revogação da lei “antigreve” e da Lei de Segurança Nacional.

No dia 11 de julho, os metalúrgicos de São José dos Campos decidiram em assembleia geral da categoria que participariam de uma greve geral a ser realizada no dia 21 do mesmo mês. A paralisação da produção deveria durar 24 horas e foi organizada pela Comissão Nacional Pró-CUT³⁴⁵ contra as intervenções sobre os sindicatos de Campinas, Bahia e São Bernardo, os diversos pacotes de arrocho dos salários (decretos 2.012, 2.045,

³⁴⁵ O 1º CONCLAT, realizado nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 1981, em Praia Grande (SP), reuniu 5.036 delegados, representando 1.091 entidades sindicais e deliberou pela criação da Comissão Nacional Pró-Central Única dos Trabalhadores (Pró-CUT) com o objetivo de fundar uma central sindical de âmbito nacional.

2.065), pela revogação do pacote do BNH, congelamento dos preços de gêneros de primeira necessidade, criação de empregos e salário desemprego, estabilidade, redução da jornada sem redução de salários, reforma agrária e o “fora FMI”. Na véspera, uma nova assembleia convocada pelo SMSJR deliberou que a categoria não tomaria ônibus para ir ao trabalho e não compareceria à portaria das fábricas, mas à sede do sindicato, de onde sairiam em passeata até a concentração na Praça Afonso Pena, no centro da cidade. Nessa mesma noite, os trabalhadores saíram da assembleia em direção às portas das fábricas, onde tentaram iniciar a paralisação do trabalho noturno através de piquetes. De acordo com o relato do SMSJR, embora houvesse forte policiamento nas fábricas, desproporcional em relação ao número de piqueteiros, e as empresas tivessem montado estratégias para impedir o bloqueio aos ônibus, os operários do turno da noite teriam aderido “maciçamente”. No dia seguinte, contudo, a greve geral não aconteceu em São José dos Campos, embora na base de Caçapava a adesão tenha sido total. Segundo a Comissão Pró-CUT, aproximadamente três milhões de trabalhadores de diversas categorias aderiram ao movimento em todo o país. Para o SMSJR, a concentração na Praça Afonso Pena e a participação nas assembleias na véspera da greve registraram o repúdio à política do governo e a greve não ocorreu em razão da presença ostensiva da polícia.

Na Embraer, a repressão teria sido particularmente reforçada em razão do lançamento ainda naquele mês de um novo avião, o Brasília. Policiais armados teriam vigiado a produção durante todo o dia e quatro ativistas de base foram demitidos por justa causa, embora três deles tivessem estabilidade de dez meses devido ao mandato eletivo na CIPA³⁴⁶. Em resposta, o sindicato teria tentado paralisar a fábrica no dia 22, mas se deparou com forte esquema policial nas portarias e com a guarda da Polícia da Aeronáutica em seu interior. Assim, a ação foi novamente frustrada e foram detidas quatro pessoas que distribuía panfletos e “com um megafone incitavam à greve os operários daquela indústria”. Tratava-se dos militantes da Convergência Socialista, Ernesto Gradella, então vereador pelo PT, Antônio Donizetti Ferreira (Toninho), um dos demitidos, Maria Inês de Oliveira, metalúrgica desempregada, além da psicóloga Gisella Gradella, esposa do

³⁴⁶ *Gazeta Mercantil*, 26/07/1983; *Jornal do Metalúrgico*, Agosto de 1983.

vereador³⁴⁷. Além de Toninho, outros dois demitidos pela participação na greve do dia 21, Araldo Todesco e Miriam Lazarim, eram militantes do núcleo da CS na Embraer. Apesar do fracasso da greve, o SMSJR afirmou que o dia 21 foi um “passo para a organização do maior manifesto [*sic*] de trabalhadores que vai se realizar dentro de algum tempo”³⁴⁸, talvez em referência à fundação, naquele mesmo mês, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em São Bernardo do Campo, com a projeção de uma greve geral no dia 25 de outubro caso o Decreto 2.045, que previa 80% do INPC como critério de reajuste salarial, fosse aprovado pelo Congresso Nacional.

Do “reformismo sindical” ao “sindicalismo cutista”³⁴⁹

Desde 1981, parecem ter existido conflitos no interior da gestão do SMSJR, mas eles se acirraram³⁵⁰ e vieram a público na segunda metade de 1983, após a demissão do assessor do sindicato, Moacyr Pinto da Silva³⁵¹, por Ary Russo. Em resposta à atitude do presidente da entidade, Moacyr redigiu uma carta aberta à categoria, que evidencia a disputa política pelo controle e os rumos da entidade metalúrgica, opondo Russo e a maioria dos diretores a um grupo minoritário ligado ao Partido dos Trabalhadores (PT), sob a liderança de José Luís Gonçalves³⁵². Segundo Moacyr, a divisão foi ocasionada pela filiação desse grupo de diretores ao PT, enquanto a direção do SMSJR era hegemônica pelo PMDB. Russo presidia o Comitê Municipal do partido e acreditava que o PMDB era a

³⁴⁷ AESP, Setor Deops, Dossiê 17-S-36, fls. 13-14; Ernesto Gradella, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Parte 2, 26/06/2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b2IL_QO59pk>. Acesso: 27/06/2014.

³⁴⁸ *Jornal do Metalúrgico*, Agosto de 1983.

³⁴⁹ Expressões empregadas por Moacyr Pinto da Silva para demarcar as diferenças entre o sindicalismo metalúrgico joseense dos períodos 1981-1984 e 1984-1990, respectivamente. Cf. Moacyr Pinto da Silva. Entrevista concedida ao programa de TV “História e Memórias”, Parte 1, 04/02/2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9MRVwpCKYQ8>>. Acesso: 26/06/2014

³⁵⁰ Em abril de 1983, Zé Luís e Ary Russo concordaram que não “não há coesão” na direção do SMSJR devido às divergências ali presentes. *Ata da Reunião Ordinária da Direção do SMSJR*, 16/04/1983.

³⁵¹ Moacyr trabalhou na Volkswagen de São Bernardo entre 1963 e 1971 e tornou-se professor após concluir os estudos na faculdade de Ciências Sociais. Na segunda metade de 1980, após perder o emprego, foi trabalhar na National (atual Panasonic) em São José dos Campos, momento em que se engajou na campanha da chapa de oposição e, após a vitória desse grupo nas eleições no início de 1981, passou a coordenar a Escola do Sindicato e a assessorar a entidade. Moacyr Pinto da Silva, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Parte 1, 04/02/2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9MRVwpCKYQ8>>. Acesso: 26/06/2014.

³⁵² Apoiado por Jesus de Souza, José Magno Álvares Leandro, Josino Bernardes, Antônio Mauro Teles e o próprio Moacyr.

única alternativa capaz de “derrubar, em São José, os traidores do povo, reunidos no PDS”. Nas eleições municipais, em novembro de 1982, seu correligionário Robson Marinho foi eleito prefeito³⁵³ e os sindicalistas do PT colocaram-se na oposição àquele governo. O conflito na direção SMSJR, portanto, pareceu ter como pano de fundo a disputa entre os setores favoráveis à preservação da “frente política” do PMDB até o último suspiro da ditadura militar – incluindo as organizações de esquerda que atuavam dentro dele – e aqueles que desejavam engajar-se na construção de um projeto próprio da classe trabalhadora e na queda da ditadura.

Após a carta de Moacyr, os petistas distribuíram nas fábricas um extenso documento discutindo a política da entidade com o objetivo de formar uma chapa de oposição para as eleições sindicais que se aproximavam³⁵⁴. Um problema há muito tempo mencionado nas reuniões daquela direção sindical foi a necessidade de haver maior seriedade nas tarefas realizadas pelos diretores de base³⁵⁵. Segundo os dirigentes petistas, contudo, Russo protegia os diretores “que não se esforçavam para cumprir suas obrigações com a categoria” e afirmava que os diretores que “forçavam a barra para levar a luta adiante”³⁵⁶ eram “comunistas, porra loucas, agitadores, que queriam levar o sindicato pro buraco, acabar com o assistencialismo³⁵⁷”. Com amplo apoio dentro da direção, Russo teria começado a reverter a abertura inicial do sindicato, tomando medidas antidemocráticas,

³⁵³ Robson Riedel Marinho obteve vitória esmagadora sobre o candidato do PDS, José de Castro Coimbra. Foram 66.681 votos do emedebista contra 15.395 do candidato da ditadura, que foi seguido pelo candidato do PT, Luiz Carlos Pontes, com 10.511 votos. Também pertenciam ao PMDB os cinco vereadores mais votados no pleito e os prefeitos de Jacareí e Caçapava, indício da força que o partido adquirira no Vale do Paraíba. “Quadro demonstrativo das eleições realizadas em 15/11/1982 no município de São José dos Campos – SP”, AESP, Setor Deops, Delegacia de Ordem Política, Pasta São José dos Campos.

³⁵⁴ “Pela Construção da Chapa de Oposição Sindical Metalúrgica de São José dos Campos”, Agosto de 1983, CPV-SP, Pasta Trabalhadores Metalúrgicos de SP, São José dos Campos.

³⁵⁵ Esta crítica foi apontada pelo metalúrgico Brás Cândido dos Santos, num assembleia em fevereiro de 1982. Em agosto do mesmo ano, Zé Luís Gonçalves também avaliou em reunião da direção sindical que a “diretoria deve ter um trabalho mais objetivo, pois muitos não têm contribuído com o trabalho na porta de fábrica”. Ata da Assembleia Geral Extraordinária do SMSJR, 07/02/1982; Ata da Reunião Ordinária da Diretoria do SMSJR, 14/08/1982.

³⁵⁶ Após o fracasso das negociações da campanha salarial de 1982, Jesus de Souza, por exemplo, defendeu mobilizar a categoria em greves nas empresas, que deveriam ocorrer onde se avaliasse que existiam condições para tal. *Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Embraer*, 06/03/1982.

³⁵⁷ Em 1981, João Miranda, tesoureiro do SMSJR e membro da gestão anterior dos “pelegos”, fervoroso defensor do sindicato provedor de serviços assistenciais criticou o posicionamento de “alguns diretores que combatem o assistencialismo sem dar alternativas. Se alguma empresa cortar o assistencialismo, o sindicato não tem condição de atender a todos”. Ata da Reunião Ordinária da Direção do SMSJR, 11/12/1981.

fazendo reuniões a portas fechadas, centralizando as decisões, assinando acordos sem consultar o conjunto da categoria, entre outras críticas detalhadas ao longo do documento³⁵⁸. Para os petistas, Russo havia “caído para a direita” ao assumir a posição de defensor da política municipal³⁵⁹, além de negociar com empresários acordos contrários aos interesses da categoria, como a demissão de 350 trabalhadores da Ericsson, no final de 1982, considerada inadmissível pelos sindicalistas petistas, que defendiam a luta pela redução da jornada de trabalho³⁶⁰.

Diante do alto índice de desemprego naquele início de década, o SMSJR, assim como outros sindicatos pró-CUT, havia tentado combater as horas extras, garantir estabilidade no trabalho, reduzir a jornada sem reduzir salários, entre outras medidas contra as demissões. Além disso, foi criada a Associação Comunitária dos Operários Desempregados (ACODE), que se reunia na sede do SMSJR para discutir problemas, fazer pesquisas de mercado, criar um “fundo desemprego” para “aglutinar os trabalhadores desempregados para lutar pela sobrevivência”, fazer campanhas de doação nas fábricas, criar um cadastro dos desempregados e reunir recursos através da promoção de eventos, como forrós e feijoadas. No poder municipal em São José dos Campos, o PMDB também tomou medidas relativas à questão do desemprego, como um plano emergencial em relação aos gêneros de primeira necessidade, com participação dos donos de supermercados da cidade. No SMSJR, Ary Russo informou que participaria de uma reunião com os diretores das 30 maiores empresas da cidade³⁶¹ e dois dias depois comunicou aos demais dirigentes que o SMSJR havia aderido ao Fundo de Apoio aos Desempregados (FADE), iniciativa da Comissão de Estudos sobre o Desemprego, recentemente constituída na cidade com a participação de quase 60 empresários e sindicalistas³⁶². Entre os objetivos do órgão, esteve

³⁵⁸ “Pela Construção da Chapa de Oposição...”, Agosto de 1983. Os rumos assumidos por aquela direção, segundo os sindicalistas ligados ao PT, resumiam-se a dois pontos: o não comprometimento com a luta de classes e a não resistência à estrutura sindical oficial.

³⁵⁹ *Vale Paraibano*, 05/07/1983.

³⁶⁰ De acordo com Moacyr, a afinidade política de Ary Russo com o PMDB era perpassada por relações de parentesco. Ele seria primo do Prefeito Robson Marinho que, por sua vez, seria irmão (ou primo) do presidente da seção regional do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), Rogério Marinho. Moacyr Pinto da Silva, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Parte 1, 04/02/2014.

³⁶¹ Ata da Reunião Ordinária da Diretoria do SMSJR, 16/04/1983.

³⁶² Coordenada pelo Coronel Ozires Silva – militar da Aeronáutica, fundador e presidente da Embraer – a Comissão contou com a participação dos Sindicatos dos Metalúrgicos, da Construção Civil, dos Ceramistas,

a formulação de programas de atendimento imediato aos problemas emergenciais dos desempregados da cidade, além de programas de médio e longo prazo ligados à geração de empregos na indústria e no comércio.

O FADE deveria agir para solucionar questões imediatas, como garantir alimentos e passes de ônibus aos desempregados, estimular a geração de novos empregos e a “reciclagem de mão de obra”, visando dar “maior eficiência aos trabalhadores especializados e resguardar as oportunidades de emprego para os trabalhadores do município”. Um Conselho de Curadores ficaria encarregado de fiscalizar os trabalhos da Diretoria Executiva e a aplicação dos recursos captados por meio da contribuição de 0,1 por cento do faturamento mensal das indústrias e, em caráter facultativo, 0,1 por cento do salário dos trabalhadores. Os empresários se comprometeram, ainda, a reduzir “ao máximo a rotatividade de mão de obra”. Para os membros da Comissão de Estudos sobre o Desemprego, o FADE representava um caminho pelo qual se poderia “estabelecer um novo pacto de responsabilidades sociais, uma nova ordem de relacionamento entre os seguimentos patronais e os operários para uma permanente tranquilidade da comunidade jenseense”, pacto ao qual Russo e o PMDB foram favoráveis. Quando o presidente do SMSJR apresentou a proposta de adesão ao FADE na reunião da diretoria do SMSJR, em abril de 1983, 4 mil desempregados já estariam cadastrados no programa e a participação foi aprovada com treze votos, enquanto os cinco diretores petistas discordaram da adesão. Na ocasião, José Luís Gonçalves afirmou que o FADE era “um organismo paliativo para enganar os trabalhadores” e que a crise deveria ser resolvida por aqueles que a criaram, isto é, os patrões e o governo. Segundo ele, embora se dispusessem a dar “migalhas” para o FADE, os empresários continuavam a demitir os trabalhadores e a obrigar-los a fazer horas extras. Portanto, a medida funcionaria como uma “cortina de fumaça”, encobrendo a séria questão do desemprego, pois não se propunha a solucioná-la definitivamente, mas apenas a perpetuar o problema³⁶³.

A maior reserva dos petistas em relação ao FADE, contudo, estava no que eles consideraram um pacto com o governo e os empresários, que teria sido selado pela “política

do Comércio Varejista e dos Jornalistas, além do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), da Associação Comercial e Industrial e da Associação de Administradores de Pessoal de São José dos Campos.

³⁶³ *Ata de Reunião Ordinária da Diretoria do SMSJR*, 18/04/1983; *Jornal Agora*, 24-30/12/1983.

de cúpula” da direção majoritária do SMSJR. De fato, a adesão ao FADE foi decidida em reunião da diretoria e a assembleia da categoria foi consultada somente para dar o aval em relação ao desconto dos salários em contribuição ao Fundo. Além de ser tomada “de cima para baixo”, a decisão foi criticada por ter obstaculizado o trabalho de organização dos trabalhadores desempregados, que estava sendo construído ao longo daquele período nas fábricas, no sindicato e nos bairros, embora não se possa determinar qual foi a real amplitude e efetividade dessa iniciativa. Apesar de avaliarem que se tratava de um movimento social ainda muito incipiente, os militantes do PT pareciam apostar em seu potencial de mobilização e atribuíram seu esvaziamento à aliança entre o governo municipal, empresários e “sindicalistas pelegos” para dotá-lo de um “conteúdo assistencialista e humanista” e não “classista”. Nesse sentido, a adesão ao FADE representaria a política de colaboração de classes, à qual o PT opunha a diretriz de agir para “apoiar e estimular a organização independente dos trabalhadores nos bairros e nas suas entidades de classe”³⁶⁴.

Nesse cenário, o grupo de José Luís Gonçalves fez o chamado à formação de uma chapa de oposição “independente, classista, democrática e operária” para disputar as eleições sindicais que se aproximavam e, nesse processo, uniu-se à Convergência Socialista, que fazia parte do PT e da CUT. A fundação de uma sessão da central sindical no Vale do Paraíba, aliás, foi outro ponto de divergência entre os petistas e Russo, que embora fosse representante da direção executiva da CUT no Vale do Paraíba, não teria atuado para construí-la regionalmente³⁶⁵. Na greve geral de julho de 1983, por exemplo, o PMDB decidiu orientar sua militância a não ir às ruas – o próprio Ary Russo deixou de comparecer – e, no poder municipal, teria pressionado os manifestantes visando derrotar a greve geral em São José dos Campos³⁶⁶. Apesar disso, no início da campanha eleitoral para o SMSJR, Jair Meneguelli, então presidente da CUT, do SMSBD e membro do PT, publicou carta de apoio a Chapa 1 de Ary Russo, o que gerou estranhamento e protestos dos sindicalistas petistas de São José dos Campos. Um comunicado foi enviado à Direção Nacional da CUT para cobrar esclarecimentos e apontar o equívoco do apoio. Nas eleições,

³⁶⁴ *Terra, Trabalho e Liberdade*, Agosto de 1982, AESP, Setor Deops, Dossiê 20-C-44, fls. 26.125.

³⁶⁵ “Pela Construção da Chapa de Oposição...”, Agosto de 1983.

³⁶⁶ “PMDB estraga movimento da CUT”, *Valeparaibano*, 26/10/1983.

realizadas em fevereiro de 1984, contudo, houve presença de “elementos ligados ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo” distribuindo lanches aos “correligionários da Chapa 2, e nas suas camisetas lia-se ‘Faça como o Lula, vote na Chapa 2’”³⁶⁷, mostrando que os petistas não abriram mão de afirmar que Lula estava a seu lado, embora não se saiba ao certo como o ex-presidente do SMSBD se posicionou em relação ao pleito ou se a CUT reviu sua posição inicial.

Os dias da eleição foram “agitados” e “dignos das grandes campanhas eleitorais”, perpassados por um “clima de guerra”, com “acusações por todos os lados entre políticos e sindicalistas ligados ao PMDB e ao PT, que chegaram, além dos insultos, a trocar socos e pontapés”³⁶⁸. Carros percorreram as fábricas, tomadas por centenas de militantes sindicais que distribuíam folhetos e disputavam o voto dos metalúrgicos em pontos “estratégicos”³⁶⁹. Além das agressões físicas³⁷⁰ e verbais³⁷¹ entre indivíduos ligados às duas chapas, homens supostamente armados teriam participado da campanha da chapa 2 nas portas de fábricas³⁷², enquanto a chapa 1 foi acusada de empregar recursos do SMSJR para promover sua própria campanha³⁷³. Apurada a votação, a oposição triunfou: dos 8.175 votos nas 20 urnas espalhadas pela base territorial, 4.644 elegeram a chapa 2 como direção sindical para o próximo período. A chapa de Russo reuniu 2.663 votos e a chapa 3, pertencente aos “pelegos” ligados a José Domingues, obteve 567 votos, pouco mais do que os 301 brancos e nulos³⁷⁴. O novo presidente do SMSJR, José Luís Gonçalves, aproveitou a vitória para politizar a votação dos metalúrgicos, atribuindo a ela um caráter de rejeição da categoria aos governos estadual e municipal do PMDB, respectivamente Franco Montoro e Robson

³⁶⁷ Relatório “Eleições Sindicato Metalúrgicos SJC”, 14/02/1984, AESP Setor Deops, Dossiê 17-S-36, fls. 87.

³⁶⁸ *O Estado de S. Paulo*, 14/02/1984; *Valeparaibano*, 10/02/1984.

³⁶⁹ *Valeparaibano*, 15/01/1984; *O Estado de S. Paulo*, 14/02/1984.

³⁷⁰ *Valeparaibano*, 10/02/1984

³⁷¹ *Valeparaibano*, 07/12/1983; *Agora*, 24 a 30/12/1984.

³⁷² *Idem*.

³⁷³ *Valeparaibano*, 11/01/1984. Em junho do mesmo ano, nomeado assessor na Prefeitura de São José dos Campos por seu primo, o prefeito Robson Marinho, Ary Russo foi acusado de usar vultosos recursos do SMSJR para “incrementar” seu carro, alegação provada pela documentação do veículo e da nota fiscal do serviço, apresentadas pela imprensa local. Além disso, no balanço da nova direção do SMSJR, José Luís Gonçalves declarou o uso abusivo de gasolina, o desaparecimento de bens do sindicato, a emissão de cheques sem fundo e uma dívida de 110 milhões de cruzeiros herdada da gestão de Russo. Cf. *Valeparaibano* 02/06/1984 e 09/06/1984.

³⁷⁴ *Ata Geral de Apuração* das eleições sindicais de 1984, Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (ASMSJR)

Marinho, além do senador Severo Gomes, proprietário da fábrica Tecelagem Parahyba em São José dos Campos, considerado um “mau patrão” pelos trabalhadores têxteis³⁷⁵.

“Avançar na luta” em 1984: fábricas ocupadas, acordos conquistados

À frente do SMSJR, a direção do PT seria a responsável pelo desmonte da estrutura assistencial que a gestão anterior havia preservado, fechando os departamentos médico e odontológico, a barbearia e o salão de beleza³⁷⁶. Apesar da avaliação sobre o risco de desfiliação dos associados, discutiu-se a necessidade da luta pela garantia de direitos a todos, negando que o sindicato fosse um prestador de serviços aos associados e transferindo essa responsabilidade ao Estado³⁷⁷. A chegada dessa direção ao SMSJR coincidiu com um período de crescimento da mobilização da categoria, muito contrastante com a situação dos anos anteriores. A campanha eleitoral nas portas das fábricas e a polarização da discussão entre os sindicalistas das duas chapas assumiu o caráter de uma verdadeira campanha salarial e foi provavelmente importante para a mudança de rumo na mobilização da categoria³⁷⁸. A nova direção tomou posse no dia 1 de abril em meio a uma greve que se iniciou no final de março na Bundy e na National e no dia 7 já envolvia mais da metade da categoria em dez fábricas. Seis delas foram ocupadas por aproximadamente 18 mil metalúrgicos, ação na qual os metalúrgicos da GM foram ponta de lança, abrindo o caminho que os trabalhadores da National, Ibrape, Fi-El, Mafersa e Ericsson tomassem a mesma medida³⁷⁹.

Na GM, que demitira 600 operários no final de 1983 e recentemente havia aberto plano de demissões voluntárias e anunciado férias coletivas a 1.700 empregados³⁸⁰, cerca de sete mil operários deflagraram greve no dia 2 de abril e foram acompanhados por pouco

³⁷⁵ *O Estado de S. Paulo*, 14/02/1984.

³⁷⁶ *Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal do SMSJR*, 01/10/1984; 14/11/1984; 29/01/1985. Nessas reuniões, apresenta-se extensa lista de objetos da barbearia, salão de beleza e consultório odontológico a serem leiloados.

³⁷⁷ José Luís Gonçalves, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Parte 2, 09/05/2014. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=HOnuCAvIADA>>. Acesso: 27/06/2014.

³⁷⁸ Boletins da Chapa 2, AESP, Setor Deops, Dossiê 17-S-36, fls.25; Edemir de Paula, “Passarinho”, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Parte 2, 26/06/2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HMrfxm6mpMk>>, Acesso: 30/06/2014.

³⁷⁹ *Valeparaibano*, 07/04/1984.

³⁸⁰ *Diário do Grande ABC*, 29/02/1984; *Gazeta Mercantil*, 13/03/1984.

mais de mil funcionários do escritório, embora esses últimos retornassem para casa ao final do expediente, enquanto aqueles dormiam na empresa e ali permaneciam durante todo o dia entre jogos de futebol, baralho, dominó e outras atividades. Pela primeira vez em 25 anos de existência, a fábrica automobilística de São José dos Campos teria sido paralisada com “adesão absoluta” de seus trabalhadores, que controlavam a entrada e saída nas portarias e permitiam apenas a realização de serviços imprescindíveis do escritório. Havia grande aglomeração nas grades de proteção da fábrica, onde os grevistas eram visitados diariamente por parentes, com quem conversavam e recebiam roupas limpas, colchões, cobertores, cigarros, objetos de higiene, marmitas, rádios de pilha, além de dinheiro para comprar alimentos e outros gêneros, vendidos por ambulantes que haviam se instalado perto das grades da empresa³⁸¹.

Os grevistas rejeitaram o reajuste salarial de 69,9% proposto pela FIESP e reivindicavam como condição para a desocupação das fábricas um reajuste salarial de 83,3% a ser negociado separadamente entre a direção do SMSJR e cada uma das fábricas. O modelo de negociação, que ignorava a representatividade das federações patronal e metalúrgica, era adotado pela Embraer desde 1981 e foi rapidamente atendido pela Bundy e pela Sade após um dia ocupação. Posteriormente, Tecnasa, Amplimatic, Engesa, Schrader e Inbrac também entraram em acordo com o sindicato mediante a ameaça de greve em suas fábricas. Em São Paulo, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) julgou ilegal, por unanimidade, a greve na General Motors no dia 6 de abril, após quatro dias de duração, enquanto o movimento se ampliava em outras empresas da base do SMSJR. Diante do veredito, o Ministério do Trabalho poderia intervir sobre o SMSJR e as empresas ficavam livres para convocar as forças de segurança do Estado e arrancar os trabalhadores de dentro de sua propriedade, o que causou apreensão entre os grevistas em todas as empresas³⁸².

Na montadora, contudo, os metalúrgicos reafirmaram sua disposição de resistir dentro da fábrica até a vitória e receberam solidariedade de algumas categorias presentes nas portas da empresa, como petroleiros, motoristas e calçadistas da cidade, além da direção cassada do Sindicato dos Petroleiros de Campinas. Internacionalmente, a Federação

³⁸¹ *Valeparaibano*, 04/04/1984 e 07/04/1984; *O Estado de S. Paulo*, 04/04/1984.

³⁸² *O Estado de S. Paulo*, 06/04/1984, *Valeparaibano*, 07/04/1984.

Internacional dos Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas (FITIM) enviou telegrama de apoio e os operários da GM de Detroit, nos EUA, paralisaram o trabalho durante uma hora em solidariedade aos brasileiros³⁸³. Dois dias antes do julgamento do TRT, um Batalhão de Choque da PM encontrava-se de prontidão no Comando de Policiamento da Área (CPA) do Vale do Paraíba, localizado na Dutra à distância de apenas quatro quilômetros da GM³⁸⁴. No final da tarde, após o veredito da Justiça, notou-se a movimentação da tropa de 300 homens no quartel, orientados por seus comandantes, trazendo cães pastores, muitos caminhões e carros, uma ambulância e até o Corpo de Bombeiros. Diante da cena, especulou-se que a polícia preparava uma invasão à GM e à Ericsson, onde a greve também foi posta na ilegalidade³⁸⁵. A determinação dos grevistas em resistir, contudo, aumentou a pressão sobre a própria GM e o governo de Franco Montoro e fortaleceu a direção do SMSJR. Desse modo, a montadora abriu negociações com o sindicato e os grevistas aceitaram a contraproposta apresentada, que estabelecia um aumento salarial de 69,9% para todos os trabalhadores que ganhassem até 15 salários mínimos, diferente da proposta da FIESP, na qual esse reajuste se restringiu àqueles cuja remuneração atingisse até 3 salários mínimos, isto é, somente 800 operários da fábrica. Na contraproposta da montadora, além disso, os metalúrgicos que ganhassem acima dos 15 mínimos teriam um reajuste escalonado com base no INPC, o desconto dos dias parados foi parcelado, a assistência médica passou a ser gratuita e o seguro saúde tornou-se opcional, permitindo aos operários poupar cerca de Cr\$ 20 mil por mês. Dessa maneira, a ocupação de seis dias na fábrica chegou ao fim³⁸⁶ e o pátio foi rapidamente esvaziado por milhares de trabalhadores, que deixaram o local cantando *Pra não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré, e o Hino Nacional. Eles fizeram, em seguida, uma prece e um minuto de silêncio em memória de Santo Dias, militante da Pastoral Operária assassinado pela polícia diante dos portões da fábrica Sylvania, em São Paulo, no dia 30 de outubro de 1979³⁸⁷. Do lado de fora,

³⁸³ *Valeparaibano*, 07/04/1984.

³⁸⁴ *O Estado de S. Paulo*, 06/04/1984.

³⁸⁵ *Valeparaibano*, 07/04/1984. Visando evitar a “solução de força”, os vereadores do PT e do PMDB se revezaram num plantão na Câmara Municipal para intervir rapidamente nas fábricas em caso de surgimento da polícia nesses locais.

³⁸⁶ *Valeparaibano*, 08/04/1984.

³⁸⁷ *Idem*.

encontraram os familiares e lotaram os ônibus da empresa para voltar pra casa. As duas fábricas da National e a Siderúrgica Fi-El também abriram negociações naquela manhã, fecharam acordos com a direção do SMSJR e foram desocupadas, mesmo procedimento seguido à tarde pela Ericsson e depois pela Ibrape³⁸⁸. Com a mobilização de um amplo contingente e radicalização da ação coletiva, paralisando diversas fábricas de ponta a ponta, os trabalhadores celebraram a conquista de reajustes salariais superiores à contraproposta da FIESP e outras conquistas que variaram no acordo feito com cada empresa³⁸⁹.

Em maio, logo após a onda de ocupações de fábrica de abril, os trabalhadores da National reivindicaram a renovação do período de estabilidade no emprego por mais um ano e voltaram a ocupar a fábrica, procedimento adotado também na Sade, onde os 700 trabalhadores se insurgiram contra a demissão de 23 operários e a previsão de mais 77 dispensas, exigindo também a formação de uma comissão de fábrica, a estabilidade de 90 dias, o pagamento de insalubridade, entre outras demandas³⁹⁰. Na Torin, também paralisada em abril de 1984, os 70 operários voltaram a parar e prometeram permanecer ocupando a fábrica até a reintegração de quatro demitidos, dois deles pertencentes à CIPA e, portanto, imunes à demissão. A empresa teria desrespeitado ainda a garantia de estabilidade e o direito a formação da Comissão de Fábrica, estabelecidos pelo acordo de abril. No Jardim Satélite e Parque Industrial, bairros operários próximos à fábrica, os grevistas da Torin fizeram “pedágio” para recolher alimentos, roupas e dinheiro e receberam cobertores e mantimentos da vizinhança e o apoio de metalúrgicos de outras fábricas³⁹¹. A formação de

³⁸⁸ *Idem*.

³⁸⁹ Cláusulas como não punição aos grevistas, não desconto dos dias parados ou parcelamento dos descontos sem que incidissem no direito a férias ou sobre o descanso semanal de domingo foram garantidas em todos os acordos nas empresas onde houve greve. A Ericsson cedeu estabilidade de três meses, reuniões bimestrais com o SMSJR e liberação ao uso dos telefones pelos trabalhadores. A GM se comprometeu a criar um plano de assistência médica gratuito, extensivo aos dependentes. A Mafersa, em Caçapava, comprometeu-se a contratar creche e garantir transporte para as mães amamentarem seus filhos, implantar 2 ou 4 turnos de trabalho conforme a necessidade especial de alguns setores, corrigir e pagar o adicional de insalubridade, garantir o transporte de pessoal até São José dos Campos, fornecer leite no restaurante e aprovar os estatutos de criação da Comissão de Fábrica num prazo de 180 dias. Na Embraer foi conquistada a redução da jornada para 45:50 horas e o compromisso de implantação da Comissão de Fábrica até o dia 31 de maio de 1984. Cf. “Resultado das negociações para efeito da redação de acordos”, 1984, p. 4, 5 e 7. CPV-SP, Pasta Trabalhadores Metalúrgicos – SP, Subpasta São José dos Campos.

³⁹⁰ *Valeparaibano*, 10/05/1984.

³⁹¹ *Valeparaibano*, 17/05/1984; 19/05/1984; 20/05/1984. Não há informações sobre o desfecho da greve, mas a ocupação durou pelo menos sete dias. Nesse momento, os trabalhadores aguardavam a chegada de um

fundos de greve foi outra estratégia comumente empregada durante os movimentos de ocupação.

A partir de junho de 1984, novas mobilizações dos metalúrgicos joseenses demonstraram o fortalecimento da organização da categoria, particularmente em grandes fábricas como a GM, a Ericsson, a National e a Embraer³⁹². Na GM, logo após a ocupação de abril, os diretores sindicais de base deram início a formação de dois grupos de trabalhadores, nos períodos diurno e noturno. Esses grupos foram os embriões da Comissão de Fábrica conquistada em junho, quando os operários da ferramentaria paralisaram o trabalho por equiparação salarial e, diante da intransigência patronal, passaram a boicotar as horas extras, sendo demitidos por justa causa. Frente a isso, eles tomaram a iniciativa de paralisar os dois turnos de trabalho com apoio dos grupos de base do sindicato e conseguiram o pagamento de indenização aos demitidos, além do direito à eleição de uma comissão de fábrica no prazo de seis meses. Em novembro, a organização de base na fábrica foi novamente reforçada quando os trabalhadores da montadora conseguiram colocar sob seu controle as eleições da CIPA, até então nas mãos da direção da fábrica. Com isso, elegeram 26 cipeiros apoiados pelo sindicato, entre as 28 vagas possíveis, situação que contrastava com sua experiência até aquele momento, em que a CIPA era dominada por membros vinculados às chefias da empresa³⁹³.

Em julho, os oitenta operários da ferramentaria da Ericsson também tomaram a dianteira na fábrica, cruzando os braços em protesto contra o teto salarial e as diferenças salariais entre trabalhadores que exerciam a mesma função. Mais tarde, durante a noite, trezentos metalúrgicos decidiram, em assembleia, parar toda a fábrica a partir do dia seguinte e reivindicar aumento de 20%; formação de uma Comissão de Fábrica; substituição do prêmio de produção pela fixação do pagamento de 40% a mais para os trabalhadores na linha de produção, visando “acabar com a concorrência e a desunião” entre eles; e a equiparação salarial em todos os setores da fábrica. No terceiro dia de greve,

Oficial de Justiça portando um mandado de segurança para reintegração dos dois cipeiros demitidos, o que pode ter encerrado o movimento.

³⁹² No segundo semestre de 1984, o trabalho também foi paralisado na IKK, Masonelian, Fi-El.

³⁹³ Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região. *Ação e Razão dos Trabalhadores da GM de São José dos Campos: a greve contada por quem a fez*, Abril/Maio de 1985, p. 59-62.

diante da dificuldade das negociações e sinalizando a disposição da assembleia dos metalúrgicos em manter a paralisação até que a empresa atendesse suas reivindicações, a direção do SMSJR começou a formar um fundo de greve mediante a venda de “bônus” nas fábricas da base territorial. Três mil trabalhadores ocuparam o pátio da empresa e após seis dias, com a decretação de ilegalidade da greve pelo TRT, a assembleia da fábrica decidiu aceitar a contraproposta da empresa anteriormente rejeitada: 10% de reajuste, 10% de antecipação, estabilidade até 31 de dezembro, equiparação dos salários de trabalhadores que executassem igual função, além do pagamento parcelado de quatro dos seis dias parados³⁹⁴.

Ao contrário da Ericsson, os trabalhadores da Embraer já haviam conquistado a Comissão de Fábrica e sua eleição foi programada para o dia 14 de agosto. Entretanto, poucos dias antes, na manhã do dia 9, um novo conflito com a empresa interromperia o pleito. Três mil horistas do setor de produção paralisaram o trabalho reivindicando 30% de reajuste sobre os salários definidos pelo acordo de abril e equiparação salarial³⁹⁵. A interrupção da produção na indústria aeronáutica era uma estratégia que colocava, em curto espaço de tempo, grande pressão sobre a direção da empresa. Segundo o diretor de produção da estatal, Antônio Garcia da Silveira, a paralisação naquele dia havia suprimido 35 mil horas de trabalho, quando o tempo de trabalho necessário à fabricação de um avião modelo Bandeirante seria de 28 mil horas. Nesse ritmo, deixava-se de produzir um avião diariamente, prejuízo equivalente a um bilhão de cruzeiros. Silveira projetou que a duração da greve por uma semana seria suficiente para obrigar a empresa a reprogramar os prazos de entrega dos aviões Tucano encomendados pela Força Aérea Brasileira (FAB) e, em seguida, outros 120 aviões do mesmo modelo destinados ao governo do Egito³⁹⁶.

No dia seguinte, 10 de agosto, a produção foi integralmente paralisada mediante ocupação da fábrica por uma “minoría”, segundo a direção da empresa, que solicitou ao Centro Técnico Aeroespacial (CTA) o envio de suas tropas. Naquela tarde cerca de 150

³⁹⁴ *Valeparaibano*, 17/07/1984; 20/07/1984; 24/07/1984; 25/07/1984; *Jornal do Metalúrgico* (Boletim), nº1, 01/08/1984.

³⁹⁵ *Gazeta Mercantil*, 10/08/1984.

³⁹⁶ *Idem*.

soldados da Aeronáutica “tomaram de assalto pontos estratégicos da Embraer”³⁹⁷ como pavilhões, oficinas e portões de saída, enquanto uma Companhia da PM permaneceu no estacionamento para garantir a saída após o final do expediente³⁹⁸. A direção apelou à lei 4.330/1964 para justificar a presença militar nas fábricas e solicitar o julgamento da greve e alegou a necessidade de “proteger o patrimônio da empresa e a integridade física dos funcionários”³⁹⁹, mas parecia preocupada em assegurar a qualquer custo a fabricação dos aviões para honrar os contratos com seus clientes. A Polícia da Aeronáutica teria tentado aproximar-se da entrada da fábrica, sendo repelida por paus, pedras e bagaços de laranja arremessados pelos grevistas. Nesse momento, o sindicalista José Benedito de Oliveira, da Convergência Socialista, tentava negociar com a direção da indústria a retirada da polícia, mas não houve acordo. O toque da sirene encerrou o expediente naquela sexta-feira e muitos trabalhadores começaram a deixar a fábrica sob vaias e batuques dos grevistas que se recusavam a sair do local, afirmando que “a força das armas” obrigava os “companheiros a deixarem a fábrica”. Ao lado de fora, militantes da CS, como Gradella e Amélia Naomi, “incitavam” os grevistas e faziam acusações à empresa⁴⁰⁰.

Segundo informações da imprensa trezentos grevistas teriam permanecido no local – 150 no relatório dos militares – e após cercarem o local naquela tarde, as forças militares cumpriram ordem direta do Ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Matos, expulsando os resistentes, evacuando a fábrica e ocupando o local em seguida. Na segunda-feira, 13 de agosto, a segurança da empresa agiu rapidamente para impedir nova paralisação, retirando da portaria os diretores de base da empresa, Francisco Assis de Souza e João Pedro Pires, e candidatos à Comissão de Fábrica, como Manoel das Dores Guerreiro⁴⁰¹, para garantir a retomada do trabalho pelos operários, após um acordo entre as direções da empresa e do sindicado naquele final de semana⁴⁰².

³⁹⁷ *O Estado de S. Paulo*, 11/08/1984.

³⁹⁸ Ministério do Exército, *Greve na Embraer*, Informação nº 468/84, Arquivo do SMSJR (Setor de Imprensa).

³⁹⁹ *Idem; Valeparaibano*, 11/08/1984.

⁴⁰⁰ Ministério do Exército, *Greve na Embraer*, Informação nº 468/84, Arquivo do SMSJR (Setor de Imprensa).

⁴⁰¹ *Idem*.

⁴⁰² A eleição da Comissão de Fábrica foi remarcada para o dia 29 de agosto, conclusão até 30 de outubro de um estudo para fazer a reclassificação de cerca de trinta faixas salariais diferentes para trabalhadores

No dia seguinte, 14 de agosto, a PM se manteve a postos nas portas da fábrica para impedir eventuais piquetes e soldados da Aeronáutica montaram guarda em todas as dependências da empresa para evitar uma nova ocupação, especialmente após a decisão da Embraer de afastar 154 metalúrgicos – considerados “suspeitos” de “agitação”, “indisciplina” e “sabotagem” – e abrir uma sindicância para investigá-los. Para a liderança dos metalúrgicos, o afastamento era apenas um modo de ocultar as demissões que ocorreriam assim que a greve fosse julgada ilegal. A partir do dia 17 de agosto, todos os afastados e testemunhas começaram a ser convocados para interrogatório e no dia 21, após o TRT determinar a ilegalidade da paralisação, a Embraer demitiu por “justa causa” 124 metalúrgicos, entre os quais havia membros da CIPA, candidatos à eleição da Comissão de Fábrica e os dois diretores de base do sindicato. A empresa argumentou que não houve demissão por participação na greve, mas por “conturbação da ordem, por ameaça aos colegas e ao patrimônio da empresa, por agressões físicas e morais aos colegas que não se curvaram às suas ameaças, por atos inequívocos de indisciplina e insubordinação e não acatamento à decisão judicial competente”⁴⁰³. Nenhuma dessas acusações, contudo, pode ser corroborada pelos diversos relatos da imprensa e os vereadores do PT, PMDB e PDS condenaram a medida repressiva da empresa.

No dia 10 de agosto, enquanto o conflito na fábrica da Embraer entrava em seu segundo (e último) dia, os 1.200 operários da National decidiram, em assembleia, parar o trabalho pela terceira vez naquele ano, reivindicando aumento de 20%, equiparação dos salários tanto na fábrica quanto na região, pagamento de insalubridade ao setor de fabricação de pilhas, Comissão de Fábrica e efetivação dos trabalhadores temporários⁴⁰⁴. A direção da multinacional japonesa havia iniciado negociações com o SMSJR no dia anterior e afirmou que a sua disposição era retomá-las quando foi surpreendida pela greve na fábrica, ocupada por cerca de 200 operários. Na segunda-feira, dia 13, os grevistas resistiram ao efetivo policial convocado pela empresa para tentar esvaziar a fábrica e os

exercendo funções iguais, desconto dos dois dias parados em duas vezes sem que incidam nas férias e no descanso semanal remunerado; a empresa se comprometeu ainda a estudar um índice de reajuste e submetê-lo à aprovação da assembleia de seus empregados.

⁴⁰³ *Carta do Brigadeiro do Ar Murillo Santos à Estela Maris da Silva Assis*, (esposa de um grevista), 01/07/1985, Arquivo do SMSJR.

⁴⁰⁴ Aesp, Setor Deops, Dossê 17-S-36, fls. 133, 15, 137, 138.

poucos que cederam à pressão, entrando nos ônibus para deixar o local, foram vaiados e ofendidos como “puxa-sacos” e “fura-greves”⁴⁰⁵. A unidade da empresa em Manaus foi paralisada pela falta de peças produzidas em São José dos Campos⁴⁰⁶ e a direção da empresa buscou aumentar a pressão sobre a ocupação dos trabalhadores ao manifestar seu receio em relação à depredação da fábrica e enviar seguranças armados “para assegurar o patrimônio”⁴⁰⁷.

Após uma semana de ocupação, na iminência do julgamento da greve pelo TRT, os trabalhadores decidiram deixar a fábrica no dia 17, sexta-feira, prevendo a ação repressiva das tropas militares tão logo fosse decretada a ilegalidade do movimento. No dia 20 de agosto, contudo, eles retornaram à fábrica dispostos a dar continuidade ao movimento e, de acordo com a imprensa local, uma “verdadeira batalha” ocorreu quando a equipe de segurança da empresa tentou retirar da fábrica os 42 operários demitidos naquela manhã e obrigar o restante a dar início à jornada de trabalho. Sob a mira de revólveres e atingidos por golpes de cassetete, muitos metalúrgicos teriam sido feridos e cinco deles foram hospitalizados “em estado grave”⁴⁰⁸. A partir daí, a PM passou a ocupar a entrada da fábrica até o desfecho do movimento em 22 de agosto, quando o número de demitidos foi ampliado para 83 e os dois diretores de base, Amélia Naomi Omura e Edir Francisco Soares, foram suspensos do trabalho. Após 12 dias de greve, os metalúrgicos da National não viram alternativa a não ser aceitar a contraproposta da empresa, que previa 10% de aumento real e 5% de reajuste, além do pagamento de três avisos prévios aos demitidos e a estabilidade de três meses aos que continuaram empregados.

Apesar dos problemas organizativos, especialmente na Embraer – onde a greve foi iniciada em algumas sessões mais mobilizadas, sem discussão em assembleia ou qualquer preparação dos demais trabalhadores, às vésperas da eleição da Comissão de Fábrica e do pagamento dos salários –, os conflitos nas duas empresas demonstraram grande disposição dos metalúrgicos em lutar para levar a frente suas demandas, principalmente a reposição das perdas ocasionadas pela inflação exorbitante e a diminuição das disparidades salariais

⁴⁰⁵ *Valeparaibano*, 14/08/1984.

⁴⁰⁶ Aesp, Setor Deops, Dossê 17-S-36, fls. 137; *Valeparaibano*, 16/08/1984.

⁴⁰⁷ *Valeparaibano*, 15/08/1984.

⁴⁰⁸ Aesp, Setor Deops, Dossê 17-S-36, fls. 140; *Valeparaibano*, 21/08/1984.

no interior de cada fábrica. Na National, a pauta incluiu ainda a formação da Comissão de Fábrica, reivindicação presente em praticamente todas as ações coletivas nas fábricas metalúrgicas de São José dos Campos durante aquele ano, evidenciando a valorização da organização fabril no projeto da nova direção do SMSJR.

*

No início de 1984 os metalúrgicos joseenses tomaram de assalto os locais de trabalho e surpreenderam os empresários e o próprio governo. Determinados a persistir nas ocupações até a abertura de negociações com cada empresa e o atendimento de suas demandas, garantiram a conquista de acordos significativos, especialmente na conjuntura recessiva daquele período. Os desdobramentos de agosto na Embraer e na National sugerem, contudo, que após o sobressalto inicial, as direções das empresas começavam a recobrar forças e a organizar sua reação à ofensiva dos trabalhadores e de seu sindicato. A ocupação das duas fábricas foi neutralizada pela articulação entre Justiça do Trabalho e forças de segurança do Estado. O julgamento esmagador dos tribunais colocou esses movimentos grevistas na ilegalidade, abrindo caminho à violenta repressão das forças militares e policiais, combinadas na National com a ação de numerosa segurança privada. Na Embraer, o julgamento do TRT serviu apenas para dar legitimidade à prévia repressão ordenada pelo Ministério da Aeronáutica e à imposição de sanções aos grevistas. Posicionadas não apenas nos portões, mas também no interior das fábricas, as forças da ordem tornaram inviável a continuidade das ocupações e garantiram o retorno ao trabalho. A contraofensiva patronal utilizou ainda as demissões em massa, direcionadas principalmente às lideranças do chão de fábrica, como diretores de base, cipeiros, candidatos à Comissão de Fábrica e outros ativistas considerados indesejáveis pelas chefias.

Dessa forma, a tão esperada eleição da Comissão de Fábrica da Embraer, prometida desde a campanha salarial do ano anterior foi cancelada pela direção da empresa, que alegou não haver candidatos suficientes concorrendo e nem prazo para novas inscrições⁴⁰⁹. Esqueceu-se de mencionar, contudo, que os antigos candidatos haviam participado da

⁴⁰⁹ *Valeparaibano*, 29/08/1984.

ocupação da fábrica e foram afastados e demitidos pela própria empresa. Para os dirigentes do SMSJR, as empresas da região promoviam uma “caça às bruxas” com o objetivo de “quebrar a espinha” da organização da categoria, atacando as Comissões de Fábrica e desmoralizando os dirigentes sindicais⁴¹⁰. Segundo depoimento de Carlos Alberto Cavalcante, um dos demitidos da Embraer, o objetivo da empresa seria a punição exemplar, visando silenciar os metalúrgicos da fábrica. O coronel Ozires Silva teria assegurado a ele e aos demais demitidos que não voltariam a encontrar emprego na cidade⁴¹¹, o que corrobora as denúncias de outros três metalúrgicos sobre a existência de uma “lista negra” que fechara as portas do mercado de trabalho a eles⁴¹². Nesse sentido, ao mesmo tempo em que os dirigentes sindicais buscavam ampliar a organização da categoria nas fábricas da base territorial do SMSJR, as direções das empresas agiam para demolir essa estrutura, golpeando seus principais pilares de sustentação.

Após a onda de greves em abril de 1984, a imprensa local considerou a ocupação de fábrica uma “nova estratégia” em fase de “teste” pela direção do SMSJR, contraposta ao procedimento habitualmente adotado pela categoria no passado, os piquetes nas portas das fábricas⁴¹³. A frequência com que as ocupações se repetiriam ao longo da década de 1980 em São José dos Campos indica que a estratégia foi aprovada, embora ocupar fábricas não fosse exatamente uma novidade no movimento sindical brasileiro, bastando recordar as ocupações da Belgo-Mineira, em Contagem (MG), da Cobrasma e da Lonaflex, em Osasco (SP), em pleno 1968⁴¹⁴. A oposição entre ocupação de fábrica e piquete tampouco parece correta, pois as duas formas de ação coletiva jamais foram consideradas excludentes e seriam empregadas simultaneamente em função da situação de cada fábrica e dos objetivos da paralisação. A esse respeito, em maio de 1984, os dirigentes do SMSJR, asseguraram a continuidade do movimento grevista com ocupação na fábrica da Torin, mas esclareceram que aquele não era o único recurso disponível em seu repertório de ações, pois “as táticas

⁴¹⁰ A esse respeito, a imprensa local especulou sobre a existência de uma ação concertada entre indústrias metalúrgicas da região para derrotar a greve e enfraquecer o sindicato *Valeparaibano*, 23/08/1984.

⁴¹¹ SMSJR, *Dossiê Embraer*, Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NKTK5zfBGDI>

⁴¹² *Valeparaibano*, 15/02/1985.

⁴¹³ *O Estado de S. Paulo*, 04/04/1984.

⁴¹⁴ WEFORT, F. “Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco. 1968”, *In: Cadernos Cebrap*, São Paulo, nº6, 1972, p. 38 e p.79.

podem mudar conforme o encaminhamento das lutas”⁴¹⁵. No ano seguinte, como veremos no próximo capítulo, os operários da GM ocupariam a fábrica durante um mês e formariam piquetes nas portarias de outras empresas da região buscando pressionar o empresariado a reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais. Além disso, tanto na greve com piquetes, quanto com ocupação de fábricas, a existência de uma sólida organização no local de trabalho desempenharia um papel de relevo na mobilização da categoria, mas isso não significa que a coerção, a violência física e simbólica estivessem ausentes em ambos os casos, especialmente na ausência de organização preexistente no local de trabalho.

Em relação à oposição entre o “velho” e o “novo” sindicalismo e às formas de ação coletiva que caracterizariam cada um desses momentos, tese amplamente contestada pela historiografia do trabalho em diversos estudos de caso durante as últimas décadas, a análise da experiência dos metalúrgicos de São José dos Campos nos anos 1980, particularmente a partir da ascensão dos dirigentes da CUT e do PT, apresenta mudanças significativas em relação ao passado da própria categoria na “Era” José Domingues da Silva Sobrinho, isto é, os primeiros 25 anos de existência do SMSJR (1956-1981). A própria experiência grevista e quaisquer táticas de paralisação do trabalho, como o piquete ou a ocupação, beiravam o desconhecido antes de 1979. O mesmo se pode afirmar em relação à organização dos locais de trabalho, seja através de diretores de base, das CIPAs ou das Comissões de Fábrica. Entretanto, todo esse repertório de ações coletivas dos metalúrgicos de São José dos Campos, emergente após 1979 e particularmente a partir dos anos 1980, foi ao mesmo tempo marcado por permanências igualmente relevantes em relação à trajetória de muitos sindicatos brasileiros desde o pré-1964. Em outras palavras, o investimento na formação de comissões de fábrica na década de 1980 era tão novo entre os metalúrgicos joseenses quanto os piquetes por eles formados durante a greve de 1979, mas ambas as táticas haviam sido amplamente empregadas pelo movimento sindical brasileiro anterior ao golpe e não devem ser consideradas como paradigmas de um “velho” e de um “novo” sindicalismo no Brasil.

O aumento do número de greves entre os metalúrgicos de São José dos Campos não constituiu uma tendência isolada em 1984. No primeiro semestre daquele ano, as greves no

⁴¹⁵ *Valeparaibano*, 20/05/1984.

Estado de São Paulo cresceram 50% em relação ao mesmo período do ano anterior. Segundo o delegado regional do trabalho, Ricardo Saad, os dados demonstravam que a situação econômica das empresas havia melhorado durante a vigência do Decreto 2.065 em função da redução dos salários e da reativação parcial da economia. Ao mesmo tempo, o aumento da inflação e a “posição vanguardista” de categorias como a metalúrgica – responsável pela metade das greves deflagradas no Estado – seriam as principais motivações para as mobilizações naquele período, visando, sobretudo, o aumento salarial. Em São José dos Campos, pode-se acrescentar a equiparação dos salários e a formação de Comissões de Fábrica como objetivos igualmente preponderantes. Embora 90% dessas paralisações tenham acontecido na Grande São Paulo, onde eram mais numerosos as fábricas e o contingente de trabalhadores, na cidade do Vale do Paraíba assistiu-se a uma avalanche de paralisações do trabalho nas indústrias metalúrgicas, algumas delas envolvidas em movimentos grevistas por duas ou mesmo três vezes num intervalo de poucos meses, o que pode ter sido uma estratégia do SMSJR para conseguir, na prática, o reajuste trimestral dos salários para combater sua corrosão pela inflação. Um balanço dos primeiros oito meses da gestão petista a frente do SMSJR avaliou que naquele período (abril a dezembro de 1984) foram conquistadas seis Comissões de Fábrica, 36 acordos salariais acima do valor estabelecido por lei em outubro, trimestralidade em 25 empresas e 37 greves realizadas. Essa direção fundou também a CUT Regional e forneceu suporte a grupos de oposição sindical formados entre diferentes categorias na região. A sindicalização, calculada entre março e novembro de 1984, após a chegada da nova direção ao SMSJR, passou de 9.694 para 11.352 associados, uma elevação de 17,1%, que resultou numa taxa de 30,68% de metalúrgicos sindicalizados⁴¹⁶.

Além da elevação quantitativa, a maré grevista naquele ano tem como particularidade em São José dos Campos uma profusão de fábricas ocupadas, tática que apresentava vantagens expressivas em relação à greve nas ruas. Em primeiro lugar, permitia paralisar inteiramente as atividades produtivas e controlar o fluxo de pessoas e de mercadorias, afetando outras fábricas e possibilitando alterar temporariamente a assimétrica relação de forças em favor dos trabalhadores. Além disso, a ocupação podia ocultar um

⁴¹⁶ *Jornal do Metalúrgico*, Dezembro de 1984.

baixo número de trabalhadores participando ativamente do movimento grevista e permitir demonstrações de força por um reduzido contingente grevista. Com a fábrica sob o controle dos trabalhadores e a determinação de não devolvê-la aos patrões enquanto não fossem alcançados os objetivos do movimento, o sindicato obtinha maior poder para abrir e acelerar negociações diretamente com as empresas e estabelecer acordos favoráveis aos interesses dos metalúrgicos. Ademais, enquanto estivessem ocupando a fábrica, os trabalhadores estariam longe das ruas e da violenta ação costumeiramente empreendida pelas forças de segurança contra os piquetes. Entretanto, essa não era uma condição permanentemente assegurada, como mostra a evacuação da Embraer pelas forças militares. Em geral, assim que a Justiça decretava a ilegalidade da greve, as empresas tinham carta branca para cortar as cabeças do movimento e solicitar a ação policial de reintegração de posse da fábrica, o que pode explicar a estratégia muitas vezes empregada pelos grevistas de desocupar a fábrica quando eram derrotados juridicamente.

O autoritarismo das chefias, os baixos salários, as jornadas longas e o ritmo de trabalho extenuante do chão de fábrica fizeram parte da experiência operária em todo o país no período considerado e, embora façam parte dos motivos da adesão dos metalúrgicos jossenses à tática radicalizada de ocupação, não permitem compreender precisamente seu envolvimento em ações coletivas tão arriscadas. A agitação sindical a partir da polarizada campanha da eleição sindical naquele início de ano e a atividade de grupos de esquerda no interior das fábricas podem ter desempenhado função relevante. Um militante de base da GM e membro da direção de 1984, observou que os trabalhadores da montadora tinham uma “identidade muito forte com a fábrica”, se “engajavam dentro da política da empresa” e a ruptura com essa visão custou um “intenso trabalho de base, muita conversa com os trabalhadores para que a gente adquirisse [...] uma identidade, uma força organizativa e mobilizadora dentro da fábrica”⁴¹⁷. Assim, os dirigentes sindicais vinculados à corrente do PT atuaram nesse período para organizar a categoria em defesa de seus interesses, o que significou intensificar a presença do sindicato nos locais de trabalho, discutindo em reuniões, assembleias, grupos e rodinhas as questões relativas ao trabalho na fábrica. Além

⁴¹⁷ Edemir de Paula (“Passarinho”), entrevista concedida ao programa de TV “História e Memórias”, Parte 2, 26/06/2014. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=HMrFxm6mpMk>>, Acesso: 30/06/2014.

disso, levaram adiante a demanda pelo reconhecimento das comissões de fábrica, fortalecendo as linhas de defesa contra os constantes ataques das empresas e do governo.

Muitos dos metalúrgicos de São José dos Campos compartilhavam a experiência da participação nos piquetes da greve de 1979 e da violenta repressão policial na portaria das fábricas, especialmente da GM, sintetizada por um trabalhador na ideia de que “fazer greve fora da fábrica é servir de saco de pancada para a polícia”⁴¹⁸. Essa experiência teria sido motivo de certo trauma entre a categoria e explicaria a boa receptividade da tática de ocupação⁴¹⁹. No entanto, essa explicação pode estar vinculada também, e de forma mais decisiva, à grave crise da economia brasileira na década de 1980. Os milhares de homens e mulheres que haviam escolhido deixar a vida no campo ou em pequenas cidades atraídos pelos empregos abundantes e os altos salários nas fábricas do Vale do Paraíba, apesar do intenso ritmo de trabalho e da rígida disciplina, se depararam com um cenário bastante diferente diante das respostas das empresas à recessão: demissões em massa, compressão dos salários, imposição de horas extras, aumento ainda maior da disciplina e da intensidade do trabalho no chão de fábrica, entre outros problemas. O desemprego cresceu vertiginosamente e os que conseguiram manter-se no trabalho viram-se obrigados a aceitar as condições impostas pelas empresas para preservar seus empregos. Portanto a crise econômica que afetava a vida da classe trabalhadora dentro e fora da fábrica e a insatisfação social daí decorrentes podem ter desempenhado papel importante no nascimento do movimento de ocupações de fábrica. Numa conjuntura de alto desemprego e de constantes ameaças de demissão, poucas alternativas de luta restavam aos operários para fazer valer suas reivindicações, o que pode ajudar a compreender a boa receptividade da tática de ocupação entre a categoria.

Um dos grandes agentes do recrutamento à tomada das fábricas parece ter sido a militância da Convergência Socialista, que havia assumido o posto de comando da categoria precisamente no momento em que eclodiram as ocupações, em abril de 1984, enquanto os dirigentes da corrente Articulação faziam parte da direção da entidade desde 1981. Os vínculos internacionais da CS – a exemplo de suas ligações ao trotskismo da

⁴¹⁸ Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região. *Ação e Razão dos Trabalhadores da GM de São José dos Campos: a greve contada por quem a fez*, Abril/Maio de 1985, p. 47.

⁴¹⁹ *Idem*, p.48.

Argentina, onde ocupar fábricas parecia mais comum – é um dos vetores possíveis da tática de ocupação de fábricas no caso de São José dos Campos. Por outro lado, o depoimento de um dos sindicalistas ligado ao grupo da Articulação indica a possibilidade de que a ideia de ocupar fábricas tenha chegado à São José dos Campos através do contato com lideranças do movimento grevista de Osasco, em 1968. Edemir de Paula, vulgo “Passarinho”, era um operário católico da GM vinculado desde a juventude a movimentos sociais ligados à Igreja. Na Ação Católica Operária (ACO), ele conheceu Joaquim Miranda, João e Albertina Cândido, envolvidos na greve de Osasco, em julho de 1968, quando a fábrica da Cobrasma foi ocupada por mil operários e evacuada pela polícia com a prisão de 30 grevistas⁴²⁰. Passarinho tornou-se amigo de João e Albertina, que em algum momento se mudaram para o distrito de São Francisco Xavier, em São José dos Campos, e passou a ter com o casal o que descreveu como uma “ação conjunta”⁴²¹. Nesse sentido, enquanto um dos novos dirigentes sindicais de 1984 e com grande dedicação ao trabalho de base, é possível que Passarinho tenha contribuído para a difusão da tática de ocupação.

Após o triunfo dos primeiros movimentos com a tomada das fábricas de São José dos Campos, em 1984, a Convergência Socialista avaliou que a ocupação seria um meio para desenvolver os “comitês de fábrica”, um “importante e fundamental instrumento de luta no interior das empresas”. Desse ponto de vista, a greve com ocupação colocaria em questão a propriedade da fábrica, pois nela os trabalhadores passavam a decidir “o que se pode ou não fazer dentro dela [a fábrica], quem sai quem entra, se os produtos podem ou não sair e assim por diante”, surgindo, então, um “poder dual”: embora fossem proprietários, os patrões não detinham controle sobre a fábrica enquanto ela estivesse sob a posse dos trabalhadores, que desse modo a dirigiam efetivamente. A condição para que a dualidade temporária de poder se transformasse em algo mais permanente seria, para esses militantes, a organização das comissões de fábrica, que teriam o papel de representar os interesses dos trabalhadores contra a administração empresarial. Neste fato, residiria a motivação para o intenso combate travado pelas empresas contra a formação e manutenção dos organismos de base dos metalúrgicos ao longo daquela década.

⁴²⁰ WEFFORT, F., *op. cit.*, p. 79-84.

⁴²¹ Edemir de Paula, “Passarinho”. Entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Parte 1, 26/06/2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ui5nuE4FfpA>>, Acesso: 30/06/2014.

Portanto, o grande número de ocupações de fábricas metalúrgicas em São José dos Campos durante o restante da década de 1980, pode ter resultado da iniciativa dos militantes da CS, presentes na direção sindical e inseridos no chão de fábrica. Como se viu, por meio da ação grevista radicalizada, a organização visou desenvolver as comissões de fábrica, uma das ideias em voga no sindicalismo do período. Se a organização nos locais de trabalho não foi de modo algum uma novidade da época, ao contrário do discurso do “novo sindicalismo”, é inegável que se tratou de uma ideia que os sindicalistas ligados à CUT buscaram insistentemente colocar em prática em suas bases de atuação. Particularmente em relação à Convergência Socialista, essa diretriz foi levada adiante através da ocupação dos locais de trabalho, considerada uma forma de “conscientizar” a base sobre a importância de criar e preservar um “duplo poder” na fábrica de modo a contrabalançar a assimetria característica das relações sociais nas empresas. Além disso, é possível que a radicalização da ação sindical tenha se dado a partir da perspectiva revolucionária da organização trotskista, como meio de acirramento do conflito de classes, visando a queda da ditadura militar e dos patrões⁴²².

As comissões de fábrica permitiriam assegurar o cumprimento das conquistas do movimento grevista, obter maior controle sobre o processo de trabalho e impedir que a “vanguarda”⁴²³ fosse demitida das empresas em represália a cada conflito fabril. Talvez por isso, a CS tenha demonstrado entusiasmo diante das comissões constituídas após as greves de abril nas fábricas da base territorial do SMSJR, como Sade, Mafersa, Kone, Torin e Embraer⁴²⁴. Naquele momento, em outras empresas, como a GM, grupos de fábrica se

⁴²² No ato público realizado dia 18 de agosto de 1984, na Praça Afonso Pena, em São José dos Campos, os militantes da CS Munir Ghattas e José Benedito de Oliveira, falaram na unificação da classe trabalhadora na CUT para derrubar o regime militar e os patrões através de uma greve geral. O recente desfecho da greve da Embraer foi empregado por Oliveira para questionar o compromisso, assumido pelo general Figueiredo, com a abertura do país à democracia, sugerindo que a classe trabalhadora precisava tomar as rédeas do processo em suas próprias mãos. Arquivo Nacional (RJ), *Convergência Socialista – Subversão da Ordem e Discursos de Munir Ghattas e José Benedito de Oliveira* (anexos), 19/09/1984. BR.AN, RIO.TT.O.MCP.AVU.757.

⁴²³ Segundo Ernesto Gradella, a cláusula de estabilidade no emprego era habitualmente defendida nesse período para “ver se a vanguarda fica pra depois da greve”. A estabilidade seria uma forma de “esfriar” o ambiente na fábrica e evitar as demissões de lideranças grevistas. Ernesto Gradella, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Parte 2, 26/06/2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b2IL_QO59pk>. Acesso: 27/06/2014.

⁴²⁴ *Convergência Socialista*, nº 3, 08/06/1984 a 15/06/1984.

estruturavam como “embriões de comitês” e alguns deles já se reuniam regularmente⁴²⁵, evidenciando que a organização dos locais de trabalho vinha sendo promovida informalmente antes mesmo de ter a sua existência reconhecida pelas empresas⁴²⁶. Essa iniciativa parece ter dado frutos rapidamente. Em poucos meses, os metalúrgicos da General Motors teriam sua Comissão de Fábrica reconhecida e eleita e, com a ajuda de cipeiros e diretores de base do sindicato, promoveriam a “organização total dentro da fábrica”⁴²⁷, imprescindível para a eclosão do maior movimento grevista da categoria em São José dos Campos: a greve da General Motors, em 1985.

⁴²⁵ *Convergência Socialista*, nº 3, 08/06/1984 a 15/06/1984; *Ação e Razão dos Trabalhadores da GM de São José dos Campos...*, p.59-60; Moacyr Pinto da Silva. Entrevista concedida ao programa de TV “História e Memórias”, Parte 1, 04/02/2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9MRVwpCKYQ8>>. Acesso: 26/06/2014.

⁴²⁶ Além das comissões, dos grupos informais de fábrica e dos diretores de base do sindicato, a CIPA foi outro ator importante de organização e resistência dos metalúrgicos nas empresas. Se no caso das comissões de fábrica, o embate com as empresas foi por seu reconhecimento, nas CIPAs foi necessário obter transparência nos processos eleitorais, usualmente controlados pelos prepostos patronais, e formar candidatos dispostos a articular e defender os interesses dos trabalhadores dentro da fábrica.

⁴²⁷ Moacyr Pinto da Silva, entrevista concedida ao programa de TV “História e Memórias”, Parte 2, 05/02/2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ynbBPheODks>>. Acesso: 26/06/2014.

CAPÍTULO 5:

Nem “carneirinhos”, nem “mineirada”: a greve da General Motors de São José dos Campos (1985)

Em meados de 2012 estimou-se que a General Motors demitiria dois mil metalúrgicos de sua unidade em São José dos Campos, algo que totalizaria a eliminação de 15.500 postos de trabalho diretos e indiretos, de acordo com DIEESE⁴²⁸. Segundo André Beer, ex-presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos (ANFAVEA) e também ex-vice-presidente da GM, os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos “ainda estão no século XIX e nós já estamos no XXI”. A explicação para a alegada prática retrógrada da entidade foi atribuída a seu alinhamento a “partidos bastante radicais”, que rejeitam medidas como “banco de horas e pontes” e tem uma postura de querer “estatizar tudo”. Se estivesse no comando da empresa atualmente e se encontrasse na impossibilidade de negociar “de forma bem transparente e que atendesse a necessidade da empresa e dos trabalhadores, procuraria outro lugar para produzir⁴²⁹”, arrematou o empresário.

O então Ministro do Trabalho, Brizola Neto, também defendeu o fechamento do complexo da montadora em São José dos Campos, o chamado MVA (Montagem de Veículos Automotores): “O que a gente tem que ter claro é que não se falam em demissões, mas em *relocações de mão de obra*. Apesar de ela estar demitindo em São José dos Campos, ela está contratando em Gravataí (RS), São Caetano do Sul (SP) e Joinville (SC)”. O ministro afirmou ainda que “a GM já vem trazendo essa questão da planta de São José dos Campos há alguns anos, antes até da crise financeira internacional⁴³⁰”. Após reunião com

⁴²⁸ O DIEESE se baseou no estudo “Novas Estimativas do Modelo de Geração de Empregos do BNDES” e considerou que para cada emprego direto eliminado na GM, outros 6,75 indiretos são fechados.

⁴²⁹ “Sindicato continua no século 19, diz ex-presidente da Anfavea”. Disponível em: <http://colunistas.ig.com.br/poder-economico/2012/07/29/sindicato-continua-no-seculo-19-diz-ex-presidente-da-anfavea/>. Acesso: 13/08/2012.

⁴³⁰ “Ministro do Trabalho defende fechamento de fábrica da General Motors”. Disponível em: <http://americaeconomia.com.br/noticia/negocios/industria-automobilistica/ministro-do-trabalho-defende-fechamento-de-fabrica-da-general-motors>. Acesso: 13/08/2012. Grifos nossos. Após a falência do Lehman Brothers, em setembro 2008, marco inicial da atual crise econômica internacional, a GM – então operando em 157 países, com mais de 200 mil funcionários e liderança do mercado mundial por mais de seis

representantes da empresa, o Ministro da Fazenda Guido Mantega defendeu o balanço da GM de que o saldo de empregos por ela criados no país seria positivo. Entretanto, após a divulgação de estudos que comprovavam déficit na geração de empregos da empresa e dos protestos dos metalúrgicos da GM – que paralisaram a Rodovia Presidente Dutra –, Mantega voltou atrás e afirmou que as demissões seriam “intoleráveis”⁴³¹.

Em jogo está o objetivo da GM em reduzir os custos de produção para manter a competitividade no mercado⁴³² e, conseqüentemente, elevar suas taxas de lucro, objetivos que exigiriam o deslocamento da produção para fábricas em locais onde existisse um sindicato mais flexível nas negociações, isto é, que aceitasse medidas que atendessem às necessidades da empresa. Diante de uma entidade de classe combativa, com forte potencial de mobilização e avesso a aceitar medidas que não contemplassem os interesses da categoria – condições suficientes para ser considerada “bem radical”⁴³³ – a saída encontrada parece ter sido a chantagem. Se tudo não pudesse ser resolvido satisfatoriamente para as “duas partes”, deveriam “realocar” a fábrica para um lugar em que as águas fossem mais calmas, sem importar os impactos socioeconômicos sobre São José dos Campos e adjacências. Como sugere a declaração de Beer, o problema não era novidade. Remonta a 2008, quando os metalúrgicos da cidade rejeitaram o banco de horas e a grade de salários rebaixada, propostas da GM endossadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Na ocasião, houve locaute por um dia e ameaça de fechamento da fábrica, mas a mobilização dos trabalhadores compeliu a empresa a realizar um recuo estratégico.

Mais recentemente, a GM voltou a anunciar o fechamento do MVA e o encerramento da produção do automóvel modelo *Classic*, rompendo um acordo com o

décadas – entrou na lista das empresas resgatadas pelo *Federal Reserve*, banco central dos EUA. Ela registrou nos quatro anos anteriores prejuízos somados de US\$83 bilhões e recebeu empréstimo emergencial de US\$49,5 bilhões do Tesouro, em troca de 61% de seu capital. Após voltar a ter lucros em 2010, Washington tem acelerado gradualmente o processo de saída do controle da empresa. *Carta Capital*, ano XIX, nº 775, 20/11/2013, p.56.

⁴³¹ Além disso, as declarações da presidente Dilma Rousseff, segundo a qual as isenções fiscais concedidas à montadora (redução do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI) deviam ter como contrapartida a manutenção dos empregos também devem ter influenciado esta reconsideração de Mantega.

⁴³² O vice-presidente da GM, José Carlos Pinheiro Neto, admitiu: “O que nós temos necessidade para nos mantermos competitivos no mercado nacional e internacional é o banco de horas ou qualquer nome que você queira dar. O que nós precisamos efetivamente é de uma flexibilização”, *55 anos (1956-2011)*. Publicação comemorativa de 55 anos do Sindicato dos Metalúrgicos de São José e Região.

⁴³³ “Sindicato continua no século 19, diz ex-presidente da Anfavea”.

sindicato que garantiria a produção do veículo pelo menos até dezembro de 2013. A linha seria transferida para uma fábrica em Rosário, na Argentina⁴³⁴, país onde a empresa havia fechado as portas décadas antes, também por questões sindicais. A mobilização dos trabalhadores – inclusive com a ocupação da Prefeitura da cidade para exigir que o poder público municipal intercedesse junto ao Governo Federal –, novamente freou o ímpeto da empresa e o MVA, parado desde o dia 22 de julho, voltou a produzir. Entretanto, o nó ainda não fora desatado. Após as 304 adesões ao Programa de Demissão Voluntária (PDV) e o fechamento de 1.500 postos de trabalho entre abril e julho de 2013, os trabalhadores começaram a receber em casa, ao final de dezembro daquele ano, telegramas de demissão. Apesar das benesses concedidas pelo governo ao setor automotivo após a crise de 2008 – a desoneração parcial dos veículos através da isenção e redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) –, a GM levou adiante as demissões, guiada pela fria lógica de maximização dos resultados e repasse de lucros ainda maiores a seus acionistas. A “função social da propriedade”, tal qual estabelecera a Constituição, foi uma vez mais ignorada e os metalúrgicos mobilizados voltaram-se a Dilma Rousseff, pedindo a intervenção da mandatária por entenderem que os benefícios concedidos pelo Estado não poderiam ser utilizados pela montadora para realizar demissões, em outras palavras, uma contrapartida social seria necessária⁴³⁵.

Toda essa questão traz à tona antigos conflitos entre os operários e a corporação multinacional dos Estados Unidos, editados há pelo menos três décadas. De fato, a realocação da unidade de São José dos Campos fora pautada muito antes do que o jovem Ministro Brizola Neto poderia imaginar. Em 1985, num evento em comemoração ao “Dia da Indústria” em São José dos Campos, o Delegado Regional da CIESP, Rogério Marinho, queixou-se de estarem os empresários

subordinados a mercenários e pseudo defensores dos trabalhadores, que a pretexto de uma luta democrática por melhores condições de vida e salários, agridem a liberdade, perturbam a ordem, transgredindo a lei e contribuindo para a

⁴³⁴Disponível em: <http://www.sindmetalsjc.org.br/imprensa/ultimasnoticias/1544/sindicato+e+gm+reunem-se+para+discutir+sobre+o+mva.htm>. Acesso: 21/11/2013.

⁴³⁵Disponível em: <http://www.sindmetalsjc.org.br/imprensa/ultimasnoticias/1730/apesar+de+incentivos+fiscais+gm+demite+em+sao+jose+dos+campos.htm>. Acesso: 30/12/2013; <http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/GM-desoneracao-e-demissao/29967>, Acesso: 09/01/2014.

desagregação da sociedade, até afetar a nossa estabilidade política que a nação vem amadurecendo⁴³⁶.

As ações do movimento sindical, “infiltrado por radicais de facções políticas estranhas”, seria a prova de que o país não estava preparado “para acompanhar as descontroladas alterações socioeconômicas que a sociedade civil nos impõe”.⁴³⁷ O catastrófico diagnóstico do representante empresarial, que colocou em cheque a própria maturidade do país para a democracia, certamente fazia referência aos recentes acontecimentos na unidade da General Motors do Brasil, em São José dos Campos⁴³⁸, onde os metalúrgicos cruzaram os braços por quase um mês em conflito que ganhou ampla repercussão nas páginas da grande imprensa nacional, especialmente nos dias em que a fábrica esteve ocupada pelos grevistas⁴³⁹. Uma campanha empresarial-midiática parece ter sido orquestrada com o objetivo de criminalizar as lideranças fabris, resultando num processo criminal contra 33 dos cerca de quatro mil grevistas, além de centenas de demissões por “justa causa”.

O episódio também motivou a matriz da GM nos Estados Unidos (GMC) a ditar à GMB as diretrizes para as negociações entre o grupo 14 da FIESP e os trabalhadores, mediada pelos ministros do Trabalho, Almir Pazzianotto, e da Indústria e Comércio, Roberto Gusmão. A automobilística fez chegar ao governo brasileiro a ameaça de “desmobilizar fábricas”, transferindo-as para outros países, se a greve persistisse, a exemplo do que já havia feito na Argentina. A ameaça teria resultado da constatação de que “as autoridades do país estariam amolecendo, sob a égide da Nova República, no tratamento das greves de metalúrgicos”. Para os empresários da GM, seria necessário agir

⁴³⁶ Valeparaibano, 24/05/1985.

⁴³⁷ *Idem*.

⁴³⁸ As “ações radicais” dos metalúrgicos joseenses, contudo, não se limitaram à GM. Naquela década, particularmente a partir de 1984, as greves da categoria foram marcadas pela ocupação de diversas fábricas. Na GM, Embraer, Philips, Bundy e Mafersa, entre outras empresas da região, os trabalhadores aderiram àquela tática de luta, acirrando os conflitos com os patrões e com o Estado.

⁴³⁹ A expressão “ocupação” será utilizada em referência à tomada da fábrica pelos trabalhadores e a permanência dentro dela dia e noite, como num acampamento. De modo diverso, os trabalhadores poderiam fazer uma paralisação interna, isto é, deflagrar greve, entrar na fábrica e cumprir o turno de trabalho com as máquinas desligadas. Como veremos, esta última tática foi utilizada pelos metalúrgicos da GM em 1985, mas a ocupação da fábrica foi decidida após o anúncio das demissões pela empresa.

com “mais rigor contra as greves”, caso contrário, retirariam do Brasil seus equipamentos⁴⁴⁰.

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos (ANFAVEA), por sua vez, defendeu que a nova lei de greve, então em elaboração, deveria contemplar o “direito ao locaute”, isto é, a suspensão das atividades das empresas por decisão patronal em caso de deflagração de greve pelos trabalhadores. A medida desobrigaria as empresas a pagarem salários e encargos correspondentes aos dias parados, além de eliminar o que denominaram “apoio logístico” indiretamente fornecido aos trabalhadores: transporte, alimentação e serviços ambulatoriais. Para Jacy Mendonça, vice-presidente da entidade, era preciso conceder ao capital e ao trabalho “a mesma liberdade, as mesmas condições” e o direito ao locaute seria um modo de dar maior celeridade à resolução dos conflitos trabalhistas. Na prática, a medida significava que as greves deveriam manter-se do lado de fora das fábricas e os trabalhadores teriam de arcar com todas as suas consequências. A ocupação de fábrica – tática grevista largamente empregada desde 1984 pelos metalúrgicos joseense e que ganhou grande destaque na greve da GM, em 1985 – estaria descartada, colocando “iniciativas desse tipo no terreno da ordem pública e não das relações trabalhistas”⁴⁴¹. Em outras palavras, caso aprovado, o locaute colocaria os grevistas na rua e as forças repressivas do Estado em seu encalço, exatamente como queriam os industriais.

André Beer traçou uma linha de continuidade entre os impasses mais recentes na GM e aqueles do passado, afirmando que ele mesmo havia enfrentado “problemas com esses moços em 1985”, quando “eles invadiram a fábrica, fizeram nossos gerentes reféns e ficaram um mês perturbando, até que conseguimos a reintegração de posse”. Portanto, argumentou, não havia “nenhuma novidade” no conflito então em curso⁴⁴². Nesse sentido, apesar dos diferentes contextos, o episódio de 1985 foi apropriado pelos vencedores para tornar ilegítima a luta atual dos metalúrgicos da GM pela manutenção de seus direitos, como essa iniciativa resultasse de uma direção sindical composta por “radicais” guiados por

⁴⁴⁰ *Relatório Reservado*, nº 958, 22 a 28/04/1985, CPV-SP, Pasta Trabalhadores Metalúrgicos Estado SP, São José dos Campos.

⁴⁴¹ *Folha de S. Paulo*, 02/07/1985.

⁴⁴² “Sindicato continua no século 19, diz ex-presidente da Anfavea”. Disponível em: <http://colunistas.ig.com.br/poder-economico/2012/07/29/sindicato-continua-no-seculo-19-diz-ex-presidente-da-anfavea/>. Acesso: 13/08/2012.

concepções sindicais anacrônicas. A rejeição a acordos que penalizam os trabalhadores, como se viu, foi encarada pelo empresário como intransigência, diante da qual o deslocamento da fábrica seria a melhor solução.

Parece pertinente, diante desse quadro, investigar quem eram aqueles “moços” e porque ainda hoje, trinta anos depois, suas ideias “do século XIX” parecem atuais aos metalúrgicos de São José dos Campos em pleno século XXI. Igualmente, como eles formaram esta sólida base social, em razão da qual se consolidaram na direção da entidade metalúrgica, onde permanecem ainda hoje, orientados por uma prática combativa frente aos empresários e de críticas contundentes aos sucessivos governos. A análise da experiência da categoria ao longo dos anos 1980, especialmente nos âmbitos fabril e sindical, parece profícua para compreender as questões levantadas. Em particular, resgatar a experiência dos metalúrgicos joseenses durante a controversa greve de 1985 na GM, tendo em vista que:

A greve enquanto conflito multiplica as relações entre as classes e os grupos sociais, habitualmente instalados nos compartimentos separados. Não é somente o trabalhador que ela nos apresenta, mas também, como um espelho, o patronato, o Estado, a opinião pública confrontada com ele. A greve é uma relação dinâmica⁴⁴³.

No dia 10 de março de 1959 foi inaugurado o complexo industrial da General Motors do Brasil em São José dos Campos, após o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), criado pelo governo JK, dar seu aval para o primeiro projeto de produção nacional da montadora. Naquela ocasião, assim como a Ford, a GM negou-se a fabricar carros de passeio, preferindo ocupar o nicho mais seguro dos autos coletivos e de carga, “imprescindíveis ao desenvolvimento e à integração nacionais”⁴⁴⁴. Foi dessa forma que na cidade do Vale do Paraíba o primeiro motor Chevrolet em território brasileiro foi fabricado. Até a década de 1970 a unidade de São José produziu exclusivamente peças e motores para caminhões, pick-ups e caminhonetes, mas em 1973 foi inaugurada a nova

⁴⁴³ PERROT, Michelle, *Jeunesse de la Grève*, Paris: Éditions du Seuil, 1984, p.14 *apud* COSTA, Hélio da, *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*, São Paulo: Scritta, 1995, p. 109.

⁴⁴⁴ NEGRO, A. L., *op. cit.*, p.11.

linha de montagem, de onde sairia o Chevette, primeiro veículo de pequeno porte fabricado no país pela GM e grande sucesso no mercado.

Em 1985, a fábrica de São José completava 26 anos de fundação e o Chevette continuava a sair das linhas de montagem da empresa, caminhando para atingir a marca de 1 milhão de unidades produzidas. Naquele ano, o primeiro da chamada “Nova República, o *best seller* da GM figurou num polêmico episódio na história da empresa e de seus trabalhadores, a saber, a ocupação da fábrica em 1985. O Chevette teria sido usado, junto a outros veículos e caminhões, para bloquear entradas e saídas da fábrica pelos grevistas, que passaram a ocupa-la na tarde de 25 de abril de 1985. Pedacos de tecidos retorcidos teriam sido inseridos pelos metalúrgicos nos tanques do automóvel, como pavios, e seu suposto ímpeto incendiário não parou por aí: eles teriam espalhado substâncias inflamáveis no chão da fabrica, como *thinner* e gasolina, e improvisado tochas para atear fogo em tudo caso a polícia, a postos do lado de fora, resolvesse forçar a invasão da fábrica. “Piqueteiros” armados de “porretes de madeira” e “barras de direção” patrulhavam as dependências da empresa e postavam-se ao longo dos cercados e portões para impedir possíveis fugas. Ninguém entrava, ninguém saía. Os prisioneiros seriam os “mensalistas” da empresa, isto é, empregados do setor burocrático, além de chefes e gerentes. Cerca de 370 deles teriam sido mantidos “reféns” dos “horistas”, operários do setor produtivo⁴⁴⁵, que teriam rompido cadeados e vidros para retirá-los a força dos escritórios da empresa. Através da “operação arrastão” esses operários teriam coagido suas “vítimas” a participarem de assembleias nas 36 horas de tensão em que a usina esteve ocupada, empurrando-os até o gramado da empresa, onde eles teriam sido mantidos cativos num “chiqueirinho”, pequeno espaço delimitado por “grossas correntes”. Sem ter o que comer, eles teriam sido obrigados a fazer suas necessidades fisiológicas ao relento, sempre acompanhados por seus “carrascos”.

Esse quadro dramático de “medo e humilhação” e de alto potencial catastrófico foi pintado pela própria General Motors em aliança com os principais órgãos da grande imprensa brasileira, entre os quais se destacam *O Estado de S. Paulo*, a *Folha de S. Paulo* e a Rede Globo. “Ativistas políticos e não sindicais”, “piqueteiros”, “radicais”, “milícias

⁴⁴⁵ Ferramenteiros, mecânicos, eletricitas, pintores, costureiros, montadores de motores, montadores de autos, funileiros, serralheiros, operadores de máquina, ajudantes gerais, inspetores de qualidade, entre outros.

metalúrgicas” e até mesmo “terroristas”, foram alguns dos termos imputados aos grevistas pelos empresários, visando equipará-los ora a criminosos violentos, ora a esquerdistas infiltrados no movimento sindical que estariam se aproveitando do “momento delicado” vivido pelo país para tentar desestabilizar a ordem e a transição para a democracia no ano I da Nova República⁴⁴⁶. A tese de que as greves obstaculizavam a redemocratização do país também foi defendida por ministros do governo – como Roberto Gusmão, da Indústria e Comércio –, pelos políticos do PMDB – como o senador Fernando Henrique Cardoso, líder da bancada do partido no Congresso Nacional – e por sindicalistas reunidos na Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), criada em 1981, reunindo os antigos “pelegos”, além de sindicalistas do PMDB, PCB, MR-8 e PC do B⁴⁴⁷.

*

Após o fracasso das negociações da campanha salarial e ultrapassada a data base da categoria, a greve na região de São José dos Campos iniciou-se com uma ampla mobilização. A partir do dia 11 de abril de 1985, General Motors, Inbrac e Ibrape-Philips entraram em greve à zero hora. Pela manhã uniram-se a elas Sade, Fi-El, Swissbras e

⁴⁴⁶ É, no mínimo, curioso todo o drama e o horror da GM diante da ocupação da fábrica de São José dos Campos, quando a mesma empresa foi o principal alvo das “*sit-down strikes*” nos Estados Unidos. Os operários da montadora, em Flint, Michigan, ocuparam a fábrica durante seis semanas entre dezembro de 1936 e fevereiro de 1937, inicialmente de forma espontânea, como um protesto contra a intensificação do ritmo de trabalho, cortes salariais, condições inseguras e insalubres de trabalho e a tirania corporativa predominante em muitas fábricas. Eles tomaram dois prédios, expulsaram guardas e feitores da companhia e decidiram permanecer no local até o reconhecimento do *United Auto Workers union* (UAW) pela empresa, ignorando duas ordens judiciais de para evacuação da fábrica e resistindo nas ruas congeladas ao assalto policial, com jatos de água das mangueiras de incêndio e arremessando pesadas ferramentas dobradiças de portas pelas janelas do segundo andar. Após iniciar as negociações, a corporação cedeu o reconhecimento do sindicato da fábrica em março e essa vitória transformou a onda de *sit-down strikes* numa verdadeira inundação de greves. Só naquele mês, 167.210 trabalhadores tomaram parte em 170 ocupações de seus locais de trabalho. Cf. GREEN, James. *The world of the worker: labor in twentieth-century America*. New York: Hill and Wang, 1980; ZIEGER, Robert. *The CIO (1935-1955)*. The University of North Carolina Press, 1995.

⁴⁴⁷ No início dos anos 1980, Partido Comunista Brasileiro, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) encontravam-se abrigados no PMDB, pois haviam sido postos na ilegalidade pelo regime militar. No contexto das disputas sindicais da década de 1980, essas organizações de esquerda e outras lideranças tradicionais do movimento sindical, como os pelegos, formavam o bloco *Unidade Sindical*, que daria origem a CONCLAT. Esse bloco opunha-se ao chamado bloco combativo, formado pelos autênticos e pelas *Oposições Sindicais* e que daria origem à CUT. Cf. SANTANA, M. A. “Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.14, n.41, 1999.

Bundy, totalizando 16 mil metalúrgicos paralisados nas primeiras horas do movimento ou 60% da base. A greve começava como protesto “contra a intransigência dos patrões”, que haviam oferecido 2% de aumento real, mas queriam “proibir” a greve por um ano e repassar os aumentos concedidos aos preços dos produtos⁴⁴⁸. Diante da grande adesão ao movimento em todo o estado⁴⁴⁹, o Grupo 14 da FIESP, composto pelo setor automobilístico, solicitou instauração de dissídio coletivo na Justiça do Trabalho ainda no dia 11 de abril. Os presidentes da ANFAVEA e do SINDPEÇAS, André Beer e Pedro Eberhardt, informaram que a paralisação das atividades era total em seus respectivos setores. A ANFAVEA estimou que 96 dos 112 mil trabalhadores da indústria automobilística do estado de São Paulo estavam de braços cruzados, deixando de produzir cerca de três mil veículos por dia⁴⁵⁰.

No Vale do Paraíba, a orientação geral do SMSJR foi a seguinte:

1. Nesta quinta-feira todos devem entrar na fábrica, marcar cartão, trocar de roupa e se concentrar em local estratégico; 2. Quando terminar o expediente, todos devem ir para casa. *Ninguém deve permanecer direto na fábrica nesses primeiros dias*; 3. Ninguém deve dar ouvidos a boatos, seja dentro da fábrica ou em casa, pelo rádio, TV ou jornal; 4. Todos os trabalhadores metalúrgicos devem seguir apenas as orientações do **Sindicato** e do **Comando de Greve** da fábrica; 5. Qualquer informação importante deve ser passada para o Comando de Greve da fábrica ou para o **Plantão** no Sindicato [...]; 6. *Usaremos diferentes táticas de greve, conforme o andamento da luta. Qualquer alteração será comunicada pelo Sindicato e pelo Comando de Greve*”⁴⁵¹.

A “Vaca Brava” estava solta e pronta para “botar os patrões pra correr”, “metendo chifre em tudo quanto é patrão sem vergonha”, anunciou o boletim distribuído pelo SMSJR⁴⁵². Ainda em sua primeira semana, a “Operação Vaca Brava” já contava com cerca

⁴⁴⁸ “Comunicado de greve nº 1”, Abril de 1985, AEL.

⁴⁴⁹ Junto aos metalúrgicos de São José dos Campos, Caçapava, Jacareí e Santa Branca (bases do SMSJR) entram em greve naquele dia os de São Bernardo (90%), Santo André (60%), São Caetano (Oposição sindical), Campinas (60%), Taubaté (90%), Sorocaba e Itu, todos do chamado Grupo Independente, ligado à CUT, que ao todo congregava 315 mil metalúrgicos. Nas bases territoriais de pelo menos três sindicatos ligados ao grupo da FMSP – que negociava, sem greve, o acordo com a FIESP –, foram registradas paralisações em algumas fábricas. *Folha de S. Paulo*, 12/04/1985.

⁴⁵⁰ *Folha de S. Paulo*, 12/04/1985. Em São José, apenas a Embraer continuava funcionando e seus 7.200 trabalhadores aguardavam as negociações entre a empresa e o sindicato, que ocorriam diretamente desde 1981.

⁴⁵¹ “Comunicado de greve nº 1”, Abril de 1985, AEL. Os grifos em itálico são meus.

⁴⁵² “Comunicado de greve nº4”, 16/04/1984, AEL.

18 mil adeptos na base do SMSJR⁴⁵³ e foi definida por um sindicalista no ABC como “um animal feroz, que muda inesperadamente o rumo do ataque”⁴⁵⁴. A comparação da greve a um animal descontrolado parece ligada ao objetivo de surpreender os empresários e a repressão, definindo as táticas de luta a partir das condições apresentadas em cada fábrica e alterando os rumos da greve de acordo com a dinâmica da luta. Foram registradas naquele ano, em diferentes fábricas e locais, operações tartaruga, piquetes, paralisações internas, ocupações do local de trabalho, entre outras. O norte americano Robert Gerrity, presidente da Ford Brasil, observou a este respeito que “os metalúrgicos brasileiros estão muito mais inteligentes que há cinco anos”, enquanto os empresários brasileiros avaliaram que lidavam com “sindicatos profissionalizados”⁴⁵⁵.

As “Milícias Metalúrgicas” de São José dos Campos

Até então apresentada com discrição nas páginas da imprensa nacional, a partir do dia 17 de abril, a greve dos metalúrgicos de São José dos Campos começa a ganhar maior relevância na cobertura jornalística. Isto porque na cidade teria sido “criada a ‘milícia metalúrgica’”, embora não seja possível determinar exatamente se a criatura foi obra do jornalista Flavio Nery, correspondente de *O Estado de São Paulo* ou, de fato, dos próprios metalúrgicos em greve na cidade. Segundo o jornal, a “milícia” recrutava cerca de 300 homens nas indústrias da região e agia com violência, o que teria sido justificado por um “sindicalista ligado à Central Única dos Trabalhadores” devido ao fato de as indústrias da região terem aumentado sistematicamente seu contingente de segurança privada, dificultando a ação dos piquetes nas portas das fábricas, além de impedir a distribuição de panfletos do sindicato ou a realização de assembleias na saída do turno do trabalho, o que justificaria as medidas tomadas pelos grevistas⁴⁵⁶.

Desse ponto de vista, a “milícia metalúrgica” seria, portanto, uma “resposta à agressão dos patrões”, destinada a impedir a ação repressiva da polícia e estender a greve às fábricas que continuavam em operação normal. A primeira ação do grupo teria ocorrido na

⁴⁵³ *Idem.*

⁴⁵⁴ *O Estado de S. Paulo*, 17/04/1985.

⁴⁵⁵ *Folha de S. Paulo*, 27/04/1985.

⁴⁵⁶ *O Estado de S. Paulo*, 17/04/1985.

manhã do dia 16 nas portas da Siderúrgica Fi-El, onde “o piquete foi violento e um dos ônibus chegou a abalroar os carros dos sindicalistas, que tentavam impedir a passagem dos coletivos”. Segundo o jornal, cerca de cem homens “dispostos a tudo” barraram diversos ônibus que transportavam os operários ao trabalho e “atritos generalizados” ocorreram com a segurança da empresa, obrigada a recuar devido à desvantagem numérica, abrindo o caminho para que os fornos da siderúrgica fossem desativados. Apurou-se que no próximo dia os “milicianos” agiriam na Hitachi, Eaton e Ericsson, prognóstico baseado na distribuição de panfletos ao longo do dia conclamando os funcionários daquelas empresas a somarem-se à parede⁴⁵⁷.

No dia seguinte, contudo, a “milícia” surpreendeu ao agir em local imprevisto. O comando de greve havia informado sobre a possibilidade de paralisação na Hitachi, Eaton, Ericsson ou ainda na Mafersa com o intuito de “despistar” as forças repressivas. Diante daquela sinalização, o contingente de soldados foi reforçado nas indústrias mencionadas, mas nenhuma delas foi alvo das “milícias”. Dessa forma, na “maior indústria de veículos blindados do Terceiro Mundo, com 2.500 funcionários, responsável por 70% das exportações brasileiras no setor de armamento”, a Engesa, os portões ficaram desguarnecidos. Cerca de 30 grevistas em 10 automóveis aproveitaram, então, para bloquear o acesso à fábrica na Rodovia Presidente Dutra e em seguida transferiram as “barricadas” aos portões da empresa, desviando os ônibus para seu pátio externo⁴⁵⁸.

Através do rádio instalado num dos veículos do sindicato, os membros da milícia se comunicavam entre si, e enquanto alguns bloqueavam a entrada da Engesa, outros acompanhavam os ônibus que vinham de Jacareí, Taubaté, Caçapava e do centro de São José dos Campos. Assim, não havia a possibilidade de os motoristas entrarem pelos fundos da fábrica⁴⁵⁹.

Uma assembleia foi então reunida e, sob os olhares de alguns policiais que haviam chegado ao local tardiamente, deliberou-se pela adesão à greve e os metalúrgicos voltaram para suas casas⁴⁶⁰. Este seria, de acordo com o jornal, o *modus operandi* das “milícias”.

⁴⁵⁷ *O Estado de S. Paulo*, 17/04/1985.

⁴⁵⁸ *O Estado de S. Paulo*, 18/04/1985; *Jornal da Tarde*, 18/04/1985.

⁴⁵⁹ *O Estado de S. Paulo*, 19/04/1985.

⁴⁶⁰ *O Estado de S. Paulo*, 18/04/1985; *Jornal da Tarde*, 18/04/1985.

Evidentemente, sensacionalismo e a parcialidade impregnaram a cobertura midiática. É possível que o termo “milícia” tenha sido usado em algum momento pelos grevistas, talvez em referência a tática que estavam empregando para fazer frente à repressão: o deslocamento de contingentes relativamente pequenos de operários munidos de automóveis para fechar a entrada das fábricas por um dia ou por algumas horas, recuando em seguida. Significado diametralmente oposto assumiu o termo no discurso da imprensa, que conferiu conotação criminosa ao termo e às ações dos trabalhadores. A ação grevista foi comparada a uma guerrilha revolucionária, como a da Nicarágua, e a “milícia metalúrgica” chegaria a receber a exagerada caracterização de “poder paralelo”⁴⁶¹.

De modo diferente, o relato de um operário da GM, participante do piquete na Fi-El, situa o surgimento da “milícia” na porta da siderúrgica, local onde ele teria comparecido acompanhado de outros de seus “companheiros” da GM:

Como a Polo [Operação da PM] tava lá na portaria, o Gaspar [Rubens dos Santos Gaspar, diretor do sindicato e diretor de base da GM] se enrolou um pouco e falou: ‘Já que o Montoro tem a Polo do Montoro, nós vamos criar a nossa Polo, a Polo GM!’ (...) Arruma um bloco de companheiros e vai pra porta das empresas, pra paralisar as outras empresas, certo? Mas foi um negócio também que num chamou atenção. Foi falado só de boca. Mas quem enfeitou a coisa, passou manteiga mesmo, foi a imprensa⁴⁶².

No relato, portanto, a milícia teria surgido como simples brincadeira entre os grevistas da GM. A mobilização na montadora era bastante sólida e organizada e não houve necessidade de piquetes nem polícia em seus portões. Com a greve consolidada, os operários da GM avançaram sobre outras usinas, onde paralisariam as atividades por meio de piquetes. Na verdade, segundo relatos de alguns metalúrgicos da GM, apenas alguns piquetes foram feitos em São José dos Campos

porque o pessoal (das outras fábricas) queria parar, mas não tinha começo. Alguém lá dentro pra fazer isso. A gente fazia um grupo de cinco ou seis, dez no máximo, e saía. Fazia assembleia, colocava a situação. Se eles quisessem parar, bem, se não quisesse não paravam (...) o pessoal aderiu. A gente sentia que o pessoal queria parar, só não tinha lideranças dentro das fábricas⁴⁶³.

⁴⁶¹ *Jornal da Tarde*, 18/04/1985.

⁴⁶² Depoimento de um metalúrgico que participou do piquete na Fi-El *apud* Fundo de greve dos metalúrgicos de São José dos Campos, *Ação e Razão dos Metalúrgicos de São José dos Campos: a história contada por quem a fez*. São José dos Campos: Abril/Maio de 1985, p.91-92. Doravante *Ação e Razão*.

⁴⁶³ Depoimento de um “Companheiro que saiu nos Piquetes”, *Idem*, p. 90-91.

Segundo um dos dirigentes da greve, a estratégia do Sindicato e do comando de mobilização não era a paralisação de todas as fábricas. O fundamental seria “sair fazendo piquetes, enfrentado a PM” para criar a impressão de que a paralisação era quase total. Para isso, a tática

era parar cinco ou seis fábricas onde desse para sustentar parado porque a gente sabia que pra conquistar redução de jornada não era com um ou dois dias de greve. Ia ser coisa pra um mês de greve [...] Então, quando a gente consolidou as fábricas que achávamos que dava pra parar, soltamos a vaca brava, sem exageros, parando uma fábrica grande num dia, uma pequena no outro, sem preocupação de mantê-las paradas. Era tática de vaca brava mesmo, só pra pensar os patrões e não deixar nenhum deles sossegado, pra que eles negociassem logo, que era o nosso objetivo. Acho que essa tática deu bons resultados. Muitas fábricas, como a Avibrás, reduziram a jornada de medo, sem greve⁴⁶⁴

A grande imprensa, contudo, insistiu em tratar a mobilização dos metalúrgicos josesenses como obra de milicianos usando “velhas táticas” de intimidação para conseguir obter a paralisação do trabalho nas fábricas da região. A própria forma de ação mencionada no depoimento acima – parar repentinamente uma fábrica a cada vez e recuar em seguida para preparar a próxima ação, sem se preocupar em manter a paralisação por maior tempo – poderia explicar a ênfase em associar os grevistas a uma milícia ou guerrilha⁴⁶⁵. Os metalúrgicos argumentaram que o objetivo da imprensa ao fazer tais comparações entre os métodos da greve e os de guerrilha seria jogar a “opinião pública” contra o movimento grevista⁴⁶⁶. Eram velhas táticas, de fato, aquelas empregadas pelo empresariado para reconhecer a força dos trabalhadores em greve, mas atribuí-la tão somente ao uso da violência para coagir o trabalhador ordeiro⁴⁶⁷.

O SMSJR, por sua vez, negou a existência da milícia metalúrgica. Segundo Irani de Lima, porta-voz da entidade, “a iniciativa deve ter partido de trabalhadores das indústrias

⁴⁶⁴ Depoimento “de um Diretor do Sindicato”, *apud Ação e Razão*, p. 89-90. Os grifos são meus.

⁴⁶⁵ Marcelo Badaró observou que no Rio de Janeiro dos anos 1960, os bancários adotaram um modelo de greve por empresa – greve por sequência – no qual eram parados de três a cinco bancos por vez, mantendo em segredo a ordem de fechamento das agências. Na imprensa sindical, essa modalidade de greve foi divulgada como “greve bossa nova” e nos meios dirigentes apelidadas de “grevilha”, em alusão à tática de guerra por guerrilhas. MATTOS, Marcelo Badaró, *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*, Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998, p.187.

⁴⁶⁶ *Idem*, p.92.

⁴⁶⁷ FONTES, Paulo e MACEDO, Francisco Barbosa de. “Strikes and pickets in Brazil: Working-class mobilization in the ‘Old’ and ‘New’ Unionism, the Strikes of 1957 and 1980”, *International Labor and Working-Class History*, nº 83, Spring 2013, p. 91.

em greve, que querem uma maior adesão ao movimento. (...) Não temos milícias, mas sim comandos de greve encarregados de realizar piquetes nas portas das fábricas”⁴⁶⁸. Em raros momentos, a imprensa que, compara as “milícias” ao “estilo dos tradicionais piqueteiros do ABC, mas motorizados”, chegando à fábrica e fechando suas entradas para impedir a passagem dos operários que não aderiam à greve⁴⁶⁹. Em outras palavras, tratou-se de um piquete, ainda que dotado de uma dinâmica diferente do que habitualmente se associou ao termo: uma iniciativa independente do sindicato ou de assembleia da categoria, tomada pelos próprios metalúrgicos em greve, formado por poucos membros, com o uso de automóveis e o objetivo de paralisar o trabalho nas fábricas da região sem anúncio prévio e apenas durante algumas horas.

A tese da greve controlada por milícias foi relacionada ainda a uma particularidade do sindicalismo local. Elas seriam uma “inspiração da Convergência Socialista (grupo trotskista), que domina o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e cujo líder intelectual é o vereador Ernesto Gradella”⁴⁷⁰. Essa afirmação se justificou tendo em vista que o grupo dirigente do SMSJR era presidido José Luís Gonçalves, da Articulação, embora os demais cargos relevantes pertencessem a membros da Convergência Socialista. O vice-presidente era José Benedito de Oliveira (também presidente da CUT Regional) e a secretaria ficou a cargo de Antônio Donizetti Ferreira, o Toninho, dois expoentes da corrente trotskista que vinham atuando entre a categoria desde o final dos anos 1970. Por isso, a imprensa defendeu que “o petista José Luiz reina no Sindicato, mas não governa” – uma tese ventilada desde a onda de greves com ocupação de fábrica no ano anterior – devido ao predomínio da posição dos trotskistas, motivo para que a greve passasse a ser “não mais o último recurso do Sindicato, mas o primeiro”. A situação no SMSJR foi comparada a do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, usado como

⁴⁶⁸ *O Estado de S. Paulo*, 18/04/1985.

⁴⁶⁹ *O Estado de S. Paulo*, 19/04/1985.

⁴⁷⁰ *Jornal da Tarde*, 18/04/1985. A comparação à Nicarágua talvez provenha do apoio que a organização manifestou aos sandinistas durante o processo revolucionário naquele país. Cf. “A luta continua... Sandinistas ao poder”, *Convergência Socialista*, Ano I, nº 2, Julho de 1979, AEL, Pasta J/1703.

referência de entidade onde a CS não era parte da direção e teria pouquíssimo poder de influência sobre a categoria⁴⁷¹.

Em todo caso, os piquetes – ou, alternativamente, as “milícias” – foram apresentados pela imprensa como único meio para paralisar o trabalho, prática de uma “minoridade” que não se furtava de métodos de intimidação e violência para forçar a adesão da “maioria” ao movimento. Subjaz a este argumento a ideia de um sindicato sem representatividade entre os trabalhadores, mas não foi só por meio de piquetes que as fábricas de São José dos Campos foram paralisadas em 1985. Em diversas fábricas atuavam delegados de base e/ou cipeiros em articulação com o Sindicato. Em algumas delas, somavam-se a eles membros de comissões de fábrica, organismos conquistados nos últimos anos. Como sugeriram os próprios metalúrgicos, seu repertório de ações não era composto só por piquetes e estes sequer foram o recurso central da greve, mas um complemento para parar algumas empresas temporariamente. A estratégia era manter a paralisação apenas onde houvesse força para tal, como ocorreria na Bundy e na GM, esta última reunia quase um terço da base do SMSJR (pouco mais de 10 mil metalúrgicos) e era a ponta de lança da greve na cidade. No interior dessas indústrias, os metalúrgicos permaneceram de braços cruzados ao lado das máquinas por quase um mês.

Embora fosse um recurso acessório, o uso dos piquetes na greve de 1985 constitui uma evidência de que eles jamais foram dispensados, mesmo por aqueles que se consideravam representantes do chamado “novo sindicalismo”. Da mesma forma, práticas supostamente inauguradas por esse sindicalismo – surgido nas greves do ABC ao final dos anos 1970 – como a organização nos locais de trabalho, foram fartamente utilizadas pelo sindicalismo do pré-1964, conforme demonstram consistentes pesquisas da historiografia a respeito do tema. Qualquer oposição, portanto, entre um “velho sindicalismo” sem representação fabril, de natureza “cupulista”, utilizando piquetes para impor movimentos grevistas “de fora para dentro da empresa”, e um “novo sindicalismo” supostamente enraizado nos locais de trabalho, com representatividade junto à base e, por isso, prescindindo dos piquetes para paralisar as atividades fabris não encontra lastro

⁴⁷¹ Segundo o petista Jair Meneguelli, em São Bernardo os militantes da CS seriam “uns cinco ou seis entre os 400 membros da comissão [de mobilização]”, que era indicada pelas bases. *O Estado de S. Paulo*, 24/04/1985.

empírico⁴⁷². No pré-1964, os sindicalistas em São Paulo, no ABC e no Rio de Janeiro – para citar alguns exemplos conhecidos – tinham em seu horizonte a necessidade de “sindicalizar a fábrica”. Isto é, agiram para construir organismos de representação dos trabalhadores nos locais de trabalho, elos entre o sindicato e a base. Essa diretriz, entretanto, jamais excluiu a utilização de piquetes, antes ou depois de 1964⁴⁷³.

Os piquetes poderiam ser mais bem sucedidos quanto mais estivessem articulados a iniciativas e formas de organização preexistentes dentro das próprias empresas – tais como as comissões de fábrica, os delegados de base e as CIPAS – ou nos locais de moradia. A minoria, como observou Negro, poderia parar a maioria em caso de ambas estarem preparadas com antecedência para atender à convocação de greve pela militância. As chamadas “milícias metalúrgicas” teriam sido uma iniciativa dos trabalhadores em greve na GM, a maior indústria do Vale do Paraíba, a fim de fortalecer o movimento ao envolver nele indústrias que continuavam operando normalmente. Assim, a caracterização dos piquetes como recursos típicos de “cúpulas” sindicais e opostos à organização no local de trabalho e ao enraizamento do sindicato na base deve ser repensada. O SMSJR, como se viu, vinha buscando abrir espaço para atuar dentro das fábricas, mas a iniciativa da paralisação, de fato, poderia recair inteiramente sobre os piquetes na ausência de qualquer organização preexistente⁴⁷⁴, embora isso não signifique que se tratasse necessariamente da imposição da vontade de uma minoria sobre a maioria.

A maioria poderia aguardar a “imposição” da minoria para desativar as máquinas, mesmo quando isso não fosse admitido publicamente. O receio da repressão patronal poderia ser um bom motivo para isso, como declarou uma operária do ABC hesitante em atender ao chamado à greve, achando “o movimento justo”, mas temerosa de que aquilo iria “gerar muito desemprego”. Em seguida, após conversas com um dos grevistas, ela decidiu não entrar para trabalhar e foi acompanhada por outro colega⁴⁷⁵. Nesse sentido, ao contrário

⁴⁷² MATTOS, M. B., *op. cit.*, p.184; NEGRO, A. L., *Linhas de Montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)*, São Paulo: Boitempo, 2004, p. 91.

⁴⁷³ A “Operação Vaca Brava” parece sintetizar bem esta questão, uma vez que os sindicatos que dela participaram não se furtaram de utilizar o que avaliassem ser a melhor tática de luta em cada local, alterando-a quando julgassem necessário.

⁴⁷⁴ NEGRO, A. L., *op. cit.*, p.91.

⁴⁷⁵ *Jornal da Tarde*, 18/04/1985.

do que se costumou difundir, os piquetes não eram somente destinados a coagir os resistentes ao movimento, aqueles que se diziam satisfeitos com seu emprego e sempre dispostos a trabalhar. Poderiam igualmente servir como meio para persuadir os vacilantes e assegurar aos que compareciam à fábrica por temor às represálias, que eles estavam amparados quando o cordão de ativistas bloqueava os portões. Afinal, nem todos aqueles que se apresentavam ao trabalho eram fura-greves, puxa-sacos e paus-mandados. Como observou um grevista da GM “o pessoal [das outras fábricas] queria parar”, mas não havia “alguém lá dentro para fazer isso”⁴⁷⁶. Talvez por isso, na Engesa cerca de 30 grevistas em 10 automóveis teriam bastado para realizar uma assembleia na entrada do trabalho, resultando na adesão dos 2.500 trabalhadores à paralisação naquele dia. Assim, dizer que os piquetes fomentavam a mobilização dos trabalhadores, não significa que estivessem livres de discordâncias, maus entendidos ou excessos inerentes a qualquer mobilização coletiva. No entanto, essa tática tinha o importante papel de contrabalançar as ameaças e pressões dos patrões e do Estado, abrindo espaço para que os trabalhadores, baseados numa constante reavaliação das relações de força em jogo, pudessem decidir e afirmar sua escolha de retornar ao trabalho ou permanecer em greve.

Na Fi-El, os “cem homens dispostos a tudo” teriam paralisado inteiramente a siderúrgica num piquete “violento”, algo que nem mesmo a polícia teria sido capaz de impedir. À violência policial no trato com as greves era reservado o silêncio. As críticas dirigidas às sobreposições da minoria à vontade geral dos trabalhadores deixavam de ser observadas sempre que as forças da repressão – fosse a polícia, a segurança privada, o exército, etc. – montavam guarda para coagir os operários a trabalhar e impor a vontade dos proprietários e acionistas das empresas. Nas páginas de economia da grande imprensa, notícias dramáticas sobre os prejuízos vultosos ocasionados ao empresariado pelas greves eram seguidas de matérias onde ecoavam as cobranças dos empresários por uma “ação policial mais enérgica”⁴⁷⁷ e acusavam a polícia de omissão e complacência em relação ao dito “radicalismo” dos trabalhadores⁴⁷⁸. Igualmente, as autoridades sob a égide da “Nova República” foram condenadas por seu suposto “amolecimento” e hesitação em relação aos

⁴⁷⁶ *Ação e Razão...*, p. 90-91

⁴⁷⁷ *Folha de S. Paulo*, 27/04/1985.

⁴⁷⁸ *O Estado de S. Paulo*, 01/05/1985.

metalúrgicos, algo que nutriu especulações de que a GM estaria inclinada a transferir suas unidades produtivas para países onde as relações com os operários fossem mais “favoráveis”⁴⁷⁹.

No mesmo dia em que a Fi-El foi fechada pelo piquete organizado pelos grevistas da GM, a Polícia Militar esteve a postos na National, Embraer e Ericsson, três importantes fábricas da região que deram continuidade a produção. Quisessem ou não parar o trabalho, a polícia lá esteve para garantir sua entrada na fábrica – se necessário, empregando a força. A partir de então, a presença da PM nas fábricas de São José passou a ser uma constante, o que não impediu que as indústrias continuassem a ser paralisadas, várias delas prescindindo dos piquetes⁴⁸⁰. Para o comando de greve, a polícia em guarda agia para “intimidar pacatos trabalhadores, pais de família que lutam para fazer valer suas reivindicações de forma pacífica”⁴⁸¹. A habitual imposição da vontade patronal sobre seus empregados no cotidiano do trabalho, com a violação de direitos, a intensificação do ritmo de trabalho e a imposição de horas extras pela via da ameaça, entre outras medidas consideradas abusivas, não saía nas páginas da imprensa. Nesse sentido, os piquetes poderiam ser também uma resposta ao autoritarismo imperante nas fábricas. A esse respeito, observando que a estratégia em São José não era a greve geral, mas apenas a paralisação das empresas com potencial para sustentar uma greve longa e que os piquetes foram pouco utilizados, um dirigente esclareceu que na Fi-El, contudo, “a gente achava que tinha que parar (...) no piquete, porque lá a sacanagem tava sendo muita e a moçada queria dar uma lição no patrão”⁴⁸².

⁴⁷⁹ “GM ameaça desmobilizar fábricas se greve persuadir”, 1985, CPV-SP, Pasta Trabalhadores Metalúrgicos Estado SP, São José dos Campos.

⁴⁸⁰ “Comunicado de Greve nº 6”, Abril de 1985; *Jornal do Metalúrgico*, Julho de 1985. GM, Bundy, Ibrap-Philips, Inbrac, Sade, Swissbras, Fi-El, Engesa, Schrader, Hergmi, Tecnasa, Toca, Hitachi, Brascontrol são algumas das fábricas onde há evidências de paralisação. Empresas como a Embraer e Avibrás fecharam acordos com os trabalhadores, evitando greves. Na Ericsson, por outro lado, os piquetes teriam tentado parar o trabalho, mas sem sucesso.

⁴⁸¹ “Comunicado de greve nº4”, 16/04/1984, AEL.

⁴⁸² *Ação e Razão...*, p.89-90. A “sacanagem”, talvez, estivesse ligada à ideia de que a Fi-El era a mais insegura empresa de São José dos Campos. Segundo o vereador Brás Cândido, do PT, “é raro o dia em que não acontece um acidente” na fábrica. Além disso, em outubro de 1984, os 1.200 metalúrgicos da siderúrgica entraram em greve no pátio da empresa, exigindo aumento de 110% do INPC e trimestralidade, além da equiparação salarial de todos os empregados. Foram feitas também queixas a respeito do ritmo intenso de trabalho e da contratação de mão-de-obra temporária, medidas que haviam alçado a produção da empresa a um lugar de destaque na indústria siderúrgica do país, “enquanto os trabalhadores estão cada vez mais descontentes”. *Vale Paraibano*, 01/06/1984 e 30/10/1984.

Setor automotivo, linha dura contra o controle dos preços

Diante da greve dos metalúrgicos de diversas cidades do Estado, André Beer pediu unidade ao Grupo 14 da FIESP e afirmou que as negociações em separado só fariam sentido se o desmembramento ocorresse também do lado trabalhista, isto é, as negociações entabuladas entre empresa e sindicato de trabalhadores deveriam ser substituídas pela contratação entre empresa e trabalhador, individualmente. O conjunto do empresariado paulista, contudo, mostrou-se dividido. As condições em cada uma das empresas traziam capacidades diversas de resistir à paralisação do trabalho em suas fábricas. No segmento das montadoras, o mercado interno estava “visivelmente aquecido”, embora a situação vivida por cada uma das empresas variasse. A Volkswagen, maior montadora do país com mais de 30 mil empregados, possuía estoque reduzido em função das boas vendas em março, sobretudo do Gol e do Voyage. Com a exceção do Monza, seu novo carro, a GM afirmou possuir estoques, enquanto a Fiat, com fábrica instalada em Minas Gerais, operava normalmente sem preocupações. A Ford tinha sua produção estruturada segundo a demanda, isto é, praticamente não mantinha estoques⁴⁸³. Em São José dos Campos, os grevistas avaliaram condições semelhantes e pretenderam usá-las a seu favor, já que poucas fábricas paradas na base do SMSJR possuíam “estoque para suportar uma greve prolongada da categoria” e isso deveria aumentar “nossa força e o nosso poder de pressão, já que todas essas fábricas estão com contatos a cumprir⁴⁸⁴”.

Do mesmo modo como fizeram diversas empresas nas cidades do ABC, na Torin de São José, com apenas 70 trabalhadores, a orientação do Grupo 14 foi ignorada. Contando com uma comissão de fábrica conquistada havia um ano, as partes firmaram acordo prevendo, entre outras coisas, o inédito reajuste bimestral dos salários, com base em 100% do INPC, o aumento real com 5% de produtividade, 90 dias de estabilidade no emprego e a redução gradativa da jornada de trabalho para 40 horas até abril de 1987. Para o comando de greve, isto seria a prova de que a FIESP mentia ao afirmar que as pequenas empresas não tinham condições de reduzir suas jornadas, e evidencia que o Grupo 14 não possuía

⁴⁸³ *Folha de S. Paulo*, 12/04/1985.

⁴⁸⁴ “Comunicado de greve nº4”, 16/04/1984, AEL.

representatividade entre o conjunto do empresariado paulista. Essa falta de coesão foi vista como uma “fraqueza” dos patrões que deveria ser aproveitada pela categoria numa greve de longa duração para conquistar a redução da jornada de trabalho. Ao mesmo tempo, deveriam “soltar a vaca brava em cima de todas as fábricas pequenas” para paralisar o trabalho apenas durante algumas horas⁴⁸⁵.

Após a Torin, a Tecnasa foi a primeira a ceder no setor aeronáutico, seguida pela Embraer. Os operários da estatal aprovaram a contraproposta da empresa de redução da jornada semanal de 45 para 43 horas; reajuste de 100% do INPC; 5% de aumento real; trimestralidade; eleição de dois delegados sindicais na fábrica, com as mesmas garantias dos dirigentes sindicais de base afastados após a greve de 1984; direito ao sindicato para opinar nas reuniões mensais sobre a reestruturação da política salarial da empresa. À medida que o tempo passava e a paralisação se mantinha, crescia o número de empresas no estado fechando acordos em separado da FIESP. De modo geral, como temos visto, os acordos envolviam os três principais eixos pleiteados na campanha salarial daquele ano: aumento real, reajustes trimestrais e redução de jornada. Desse modo, ficava cada vez mais claro que, grandes ou pequenas, as empresas reuniam as condições necessárias para atender às reivindicações dos grevistas⁴⁸⁶ e que as motivações para a intransigência nas negociações não eram meramente econômicas, portanto, mas decisões políticas das entidades patronais. No décimo dia de greve, somente quatro empresas na base territorial do SMSJR haviam procurado a entidade para firmar acordos, mas decorridos vinte dias as negociações sem a intermediação da FIESP atingiam vinte das principais empresas da base territorial do SMSJR⁴⁸⁷.

Se algumas empresas cederam num par de dias, outras não abdicariam de sua capacidade de resistir o tempo necessário para derrotar a greve e até mesmo tentar usá-la a

⁴⁸⁵ “Comunicado de greve nº4”, 16/04/1984, AEL; *Ação e Razão...*, p.89-90.

⁴⁸⁶ “Comunicado de greve nº5”, 19/04/1984, AEL.

⁴⁸⁷ *O Estado de S. Paulo*, 01/05/1985. Àquela altura somente três empresas continuavam em greve em São José dos Campos: GM (desde o dia 11/04), Bundy (desde 12/04) e Hitachi (desde 25/04). Acordos em separado haviam sido fechado na Embraer, Torin, Arroyo, Swissbras, Tecnasa, Fi-El, Comercial Hidráulica, Schrader, Ibrape-Philips, McQuay, Inbrac, Sade, Brascontrol, Tecnocontrol, Toca, Faê, “Comunicado de Greve nº 9, Abril de 1985, AEL.

favor de seus interesses⁴⁸⁸. Nesse sentido, as montadoras de automóveis, representadas pela GM em São José dos Campos, formaram a última e mais coesa linha de defesa a ser transposta pelos metalúrgicos, provocando o acirramento do conflito. A FIESP condicionou a concessão das reivindicações dos trabalhadores à permissão do governo para repassar seus custos aos preços das mercadorias. Argumentou que o atendimento das reivindicações dos grevistas ocasionaria aumentos exorbitantes na inflação, estimando índice de 700%. O governo, por sua vez, pareceu irredutível e recebeu apoio dos sindicalistas da CUT. Para eles, os empresários estavam utilizando a greve da categoria para tentar pressionar o governo a ceder o aumento dos preços, “manobra” que não deveria ser tolerada, pois

a luta dos trabalhadores é por melhores condições de trabalho, de vida e pelo congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Nesse sentido, entendemos que para atender as nossas reivindicações basta que os patrões arquem com a redução dos seus lucros (...). Os patrões faturaram muito o ano passado e têm condições de atender nossas reivindicações sem repassar para os preços. A folha de pagamento pesa muito pouco – cerca de 15% – nos custos da empresa. Companheiros, vocês estão cansados de saber que não são os reajustes de nossos salários que causam inflação. Os preços sobem todos os dias e nossos salários de 6 em 6 meses (ou agora de 3 em 3). O que causa inflação é a continuidade da especulação financeira e com mercadorias pelos empresários e governo⁴⁸⁹.

A posição dos grevistas de São José era compartilhada por Jair Meneguelli, presidente da CUT e do SMSBD: “as pequenas empresas nos procuram para acordo e dão praticamente tudo o que queremos, o que prova que a *FIESP não atende nossas reivindicações por mera questão política*”. Para ele, a conjuntura política do país – o Presidente Tancredo Neves agonizava em seu leito – estava sendo utilizada pelos empresários do Grupo 14 “para pressionar o governo e permitir o repasse dos custos de nossas reivindicações aos produtos”, mas os trabalhadores estavam “com o governo neste aspecto, pois nada adianta conquistar aumento se os preços dos produtos sobem mais que nossos salários”⁴⁹⁰.

Enquanto o governo, diante do momento de transição e da iminência da morte de Tancredo, tentava dissuadir os metalúrgicos do movimento grevista, pedindo que as partes chegassem a um acordo, os empresários do Grupo 14 buscavam apropriar-se daquela fragilidade, negando-se a ceder nas negociações e travando uma queda de braço com o

⁴⁸⁸ “Comunicado de greve nº4”, 16/04/1984, AEL; *Ação e Razão...*, p.89-90.

⁴⁸⁹ “Comunicado de Greve nº 9”, Abril de 1985, AEL.

⁴⁹⁰ *Jornal da Tarde*, 16/04/1985. Os grifos são meus.

governo para alterar a rota da política econômica. Essa foi especialmente a postura da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos (ANFAVEA). Seu vice-presidente, Jacy Mendonça, caracterizou como uma “rendição” dos metalúrgicos o eventual retorno ao trabalho sem um acordo em mãos. Estava claro, portanto, que atender ao pedido do governo naquele momento, para os empregados do setor automobilístico, significaria retornar ao batente nas mesmas condições anteriores, já que nenhuma medida viria das empresas, exceto se o governo renunciasse ao controle dos preços. Como foi esclarecido por André Beer, “da parte dos empregadores a proposta foi encaminhada e se trata do repasse dos *benefícios* aos preços”. Mendonça também declarou que os empresários da indústria automobilística haviam resolvido ficar

na cômoda situação de acatar o que for decidido. Na verdade há um jogo: o trabalhador puxando uma corda, forçando o aumento trimestral, e o governo puxando a outra ponta, não permitindo esse mesmo aumento, que é inflacionário. É evidente que a corda vai arrebentar, não sei de qual lado. Nós aplaudiremos qualquer um dos vencedores⁴⁹¹.

Lavando as mãos, portanto, os empresários colocavam-se acima do conflito e, sentados, aguardavam sua resolução. Não admitindo qualquer redução de suas taxas de lucro, postularam que alguém deveria ceder.

Como frisou Meneguelli, a questão envolvia a defesa da “coerência dos discursos do próprio Tancredo, que disse ter chegado a hora de os empresários arcarem com a cota de sacrifícios que a classe trabalhadora suportou todos estes anos e não pode suportar mais”⁴⁹². A “grande propaganda da Nova República” havia dado esperança aos trabalhadores de reconquistar o que haviam perdido durante duas décadas de ditadura⁴⁹³. Porém, aquela nova conjuntura havia alterado a relação de forças e redistribuído as peças no tabuleiro, como observaram os dirigentes joseenses ao afirmar que no governo, muitos dos que “até ontem defendiam a greve, hoje estavam do outro lado”⁴⁹⁴.

Diante das manifestações públicas dos empresários exigindo do governo uma “ação policial enérgica” contra as greves, o comandante do 10º Batalhão da PM, coronel Roberto

⁴⁹¹ *O Estado de S. Paulo*, 08/05/1985.

⁴⁹² *Jornal da Tarde*, 15/04/1964.

⁴⁹³ *Jornal do Metalúrgico*, Julho de 1985.

⁴⁹⁴ *Idem*.

Torres Barreto, negou que “o clima da Nova República” estivesse tornando mais brando o tratamento policial aos grevistas, afinal, “os piquetes sempre foram e continuarão a ser reprimidos, já que a lei assegura o direito de o cidadão ir trabalhar”. Contudo, o ponto de sustentação da greve metalúrgica, pelo menos em São José dos Campos, não eram os piquetes. Longe da via pública, os trabalhadores ficavam fora do alcance da polícia, a despeito dos protestos dos empresários, para quem o envolvimento ou não de força nas fronteiras das fábricas e o modo de lidar com seus empregados era prerrogativa da própria direção empresarial⁴⁹⁵. Para seu infortúnio, contudo, qualquer intervenção no conflito fabril entre trabalhadores e patrões foi descartada pelo então secretário estadual da Segurança Pública, Michel Temer, exceto em caso de ordem judicial.

No dia 25 de abril, após duas semanas de greve, na base territorial do SMSJR continuavam paradas a General Motors, a Bundy, a Hitachi, a Sade e a Inbrac, totalizando quase 12 mil grevistas. Um investigador da polícia observou que naquela tarde o movimento era pacífico dentro da automobilística⁴⁹⁶, de longe a maior empresa em greve. O “caráter pacífico dos metalúrgicos da GM” teria caracterizado o movimento desde seu início, conforme Hélcio Costa, à época editor do jornal *Vale Paraibano*:

Havia inclusive uma simpatia geral pelo movimento. Ninguém é contra o cara que está brigando por salário. Existia senso de respeito, tanto que o próprio bispo de São José, conhecido por ser ultraconservador, D. Eusébio Sheid, soltou uma nota apoiando as reivindicações dos metalúrgicos⁴⁹⁷.

No dia 17 de abril, em meio à proliferação das informações de que “milícias” agiam em São José dos Campos, o próprio coronel Moacir Alvarenga disse “louvar os grevistas” da GM, declarando que a polícia não havia comparecido àquela fábrica porque ali os trabalhadores davam um “exemplo de disciplina”:

*Quando os trabalhadores querem parar, eles fazem como os da GM. Mas, trabalhadores sendo barrados na porta de suas fábricas e dentro dos ônibus, para mim não é greve*⁴⁹⁸.

⁴⁹⁵ Este tipo de impasse certamente contribuiu para que a Anfavea defendesse o direito ao locaute nas discussões em torno da nova Lei de Greve, encabeçadas por Almir Pazzianotto. Cf. *Folha de S. Paulo*, 02/07/1985.

⁴⁹⁶ “Informação 855”, 25/04/1985, Aesp, Setor Deops, Dossiê 17-S-36 fls. 179.

⁴⁹⁷ HORTA, Celso. *op. cit.*, p. 40.

⁴⁹⁸ *Vale Paraibano*, 17/04/1985. Grifos meus.

Dessa forma, Alvarenga reafirmava a diretriz de tolerância zero aos piquetes, como os que haviam agido na Fi-El e Engesa, provavelmente sem imaginar que os próprios operários da GM estavam na linha de frente daquelas ações. Sem perceber o vínculo entre uma e outra maneira de fazer greve, o policial contrapôs os piquetes à condução da paralisação na montadora, vista como verdadeiro modelo. Ali, desde o início, os grevistas entravam, batiam o ponto e cruzavam os braços durante todo o expediente até a hora de retornar para casa, tornando a greve um problema da empresa. Cabe perguntar o que eles faziam dentro da fábrica durante aquelas duas primeiras semanas de greve.

O cotidiano da “Operação Vaca Brava” na GM: a “greve também é cultura”⁴⁹⁹”

De acordo com o relato de um metalúrgico, a orientação das lideranças era para que o maior número possível de trabalhadores fosse à fábrica durante seu horário de trabalho para evitar o esvaziamento do movimento e possíveis “complicações”. Entretanto, é evidente, havia muitos trabalhadores da produção que optaram por permanecer em casa, sem participar ativamente do movimento. Segundo o mesmo relato, os mensalistas do setor administrativo, de modo geral, não compareciam à fábrica e suas tarefas eram executadas por alguns supervisores e Relações Industriais. Os funcionários de altos cargos e a gerência da fábrica, por sua vez, foram instalados num luxuoso hotel da cidade, de onde dirigiam suas operações⁵⁰⁰.

Diariamente realizavam-se três assembleias para informar, discutir e encaminhar assuntos relativos ao movimento e referendar a vontade de continua-lo. No restante do dia, os operários dispunham de tempo livre e se ocupavam com atividades diversas, como jogar futebol, truco, dominó e conversar com os companheiros. Um jornalista conseguiu entrar na GM de São Caetano do Sul para saber o que faziam os “operários nos intervalos das calorosas assembleias e passeatas, em vez de produzir como em dias normais” e seu relato também pode dar ideia das possibilidades à disposição dos metalúrgicos de São José durante a greve. O bar nas proximidades da empresa, onde o jornalista convenceu um dos

⁴⁹⁹ *Ação e Razão...*, p. 72.

⁵⁰⁰ *Idem*.

operários presentes a emprestar-lhe a carteirinha da fábrica, podia ser uma alternativa para passar o tempo, bebendo e conversando com os colegas, já que, pelo menos na greve unidade de São José dos Campos, a entrada de bebidas alcóolicas nas dependências da fábrica foi vetada.

Dentro da empresa, alguns operários dormiam espalhados pelos cantos no prédio do MVA (Montagem de Veículos Automotores), embora a maior parte deles jogasse baralho ou dominó. Em outras rodinhas, discutia-se política e a partir delas, segundo o jornalista, ventilavam-se as informações da “rádio peão”, isto é, as “fofocas gerais sobre a greve”. A presença dos “feitores” fiscalizando tudo o que se fazia durante a paralisação também foi notada, contrastando com o restante do contingente fabril, que permanecia sem trabalhar. As únicas máquinas ligadas eram assim mantidas para evitar prejuízos enormes à fábrica, como aquelas da casa de força ou da seção de pintura. Na ferramentaria, jogava-se ping-pong e as operárias da seção de costura manejavam agulhas de tricô e crochê, diferentes das que habitualmente utilizavam no trabalho. No almoço, os grevistas comiam no restaurante da empresa uma refeição que incluía canja de galinha, carne de porco, salada de repolho, laranja e suco de abacaxi. O “direito de voltar à fila” era assegurado e havia “até um bandeirão específico para quem faz regime, com comidas sem sal”. Após o cafezinho, quando não havia assembleia ou convocação para piquetes em outras fábricas, esticar-se às sombras no gramado da fábrica e relaxar um pouco era o que restava.

Na GM de São José dos Campos “a greve tava [tão] tranquila que o pessoal dizia que naquela balada a gente aguentava 3 meses”⁵⁰¹. Nas fotografias, operários jogavam futebol nos gramados, enquanto outros colegas assistiam. Em outro momento, muitos deles se aglomeravam e, descontraídos, batiam palmas para uma atividade no palco armado no gramado. A esta tranquilidade e o lazer, possibilitados pelo dia-a-dia da greve dentro dos portões da empresa, opunha-se o movimentado cotidiano do trabalho fabril – cujo ritmo intenso, o controle rigoroso do tempo, a imposição de horas extras e as ameaças das chefias, eram objeto constante de reclamações dos operários. Não por acaso, o eixo central

⁵⁰¹ *Ação e Razão...*, p. 77.

daquela greve seria a jornada de 40 horas de trabalho semanal, considerada um “prato cheio” na GM porque “o serviço lá é fogo e a jornada de trabalho é a maior do país”⁵⁰².

Outro operário observou, entretanto, que o estar em greve, “de um modo geral esquenta a cabeça de todo mundo” e, motivado por essa constatação, propôs a montagem de um palco próximo às cercas da fábrica, onde seriam realizados shows para os operários e pelos operários, uma “coisa excelente pra refrescar a cabeça da turma”, atrair a “moçada” para assembleia e mantê-la concentrada junto à cerca, atenta aos acontecimentos dentro e fora da greve e evitar o esvaziamento do movimento. Sem os shows, “o pessoal ficava espalhado pela fábrica, jogando truco”⁵⁰³. O divertimento e a descontração proporcionados pelas apresentações eram também uma maneira de reunir os operários espalhados pelo extenso espaço da fábrica, distribuir tarefas e mostrar para quem estivesse ao lado de fora das cercas que a mobilização era coesa e organizada. O palco auxiliava, ainda, a coordenar a greve, facilitando a comunicação, a manutenção das resoluções tomadas em assembleia, e a fiscalização, porque de cima dele “a gente via tudo”, inclusive “nego querendo vender cachaça pela cerca”⁵⁰⁴.

Nada mais avesso às chamadas milícias metalúrgicas “dispostas a tudo” para paralisar o trabalho nas fábricas, aos operários apresentados como manipulados pela Convergência Socialista, pelo PT e pela CUT, como terroristas e sequestradores, do que as manifestações operárias de natureza cultural que aconteciam no palco da greve e conferiam a ela uma dimensão festiva, deixando os grevistas livres para confraternizar e, dessa forma, mantendo a fábrica em movimento. No palanque coberto de lona na beira da cerca, a “moçada mandava ver” em apresentações de duplas sertanejas, sanfoneiros, conjuntos de rock, contando piadas, “tudo gente de macacão, dali mesmo, colegas nossos, que a gente nem desconfiava”⁵⁰⁵. Esses festejos foram notados também pela imprensa:

Ontem, a maior movimentação era na General Motors, onde os grevistas estão fazendo a operação vaca brava. Todos os operários estavam no pátio da empresa, assistindo a um show promovido pela CUT, com música caipira⁵⁰⁶.

⁵⁰² *Idem*, p. 69.

⁵⁰³ *Ação e Razão...*, p. 81.

⁵⁰⁴ Depoimento de um “companheiro, autor da ideia de montar o palco”, *apud Ação e Razão...*, p. 80.

⁵⁰⁵ Depoimento de um “companheiro, repórter da TV Vaca Brava”, citado em *Ação e Razão...*, p.81.

⁵⁰⁶ *O Estado de S. Paulo*, 19/04/1985.

Como viria a acontecer no 1º de Maio, a greve na GM foi animada pela “gente de macacão”, os “operários artistas” que ali trabalhavam. O mineiro José Isidoro Dias, membro da comissão de fábrica, definiu-se como “locutor e poeta popular” e assumiu o microfone da TV Vaca Brava⁵⁰⁷ e outro grevista notou a existência de muitos artistas na fábrica, embora eles ficassem “perdidos na fábrica, no meio dos caminhões⁵⁰⁸”.

A música sertaneja, em particular, parecia uma referência cultural constantemente presente na vida dos metalúrgicos joseenses, a maior parte deles migrantes vindos de localidades no interior do próprio estado de São Paulo e de Minas Gerais – genericamente referidas em alguns relatos como “a roça” – para trabalhar nas fábricas da região. Talvez por essa razão, as referências aos operários da fábrica como uma “mineirada” e também a iniciativa do Departamento Cultural do SMSJR, à época representado por Jesus de Souza, em organizar no salão dos têxteis o “I Festival de Música Sertaneja dos Metalúrgicos”, em novembro de 1981, evento que contou com uma “boa participação” dos operários e de seus familiares em três dias de duração⁵⁰⁹. Em 1981, como foi visto, os operários da Embraer parodiaram a famosa música sertaneja “Fuscão preto” para denunciar o “facão” da empresa, que deixara “400 pais de família” desempregados⁵¹⁰. Na greve de 1985, entre as apresentações no palanque da GM, registrou-se um poema composto por um metalúrgico, musicado em gênero sertanejo e apresentado por uma dupla de trabalhadores. Um trecho dele encontra-se reproduzido abaixo:

(...) Pedindo honestamente
Tudo o que temos direito
junto com o sindicato
para sair tudo perfeito
Ninguém pensa em destruir
Nós temos que exigir
a nos tratar com mais respeito(...)

⁵⁰⁷ HORTA, Celso, *op. cit.*, p. 85.

⁵⁰⁸ Depoimento de um metalúrgico “da Fundação de Ferro”, citado em *Ação e Razão...*, p.81.

⁵⁰⁹ Concorrendo a prêmios, grupos formados por trabalhadores das fábricas da região interpretaram composições sertanejas e foram avaliados por uma banca de jurados e pelo público presente. A dupla de operários Tião Guará e Guarati, respectivamente, da Hitachi e da GM, venceu o festival com a música “Boiadeiro folgado” e dividiu o pódio com Delmirensense e Almirai, da Embraer; Maurício e Amauri, Marçal e Galileu, ambas da GM; além do “Trio Joseense do Sindicato”. Nas fotografias do evento, estas duplas podem ser vistas em trajes sertanejos, cantando e tocando violas caipiras.

⁵¹⁰ “Facão preto, você é feito de aço /Faz o pião em pedaço / Tá cortando pra daná!” eram os versos impresso ao final de uma carta dos trabalhadores da Embraer à população joseense. AESP, Setor Deops, Delegacia de Ordem Social, Dossiê 20-C-44, fls. 20.946.

E com amor e confiança
sem explorar ninguém
Dê valor a nosso trabalho
juntos viveremos bem
O Brasil tem que crescer
E também temos que viver
Para acompanhar também

(...) Vamos em frente na luta
com garra e dedicação
hastear nossas bandeiras
ao lado da do patrão
Eles são grandes industriais
mas todos os seus capitais
funcionam em nossas mãos⁵¹¹

Canções, paródias e poemas talvez pudessem tornar-se mais populares entre os trabalhadores do que palavras de ordem formuladas pela militância. Na “passeata monstro”, reunindo milhares de metalúrgicos no segundo dia da greve, cartazes e faixas que portavam a reivindicação “40 horas JÁ!” e as bandeiras vermelhas da CUT foram ofuscados por uma irreverente forma de protesto criada por dois operários da GM. Utilizando isopor, eles construíram um microfone, uma câmera de televisão e esculpiram uma vaca, encenando uma equipe de reportagem. Tratava-se do “Canal 40 horas” da “TV Vaca Brava”, “24 horas no ar” chamando a atenção do público para a demanda central da greve e fazendo referência ao nome com que fora batizado o movimento. Dessa forma, a TV Vaca Brava “entrou no ar”, “entrevistando companheiros e filmando os acontecimentos”. Ela acompanhou toda a passeata, o ato na Praça Afonso Pena, os shows e atividades durante a greve, o 1º de Maio. A brincadeira auxiliou também a difundir o fundo de greve, quando os metalúrgicos anunciavam de cima do palco: “TV Vaca Brava, Canal 40 horas, sob o patrocínio da barraca do Fundo de Greve!”, conclamando todos à solidariedade.

Segundo um metalúrgico, durante a greve, “os homens da imprensa em geral, televisão, imprensa escrita e falada, todos picharam” o movimento. “Tudo o que sai é matéria dos patrões, porque a gente sabe que tanto faz os patrões donos da imprensa ou da empresa, tudo é patrão”⁵¹². Diante da “campanha” contra a greve e da cobertura unilateral da imprensa, os metalúrgicos da GM de São José dos Campos encontraram na TV Vaca

⁵¹¹ *Ação e Razão...*, p. 76.

⁵¹² *Ação e Razão...*

Brava uma forma lúdica de olhar a greve a partir seu próprio ponto de vista. Ao historiador e à memória operária, bom seria se câmera e microfone pudessem ter registrado algo à posteridade.

Os trabalhadores ocupam a fábrica

No dia 25 de abril, a tranquilidade na greve da GM daria lugar ao enorme aumento da temperatura no interior da fábrica. Antes mesmo do julgamento da greve, marcado para o dia 26, as indústrias do setor automobilístico começaram a demitir sumariamente seus empregados. No ABC e no Vale do Paraíba, de uma só vez, aproximadamente 300 operários perderam seus empregos em represália ao envolvimento no movimento grevista, principalmente aqueles considerados lideranças, o que era sinônimo de vínculo “à Central Única dos Trabalhadores e ao PT”. A GM tomou as mais drásticas medidas: em São José dos Campos afixou no quadro de avisos da fábrica um comunicado sem assinatura contendo os nomes dos 93 operários que a partir daquela data teriam os contratos de trabalho rescindidos “por justa causa”, enquanto na unidade de São Caetano do Sul 92 metalúrgicos tiveram o mesmo destino⁵¹³. Se o comandante da polícia havia elogiado a paralisação interna à fábrica, André Beer, a utilizou para justificar a necessidade de que fossem demitidos os “ativistas”, os “mais radicais, prepotentes e violentos”, que não “se contentam em invadir um patrimônio privado e ainda impedem o trabalho dos que o desejam”⁵¹⁴.

Após duas semanas de paralisação do trabalho, os operários da GM de São José dos Campos resistiam quase isolados em sua greve, já que a maior parte das empresas da base territorial do SMSJR, a despeito das recomendações da FIESP, cedera às reivindicações da campanha salarial por meio de acordos em separado com a entidade metalúrgica⁵¹⁵. O

⁵¹³ *O Estado de S. Paulo*, 26/04/1985. A Volkswagen possuía mais de 30 mil empregados, o triplo da GM, mas demitiu em proporções menores: foram 48 operários em Taubaté e 28 em São Bernardo, totalizando 84 cortes.

⁵¹⁴ *Idem*.

⁵¹⁵ Calculou-se que 14.558 metalúrgicos foram contemplados pelas negociações entre 23 empresas da região e o SMSJR. Algumas empresas não fizeram acordo com o sindicato, mas anteciparam-se e reduziram a jornada de trabalho para evitar paralisações em suas unidades, atingindo outros 5.330 trabalhadores. Somados aos 4 mil metalúrgicos que já trabalhavam menos de 45 horas antes da greve, naquele momento mais de 23 mil

comandante do policiamento da área de São José dos Campos, Felício Arnaldo Buonamici observou as rusgas em curso entre os empresários do setor automobilístico e o governo durante a greve metalúrgica:

Fiquei com ódio do André Beer [à época presidente da Anfavea e vice da GM] e outros da GM. A gente ficou com a quase certeza de que havia interesse dele e da indústria automobilística nessa greve. Tomamos conhecimento pelos jornais que os pátios estavam lotados. E a gente viu, lá em São José. *A indústria estava interessada na greve para forçar o aumento dos preços dos automóveis e obter lucros maiores nas vendas dos estoques*⁵¹⁶.

A preparação da GM no início de 1985 para acumular estoques e resistir a uma provável greve foi apontada pelos trabalhadores:

A empresa sabia da nossa disposição e começou desde cedo a se precaver, *contratando alguns trabalhadores no início do ano e forçando a barra nas horas extras, para fazer estoque*⁵¹⁷.

O relato do ministro Almir Pazzianotto permite olhar a questão a partir de outro ângulo. Junto aos ministros Francisco Dorneles (Fazenda), João Sayad (Planejamento) e Roberto Gusmão (Indústria e Comércio), estabeleceu uma regra: “o reajuste compulsório se repassa aos preços; o aumento real não”:

Não foi a indústria automobilística que endureceu nas negociações salariais daquele ano. Foi o governo. A indústria automobilística daria 6, 10, 12, se o governo deixasse repassar o aumento aos preços. Então o governo estabeleceu o seguinte: vamos considerar uma indústria que emprega diretamente 180 mil pessoas, indiretamente 1 milhão e oitocentas mil pessoas e que dela dependem 13 milhões de pessoas. Ninguém poderá ignorar o *efeito-demonstração de qualquer negociação com a indústria automobilística*⁵¹⁸.

Diante do impasse, a GM iniciou sua própria batalha para acabar com a greve dos operários. No dia 23 de abril, a direção da empresa afixou em seu quadro de avisos um comunicado informando aos grevistas que os dias parados, assim como os domingos e os feriados, não seriam pagos, o que foi visto como provocação⁵¹⁹. Em adição, acenou com a

metalúrgicos faziam jornadas inferiores a 45 horas por semana. Cerca de 13 mil trabalhadores na GM e na Engesa, contudo, ficaram fora destes cálculos, trabalhando 48:30 e 46:40 horas semanais, respectivamente. *Jornal do Metalúrgico*, nº 25, Julho de 1985, AEL, Fundo DIEESE, Pasta J/1485; *Ata da Reunião Extraordinária da diretoria do SMSJR*, 13/05/1985.

⁵¹⁶ HORTA, Celso. *op. cit.*, p. 31. Grifos meus.

⁵¹⁷ *Ação e Razão...*, p. 70. Grifos meus.

⁵¹⁸ HORTA, Celso, *op. cit.*, p. 33. Grifos meus.

⁵¹⁹ “Comunicado de Greve nº 8”, Abril de 1985, AEL, Fundo DIEESE, Pasta J/1485A.

ameaça das demissões, caso não houvesse retorno imediato ao trabalho⁵²⁰ e, no dia 25, cumpriu o aviso. Na lista de demissões figuravam os membros da Comissão de Fábrica recém-eleita, os integrantes da CIPA, os dirigentes sindicais e outros ativistas da base, cujos contratos ficavam “rescindidos por Justa Causa”, a despeito da estabilidade a que tinham direito em razão de seus mandatos. Com a medida, a GM visou, além do fim da greve, a implosão dos alicerces do sindicato dentro da fábrica, construído principalmente nas lutas do ano anterior. O resultado imediato, contudo, foi outro. Reunidos em assembleia naquela mesma tarde, os metalúrgicos deliberaram pela ocupação da fábrica, reeditando a tática largamente empregada no ano anterior, e mais de 4 mil operários teriam participado da ação⁵²¹. A desocupação foi condicionada a três reivindicações consideradas fundamentais: a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, a trimestralidade dos reajustes e a readmissão dos 93 demitidos.

A situação se agravou a partir da denúncia de que cerca de 370 empregados “mensalistas do setor administrativo” estariam impedidos de deixar as dependências da fábrica “devido à ação agressiva de piquetes” nas entradas da indústria⁵²². Os metalúrgicos teriam assumido “coercitivamente o controle de todas as entradas, saídas, pontos de luz, água e energia da fábrica e de todas as dependências administrativas”⁵²³. Diante dessa situação, a direção da GM recorreu imediatamente ao comando regional da PM e solicitou a invasão da fábrica para “libertar” os “reféns”. Finalmente, a GM havia conseguido envolver o Estado no conflito, o que permitira evacuar a fábrica, derrotar o movimento grevista e o sindicato da categoria com os fuzis da polícia apontados para os trabalhadores, como havia ocorrido na Embraer em agosto de 1984. Entretanto, o contexto e as relações de força em abril de 1985 haviam mudado. O país encontrava-se sob um governo civil, em pleno processo de transição democrática após 21 anos de ditadura militar. O alvorecer da chamada “Nova República” pareceu demandar outra relação com a classe trabalhadora, expresso pela ideia do “pacto social”, diferente da repressão habitualmente empregada nas

⁵²⁰ *Ação e Razão...*, p. 100.

⁵²¹ *O Estado de S. Paulo*, 28/04/1985. Esta fonte afirmaria que na manhã seguinte, dia 26 de abril, 8 mil operários encontravam-se dentro da indústria. Ao final do conflito, no dia 27, outras fontes mencionam 4.500 grevistas na indústria.

⁵²² “Informação 855/1985”, AESP, Setor Deops, Dossiê 17-S-36 fls. 180; *Folha de S. Paulo*, 27/04/1985.

⁵²³ *Folha de S. Paulo*, 30/04/1985.

décadas anteriores para resolver os conflitos trabalhistas⁵²⁴. Uma invasão policial à fábrica, como na Embraer sob o controle dos militares no ano anterior, não estava absolutamente descartada. Mas era necessário, primeiro, negociar.

Talvez por essa razão e certamente por avaliar os riscos de uma invasão à fábrica, o coronel Moacir Alvarenga, antes de tomar qualquer decisão, compareceu ao Sindicato dos Metalúrgicos para averiguar “os motivos reais dos operários manterem dentro da indústria os funcionários mensalistas”. José Luís Gonçalves, presidente do SMSJR, negou a existência de reféns e esclareceu ao coronel que aqueles empregados deveriam permanecer na empresa devido à necessidade de “manutenção de setores vitais da indústria”, para que os trabalhadores grevistas não fossem responsabilizados posteriormente “por algum acidente que venha a ocorrer por causa disso, já que os horistas não tem condições de operar nestas áreas vitais”⁵²⁵. O argumento de Zé Luís provavelmente se baseou na recente ocupação da Mafersa, em fevereiro daquele ano, quando o gerente da empresa chegou a denunciar o “constrangimento geral dos diretores e da chefia” submetidos a “*cárcere privado*” pelos grevistas. Na ocasião, contudo, eles não foram mantidos dentro da fábrica e só retornaram ao trabalho após o fim da ocupação. Diante da recusa da empresa em colaborar para a manutenção dos serviços vitais, a explosão de um tanque de combustível durante a greve foi colocada sob sua responsabilidade, já que ela teria abandonado a fábrica. A criação desse tipo de impasse, aparentemente possível em qualquer ocupação de fábrica, poderia ser usada ainda para legitimar a repressão à greve, demitir e até mesmo criminalizar suas lideranças. Na Mafersa, por exemplo, 46 trabalhadores foram demitidos, 12 deles membros da Comissão de Fábrica e 1 diretor de base do sindicato⁵²⁶.

⁵²⁴ O então Ministro do Trabalho e ex-advogado trabalhista, Almir Pazzianotto, falaria na “celebração de um pacto social” e na resolução dos conflitos coletivos de trabalho sem utilizar-se dos “instrumentos legais produzidos pelo autoritarismo, filhos diretos da ditadura, usados largamente pelo governo passado sem resultados práticos”. *Folha de S. Paulo*, 23/05/1985.

⁵²⁵ Depoimento de Moacir Alvarenga ao Inquérito Policial nº 385/85, citado em HORTA, Celso, *op. cit.*, p. 146-147; *Folha de S. Paulo*, 27/04/1985; *O Estado de S. Paulo*, 27/04/1985.

⁵²⁶ *Gazeta Mercantil*, 22/02/1985 e 27/02/1985; *Jornal do Metalúrgico*, Fevereiro de 1985. No ano de 1968, em contexto diverso, as ocupações de fábrica pelos metalúrgicos de Contagem e Osasco também envolveram esse tipo de impasse. Em Contagem, no mês de abril, os operários da trefilaria da Belgo-Mineira deram início à paralisação e alguns diretores e engenheiros ficaram detidos na fábrica. A Comissão de Representação dos Trabalhadores tentou junto àqueles diretores a primeira interlocução com a empresa, visando obter o reajuste salarial. Além de buscar essa mediação para o diálogo com a empresa, manter aqueles funcionários na fábrica poderia servir como uma garantia de segurança aos grevistas, visando evitar a invasão da fábrica pela polícia,

Diante das justificativas apresentadas, talvez levando em conta o caráter exemplar da greve da GM até as demissões, Alvarenga deu palavra de que a fábrica não seria invadida sem determinação expressa da justiça e garantiu ainda que se aquilo viesse a ocorrer, o SMSJR seria avisado para que um confronto entre policiais e trabalhadores fosse evitado⁵²⁷. Rapidamente, a direção da GM agiu para providenciar a ordem judicial e lançar uma ofensiva policial contra os grevistas. Através da imprensa, ela manifestou repúdio aos acontecimentos na fábrica e exigiu “bom senso” para que fossem “imediatamente restabelecidos os mais elementares princípios de liberdade, dignidade e respeito aos direitos humanos e à propriedade privada”. Esse sagrado direito fora invocado para recuperar o quanto antes os meios de produção e os supostamente inalienáveis direitos humanos foram defendidos a todo custo pela empresa, fosse para colocar em liberdade seus prepostos, fosse para desgastar o movimento paredista e criminalizar suas lideranças. Os mesmos “direitos humanos”, contudo, foram sistematicamente burlados em suas fábricas durante décadas e sua universalidade pareceu ficar restrita ao lado de fora dos portões sempre que se tratou de lidar com os operários em suas linhas de montagem.

A longa e organizada greve de 1985 na GM, primeiro ano da “Nova República”, demonstrou a disposição daqueles trabalhadores em “esticar a corda até o limite”⁵²⁸, possibilidade única de concretizar a redução da jornada de trabalho e abrir espaço para seus próprios projetos no “pacto social” propagado por aquele governo. A ocupação da fábrica foi uma resposta imediata contra as demissões em massa e para os grevistas, a direção da GM – e não o movimento sindical por ela acusado – havia tomado a iniciativa de radicalizar a situação ao tentar demonstrar força contra a greve. Por fim, aqueles operários também se insurgiam contra o autoritarismo que caracterizou historicamente as relações na fábrica, especialmente no concernente a muitos dos trabalhadores horistas, a “peãozada” do chão de fábrica, que pegava no pesado sem gozar dos mesmos direitos dos mensalistas nos

como ocorreu na Cobrasma (Osasco), em julho de 1968, onde 15 engenheiros e 30 chefes de serviço teriam sido mantidos “refêns” por cerca de mil grevistas. Cf. WEFORT, F. Participação e conflito industrial, p. 38 e p. 79.

⁵²⁷ Depoimento de Moacir Alvarenga ao Inquérito Policial nº 385/85, citado em HORTA, Celso, *op. cit.*, p. 146; *Folha de S. Paulo*, 27/04/1985.

⁵²⁸ José Luís Gonçalves, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Parte 2, 09/05/2014. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=HOnuCAvIADA>>. Acesso: 27/06/2014.

cargos administrativos e de chefia. A greve pode ser, por isso, um momento oportuno para investigar as relações sociais dentro da unidade da General Motors do Brasil em São José dos Campos.

A aliança empresarial-midiática e a “campanha” contra a greve na GM

O jornal *O Estado de S. Paulo* alegou que os grevistas haviam proibido os “refêns” de concederem entrevistas, procurando justificar seu procedimento de veicular as informações, apresentadas sempre “de acordo com a direção da General Motors”⁵²⁹. Desse modo, a cobertura da ocupação da fábrica se realizou unilateralmente, pela reprodução de informações veiculadas pela direção da empresa. A quase totalidade dessas informações estava contida nos argumentos apresentados anteriormente pela GM no dia 26 de abril, por meio dos documentos para a instauração de “Ação Penal” contra os grevistas e de “Ação Cautelar de Sequestro” da fábrica⁵³⁰.

A ocupação da fábrica foi atribuída ao Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, “ligado à CUT e ao PT” e “totalmente dominado por membros da Convergência Socialista”. O diário paulistano apresentou os acontecimentos da seguinte maneira:

Os metalúrgicos da General Motors de São José dos Campos [...] tomaram a fábrica, desalojando guardas de segurança e telefonistas, e sequestraram cerca de 370 mensalistas entre supervisores e gerentes, alguns com idade avançada, mantendo-os debaixo de chuva, das 23 horas até as 9 horas de ontem, no pátio da fábrica, cercado por cordas, num local denominado “chiqueirinho” pelos grevistas. A decisão foi em represália às 93 dispensas efetuadas pela GM – cinco delas são de diretores do Sindicato dos Metalúrgicos – e os mensalistas continuam em poder dos sequestradores. Ninguém entra nem sai das dependências da indústria.

Ainda “de acordo com a direção da General Motors”, os mensalistas

sofrem constrangimento, restrição ao direito de ir e vir, agressões físicas e morais, humilhações, além de serem mantidos em cárcere privado. Os refêns não puderam sequer dormir e estão em poder dos grevistas desde a tarde de quinta-feira⁵³¹.

⁵²⁹ *O Estado de S. Paulo*, 27/04/1985.

⁵³⁰ Ofícios para Instauração de Ação Penal e Ação Cautelar de Sequestro, AESP, Setor Deops, Dossiê 17-S-36, fls. 180.

⁵³¹ *O Estado de S. Paulo*, 27/04/1985.

As informações “farta e detalhadamente” noticiadas pela “imprensa escrita, falada e televisiva de São Paulo”, embora coincidisse com a versão empresarial dos fatos, foram parte da justificativa apresentada para o inquérito policial, tendo em vista que “o noticiário chamou a atenção das autoridades e o Ministério Público oficiou à Polícia solicitando providências”⁵³². Após o inquérito, a denúncia da promotoria reproduziu as teses presentes no jornal, com a adição de detalhes e de outros supostos acontecimentos após a chegada da polícia à porta da fábrica⁵³³.

Durante a ocupação, o mandato para execução da medida de sequestro dos bens da GM foi rapidamente expedido, ainda no dia 26, pelo Juiz Alckmin Lisboa, da 5ª Vara Cível de São José dos Campos, assim como o fornecimento de força policial para “dar cabal cumprimento” àquela ordem, acompanhando o trio de oficiais de justiça dela encarregados, foi solicitado ao Comandante da 1ª Cia. do 1º Batalhão da PM. O coronel Felício Buonamici, comandante do policiamento da área, e o tenente coronel Moacir Alvarenga, comandante do 1º BPM, reuniram-se com os oficiais de justiça e representantes da GM na portaria da fábrica no final da tarde do dia 26, mas a ordem judicial não foi executada. Os policiais convenceram os agentes da justiça – embora os prepostos da empresa tenham se mantido irredutíveis⁵³⁴ – de que não havia informações suficientes sobre a situação dentro da fábrica, a penumbra total no horário poderia dificultar as ações e os “ânimos acirrados” no local poderiam colocar tudo a perder, especialmente tendo em vista possíveis represálias aos ditos reféns⁵³⁵.

Na manhã do dia 27, os grevistas conservavam “a posição de não arrear pé das instalações” e, diante da presença da tropa de choque e da ameaça de invasão, a situação foi “tomando caminhos mais sérios” com o posicionamento de veículos de propriedade da GM

⁵³² Relatório do Inquérito Policial, 17/06/1985, AESP, Setor Deops, Dossiê 17-S-36, fls. 186.

⁵³³ *Folha de São Paulo*, 02/07/1985. Nesta edição do jornal, pode ser consultada a denúncia da promotoria, na íntegra.

⁵³⁴ De acordo com o coronel Buonamici, “o austríaco Brenner e outro diretor da GM, o Pedro Kahn, ficaram me arguindo do porquê eu não estava invadindo, se tinha ordem para isso (...) que se admirava de que no Brasil não se cumprissem ordens oficiais”. Cf. HORTA, Celso, *op. cit.*, p.49. Os metalúrgicos também afirmaram que Herbert Brenner, Diretor de Pessoal da GM, afirmou diante de “autoridades e populares” na porta da empresa, que “a polícia tem que invadir a fábrica hoje e desalojar os trabalhadores à força. *Não faz mal que morram horistas e mensalistas; se não morrerem hoje, eles morrerão amanhã*”. Cf. *Folha de São Paulo*, 30/04/1985; *Ação e Razão...*, p. 65.

⁵³⁵ Relatório da Ação Cautelar de Sequestro, 29/04/1985, Processo 142/85, AESP, Setor Deops, Dossiê 17-S-36, fls. 180.

na portaria da unidade “com interesses visíveis de incendiá-los” e agir da mesma forma em relação ao local onde eram mantidos os mensalistas “refêns”⁵³⁶. Às 14 horas daquele dia, a ordem de invasão foi transmitida pelo coronel Bonifácio, comandante do policiamento do interior, mas a ação foi impedida devido à intervenção e mediação de diversas autoridades, como o Secretário do Trabalho, Luís Máximo, e o Secretário de Segurança Pública, Michel Temer, que não descartaram a hipótese de vítimas fatais em ambos os lados em caso de uma invasão policial. O cancelamento da operação foi condicionado ao “resgate dos refêns”, negociado por Almir Pazzianotto junto ao presidente do SMSJR, José Luiz Gonçalves. O sindicalista, que não ocupava a fábrica, realizou uma assembleia naquele local e lá foi decidido abrir passagem aos que desejassem deixar a fábrica. Dessa forma, ônibus e veículos particulares foram conduzidos para fora do recinto pelo Tenente Coronel Alvarenga e, em seguida, as tropas policiais se retiraram do local. Os grevistas ainda permaneceram na empresa durante algumas horas, mas evacuaram o local após nova assembleia realizada naquela noite e deram continuidade à greve fora da fábrica⁵³⁷.

Solucionado o impasse, a General Motors passou a empreender uma campanha em parceria com jornais de grande circulação – especialmente *O Estado de S. Paulo* – com o objetivo de criminalizar os grevistas. Se no início da greve, falou-se na “milícia metalúrgica” agindo em São José dos Campos, após a ocupação da GM, os grevistas da fábrica foram chamados de “terroristas”, “sequestradores”, “kamikazes”, “social-fascistas” responsáveis pela “monstruosidade” e o “barbarismo” que supostamente haviam ocorrido dentro da indústria. Simultaneamente, declarações dos mensalistas a respeito do que teria ocorrido na fábrica, começaram a ser publicadas. Segundo o engenheiro Michelli Gouvani:

por volta das duas da madrugada, os líderes grevistas tentaram entrar nos escritórios da fundição. Como as portas estavam fechadas e eram de segurança máxima, cerca de 20 ativistas escalaram o telhado, quebraram os vidros de um dos banheiros do andar superior e entraram, de forma triunfal, pelos corredores, dando ordens aos mensalistas: “Dirijam-se ao pátio”⁵³⁸.

Gouvani e seus colegas teriam sido submetidos a “horas e horas de humilhação”, recebendo ordens dos grevistas através de um megafone. Para ir ao banheiro, eram

⁵³⁶ *Idem.*

⁵³⁷ *Idem.*

⁵³⁸ *O Estado de S. Paulo*, 28/04/1985.

escortados. Sob a garoa da noite, gerentes, chefes e supervisores teriam sido chamados de “porcos” e confinados num “chiqueirinho”, local delimitado por cordas (ou correntes), até a manhã de sexta-feira, quando uma assembleia decidiu que eles deveriam permanecer na indústria. Para o engenheiro, “parecia até um campo de concentração que a gente vê em filmes sobre a Segunda Guerra”⁵³⁹. Um roteiro de cinema pareceu guiar o depoimento de outro mensalista, o advogado de relações trabalhistas da GM Antônio Carlos Guida, que se viu como “membro da resistência”:

Ele se escondeu na tubulação de ar e ficou fora do grupo de reféns. À noite, circulava entre os grevistas como se fosse um deles, o que lhe permitiu ir medindo a temperatura no interior da fábrica. “A cada hora que passava ela subia mais um pouco”⁵⁴⁰.

Por sua vez, o supervisor do almoxarifado, Saulo Getúlio de Lima, contou que quando os grevistas “arrastaram” os reféns para o pátio, se escondeu na casa de máquinas, mas depois se incorporou aos demais, temendo ser encontrado mais tarde. No final da tarde do dia 26, Saulo teria finalmente conseguido burlar a vigilância para fugir por uma cerca aos fundos da fábrica, acompanhado por cinco horistas, um indício de que mensalistas e horistas não eram dois grupos homogêneos, como levam a crer as fontes da imprensa na maior parte das vezes.

Diante da ameaça de invasão da fábrica pela polícia, caminhões e empilhadeiras teriam sido utilizados para bloquear todos os portões da empresa na Rodovia Dutra e um advogado anônimo da GM, supostamente presente entre os “reféns”, afirmou que coquetéis *molotov* haviam sido fabricados, enquanto um gerente de administração de pessoal disse que a usina “poderia ter voado pelos ares”. Os grevistas teriam espalhado gasolina e thinner pelo chão e colocado panos embebidos de combustível nos tanques dos veículos, ameaçando atear fogo e causar a explosão da fábrica com todos em seu interior, caso a polícia tentasse adentrar os portões da empresa. A possibilidade de incêndio foi confirmada pelo coronel Moacir, que relatou que “os carros usados para o bloqueio dos portões estavam com o tanque de gasolina destampado e pavios prontos para serem acesos”⁵⁴¹.

⁵³⁹ Entre todo o “drama e humilhação” dos mensalistas, uma enigmática constatação: “O mais estranho, para Gouvani, é que a maioria dos líderes desta greve tem a barba cerrada”. *O Estado de S. Paulo*, 28/04/1985.

⁵⁴⁰ *Idem*.

⁵⁴¹ *Veja*, 08/05/1985.

O auge da cruzada contra os grevistas da GM e contra o SMSJR se deu no dia 07 de maio, com a tardia publicação de um “manifesto” dos mensalistas, alertando “contra a ação de ativistas políticos”. O documento basicamente reproduziu o que já havia sido noticiado pela imprensa acerca das “50 horas de terror” a que os mensalistas teriam sido submetidos. Em linhas gerais, cárcere privado, humilhações, agressões morais e físicas, constrangimentos e terror psicológico, tudo isso sob os efeitos da chuva, do frio e da fome, culminando na ameaça de explodir a fábrica, deram o tom do relato. O objetivo, ressaltaram, era denunciar os abusos e alertar o trabalhador contra a “manipulação” por “grupos minoritários”. De acordo com o manifesto, os “370 empregados”,

embora reconhecendo o direito legítimo de seus companheiros horistas de reivindicarem melhores salários e condições de vida não podem deixar de repudiar essa violência e de denunciar a *ação irresponsável e criminosa* de um grupo minoritário de ativistas sindicais que, através de reconhecidas técnicas de intimidação, levaram milhares de trabalhadores honestos e pacíficos a promover a subversão e a baderna comprometendo desta forma sua luta, sua imagem e seu próprio meio de subsistência⁵⁴².

O jornalista José Eustáquio de Freitas, à época correspondente de *O Globo* em São José dos Campos, apontou a “manipulação” das informações durante a greve de 1985 para jogar “a opinião pública contra a greve”, pois “os mensalistas fugiram de dentro da fábrica e foram apresentados à imprensa pela empresa” em coletiva convocada pela própria assessoria da GM. Nessa oportunidade os mensalistas teriam distribuído seu manifesto:

Eu vi o Pedro Luís [Dias], que era Relações Públicas da GM, com dois mensalistas que fugiram da fábrica, escrevendo o texto do manifesto, que saiu todo emocional. Peguei o texto depois que já tinha entrevistado os funcionários e tinha localizado as contradições que eles caíam. Discuti com esses mensalistas a corresponsabilidade dos chefes para com o clima emocional que existia. Saí convencido de que *o manifesto estava forçando uma situação*⁵⁴³.

Após a conclusão do Inquérito Policial, iniciado no dia 16 de maio de 1985 a pedido do Procurador da Justiça, José Silvino Perantoni, e finalizado a 17 de junho pelo Delegado Alfredo Augusto, a denúncia foi oferecida no dia 28 do mesmo mês ao Juiz da 2ª Vara Criminal de São José dos Campos e acatada no final de agosto pelo juiz Luiz Gonzaga Parahyba Campos Filho, dando início a um processo criminal que se estenderia por vários

⁵⁴² Vale Paraibano, 07/05/1985. Grifos meus.

⁵⁴³ HORTA, Celso, *op. cit.*, p. 44. Grifos meus.

anos. A denúncia enquadrava os 33 metalúrgicos indiciados em diversos artigos do Código Penal, a saber, constrangimento ilegal; sequestro e cárcere privado; atentado contra a liberdade de trabalho; invasão contra estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem; Incêndio; Explosão; Resistência; Desobediência. As acusações foram fundamentadas nos depoimentos de 20 mensalistas e 5 horistas, laudos periciais realizados após a desocupação da fábrica, declarações à imprensa, além do depoimento dos 33 acusados.

Todo o edifício processual foi demolido de forma contundente pelo advogado dos metalúrgicos, Luiz Eduardo Greenhalgh, para quem as incriminações “careciam do menor fundamento e resultaram, na verdade, duma fabulação dos fatos”⁵⁴⁴. Em suas *Alegações Finais*, apresentadas em 1992, o causídico apontou detalhadamente a fabricação e distorção de informações, as flagrantes contradições nos depoimentos e argumentos dos acusadores, a seletividade de certos trechos dos testemunhos e omissão de outros; a inépcia da denúncia; a nulidade dos laudos periciais em razão da inobservância às regras do Código Processual Penal e, conseqüentemente, a inexistência das provas utilizadas pelo Ministério Público para pedir a condenação dos operários; a fragilidade e imprestabilidade formal do reconhecimento dos acusados; a inadequação procedimental e doutrinária dos delitos imputados aos 33 metalúrgicos, entre outras irregularidades⁵⁴⁵. Para Greenhalgh, o Inquérito Policial fora conduzido em benefício dos interesses da General Motors e por ela indisfarçavelmente dirigido. Assim, “os fatos narrados na inicial não restaram comprovados”:

...o processo penal não opera com conjecturas. Entre provável e provado, há distância abismal. A condenação exige certeza. (...) A alta probabilidade não é certeza. (...) Nestes autos, tudo é controverso. A única certeza que emerge é a da existência de duas ou mais versões sobre um mesmo fato⁵⁴⁶.

Nesse ponto, emerge a divergência entre a ótica do juiz (e do advogado) e a do historiador, entre os métodos e objetivos próprios às duas disciplinas, como bem observou Carlo Ginzburg:

⁵⁴⁴ *Idem*, p. 112.

⁵⁴⁵ A íntegra das *Alegações Finais* apresentadas à Justiça por Greenhalgh e seus colegas no dia 29 de junho de 1992 pode ser lida em HORTA, Celso, *op. cit.*, p. 113-186.

⁵⁴⁶ GREENHALGH *et al.*, “Alegações Finais” *apud* HORTA, Celso, *op. cit.*, p. 184-185.

Para o primeiro, a margem de incerteza tem um significado puramente negativo e pode desembocar num *non liquet* – em termos modernos, numa absolvição por falta de provas. Para o segundo, ela deflagra um aprofundamento da investigação, que liga o caso específico ao contexto, entendido aqui como lugar de possibilidades historicamente determinadas⁵⁴⁷.

Assim, mais do que determinar a verdade sobre os fatos, a realidade tal qual ela se deu – tarefa, de resto, impossível – parece mais proveitoso olhar para o conflito buscando compreender as relações sociais que o engendraram, as motivações, escolhas e estratégias dos atores nele envolvidos.

Em primeiro lugar, parece oportuno indagar como foi individualizada a conduta dos 33 acusados, isto é, quais os critérios de seleção para estabelecer que essa minoria tenha apresentado um comportamento distinto dos mais de quatro mil metalúrgicos presentes na ocupação. De acordo com o testemunho do mensalista José Angelo Rabelo da Silva:

o comportamento dos 33 aqui acusados não era diferente dos demais empregados engajados no movimento de greve. Todos agiam em conformidade do que apontava as assembleias, sendo certo que nunca foram cometidos excessos por parte de qualquer um deles⁵⁴⁸.

O próprio procedimento de reconhecimento dos acusados pelas vítimas ignorou o Código Processual Civil, cujo artigo 266 estabelecia a necessidade de descrição da pessoa a ser reconhecida. Segundo Greenhalgh,

o ato de reconhecimento foi tão dirigido e orientado, que sem a menor cerimônia, sequer foram misturadas, entre os acusados, outras pessoas que tivessem alguma semelhança com eles (...) A vítima tinha, nestas condições, somente o trabalho de associar o nome de quem já conhecia, a uma das pessoas mostradas através de um buraco na porta – um “olho mágico” – sendo que o reconhecedor examinava cada reconhecido individualmente (...) os dirigentes da empresa General Motors do Brasil tanto orientaram e influenciaram nos autos de reconhecimento, que levavam os reconhecedores ao Fórum e forneciam informações precisas para que eles pudessem identificar os acusados, sem erros⁵⁴⁹.

A própria denúncia da promotoria, ademais, reconheceu que a lista de 93 demissões, expedida pela GM no dia 25 de abril, na qual constava o nome de todos os metalúrgicos posteriormente indiciados, obedeceu ao seguinte critério: foram demitidos “os [33] denunciados, que compunham o comando grevista, além de outros, até então tidos como

⁵⁴⁷ GINZBURG, Carlo. “Provas e Possibilidades”, in: *O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 315-316.

⁵⁴⁸ GREENHALGH *et al*, “Alegações Finais” *apud* HORTA, Celso, *op. cit.*, p. 185.

⁵⁴⁹ *Idem*, p. 132

membros ativos do movimento paredista”. O texto da denúncia sustenta-se nos depoimentos fornecidos pelos mensalistas para determinar quem eram os indiciados pelos supostos crimes na fábrica: os indivíduos citados unanimemente nos depoimentos ou que neles figuravam com maior frequência, apontados como os mais ativos, violentos e agressivos ou ocupando funções de comando; os que haviam tomado a palavra nas assembleias, sempre vistos como incitadores da desobediência e como responsáveis pela perda de controle da “turba”; os que teriam participado da “operação arrastão” e do confinamento (“chiqueirinho”) dos mensalistas; os que teriam sido vistos monitorando as portarias; os que teriam sido vistos armados com porretes de madeira ou barras de direção dos veículos (“brigadas de grevistas”); manipulando combustíveis ou líquidos inflamáveis; agredindo verbal ou fisicamente os mensalistas, entre outros elementos presentes nos testemunhos. Os relatos que contradiziam as versões acusatórias ou mesmo alguns de seus trechos, que poderiam provocar tensões no sentido da narrativa da promotoria, foram pinçados e sumariamente descartados.

O que parecia estar em jogo era o interesse das empresas de São José dos Campos, em geral, e da General Motors, particularmente, em desestabilizar o combativo SMSJR e desestruturar toda a organização fabril a ele vinculada. A tomada da fábrica da GM em 1985, após as demissões dos 93 grevistas, foi precedida por diversas experiências de ocupação durante o ano anterior, inclusive na própria GM, que ficara sob a posse dos trabalhadores durante seis dias. O resultado das mobilizações de 1984 teria sido a “organização total dentro da fábrica”, com a presença do SMSJR em “todos os setores” da automobilística, nos turnos do dia e da noite⁵⁵⁰ através dos membros da comissão de fábrica, das CIPA e da direção de base. Havia 22 operários na CF, 26 cipeiros aliados ao SMSJR, num total de 28 eleitos, além dos 5 diretores de base do SMSJR, totalizando mais de 50 operários atuando conjuntamente nas diversas seções fabris, escudados pela estabilidade garantida em lei. Era precisamente essa organização que à GM interessou destruir, especialmente numa fábrica de motores, em que uma paralisação poderia

⁵⁵⁰ Moacyr Pinto da Silva, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Partes 1 e 2, 04/02/2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9MRVwpCKYQ8>>. Acesso: 26/06/2014.

comprometer o restante da produção da empresa no Brasil. Para o experiente João Batista Cândido, liderança grevista da Cobrasma em 1968, esse objetivo da GM havia ficado claro:

atingir as lideranças de base e descaracterizar todo um trabalho de organização e mobilização dentro da General Motors, abalar os movimentos sindicais combativos e, por último, tentar atingir os partidos mais comprometidos com a luta dos trabalhadores⁵⁵¹.

O depoimento do mineiro José Isidoro Dias, um dos demitidos em 1985, revela a intenção da empresa em manter os trabalhadores de sua confiança dentro da Comissão de Fábrica e da CIPA, objetivo que ia também além da fábrica, com a formação de chapas ligadas às chefias da GM. Dias era mecânico de automóvel, mas

queria melhorar, ganhar outra classificação. Então eu fazia biscate para os chefes e era amigo deles. Hélio Omenara, superintendente do setor de caminhão, era um deles. Quando falei que ia entrar pra Comissão de Fábrica, ele disse: “ótimo, precisamos de um cara nosso dentro da Comissão”. Um espião lá dentro. Eles bancaram minha candidatura com panfleto, papel e tudo. Depois disso, Hélio ficou meu inimigo número um. Comecei a brigar dentro da fábrica⁵⁵².

A direção da empresa usou a ocupação de 1985 para colocar outro recurso em prática, a chamada “cassação branca”. Tratou-se de demitir, ao arrepio da legislação, lideranças sindicais, membros de comissões de fábricas, cipeiros, ignorando sua estabilidade no trabalho, para neutralizar a presença do sindicato na fábrica. As 93 demissões da GM em 1985 tiveram como alvos principais esses ativistas, mas não constituíram evento isolado, como se viu nos casos da Embraer e na National, em 1984, ou na Mafersa e na Bundy, em 1985.

Na ausência da truculência policial e das cassações de dirigentes executadas às centenas pelo Estado brasileiro após o golpe de 1964, os empresários encontraram na inobservância à lei uma tentativa de pacificar suas fábricas. O contexto no qual se debatia o futuro das relações de trabalho e da legislação sindical no Brasil – a elaboração de um anteprojeto de lei visando substituir a “lei antigreve” da ditadura estava em curso – motivou

⁵⁵¹ Carta assinada por João Batista Cândido, “O que está por trás do julgamento dos trinta e três companheiros metalúrgicos de São José dos Campos?”, CPV-SP, Pasta Trabalhadores Metalúrgicos SP, São José dos Campos. Naquela época, Cândido morava em São Francisco Xavier, um distrito de São José dos Campos, e mantinha relação próxima com Edemir de Paula, diretor do sindicato na GM e um dos demitidos durante a greve de 1985, quem havia conhecida durante a militância na Ação Católica Operária. Edemir de Paula, “Passarinho”, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Parte 1, 26/06/2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ui5nuE4FfpA>>, Acesso: 30/06/2014.

⁵⁵² Depoimento de José Isidoro Dias *apud* HORTA, Celso. *op. cit.*, p. 85-86

os sindicalistas joseenses a solicitarem a intervenção do ministro Pazzianotto contra o que consideraram um abuso ao direito de livre organização da classe trabalhadora. No documento, os acontecimentos da GM foram inseridos num processo iniciado no ano anterior:

perseguição sistemática que as empresas, principalmente as de grande porte, estatais e privadas, nacionais e multinacionais, vêm desencadeando contra nossa entidade, contra os dirigentes sindicais pessoalmente e contra os trabalhadores que ousam desfrutar dos direitos que a atual legislação trabalhista, apesar de todo o seu atraso, lhes garante.

Entre os 93 demitidos no dia 25 de abril, cinco eram diretores do SMSJR, 22 eram representantes da comissão de fábrica, 28 integravam a CIPA e outros 38 foram considerados “ativistas da greve”. Daquele total, 33 foram denunciados pela promotoria, pois seriam os “mais ativos” no movimento, uma conclusão tirada principalmente a partir da menção de seus nomes nos depoimentos dos 20 mensalistas. Tratava-se, portanto, de figuras e nomes conhecidos, não apenas pelos próprios trabalhadores, mas também pelas chefias e pela direção da empresa. Não surpreende, então, que eles tenham sido escolhidos a dedo pelos representantes da empresa.

O conflito com a General Motors assumiu, a partir da ocupação da fábrica, a forma de um conflito polarizado entre trabalhadores horistas e mensalistas. Nas páginas da grande imprensa, como se viu, a ênfase foi dada a inflacionada cifra de 370 mensalistas que teriam sido aprisionados dentro da fábrica, sofrendo as mais dramáticas e humilhantes privações. Nos depoimentos dos mensalistas, citados nos jornais, eles foram quase sempre contrapostos aos horistas, ao apresentar sua versão dos acontecimentos dentro da fábrica. Essa dualidade tende a reduzir os horistas e mensalistas a dois grupos bem definidos e opostos entre si. O quadro na fábrica da GM, no entanto, pareceu mais complexo, já que no interior de cada uma dessas categorias havia inúmeras diferenças de função, cada uma delas com diversas faixas salariais e posições variadas na hierarquia fabril. Na greve, havia trabalhadores horistas contrários à ocupação e alguns deles chegaram a escapar da fábrica e a testemunhar contra seus pares, enquanto alguns mensalistas defenderam os grevistas acusados no inquérito. A promotoria denunciou que tanto horistas quanto mensalistas

teriam sido submetidos a cárcere privado e que a diferença estava somente no “tratamento dedicado a uns e outros”:

os mensalistas, como já descrito, foram mantidos em cercado a que denominaram “chiqueirinho, delimitado por cordas e correntes, obrigados a permanecer, ao relento sobre forte garoa e frio intenso, submetidos a toda sorte de vexames e humilhações, sendo-lhes atirado ainda tocos de cigarro, papéis encharcados, copos d’água e outros objetos, além de obrigados a obedecer ordens [...]. Por uma vez, os horistas eram impedidos de deixar os limites da empresa, posto que impedidos pelas “brigadas” já referidas, mas podiam locomover-se, com certa liberdade, por todas as dependências, dispondo do tempo como entendessem (jogos, horas de sono, etc.)⁵⁵³

José Luiz Gonçalves ressaltou a cooperação inicial dos mensalistas e o papel da empresa para coloca-los contra a greve e gerar um conflito na empresa:

Durante a ocupação, a diretoria deste Sindicato iniciou um processo de reuniões com os mensalistas que estavam dentro da fábrica, a maioria detentora de cargos de chefia, postulando que eles não abandonassem seus postos, para não se repetir o que houve na Mafersa, e pedindo para que *fizessem gestões junto à diretoria da empresa para que obtivéssemos uma solução negociada. Esse processo, bem aceito pelos mensalistas, foi bruscamente interrompido por ordem expressa transmitida pela diretoria da GM, proibindo-os de conversar conosco sobre o assunto*⁵⁵⁴.

De modo diverso, nas versões apresentadas pela imprensa, pela empresa e pela promotoria, apesar de algumas nuances, os mensalistas foram, desde o início, representados como as grandes vítimas dos atos cometidos pelos grevistas “radicais”, os horistas. Por um lado, parece possível que os horistas tenham cometido abusos contra os mensalistas durante a ocupação. O próprio Zé Luiz admitira que “a ameaça de invasão pela PM acabou ocasionando uma perda de controle sobre os trabalhadores por parte do sindicato”, embora tenha negado a ocorrência de qualquer agressão ou cárcere privado. Por outro, parece igualmente plausível que os mensalistas tenham aderido a uma estratégia empresarial para criminalizar os ativistas, como argumentaram o jornalista José Eustáquio de Freitas e o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, este último caracterizando o “comportamento empresarial” como “instigador da delação e da revanche sobre os grevistas e suas lideranças”⁵⁵⁵, até porque

⁵⁵³ *Folha de S. Paulo*, 02/07/1985.

⁵⁵⁴ Carta a Almir Pazzianotto, 13/06/1985, CPV-SP, Pasta Trabalhadores Metalúrgicos SP, São José dos Campos.

⁵⁵⁵ GREENHALGH *et al.*, “Alegações Finais” *apud* HORTA, Celso, *op. cit.*, p. 141.

as vítimas eram, e essa circunstância é importante, superiores funcionais dos grevistas. A greve alterou, durante sua ocorrência, esse status corporativo. Eram os grevistas os que ordenavam. Seus superiores converteram-se em meros espectadores dos resultados⁵⁵⁶.

É necessário, portanto, compreender as razões para que fosse atribuído um significado específico ao conflito, isto é, sua caracterização nas diversas fontes como um embate que opunha horistas violentos e suas vítimas, os mensalistas. Ele parece revelador de um antagonismo precedente, profundamente enraizado nas relações cotidianas na fábrica ao longo de sua história e do qual a direção da empresa soube apropriar-se para atingir o objetivo de derrotar a greve e desmontar a organização operária na fábrica. Nesse sentido, o jornalista Freitas observou que

ninguém procurou analisar, por exemplo, o clima de animosidade que havia antes da greve, entre chefias e empregados. Ninguém viu que *muitas das reações naquela greve eram típicas de um confronto anterior*, às vezes até pessoal, entre trabalhadores e chefias⁵⁵⁷.

Ainda no calor dos acontecimentos, quando lançaram com os recursos do Fundo de Greve, um livro para contar a “a história como ela realmente aconteceu” e “por quem a fez”, os metalúrgicos joseenses estavam preocupados com as repercussões daquela greve e suas consequências para a organização e luta dos trabalhadores no Brasil, mas também interessava a eles desmascarar a “campanha mentirosa” orquestrada para responsabilizá-los pelo que ocorrera durante aquele movimento grevista. Foram realizadas reuniões no sindicato para recolher informações e depoimentos dos grevistas, que narraram os acontecimentos a partir de seu próprio ponto de vista, disputando com os vencedores a memória sobre a greve. Se foram acusados de atos de violência durante as horas de ocupação da empresa e comparados a terroristas, milicianos, criminosos, entre outras denominações, eles buscaram expor a “violência que vem sendo praticada contra os trabalhadores dessa fábrica há muitos anos e que só há bem pouco tempo começou a ser enfrentada”, remetendo as recentes mudanças na direção do SMSJR e a seu esforço para organizar a categoria dentro da fábrica⁵⁵⁸.

⁵⁵⁶ *Idem.*

⁵⁵⁷ HORTA, Celso, *op. cit.*, p. 41.

⁵⁵⁸ *Ação e Razão...*, p.4-7.

Os relatos reunidos em *Ação e Razão* mencionaram a violência cotidiana na GM, característica das relações de trabalho na fábrica presente sob diversos aspectos. O primeiro deles seria uma política de relacionamento que discriminava os empregados. Entre cerca de 10.200 funcionários da GM em 1985, cerca de 9 mil seriam horistas, enquanto o contingente de 1.200 mensalistas⁵⁵⁹ constituiria uma elite privilegiada. As narrativas dos trabalhadores apontam a existência de “três mundos diferentes” na fábrica da GM: o mundo da “peãozada”, isto é, dos trabalhadores horistas; o mundo dos mensalistas; e o mundo dos gerentes, embora esses dois últimos grupos pareçam ter sido amalgamados pelos grevistas durante a paralisação de 1985. Tal divisão foi baseada nas relações estabelecidas pela empresa com cada um dos grupos citados no relato. Ao falarem de seu “mundo”, os horistas se colocaram em posição inferior aos mensalistas e gerentes, pois

entram mais cedo no trabalho, saem mais tarde, marcam cartão, são sempre importunados pelos guardas e ainda têm que passar por uma revista ridícula na saída, onde hoje a empresa está usando até detector de metais

Os mensalistas, por outro lado, “não marcam cartão, trabalham 40 horas por semana já há muitos anos, não perdem nada quando precisam sair mais cedo e não são revistados na saída”. Além disso,

o horista apesar de trabalhar mais pesado, come comida inferior, servida no bandejão. Quando quer reforçar a dose, ele só pode pegar arroz e feijão e muitas vezes é reprimido por isso. O mensalista come à vontade, servido na mesa. Cada um come quanto quiser e quem quer come só mistura. Em banheiro de mensalista, pão não entra lá na GM. É proibido. Ao contrário, nos banheiros e vestiários dos horistas, os mensalistas podem entrar. Assim os encarregados podem espionar os trabalhadores. Os convênios de assistência médica na GM [...] é cheio de vantagens extras para os mensalistas⁵⁶⁰.

Os gerentes, por sua vez, não podiam reclamar de nada, pois eram agraciados com toda a sorte de privilégios pela empresa:

têm carro com gasolina à disposição, almoçam à *la carte* em restaurante com cortinado, garçons e garçonetes. Têm um hotel de luxo para se hospedarem dentro da fábrica; viajam para outros estados e para o estrangeiro por conta da fábrica e ainda ganham ajuda de custo, escola para os filhos e mais outras mordomias (...) Enquanto nós somos tratados diariamente como possíveis ladrões, tendo nossos bolsos revistados e nossos embrulhos revirados na saída, os senhores gerentes entram com seus carros e de seus parentes até na área de

⁵⁵⁹ *Folha de S. Paulo*, 10/05/1985.

⁵⁶⁰ *Ação e Razão...*, p. 11-12.

produção, para fazerem serviços de funilaria, pintura, troca de motor ou coisas do tipo⁵⁶¹.

Desse modo, a política empresarial era denunciada por segregar espacialmente as duas categorias de trabalhadores e privilegiar os mensalistas, enquanto os horistas estariam sujeitos a uma rigorosa disciplina de trabalho imposta pela direção da empresa com a colaboração dos mensalistas. Tal discriminação foi caracterizada como medida “científica”, arquitetada para fracionar os trabalhadores, colocando o mensalista, “que vive de salário como nós”, numa posição dentro da indústria que o levasse a “achar que os interesses dele não passa [sic] pelos mesmos caminhos dos nossos”⁵⁶². Após uma greve em 1982, observou-se numa reunião do sindicato que, apesar de beneficiados pelas conquistas do movimento, os mensalistas eram “normalmente contrários à greve, muitos na condição de chefes e repressores dos trabalhadores horistas”⁵⁶³. O tratamento desigual aos horistas e aos mensalistas pela GM também foi apontada por um boletim da Oposição Sindical Metalúrgica de São José dos Campos, em 1979, como a “maior discriminação que existe” dentro da fábrica⁵⁶⁴. Além dos padrões assimétricos de relacionamento com seus empregados, o impedimento à participação dos mensalistas na formação da Comissão de Fábrica em 1984 constituiu outro indício de que a cisão entre os dois grupos de trabalhadores era fomentada e reforçada pela direção da GM. Para justificar a proibição, a direção da empresa teria alegado que os mensalistas possuíam “acesso direto para reivindicar, não precisando, portanto, de representação indireta” como os demais⁵⁶⁵.

Talvez para desfazer essa fragmentação entre horistas e mensalistas incentivada pela direção da empresa na fábrica, os grevistas determinaram que todos deveriam comer nos refeitórios dos horistas durante a paralisação de 1985. Além disso, antes da ocupação da fábrica, quando ainda era possível entrar e sair normalmente das dependências da empresa, eles passaram a revistar os carros dos mensalistas nos portões da fábrica, como costumava ocorrer com os seus veículos no cotidiano do trabalho. Na greve, portanto, os privilégios

⁵⁶¹ *Idem*, p.14.

⁵⁶² *Ação e Razão...*, p. 12.

⁵⁶³ *Ata da Reunião Ordinária da Direção do SMSJR*, 14/08/1982.

⁵⁶⁴ *Unidade Metalúrgica*, Agosto de 1979. CPV-SP, Oposições Metalúrgicas, Oposição Metalúrgica de São José dos Campos, Jacareí, Caçapava e Santa Branca.

⁵⁶⁵ *Ação e Razão...*, p. 12.

dos mensalistas foram revogados e a hierarquia existente na fábrica foi invertida, o que para Greenhalgh pode ter contribuído para a adesão de uma parcela dos chefes mensalistas à estratégia da empresa contra os grevistas.

Entretanto, ao contrário da referência aos gerentes, a direção sindical via os mensalistas como trabalhadores, com os quais os operários compartilhavam interesses, embora os mensalistas possuíssem direitos e benefícios e estivessem submetidos à dominação da empresa. Dessa forma, avaliavam que a postura dos mensalistas, em geral favorável aos patrões, não estava imune a mudanças. Era preciso que “*nós trabalhadores, horistas e mensalistas, aprendamos a distinguir os mensalistas em geral dos elementos da chefia*”⁵⁶⁶, outra evidência da heterogeneidade daqueles grupos. A maior parte dos mensalistas presentes na fábrica durante a ocupação tinha cargos de chefia e eram os responsáveis pela execução diária da política da empresa, a “parte visível do rosto desse monstro que não tem cara, chamado General Motors”⁵⁶⁷. Assim, ao colocar em prática as diretrizes de disciplinamento da força de trabalho, esses chefes entravam em confronto direto com os operários, gerando uma tensão permanente no local de trabalho. Seriam encarregados de pressionar, reprimir, controlar o tempo de ida aos banheiros, o tempo das refeições, do descanso, vigiar o que faziam e o que deixavam de fazer seus subordinados, intensificar o ritmo do trabalho e impor as horas extras, mediante a constante ameaça de sanções, como a suspensão ou a demissão dos insubordinados.

Os relatos dos grevistas demitidos indicam a existência de uma rígida hierarquia na empresa, comparada a um “quartel”, em que “um não passa por cima do outro”, pois “quem tem cargo manda, quem não tem obedece”. Submetidos a esse ordenamento, eles seriam impedidos de se dirigir diretamente a um superintendente para queixar-se da perseguição de um feitor, por exemplo. O encarregado “filtrava” os problemas trazidos pelos trabalhadores, levando às instâncias superiores apenas o que não considerava “pesado” e ameaçava o reclamante: “se você quiser eu levo o assunto adiante, mas você poderá ir pra rua”⁵⁶⁸. Ao reivindicar seus direitos, portanto, os horistas receberiam das chefias ameaças de demissão, a “arma máxima” que a empresa “sempre usou para mostrar que tem as nossas vidas e as

⁵⁶⁶ *Ação e Razão...*, p. 15.

⁵⁶⁷ *Idem*, p. 9.

⁵⁶⁸ *Ação e Razão...*, p. 17.

vidas de nossas famílias em suas mãos”⁵⁶⁹. Frente a esse tipo de chantagem, muitos trabalhadores eram constrangidos a aceitar o abuso diário de seus chefes, embora houvesse no cotidiano do trabalho iniciativas menos visíveis de resistência àquela dominação. Se o canal de diálogo estava fechado aos horistas, submetidos a relações autoritárias pela empresa, o tratamento aos mensalistas era outro. Como já foi dito, a hierarquização atravessava ambas as modalidades de contratação da força de trabalho na empresa, mas os relatos dos operários devem ser lidos como um argumento de defesa dos demitidos contra as acusações empresariais e midiáticas, que haviam transformado a greve na GM numa ação em que os direitos de um grupo da fábrica teria sido violados por outro. Os grevistas, nesse sentido, buscavam tornar público que a verdadeira violência ocorria diariamente por iniciativa da empresa e das relações por ela fomentadas no chão da fábrica.

Não faltaram referências aos conflitos cotidianos entre operários e seus superiores no chão de fábrica. A análise sistemática do jornal da categoria – possível a partir de 1981, com o início da publicação mensal e da criação da coluna “Dito Bronca” – permite afirmar que os problemas na GM sempre foram os mais citados naquelas páginas. Esse dado não surpreende quando se leva em conta que a montadora era a maior fábrica do Vale do Paraíba, com mais de dez mil empregados em 1985. Também em razão disso, é possível que o SMSJR tenha dado maior importância à divulgação dos conflitos na empresa e a uma maior organização dos trabalhadores na fábrica, o contribuiria para que um número maior de problemas fossem explicitados. Apesar disso, os reclamos dos operários relatados nos jornais e boletins eram constantes e quantitativamente superiores aos de outras grandes indústrias, onde o sindicato também estava presente. O supervisor Antônio Bazan, por exemplo, foi denunciado juntamente com o feitor Luiz Carlos, orientado por aquele a “pegar no pé” dos operadores de máquinas para garantir o aumento da produtividade. Queixavam-se que, a qualquer conversa entre eles, o feitor não hesitava em registrar advertências em suas fichas. O líder de produção Ercílio Rodrigues, acusado de ser “mentiroso e fazer intrigas”, não permitia a ida dos operários à enfermaria, nem ao banco e ameaçava os que iam ao banheiro. Quando as metas de produtividade não eram atingidas,

⁵⁶⁹ *Idem.*

Rodrigues ia “para as máquinas só para deixar o trabalhador mal com os chefes”⁵⁷⁰. Na mesma edição do órgão informativo da categoria, afirmou-se que os “chefes ferram na GM”, em referência aos supervisores do setor de modelação, o aposentado Constantino e o “ex-militar frustrado” Carlinhos, que ameaçavam quem reclamasse dos salários e tratava as horas extras aos sábados e domingos como um “prêmio da GM para quem ganha pouco”. Os dois, ademais, vigiavam atentamente seus subordinados, não notificavam previamente os trabalhadores escalados para as horas extras, não permitiam ao trabalhador escolher seu período de férias ou mudar o turno no trabalho e cortavam o descanso semanal remunerado quando um trabalhador se atrasava⁵⁷¹.

Nas seções de fundição e manutenção, o supervisor geral Ikuo Takehara foi denunciado por “obrigar o pessoal a fazer hora extra”, jogar os trabalhadores uns contra os outros e “instigar” as chefias contra eles⁵⁷². A mesma denúncia foi feita, meses antes, contra o chefe Galvão, do setor de modelação, repetindo-se contra Benedito “Caçapava” da Silva, da seção HV112, contra os supervisores Florisbel de Oliveira, do setor de prensas da ferramentaria, e João Carlos Aprobato⁵⁷³. O “Baiano” da Seção de pintura do MVA, não sabia tratar seus subordinados e “prefere que percam a vida do que danifiquem um carro da linha”⁵⁷⁴ e o encarregado Paiva mandava trabalhadores ao serviço sem as “mínimas condições de saúde”, enquanto o “arrogante” supervisor Dias, da seção de afiação da ferramentaria, na Usinagem I, tratava seus subordinados “na base da pressão, do medo e da coerção”. As idas aos sanitários eram controladas e “qualquer forma de relacionamento e interação entre companheiros de trabalho, importante para um bom ambiente, é reprimida”. Em virtude disso, o ambiente de trabalho ficava cada vez mais “insuportável”⁵⁷⁵. No “Departamento HVI-064, tubo de distribuição e balanceamento do Chevette”, o supervisor Renno ameaçava demitir os trabalhadores que se recusavam a fazer horas extras, enquanto

⁵⁷⁰ *Jornal do Metalúrgico*, Agosto de 1984.

⁵⁷¹ *Idem*.

⁵⁷² *Jornal do Metalúrgico*, Dezembro de 1983.

⁵⁷³ *Jornal do Metalúrgico*, Outubro de 1983, Setembro de 1983, Junho de 1983, Maio de 1983, respectivamente.

⁵⁷⁴ *Jornal do Metalúrgico*, Setembro de 1983.

⁵⁷⁵ *Jornal do Metalúrgico*, Janeiro de 1983 e Dezembro de 1982, respectivamente.

na linha A das prensas, o encarregado Antonio cronometrava o tempo de ida aos banheiros e circulavam boatos de que ela seria proibida durante o expediente⁵⁷⁶.

Assim, a leitura dessas fontes permite afirmar que o conflito e a opressão das chefias foram um aspecto permanente nos anos 1980. Apesar da escassez de fontes para os períodos anteriores, há indícios de que o problema remontava a décadas anteriores e talvez estivesse profundamente enraizado nas relações de trabalho dentro da empresa. Em 1985, um metalúrgico comentou que em seus 17 anos de carreira na GM viu muito supervisor “dar peitada em trabalhador” e só saber “falar com o pião [sic] aos gritos”, havendo os que utilizavam um “livro negro” para registrar antecedentes criminais, pessoais e funcionais de cada subordinado⁵⁷⁷. Ao falar sobre a fábrica antes de 1979, outro operário observou que as “primeiras pontadas de revolta” ocorreram quando o “ambiente começou a deteriorar”, motivadas pelo “excesso de serviço, excesso de produção”, porque o “peão achava errado o feitor comendo sempre o rabo da turma”⁵⁷⁸. Atestando a antiguidade dos conflitos entre trabalhadores e chefes imediatos na empresa, em janeiro de 1963 foi registrada a presença no sindicato de um grupo de operários da General Motors do Brasil buscando o apoio da entidade para solucionar os conflitos contra um encarregado de nome Orlando Firmino da Silva, que agia sempre em prejuízo dos trabalhadores⁵⁷⁹.

Entretanto, assim como os mensalistas deveriam ser diferenciados dos “elementos das chefias”, os horistas também não formavam um só bloco. Se, por vezes, alguns sabotavam as máquinas para descansar, boicotavam as horas extras ou brigavam com os feitores que “ficavam em cima” para que produzissem cada vez mais, alguns se valeram de outras saídas para atenuar o próprio ritmo de trabalho e obter outros benefícios. Os grevistas de 1985 referiram-se a eles como “cachimbos”, ou seja, “puxa-sacos” escolhidos pelos chefes para vigiar os colegas e receber em troca serviços mais leves e “uns tostões a mais no salário”. Em relação a isso, um ferramenteiro contou que na sua seção os “serviços mais quentes” eram atribuídos aos mais competentes, mas os aumentos por mérito se direcionavam sempre aos protegidos das chefias, “o carinha que era quietinho, que só

⁵⁷⁶ *Jornal do Metalúrgico*, Outubro de 1982.

⁵⁷⁷ *Ação e Razão...*, p. 19.

⁵⁷⁸ *Ação e Razão*, p. 45-47.

⁵⁷⁹ Ata da reunião na sede do SMSJR com os operários da General Motors do Brasil, 13/01/1963.

bajulava” citado como exemplo pelo superior, enquanto os mais competentes e qualificados eram reprimidos pelos supervisores, temerosos em perder suas “bocas⁵⁸⁰”. O “cachimbo” poderia, ainda, ganhar o direito de inserir-se nas redes de relações de seus superiores, a princípio fechadas aos demais “peões”. Receber convites para encontros e reuniões no tempo de lazer, “tomar pinga na casa dos chefes” e “pescar juntos no domingo”. Tratava-se de uma estratégia visando inserção social, que poderia permitir ganhar reconhecimento e legitimidade juntos a seus superiores e passar a frequentar espaços até então fechados aos operários. O abismo existente na fábrica entre o grande contingente de “peões” e o seletivo grupo dos mensalistas foi sugerido por um trabalhador horista:

meu cunhado é mensalista da GM, tem carro da firma, com gasolina e todas as mordomias. Eu não consigo nem conversar com ele. Nossos mundos são diferentes⁵⁸¹.

Diante das condições de trabalho impostas aos horistas, transpor o abismo para transitar naquele outro “mundo” e usufruir de certas “mordomias” na fábrica era uma possibilidade aberta a poucos e nada desprezível.

Além da “violência das chefias”, os metalúrgicos relataram outras formas de abuso cotidiano na fábrica. Até abril de 1976, por exemplo, todos na GM trabalhavam 40 horas semanais, além de algumas horas extras. A partir daquele ano, porém, a empresa impôs o aumento da jornada para 48 horas, através de um documento que obrigou os operários a assinar:

Nós fazíamos 40 horas normais, igual aos mensalistas. A firma forçava a gente a fazer duas horas extras... E isto acontecia todos os dias praticamente. Daí, eles impuseram o acordo de ampliação de jornada e os dois companheiros que não assinaram foram demitidos⁵⁸².

Desse modo, em 1985 a semana de trabalho somava 48,5 horas, enquanto 65% dos metalúrgicos da base do SMSJR passaram a trabalhar, no máximo, 45 horas após os acordos resultantes das greves. Como ficou claro nas denúncias mencionadas acima, a

⁵⁸⁰ *Ação e Razão...*, p. 19.

⁵⁸¹ *Ação e Razão...*, p. 11.

⁵⁸² Depoimento de um operário, citado em *Ação e Razão...*, p. 28.

imposição de horas extras era uma constante nas mais diversas seções da fábrica⁵⁸³ e existiam escalas de trabalho para os fins de semana, com registro das faltas nas fichas dos operários, tornando a jornada ainda maior e impedindo o trabalhador “de ver os filhos crescerem”⁵⁸⁴:

A pressão para fazer hora extra era tanta que uma vez o feitor, o tal de Guedes, fez um quadro grande no final do ano, caprichado, e pendurou na parede. O quadro mostrava quem tinha sido o campeão das horas extras no ano, quem tinha ficado em segundo lugar, quem tinha feito menos, quem deixou de trabalhar em qual feriado, etc. Aí a moçada fez uma brincadeira escondida dizendo: 1º prêmio, um lote no cemitério tal; 2º prêmio, uma cadeira de rodas; 3º prêmio, um par de chifres; E assim por diante⁵⁸⁵.

O ritmo intenso de trabalho e as longas jornadas foram outros dois aspectos da “violência” apontada nos relatos dos metalúrgicos e seriam as principais causas de um terceiro problema: os acidentes de trabalho. Quando a produção bateu recorde, um boletim do sindicato denunciou diversos acidentes na fábrica, argumentando que a perda de membros, dedos ou até a morte eram a contrapartida para o alcance de tamanhos níveis produtivos.

Houve momentos em que a empresa demitiu alegando que ia repor pessoal e nunca mais colocou ninguém. Ficou gente tocando quatro a cinco máquinas sozinho até hoje. Não houve modernização, o que houve foi aumento do ritmo de trabalho⁵⁸⁶.

O trabalhador é obrigado a se adaptar ao ritmo da máquina, devido à pressão, ao medo da perseguição e da demissão. Tem um companheiro que perdeu a mão porque mudou de uma prensa mais lerda para uma mais rápida sem ser adaptado⁵⁸⁷.

Segundo James Ribeiro Salgado, montador de autos e tapeceiro na Usinagem III, um dos 33 processados pela GM, “trabalhar em linha de montagem é mais ou menos assim”:

a gente tem uma tarefa para fazer num determinado tempo. Se fizer correndo, pode até sobrar um tempinho para descansar. Só que, quanto mais a gente se

⁵⁸³ Em 1979, os dirigentes sindicais afirmaram a necessidade de solicitar “aos companheiros metalúrgicos para que não façam horas extras, pois isto iria aumentar o estoque, o que faria o jogo do patrão”. *Ata da Reunião Ordinária da Direção*, 03/02/1979.

⁵⁸⁴ Depoimento de um operário, citado em *Ação e Razão...*, p. 26

⁵⁸⁵ *Idem*, p. 22.

⁵⁸⁶ Depoimento de um operário da Usinagem II, citado em *Ação e Razão...*, p. 30.

⁵⁸⁷ Depoimento de um operário da Ferramentaria, citado em *Ação e Razão...*, p. 30.

esforçava, mais serviço eles davam, ou o ritmo da linha se acelerava. Isso significava também tirar serviço dos outros⁵⁸⁸.

Os acidentes de trabalho foram atribuídos também à ausência de uma CIPA com membros “realmente livres”, isto é, não indicados pelos chefes, como normalmente ocorria.

Antes a CIPA era escolhida a dedo pela chefia. Uma vez pressionamos um cipeiro destes a fazer um relatório de um acidente feio e o supervisor rasgou o papel da mão do rapaz⁵⁸⁹.

Quando a gente entra na GM, eles mostram um filminho que reflete bem a visão que a firma tem dos motivos pelos quais os acidentes acontecem. Nesse filme, que inclusive é mostrado em todas as reuniões anuais da CIPA, o cara que se acidenta é representado pelo Pateta, aquele cachorro molenga do desenho animado. Com isto a GM quer mostrar para o pião que os acidentes acontecem por causa dos trabalhadores patetas⁵⁹⁰.

Sem organização no local de trabalho e estabilidade para confrontar seus superiores, os trabalhadores possuíam soluções próprias para lidar com o trabalho em ritmo acelerado:

Quando a gente não aguentava mais o ritmo intenso e febril daquele trabalho, onde o peão sequer podia ter necessidades fisiológicas, alguém se incumbia de tomar uma providência para que ele fosse interrompido. Uma porrada bem dada, com a mão aberta no meio do vidro, era suficiente para interromper toda a linha de montagem⁵⁹¹.

Entre 1978 e 1985, o número de empregados na unidade da GM em São José dos Campos crescera em 50%, aumentando de 7 mil para 10,5 mil operários. No mesmo período, a empresa teria trocado, em média 33% de seus empregados horistas. Fosse para rebaixar os salários ou para criar, através da instabilidade no emprego, um “clima de medo” que permitisse “tirar o couro” dos trabalhadores, a rotatividade de mão-de-obra foi recurso largamente empregado na fábrica e vivenciado pelos metalúrgicos como mais uma face da violência cotidiana da empresa. A demissão em massa aos inícios ou aos finais de ano foi caracterizada como uma “tradição”⁵⁹²:

⁵⁸⁸ Depoimento de James Ribeiro Salgado, citado em HORTA, Celso. *op. cit.*, p. 83

⁵⁸⁹ *Idem*, p. 31.

⁵⁹⁰ Depoimento de um cipeiro demitido na greve de 1985, citado em *Ação e Razão...*, p. 32.

⁵⁹¹ Depoimento de James Ribeiro Salgado, citado em HORTA, Celso. *op. cit.*, p. 82.

⁵⁹² *Ação e Razão...*, p. 36. Em novembro de 1982, após ter dado férias coletivas a 1.200 operários e assegurar em jornal local que nenhuma demissão ocorreria, a GM mandou 600 deles para rua. Em abril de 1983, o órgão informativo dos metalúrgicos voltou a denunciar a empresa pelas 600 demissões, mas desta vez apresentaram a acusação de que as horas extras vinham sendo justificadas na fábrica pela “falta de pessoal”. Assim, enquanto demitia centenas de empregados, a empresa aumentava a escala de horas extras, incluindo sábados, domingos e feriados. *Jornal do Metalúrgico*, Dezembro de 1982 e Abril de 1983.

O descaramento era tão grande que a firma dava a carta de dispensa e já falava pro pião [sic]: ‘fica frio que daqui uns seis meses a gente pode te chamar de volta’. Com isso, o companheiro, se tivesse direito a reclamar alguma coisa na justiça ou se tivesse a fim de denunciar alguma coisa contra a firma pela imprensa, ele não fazia, na esperança de voltar. Os que voltavam, voltavam com o salário de um ano atrás, ou menos⁵⁹³.

Essa “violência nossa de cada dia” na GM, como se buscou demonstrar, era colocada em prática pelos chefes. Embora a direção sindical entendesse que se tratava do cumprimento de uma “obrigação” transmitida pela empresa através de sua “filosofia de exploração e dominação do operário”⁵⁹⁴, os trabalhadores parecem ter associado à figura das chefias a responsabilidade imediata por suas mazelas. A tensão diária da relação com os chefes faria “muitos companheiros achar que a diretoria da firma não sabe o que eles aprontam, pois se soubesse, esses homens violentos seriam punidos com demissão ou coisa parecida”⁵⁹⁵. Eram com aqueles homens, afinal, que eles se encontravam frente a frente todos os dias, era deles que recebiam ordens, ameaças, advertências, suspensões, eram eles que estavam sempre “em cima” para extrair maior produção, não importando se o “peão” estivesse ou não “estourando”. Após a ilegal demissão dos 93 grevistas no dia 25 de abril, eram esses mesmos chefes que se encontravam dentro da fábrica, colocando-se ao lado da empresa e contra o movimento grevista, negando-se a contribuir para a manutenção dos serviços considerados essenciais, o que poderia colocar em risco a própria fábrica, seus ocupantes e a greve. Além disso, conforme observou Greenhalgh:

Não se necessitava do raro dom da profecia para se antever que, durante a greve, a dispensa de dirigentes sindicais amparados pela estabilidade no emprego seria entendida, pelos trabalhadores, como uma ameaça. Um esbulho a seus direitos. Uma maiúscula desconsideração com a categoria. Um robusto gesto de insubordinação e desrespeito às leis vigentes. Enfim, uma provocação descabida⁵⁹⁶.

À sensação de ter os direitos violados, somou-se a presença da polícia e a ameaça de invasão à fábrica, o que pode auxiliar a explicar a alegada “perda de controle” do movimento grevista.

⁵⁹³ *Ação e Razão...*, p. 36-37.

⁵⁹⁴ *Idem*, p. 10.

⁵⁹⁵ *Idem*, p. 9.

⁵⁹⁶ GREENHALGH *et al*, “Alegações Finais” *apud* HORTA, Celso, *op. cit.*, p. 115.

...houve a presença de quase 1.000 homens da Polícia Militar do Estado de São Paulo, armados até os dentes, inclusive com metralhadoras e perigosos cães amestrados. Fato que causou uma *reação imediata e espontânea de defesa dos trabalhadores*, que ainda estavam bastante impressionados com a ação da PM sobre os trabalhadores em Guariba e na Villares de São Caetano do Sul⁵⁹⁷.

Outros metalúrgicos também ressaltaram a espontaneidade das ações ante o cerco policial, dispostos a defender-se de uma possível ação repressiva:

Nós estávamos para começar a assembleia quando os home [sic] começaram a passar na frente. Aí eu vi que o pessoal foi tudo correndo pro lado que a polícia foi. O pessoal saiu correndo para aquela direção... portaria 2, portaria do meio (...) A turma foram (*sic*) pra encarar mesmo, foram pra encarar (...) Todo mundo sabe que as reivindicações são mais do que justas... eu acho que as 40 horas na GM cravou forte, pegou muito forte, justamente pela jornada ser longa (...) Então, o pessoal não queria sair derrotado de dentro da fábrica. Acho que se a polícia entrasse, por exemplo, dentro da fábrica e o pessoal saísse, eu acho que seria uma derrota [...] Ali tinha pessoal disposto a morrer mesmo e não sair [...] Então o enfrentamento com a polícia foi espontâneo, [...] Jamais o pessoal admitiria ser enxotado da fábrica⁵⁹⁸.

Eles sabem: “se eu não enfrentar a polícia, ou seja, se eu fugir da polícia, eles correm e batem” [...] Se você tentar passar pacificamente por eles, como aconteceu em São Bernardo, eles fizeram corredor polonês e quando a turma tava saindo do outro lado eles desceram o pau. [...] quando viram que a polícia encostou lá, eles pensaram: “se a gente não se defender, eles vão bater na gente, certo? Se a gente não demonstrar coragem de enfrentar eles, eles vão intimidar a gente e fazer muitos correrem”. Como muitos correram. Pularam a cerca na frente de mim. Aí eu falei: “Ô companheiro, o que é isso?”. Aí ele falou: “Que é isso? Eu vou apanhar da polícia? Eu sou homem!” [...] A polícia desce o pau mesmo porque sabe que o cara tá desarmado. Eles não têm dó de bater mesmo. Se eles souberem que o cara tá desarmado, aí eles batem mais ainda. Isso aí que tentou o pessoal a enfrentar, entendeu?⁵⁹⁹

As arbitrárias demissões do dia 25 de abril representaram um duro golpe sobre a organização dos metalúrgicos da GM. Todo o terreno sobre o qual haviam sido semeadas as condições para questionar a política da empresa e começar a transformar o cotidiano de trabalho foi-lhes espoliado de uma hora para outra, desconsiderando a legislação vigente e atacando o direito de organização conquistado através da luta dos próprios operários. Com tais gestos, a empresa colocava em cheque qualquer perspectiva de democratização das relações na fábrica. E, enquanto representantes imediatos do capital, o “monstro sem rosto chamado GM”, e executores diretos de sua política de gestão do trabalho, os chefes agiram

⁵⁹⁷ Carta a Almir Pazzianotto, 13/06/1985, CPV-SP, Pasta Trabalhadores Metalúrgicos SP, São José dos Campos.

⁵⁹⁸ “Depoimento do terceiro companheiro (sobre a polícia)”, *Ação e Razão...*, p. 110-111.

⁵⁹⁹ “Depoimento do segundo companheiro (sobre a polícia)”, *Ação e Razão...*, p. 109-110.

mais uma vez em defesa dos interesses da empresa. É possível que tenham sido alvos de excessos ocasionados pelas tensões resultantes da intransigência da GM e de sua estratégia para forçar a invasão da fábrica a qualquer custo, identificados pelos metalúrgicos como portadores de interesses opostos aos seus. Findada a ocupação, é igualmente possível que tenham participado da ofensiva da montadora para criminalizar lideranças fabris e sindicais, golpeando os avanços organizativos da categoria.

Os metalúrgicos, de fato, não permitiram que fossem enxotados de dentro da fábrica. Resistiram e negociaram, abriram os portões aos que desejassem deixar o local e, de forma organizada, desocuparam a fábrica na noite de domingo, 27 de abril. Contudo, não puseram fim à greve, que continuou nos locais de moradia. Diante das medidas empresariais para impedir que voltassem à paralisação interna, como o transporte cortado, os portões fechados e sob a guarda de equipes de segurança privada, o comando de greve orientou o movimento grevista a seguir seu curso em “cada família, em cada rua, em cada bairro”, onde deveriam recolher doações para o fundo de greve⁶⁰⁰ e garantir o sustento das famílias para recobrar fôlego ao movimento. Portanto, o sindicato e o comando de greve recorreram às relações estabelecidas além do mundo do trabalho, pois sabiam que fora da fábrica os metalúrgicos mantinham densas redes de relações em que se sobrepujavam laços pessoais com trabalhadores de outras fábricas e de outras categorias.

Cada companheiro deve economizar ao máximo e, ao mesmo tempo, conversar com seus amigos, parentes e vizinhos sobre a justeza da nossa greve e da importância da nossa vitória para todos os trabalhadores, pedindo a eles que contribuam com a nossa luta⁶⁰¹.

O fundo de greve funcionou intensamente, em particular após a desocupação da GM no dia 27 de abril, executando diversas tarefas e mobilizando extensa rede de relações. Alimentos e dinheiro foram recolhidos de casa em casa nos bairros residenciais, em fábricas onde acordos já haviam sido negociados ou ainda naquelas onde sequer houvera adesão à greve, shows beneficentes e festas foram organizados, além da venda de bônus em solidariedade ao movimento⁶⁰². Recursos foram arrecadados, ainda, junto a sindicatos e

⁶⁰⁰ *Folha de S. Paulo*, 30/04/1985.

⁶⁰¹ “Comunicado de greve nº 10”, AEL, Pasta J/1485A.

⁶⁰² Nos dias 11 e 12 de maio, sábado e domingo, houve uma quermesse na Igreja do Sagrado Coração de Maria, no bairro Bosque dos Eucaliptos, local de moradia de muitos metalúrgicos. Os fundos seriam

outras entidades através do envio de cartas pedindo a solidariedade e o desenvolvimento de campanhas de arrecadação de dinheiro e de mantimentos em cada região⁶⁰³. No dia 30, as esposas e os filhos dos operários da GM saíram às ruas para reivindicar a reabertura das negociações e a revogação das demissões dos grevistas e receberam a solidariedade de outras mulheres⁶⁰⁴.

Nesse momento da greve, redes sociais de longo alcance – ligando trabalhadores de diversas fábricas, categorias e cidades através de espaços como locais de trabalho, bairros residenciais, entidades sindicais – foram articuladas a vínculos densos, isto é, relações interpessoais como laços de parentesco, vizinhança e amizade tecidos pelos metalúrgicos em diversos espaços ao longo do tempo⁶⁰⁵. Tal articulação parece ter sido relevante para manter a mobilização dos operários da GM por mais dez dias, após os golpes desferidos pela empresa sobre as lideranças e instâncias organizativas da categoria e as novas demissões para pressionar o retorno ao trabalho. Dessa forma foi possível a transmissão de informações entre diferentes membros da classe trabalhadora e a coordenação da campanha de arrecadação de recursos, cruciais para a sustentação da paralisação e compensar a pressão da direção da empresa, que havia espalhado seus “leões de chácara”⁶⁰⁶ por toda a fábrica para intimidar e obrigar os metalúrgicos a trabalhar. Além disso, os vínculos extensivos interligando trabalhadores em diferentes espaços foram reforçados por relações

revertidos ao fundo de greve. No dia 20 de maio, a direção sindical discutiu e autorizou o empréstimo de Cr\$ 4 milhões para o Fundo de Greve. A verba seria usada para realizar um show dos grupos Tarancón e Língua de Trapo no dia 13 de julho e seria devolvida à entidade após a arrecadação da bilheteria. “Todo Apoio aos Companheiros da GM em greve” (panfleto), Maio de 1985, CPV-SP, Pasta Trabalhadores Metalúrgicos de São José dos Campos; *Ata da Reunião Extraordinária da Diretoria*, 20/05/1985.

⁶⁰³ Ofício ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas de São Paulo, 02/05/1985; CPV-SP, Pasta Trabalhadores Metalúrgicos de São José dos Campos.

⁶⁰⁴ *Ação e Razão...*, p. 113.

⁶⁰⁵ SAVAGE, Mike. “Space, networks and class formation”, in: KIRK, Neville (org.), *Social class and Marxism: defenses and challenges*. Hants: Scholar Press, 1996, p.68. Para Savage, a formação de classe pode ser entendida como a formação de “coletividades sociais”, ou seja, a classe não existe apenas estruturalmente, mas deve existir num sentido socialmente significativo para seus próprios membros. Segundo ele, a abordagem das redes sociais é proveitosa para pensar a formação da classe e relacioná-la à ação coletiva e à mobilização política. Nessa ótica, a formação de classe possui uma dinâmica dupla: primeiro, envolve a construção de redes sociais de longo alcance que ligam membros da classe em diferentes locais, como o trabalho, a moradia e pontos de lazer, nos quais é possível a transmissão de informações, a troca de ideias, a construção de organizações e a coordenação de mobilizações. Segundo, ela envolve ao mesmo tempo a construção de vínculos densos, que permitem a criação de identidades solidárias e comunitárias ao longo do tempo e na ausência de organização formal. Desse modo, as classes poderiam ser “extraídas” da “comunidade” e as relações pessoais poderiam conduzir à solidariedade social.

⁶⁰⁶ *Ação e Razão...*

peçoais preexistentes tecidas pelos grevistas, por meio das quais foram constituídas identidades comunitárias que possibilitaram a solidariedade social com o movimento grevista da GM, embora ele tivesse sido duramente estigmatizado por meio da campanha de difamação e criminalização orquestrada pelos empresários do setor automobilístico e os proprietários dos maiores veículos da imprensa nacional.

Nos dias em que a unidade da GM esteve sob ocupação, a presença de familiares já havia sido notada nos arredores da fábrica. Ao longo dos alambrados da empresa, houve ampla movimentação de pessoas a procura dos metalúrgicos dispersos pelos gramados do local. Além de vendedores ambulantes, que instalaram suas barracas nas proximidades das cercas e portões aproveitando-se da concentração de pessoas no local⁶⁰⁷, mães e pais, esposas e maridos, filhas e filhos mantiveram contato através das cercas, trazendo apoio e solidariedade, bem como alimentos, roupas limpas, cigarros e outros itens importantes aos grevistas, muitos dos quais não haviam aparecido em casa naqueles últimos dias⁶⁰⁸. Por meio de algumas fotografias também se percebe essa intensa presença familiar ao lado de fora da fábrica, formando aglomerações que dividiam espaço com o contingente policial fortemente armado e acompanhado por cães, aguardando ordens para invadir a fábrica. Toda essa movimentação ao lado de fora dos portões da empresa, percebida também nas greves de 1984, parece uma característica comum às greves com ocupação dos locais de trabalho, cujo sucesso dependia de uma firme rede de apoio externo⁶⁰⁹.

Voltemos à greve, ou melhor, ao seu fim. Terminada a paralisação no dia 9 de maio, o fundo de greve⁶¹⁰ continuaria a cumprir função essencial, prestando apoio material aos

⁶⁰⁷ Relatório, Delegacia Regional de Polícia do Vale do Paraíba – São José dos Campos, AESP, Setor Deops, Dossiê 17-S-36, fls. 178.

⁶⁰⁸ *O Estado de S. Paulo*, 28/04/1985; *Jornal da Tarde*, 29/04/1985.

⁶⁰⁹ Esse fato foi observado também por James Green em relação às “*sit-down strikes*” que envolveram grande quantidade de fábricas nos Estados Unidos durante a segunda metade da década de 1930. Em relação à maior delas, em 1936-1937, na General Motors de Flint, Michigan, o autor observou que as mulheres mobilizaram boa parte do suporte externo, através da *Women’s Emergency Brigade* (WEB), formada pelas operárias e esposas dos operários, e da *Ladies’ Auxiliary*, que agiram conjuntamente e fizeram da greve em Flint uma verdadeira “mobilização comunitária”. GREEN, James, *op. cit.*, p. 156.

⁶¹⁰ Diversos metalúrgicos avaliaram que o Fundo de Greve deveria ter sido criado vários meses antes da greve, enquanto outros opinaram que seu surgimento deveria ter se dado durante a onda de greves de 1984. A iniciativa permitiria manter as greves da categoria por maior tempo – 1 mês, 2 meses, 3 meses – porque ninguém seria “pego pelo estômago” quando a empresa anunciasse o corte dos pagamentos, como havia ocorrido na GM no início de maio. Houve ainda quem defendesse que o Fundo de Greve deveria funcionar como um departamento permanente no interior do sindicato. Um ferramenteiro afirmou que ele deveria ser

grevistas demitidos⁶¹¹. Os 93 cortes do dia 25 de abril, que motivaram os conflitos na ocupação da fábrica, foram uma pequena fração se comparados ao que se seguiu. Após colocar na rua os ativistas da fábrica, a GM voltou a anunciar novas demissões no dia 2 de maio, desta feita 281 trabalhadores. O retorno ao trabalho no dia 9 provou-se inútil não apenas para evitar que a montadora continuasse a demitir entre os dias 10 e 13 de maio, mas também fazê-lo sob a alegação de “justa causa”. No total, mais de 400 trabalhadores da GM perderam seus empregos entre abril e maio daquele ano. Sob os olhares vigilantes das forças policiais, os metalúrgicos retornaram ao trabalho após decisão tomada em assembleia na noite anterior e os que haviam sido alvo das demissões foram impedidos de entrar, ocasionando um confronto com a segurança da empresa e a intervenção da PM, que feriu alguns metalúrgicos e soldados.

Contraditoriamente, a maior e mais longa mobilização dos metalúrgicos da região foi a única a chegar ao fim sem obter a conquista de qualquer item reivindicado, revelando a intransigência do setor automobilístico. Entretanto, em setembro do mesmo ano, a GM reabriu negociações e reduziu a jornada de trabalho de 48 para 45 horas semanais, assim como fizeram outras montadoras⁶¹². Na Campanha Salarial de abril de 1987, o SMSJR conseguiu negociar nova redução de jornada, dessa vez para 44 horas para toda a categoria e sem redução dos salários. No ano seguinte, essa conquista dos metalúrgicos de São José dos Campos seria estendida a toda a classe trabalhadora brasileira, quando a jornada de trabalho semanal foi reduzida de 48 para 44 horas na Assembleia Constituinte. Membros do SMSJR na década de 1980, Toninho, Zé Luiz e Passarinho não hesitaram em atribuir essa conquista à greve dos operários da GM, em 1985, mesmo com o alto preço pago por aquele movimento, com perda dos direitos trabalhistas pelos demitidos e a organização dos trabalhadores colocada temporariamente para fora da fábrica.

pago pelos trabalhadores como se costumava pagava o dízimo à Igreja, enquanto um diretor do sindicato viu na iniciativa uma possibilidade de “trazer uma opção cultural mais operária para a região”, “uma opção cultural bem do povo mesmo”. Para este diretor, impulsionado pelas discussões em torno da Convenção 87 da OIT, o Fundo de Greve seria ainda uma forma de “construirmos na prática o sindicalismo livre”. Cf. *Ação e Razão*, p. 123-128.

⁶¹¹ O “papel do fundo de greve” foi ressaltado pelo SMSJR após 3 meses de funcionamento: foram distribuídas “aproximadamente 650 cestas de alimentos (arroz, feijão, fubá, açúcar, macarrão, batata, óleo, etc. Cerca de 6 toneladas de alimentos, além de 600 litros de óleo, beneficiando perto de 500 companheiros demitidos...”, *Jornal do Metalúrgico*, Julho de 1985.

⁶¹² *Diário do Grande ABC*, 5 de setembro 1985.

Após o fim da greve e a conquista da redução da jornada, houve um período de “paz armada” entre empresa e trabalhadores, com concessões de ambas as partes⁶¹³. A fábrica da GM voltaria a ser paralisada na campanha salarial de 1989, com 13 dias de ocupação e o apoio da mesma direção sindical da greve anterior, reeleita em 1987 com 65% dos votos da categoria⁶¹⁴, demonstrando sólida base de apoio construída entre a categoria na contramão da campanha acusatória contra o SMSJR e a greve de 1985. Após essa greve, ademais, teria havido uma mudança de orientação da GM no Brasil, substituindo a diretriz da violência contra o trabalhador pela conquista de “corações e mentes”⁶¹⁵. Em outras palavras, com a queda da ditadura militar, à empresa não mais bastou somente coerção, mas também a construção do consenso entre capital e trabalho.

⁶¹³ José Luís Gonçalves, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Parte 3, 14/05/2014. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=EC7qtrLzixc>>. Acesso: 27/06/2014.

⁶¹⁴ *União, Organização e Luta*, Fevereiro de 1987. Trata-se de um boletim da chapa 1, da CUT.

⁶¹⁵ José Luís Gonçalves, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Parte 3, 14/05/2014.

CAPÍTULO 6:

“Eles ainda estão no século XIX”: a hegemonia da Convergência

Socialista no SMSJR

Recentemente, quando mencionou os “moços” supostamente responsáveis pelo conflito na fábrica GM, no outono de 1985, André Beer sugeriu uma continuidade na relação entre o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (SMSJR) e “partidos bastante radicais”, buscando explicar dessa maneira a origem dos impasses entre os trabalhadores e a montadora, que se perpetuam atualmente. Esse alinhamento da entidade remete há três décadas, época em que Beer ocupava o posto de vice-presidente da General Motors do Brasil, além da presidência da ANFAVEA. Para ele, a incessante recusa dos metalúrgicos de São José dos Campos a certas propostas empresariais são resultado de concepções anacrônicas, próprias do século XIX, que orientariam a prática dos dirigentes da entidade da categoria nos dias atuais⁶¹⁶. A reforçar essa tese estaria o fato de que esses sindicalistas têm agido na contramão da tendência geral do movimento sindical brasileiro, insistindo junto aos trabalhadores de sua base territorial sobre a necessidade de rejeitar propostas que representem interesses antagônicos aos da classe trabalhadora⁶¹⁷.

⁶¹⁶ Parece importante observar que esse discurso de desqualificação de certas práticas sindicais, atribuindo a elas um caráter retrógrado, vem ao encontro oportuno dos argumentos em defesa da “modernização das relações de trabalho no Brasil”, isto é, da modificação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Nesse sentido, certos projetos propõem, em linhas gerais, colocar o negociado acima do legislado, ou seja, estabelecer que os acordos coletivos tenham valor superior à legislação trabalhista. Iniciativas nesse sentido foram propostas tanto pelo governo Fernando Henrique Cardoso, em 2001, quanto no projeto de Reforma Sindical (PEC 369) do governo Lula, em 2005, embora tenham enfrentado oposição de parcelas da classe trabalhadora e jamais tenham sido aprovados. No contexto da última crise econômica internacional, tais propostas ressurgiram através do *Acordo Coletivo Especial (ACE)* – apresentado por ninguém menos que a então direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC) – assim como no documento *101 propostas para a modernização trabalhista*, da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Ao contrário do SMABC e de centrais sindicais como a CUT e a Força Sindical, o SMSJR e outras entidades de classe têm realizado campanha contrária ao ACE, defendendo que as mudanças na CLT são necessárias, porém deverão ser diferentes das propostas por seus pares do ABC e pelos industriais.

⁶¹⁷ Beer citou, por exemplo, o “banco de horas” e as “pontes” como exemplos de duas medidas jamais aceitas pelo SMSJR. Cf. “*Sindicato continua no século 19*”, diz ex-presidente da Anfavea. Disponível em: <http://colunistas.ig.com.br/poder-economico/2012/07/29/sindicato-continua-no-seculo-19-diz-ex-presidente-da-anfavea/>. Acesso: 13/08/2012. Ernesto Gradella também mencionou a rejeição do SMSJR ao banco de horas, embora tenha ressaltado sua aprovação por outros sindicatos de metalúrgicos, como no ABC: “Nós temos aí o banco de horas. Foi algo que [...] entrou nas fábricas do ABC, né? Inclusive era proposta do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC [...] Aqui não entrou [...] Você tem uma montadora que é a GM de São

Beer não se referiu diretamente a qualquer organização política quando caracterizou o radicalismo daquele sindicato nos dias atuais, embora certamente tivesse em mente o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), do qual são membros os seus atuais dirigentes. Descontente com as posturas da entidade, o empresário traçou uma linha de continuidade entre os acontecimentos mais recentes e os eventos de 1985 na GM, como se ambos fossem motivados pela intransigência da mesma organização política. Em 1985, de fato, os militantes da Convergência Socialista (CS) faziam parte da direção do SMSJR, embora esse posto fosse compartilhado com sindicalistas da Articulação. Atualmente, o PSTU ocupa isoladamente a direção da entidade, configuração que se estabeleceu na primeira metade dos anos 1990, quando a CS ainda era parte do PT. A ascensão da corrente trotskista ao comando da entidade metalúrgica pareceu resultar de um longo processo que teve início nas greves do final dos anos 1970 e atravessa toda a década de 1980, envolvendo as lutas da categoria e as divergências que brotaram no interior do SMSJR, relacionadas às disputas políticas pelos rumos do PT e da CUT.

Apesar de ampla maioria dos metalúrgicos de São José dos Campos ter votado em Lula para a presidência da República em 1989, nas eleições para o SMSJR, no ano seguinte, a chapa apoiada pelo sindicalista são-bernardense não obteve o mesmo êxito. O pleito de 1990 foi vencido pela chapa encabeçada pelos militantes da Convergência Socialista⁶¹⁸, dando início ao domínio dessa organização naquele sindicato, interrompido brevemente pelas mudanças estatutárias que temporariamente instituíram o regime de direção colegiada na entidade. As críticas apresentadas por Beer à CS/PSTU e à sua gestão no SMSJR não correspondem aos triunfos sucessivos do grupo nas disputas eleitorais pelo controle da entidade, que já dura mais de duas décadas. A radicalidade e o atraso do SMSJR, apontados pelo empresário, estão evidentemente relacionadas à resistência dessa entidade em contemplar os interesses do capital, embora este último afirme a comunidade

José dos Campos que não tem banco de horas [...]”. A comparação ao ABC não é à toa. Enquanto o SMSJR se constituiu num reduto da Convergência Socialista desde os anos 1980, no SMSBC foi a Articulação – a maior corrente o Partido dos Trabalhadores (PT) – a tornar-se hegemônica. Sob o comando de duas correntes distintas, ambas inicialmente vinculadas ao PT, as duas entidades sindicais se distanciaram gradualmente ao longo do tempo.

⁶¹⁸ Com um pequeno intervalo entre 1993 e 1995, período em que a gestão do sindicato esteve nas mãos de uma chapa única da CUT, o grupo da Convergência – PSTU a partir de 1994 – mantém-se à frente da entidade até os dias de hoje.

de interesses com os trabalhadores e, logo, a necessidade de colaboração entre as partes. Ao longo de tantos anos, a insistente escolha dos sindicalistas ligados à CS/PSTU como dirigentes do SMSJR indica a existência de uma sólida base de apoio constituída entre a categoria. A maior parte dos metalúrgicos joseenes certamente não compartilha da ideia de que a defesa prioritária de seus interesses, em detrimento de acordos que os prejudiquem, seja prática ultrapassada. Ao longo desse capítulo, pretende-se investigar o processo que possibilitou a uma pequena organização – muitas vezes tratada como nada além de uma “minoría radical” – alcançar ao posto de comando do maior e mais importante sindicato do Vale do Paraíba.

*

Em São José dos Campos, as referências à Convergência Socialista emergem principalmente a partir da greve dos metalúrgicos, em março de 1979, embora seus militantes já atuassem nas fábricas da região desde 1977 ou 1978, evidenciando que o ABC não foi o único local em que a organização buscou inserção. A participação de seus militantes na deflagração da greve de 1979 e na direção desse movimento foi apontada pela imprensa, assim como pela polícia e pelo próprio presidente do SMSJR, que ficaria conhecido pela categoria como “Zezinho Pelego”⁶¹⁹. Essa avaliação polêmica sobre o envolvimento da CS no movimento sindical dos metalúrgicos de São José dos Campos – tratada sempre como uma minoría radical infiltrada entre a categoria para deturpar, de forma “aventureira e leviana”, a sua mobilização – seria uma constante durante toda a década de 1980. Para os vereadores e o diretório municipal do PMDB, por exemplo, as greves com ocupação na Embraer e na National em 1984 estavam sendo desmoralizadas por “agentes da baderna, do ódio e do divisionismo”⁶²⁰. Para a direção da Embraer, o aquela greve fora deflagrada à revelia da direção da entidade⁶²¹ e um assessor do sindicato, Irani Lima, garantiu que a ocupação na fábrica da Embraer foi articulada pela CS, tendo o sindicato encampado a luta “para evitar seu desvirtuamento” ao perceber que a situação era

⁶¹⁹ Cf. Capítulo 3.

⁶²⁰ *A greve não pode ser desmoralizada!*, 27/08/1984. Aesp Setor Deops, Dossiê 17-S-36, fls. 149.

⁶²¹ *Valeparaibano*, 14/08/1984.

irreversível⁶²². A CS, por sua vez, culpou a inflação e o arrocho salarial pela greve e disse apenas apoiar e defender o movimento dos trabalhadores da cidade, caracterizando os patrões e os militares como “a verdadeira minoria radical”⁶²³.

No início dos anos 1980, National e Embraer eram, de fato, duas bases de inserção dos militantes da Convergência Socialista. Em julho de 1983, após tentarem paralisar a empresa de aviões na greve geral convocada pela CUT, Toninho, Araldo Todesco e Miriam Lazarim foram demitidos pela empresa e, em agosto e setembro, respectivamente, José Benedito de Oliveira e Samir Ghattas, admitido havia menos de dois meses, tiveram igual destino. Todos eram membros da CS, que contaria ainda com pelo menos mais um militante naquela fábrica, João Batista Vialta. Após as demissões, na sede da CS, quatro novos militantes recrutados na Embraer estariam recebendo “orientação” de Toninho, Oliveira e Pedro Rosa, militante da GM, evidenciando que a organização também crescia dentro das fábricas agregando militantes independentes. Desse modo, o Centro de Inteligência do Exército (CIE) ficou convencido de que, mesmo demitido, Toninho continuava a dirigir o núcleo da corrente trotskista naquela fábrica⁶²⁴. Pedro Matsumara, relações públicas da National, atribuiu a responsabilidade da greve de agosto aos “elementos radicais do sindicato” e afirmou que “tudo corria muito bem” na empresa até a chegada de “funcionários com ideias, digamos diferentes”, referindo-se a militante Amélia Naomi Omura. O presidente do Sindicato dos Calçados, José Laurindo Portela afirmou que facções no SMSJR vinham “pondo fogo” nos trabalhadores e também se referiu indiretamente à Amélia, ao mencionar que “uma diretora de base pegou o microfone para pedir a continuidade da paralisação” na Ericsson quando José Luís Gonçalves anunciou um acordo com a empresa que colocaria fim a uma greve naquela fábrica⁶²⁵.

Em 1984, José Luís Gonçalves negava a divisão do grupo dirigente do SMSJR, afirmando que todos os 24 sindicalistas tinham total autonomia para responder e negociar pela entidade e que a greve na Embraer havia se iniciado espontaneamente devido à grande

⁶²² *Gazeta Mercantil*, 15/08/1984.

⁶²³ *Os trabalhadores devem se unir contra os patrões*, Aesp, Setor Deops, Dossiê 17-S-36, fls. 148.

⁶²⁴ Ministério do Exército, *Atuação do AJS na Embraer*, Informação nº 2403/83, Arquivo do SMSJR (Setor de Imprensa).

⁶²⁵ *Valepraibano*, 14/10/1984.

insatisfação existente na ferramentaria e em outras sessões da fábrica, tendo o sindicato se limitado a cumprir as deliberações das assembleias⁶²⁶. Entretanto, há outros indícios da existência de uma tensão entre os diretores vinculados à CS e à Articulação desde o início de sua aliança no Sindicato dos Metalúrgicos. Durante a greve da GM, em 1985, a imprensa difundiu em algumas ocasiões a informação de uma “fonte”, segundo a qual José Luís Gonçalves não tinha controle algum sobre o SMSJR em razão de sua associação aos militantes da Convergência Socialista visando derrotar a máquina peemedebista, que esteve à frente da direção daquela entidade sindical entre 1981 e 1984⁶²⁷.

Embora Zé Luís fosse o presidente do sindicato, outros cargos “expressivos” eram exercidos por membros da CS: a vice-presidência pertencia ao também presidente da CUT Regional, José Benedito de Oliveira, e a secretaria geral era ocupada por Antonio Donizetti Ferreira, enquanto Amélia Naomi Omura e Pedro Domingos da Rosa, com atuação destacada nas bases da National e na GM, respectivamente, também faziam parte daquela diretoria executiva. Tal configuração resultaria no domínio da entidade pela CS, fazendo sempre com que suas posições “radicais” prevalecessem na direção e entre a categoria. Essa seria a explicação para a ocorrência cada vez mais rotineira de greves nas fábricas da base do SMSJR, orientadas pela estratégia adotada pela organização de enfrentamento permanente contra o governo e os empresários. Por isso, a CS seria a responsável pela “milícia metalúrgica” formada na assembleia da GM para “parar tudo a força”, assim como pela manutenção em cárcere privado dos chefes de departamento e supervisores durante a ocupação daquela fábrica⁶²⁸.

No mesmo movimento grevista, as disputas entre Articulação e CS também emergem em torno da diretriz a ser adotada pelos trabalhadores diante da morte do presidente Tancredo Neves. Em São Bernardo do Campo, a diretoria do sindicato, da Articulação, orientou o retorno ao trabalho em respeito ao mandatário falecido, mas foi criticada pela Convergência Socialista, que afirmava tratar-se de decisão imposta pelos dirigentes e um “erro grave” que deixaria os metalúrgicos do interior “sozinhos na luta pelas reivindicações dos metalúrgicos”. Jair Meneguelli, presidente do SMSBD, afirmou

⁶²⁶ *Valepraibano*, 25/08/1984.

⁶²⁷ *O Estado de S. Paulo*, 19/04/1984 e 28/04/1984.

⁶²⁸ *Idem*.

que a CS havia sido voto vencido na Comissão de Mobilização, composta por 400 ativistas, mas continuava a criticar a decisão da maioria, e minimizou o poder de influência daquela organização entre os metalúrgicos são-bernardenses, embora reconhecesse seu crescimento em Belo Horizonte e em São Paulo, locais em que representava parte expressiva de algumas direções sindicais⁶²⁹.

O mesmo pode ser dito a respeito de São José dos Campos, onde os metalúrgicos em greve se recusaram a interromper o movimento, a despeito da morte de Tancredo. De acordo com Moacyr Pinto da Silva, assessor do SMSJR e parte do grupo de Zé Luís, a realidade local era muito diferente do ABC, onde haveria “muito mais maturidade, muito mais organização”, tornando possível a suspensão “sem traumas” da greve. Em São José dos Campos, em contrapartida, não haveria um “nível de organização, de amadurecimento, de convivências” que permitisse interromper a greve e retomá-la dias depois, pois “nós ainda estávamos sendo testados, provados, que o sindicato era dos trabalhadores”⁶³⁰. Zé Luís Gonçalves reconheceu que Tancredo havia sido uma mudança política importante, mas não a “que nós defendíamos na época” e que, assim como a ditadura militar, o governo da Nova República não “nos representava”, avaliação que teria contribuído para a decisão de não suspender a greve⁶³¹. Há, portanto, a possibilidade de que nesse episódio a direção do SMSJR tenha entrado em acordo em relação a não interrupção da greve de 1985, divergindo dos sindicalistas do ABC. Posturas como essa teriam sido a razão do “processo de isolamento” vivido pela direção do SMSJR em meados da década de 1980, criticada tanto por setores como o PMDB e a Conclat – para quem a mobilização da classe trabalhadora traria os militares de volta ao poder –, quanto pelo próprio PT e o movimento sindical da CUT. Por ser presidente do SMSJR, Zé Luís afirmou ter sido duramente criticado por seus “aliados”, como os sindicalistas do ABC, e por lideranças da esquerda brasileira, que o acusavam de ter conduzido o SMSJR a uma “posição de ultraradicalismo”⁶³².

⁶²⁹ *O Estado de S. Paulo*, 25/04/1985.

⁶³⁰ Moacyr Pinto da Silva, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Parte 2, 05/02/2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ynbBPhe0Dks>>. Acesso: 26/06/2014.

⁶³¹ José Luís Gonçalves, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Parte 2, 09/05/2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HONuCAvIADA>>. Acesso: 27/06/2014.

⁶³² *Idem*.

Na própria greve da GM, em 1985, contudo, evidenciam-se as divergências entre CS e Articulação. Após as chefias deixarem a fábrica no final da tarde do dia 27 de abril, os grevistas reuniram-se em assembleia e a militância da Articulação propôs a desocupação da fábrica. Edemir de Paula, conhecido como Passarinho, foi escolhido para fazer a defesa da saída, enquanto a manutenção da ocupação foi defendida por Pedro Rosa, da CS. Naquele momento, a assembleia votou majoritariamente com Passarinho e os “companheiros mais arraigados à luta” acusaram o militante petista de ter “entregue em assembleia”, pois seria possível “resistir mais”⁶³³. Em respostas às acusações de “infiltração da CS na greve”, responsabilizada por “insuflar” os operários a manter as chefias como “reféns”, Zé Luís afirmaria que se tratava de uma “fantasia”, pois a “esquerda em nada influiu em nosso movimento”⁶³⁴ e Ernesto Gradella defendeu que a CS, por apoiar a luta por direitos dos trabalhadores, havia sido eleita pelos patrões como um “bode expiatório” em substituição aos comunistas, então “bem agasalhados pelo poder”⁶³⁵. Esta se tornaria a versão oficial do SMSJR acerca do papel da CS no movimento⁶³⁶.

A despeito das declarações públicas dos sindicalistas joseenses, é evidente que entre Convergência Socialista e Articulação existiam inúmeras divergências no comando do SMSJR desde o início de sua aliança em 1984, embora ela tenha se mantido em abril de 1987, ao ser reeleita por 65% dos votos da categoria. As tensões entre as duas correntes parecem relacionadas às avaliações de cada uma acerca do papel do movimento sindical e especialmente às disputas pelos rumos do Partido dos Trabalhadores durante toda a década de 1980. A CS, a exemplo de outras correntes políticas no interior do PT, se posicionava como embrião do partido revolucionário, visto como necessidade estratégica da revolução brasileira. Dessa perspectiva, tinha como objetivo construir seu próprio partido, o que na prática significou a inserção “tática” no PT e resultou em conflitos permanentes com a

⁶³³ Edemir de Paula, “Passarinho”. Entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Parte 3, 26/06/2014. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=u6N4FdDIHzY>>, Acesso: 30/06/2014.

⁶³⁴ *Folha de S. Paulo*, 26/05/1985

⁶³⁵ *Idem*.

⁶³⁶ “O pessoal lá dentro [da GM] nem sabe o que é isso [Convergência Socialista] [...] Na GM, do pessoal de comando, gente linha de frente mesmo, a gente tem 5 diretores do Sindicato, 22 companheiros da Comissão de Fábrica e mais de 20 cipeiros combativos. Quantos desses são da Convergência? Só um companheiro”; “É um absurdo, que nem eles faziam com os comunistas antes. Eles atacavam os comunistas, atacavam para caramba. Hoje os comunistas são do lado deles, eles têm que atacar outra coisa. Então pintou a Convergência na reta e eles estão colocando”, *Ação e Razão...*, p. 122.

direção partidária, ora com enfrentamentos diretos, ora com negociações e recuos táticos. Essas tensões se aguçaram principalmente a partir do V Encontro Nacional do PT, realizado em dezembro de 1987. Nele, a CS teceu duras críticas ao programa democrático popular do PT, rejeitando qualquer aliança com a burguesia em nome de bandeiras prioritárias. Ao invés disso, propunha um programa socialista⁶³⁷ e uma política de alianças pautada pela independência da classe trabalhadora, o que significava a formação de uma frente única apenas com partidos e organizações que se posicionassem no campo operário e popular⁶³⁸. Outro elemento, certamente mais significativo para o acirramento dos embates no interior do PT, foi a aprovação da regulamentação do direito de tendências no Encontro de 1987, o que para a CS representava um atentado contra a democracia interna do partido e uma solução burocrática e centralizadora às indefinições programáticas do próprio PT. Apesar dessas críticas, a CS comprometeu-se a respeitar a resolução e, ao mesmo tempo, alertou que não abriria mão das suas posições políticas e da luta contra as restrições à democracia interna, defendendo o “PT histórico, ligado às lutas, independente dos padrões”. Isso, contudo, não a livraria das críticas sistemáticas da Articulação, que a acusava de não cumprir as deliberações das instâncias coletivas e dirigentes e de desrespeitar a resolução sobre as tendências⁶³⁹, aprovada por 59,4% dos votos naquele EN⁶⁴⁰.

Nas eleições de 1988, surpreendentemente, o PT elegeu prefeitos em 36 municípios em todo o Brasil, incluindo as capitais São Paulo, Porto Alegre e Vitória, e as lutas da CS extravasaram os muros do partido e tomaram a arena pública com a intensificação do enfrentamento às administrações municipais petistas em 1989, a exemplo das cidades de Timóteo (MG)⁶⁴¹, Diadema (SP)⁶⁴² e São Paulo, episódios que motivaram a CS a realizar

⁶³⁷ Esse programa deveria ter de caráter anticapitalista, anti-imperialista e antilatifundiário; que impulsionasse a luta dos trabalhadores, pela expropriação dos monopólios e o controle dos trabalhadores; pela construção dos conselhos populares, órgãos de democracia direta; e, contra o pagamento da dívida externa. Cf. OZAÍ DA SILVA, Antônio. “As origens e a ideologia do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado”, *Revista Espaço Acadêmico*, Ano I, nº 3, Agosto de 2001, p.1. <<http://www.espacoacademico.com.br/003/03trotskismo.htm>>. Acesso: 09/07/2014.

⁶³⁸ *Idem.*

⁶³⁹ *Idem.*

⁶⁴⁰ SECCO, Lincoln. *História do PT (1978-2010)*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011, p. 123.

⁶⁴¹ O prefeito Geraldo Nascimento considerou justas as reivindicações da greve decretada pelo funcionalismo público, mas alegou não poder conceder o reajuste salarial pretendido. A CS, que tinha três militantes no secretariado, retirou-se da comissão de negociação e rompeu publicamente com o prefeito. OZAÍ DA SILVA, *op. cit.*, p. 2.

uma campanha de denúncia da “existência de dois PTs”: o da “origem” e o das “administrações”. Diante desses acontecimentos, o secretário-geral da Comissão Executiva Nacional do PT, José Dirceu, convidou a organização trotskista a retirar-se do partido e a fundar um para si⁶⁴³ e a imprensa afirmava que o “expurgo dos clandestinos” estava sendo preparado pela direção do partido, sendo apenas questão de tempo até que a CS fosse expulsa da agremiação⁶⁴⁴.

De acordo com a avaliação predominante na Conferência Nacional da CS, em julho de 1989, o movimento de massas passava por um ascenso e chocava-se com a direção petista integrada à ordem burguesa e em crescente desprestígio diante das bases, particularmente nos locais onde o PT administrava municipalidades. Por essa razão, a tarefa da militância passava a ser o diálogo para além da “vanguarda”, buscando enraizamento entre as “massas”. Para ganhar a direção do “movimento de massas” seria necessário o aprofundamento das críticas à direção majoritária do PT e da CUT e o fortalecimento de uma imagem própria nos embates sociais. Não se tratava de abandonar o PT naquele momento, mas de construir uma alternativa de direção que se colocasse à esquerda do campo majoritário do partido⁶⁴⁵. Essa política teve como consequência direta a potencialização do confronto com a Articulação e, em menor grau, com as tendências consideradas “centristas”, fazendo com que destacados dirigentes petistas reforçassem o coro à expulsão da corrente trotskista a partir de 1990. Em março, a Direção Nacional do PT se reúne e aprova uma resolução que, entre outras coisas, colocava a CS entre as correntes com “atuação ambígua”, ora seguindo as orientações e deliberações do PT, ora

⁶⁴² Iniciava-se a segunda gestão do petista José Augusto da Silva Ramos, vinculado à Articulação, e os militantes da CS, a corrente do vereador Manoel Boni (Tendência por um Partido Operário Revolucionário, T-POR) e o Grupo Independente, do professor e vice-prefeito Antonino Justino (Tonhão), partiram para o confronto com a administração municipal. Tonhão sequer compareceu a cerimônia de posse e comandou ao lado de Boni a ocupação do “buraco do Gazuza” por seiscentas famílias. O prefeito reprimiu a ocupação com força policial, causando grande celeuma na Direção Estadual do PT, que o suspendeu por três meses e expulsou Boni e Romildo Raposo Fernandes (CS) do partido. SECCO, *op. cit.*, p. 132; *Jornal da Tarde*, 28/10/1989; *O Estado de S. Paulo*, 29/10/1989.

⁶⁴³ *Jornal da Tarde*, 28/10/1989; OZAÍ DA SILVA, *op. cit.*, p. 2.

⁶⁴⁴ *O Estado de S. Paulo*, 29/10/1989.

⁶⁴⁵ OZAÍ DA SILVA, *op. cit.*, p.2

seguindo as suas próprias. Desse modo, a DN-PT conclama a CS a transformar-se de fato e de direito em tendência interna do PT, superando aquelas ambiguidades⁶⁴⁶.

Tais conflitos no PT, que continuaram a se desenvolver e culminariam na expulsão da Convergência Socialista em 1992, certamente produziram impactos também nas relações entre a militância partidária em seus diferentes espaços de atuação, como o movimento sindical. Na direção do SMSJR, conforme mencionado, estiveram lado a lado durante duas gestões da entidade – 1984 a 1987 e 1987 a 1990 – os militantes de duas das correntes que protagonizaram os embates no PT naquela década, a saber, a Articulação e a Convergência Socialista. Se as divergências entre eles estiveram evidentes desde o início de sua associação na direção da entidade metalúrgica, em 1984, se aprofundariam ao longo da década, alimentadas pelo crescimento das tensões no próprio PT. Tal processo originou a ruptura dessa direção sindical e o conseqüente reagrupamento das duas forças que a compunham em chapas opostas, visando disputar o controle do SMSJR nas eleições vindouras, em fevereiro de 1990. Na verdade, a divisão foi uma iniciativa da chapa 1, da Articulação, encabeçada por Jair Stroppa e tendo José Luís Gonçalves como secretário. Para esse grupo o insistente chamado à unidade realizado pela chapa 2 não passava de demagogia e a Convergência Socialista, que a compunha majoritariamente, seria caracterizada por “ideologias anárquicas e inconseqüentes”.

As discordâncias entre as duas correntes podem ser percebidas durante as mobilizações da categoria naqueles últimos anos, particularmente em momentos de greve. Em 10 de outubro de 1989, cerca de 1.300 metalúrgicos da Bundy entraram em greve e ocuparam a fábrica reivindicando aumento de 120% e redução da jornada de trabalho para 40 horas. A 30 metros de altura, sobre a caixa d’água da empresa, eles fincaram a bandeira vermelha da CUT, demonstrando a quem transitasse pela Rodovia Dutra a sua presença na fábrica durante os 27 dias em que ela esteve ocupada. Os efeitos de uma paralisação tão longa na Bundy iam muito além dos prejuízos à própria empresa, já que 90% dos tubos de freios hidráulicos usados pelas montadoras de veículos eram fornecidos pela fábrica de São José dos Campos e, em menos de 20 dias de greve, 15 mil automóveis estariam incompletos no pátio das montadoras. Além disso, indústrias de refrigeração como a Consul

⁶⁴⁶ *Idem*, p. 3

e a Brastemp, também estavam sendo prejudicadas pela falta dos condensadores fornecidos pela Bundy. Diante do quadro, a um juiz da 4ª Vara Cível de São José dos Campos, concedeu liminar ao mandato de segurança de reintegração de posse, mas a ação da tropa de choque da polícia, que estava preparada para invadir a fábrica, foi retardada graças a manobras dos advogados sindicais⁶⁴⁷. José Luís Gonçalves admitia aceitar um acordo que concedesse 90% de aumento, garantia de estabilidade no emprego e a contratação imediata dos cerca de 190 trabalhadores temporários da empresa⁶⁴⁸. Após 23 dias de greve, um pelotão de 120 homens da PM entrou em ação para retirar de dentro da fábrica sete caminhões carregados com tubos de freio. Os grevistas estavam acampados na portaria da empresa, que recentemente havia sido desocupada sem conflitos através de uma ordem judicial, e resistiram à ação da PM. Com o uso de bombas de gás lacrimogêneo e golpes de cassetete, os trabalhadores foram afastados em direção à Rodovia Dutra pela polícia, que feriu 30 e prendeu 22 deles⁶⁴⁹. Após 27 dias, com a conquista de 85% de reajuste e um abono salarial, os grevistas resolveram colocar fim ao movimento.

Embora Zé Luís, como presidente do SMSJR, tenha atuado como porta-voz dos grevistas na fábrica, a empresa afirmou que a ocupação havia sido determinada pela Convergência Socialista. Desde 1984, a CS passou a estimular o uso da tática de ocupação de fábricas nas greves dos metalúrgicos joseenses. A organização trotskista avaliou que a experiência do “poder dual” temporário proporcionado aos trabalhadores que ocupavam fábricas e a consequente conquista das reivindicações pleiteadas teriam grande potencial educativo, responsável por impulsionar a luta para constituir um poder permanente dos operários em seus locais de trabalho por meio da formação das comissões de fábrica⁶⁵⁰.

⁶⁴⁷ *Jornal da Tarde*, 28/10/1989.

⁶⁴⁸ *Gazeta Mercantil*, 01/11/1989

⁶⁴⁹ *Gazeta Mercantil*, 02/11/1989 e 04/11/1989.

⁶⁵⁰ *Convergência Socialista*, junho de 1984. Nas fábricas da base territorial do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, hegemonizado pela CS desde 1984, a ação grevista com ocupação de fábrica também foi empregada naqueles anos. José Maria de Almeida, dirigente daquele sindicato e militante da CS, lembrou que em 1989 “a gente ocupou muitas fábricas”. A Mannesman foi uma delas, cercada pelas forças policiais durante dez dias, embora elas não tenham procedido à ação de reintegração de posse. A ordem para a ação policial havia sido expedida pela Justiça, mas o comandante da PM negou-se a cumpri-la, talvez em razão do recente episódio na greve da CSN, em Volta Redonda (RJ), quando três operários foram assassinados a tiros pelo Exército, durante a ocupação da fábrica, em novembro de 1988. José Maria de Almeida, entrevista concedida ao Projeto Memória, do DIEESE.

De acordo com a imprensa, embora o SMSJR fosse controlado pela Articulação, era a Convergência Socialista a responsável por organizar “as greves, piquetes em portas de fábricas e a resistência dos operários em possíveis ações policiais”, atribuindo à corrente o conflito na portaria da Bundy e prevendo a fragmentação da direção sindical do SMSJR para as próximas eleições sindicais⁶⁵¹. Em 1984, após o desfecho da greve na Embraer, num panfleto assinado pelos “autonomistas” também se afirmou que o presidente do sindicato era “totalmente dominado pelo Oliveira – vice-presidente –, pelo Toninho e pela Amélia”⁶⁵². Em resposta, Ernesto Gradella, da CS, e Brás Cândido, ambos vereadores do PT em São José dos Campos, negaram as acusações do folheto⁶⁵³, mas essa polêmica constituiu outro indício de que a relação de forças na direção do SMSJR era favorável à CS.

O “racha” definitivo entre as duas correntes ficou aparente para os observadores da imprensa durante a greve da Philips, em maio de 1989, quando a fábrica foi tomada durante a campanha salarial daquele ano⁶⁵⁴. As reivindicações centrais eram a reposição das perdas de 84% e aumento real de 15% e a direção do SMSJR promoveu o que chamou de “operação dominó” a partir do dia 4 de outubro, prevendo que até o dia 19 do mesmo mês as principais fábricas da região, começando pelas “mais mobilizadas”, estariam paralisadas para conseguir os objetivos traçados pela categoria⁶⁵⁵. Na GM, onde não ocorriam greves desde 1985, os metalúrgicos conquistaram 45% de reajuste após 13 dias de ocupação da fábrica, mesmo índice concedido pela Ericsson⁶⁵⁶. Mas na Philips, diante da intransigência da empresa nas negociações, a CS teria encorajado os grevistas a resistirem à polícia⁶⁵⁷, que desejava entrar na fábrica para escoltar a chegada de um caminhão de nitrogênio líquido, considerado indispensável pela direção da empresa. De modo semelhante à greve da GM, em 1985, os grevistas teriam se armado com barras de ferro, pedaços de pau, galões de ácido e cilindros de gás para impedir o ingresso do caminhão e da polícia e pressionar a

Disponível em: <http://memoria.dieese.org.br/museu/navegacao/nossas_historias/jose-maria-de-almeida>, Acesso: 03/07/2014.

⁶⁵¹ *Gazeta Mercantil*, 04/11/1989.

⁶⁵² Panfleto “Companheiros da Embraer”, Agosto de 1984, CPV-SP, Pasta Trabalhadores Metalúrgicos de São José dos Campos.

⁶⁵³ *Valeparaibano*, 17/08/1984.

⁶⁵⁴ *Idem*.

⁶⁵⁵ *Notícias Populares*, 10/04/1989 e 12/04/1989.

⁶⁵⁶ *Folha de S. Paulo*, 03/05/1989.

⁶⁵⁷ *Gazeta Mercantil*, 04/11/1989.

direção da empresa a ceder nas negociações⁶⁵⁸. Segundo a imprensa, a resistência foi desestimulada por José Luís Gonçalves, que recomendara aos operários a saída da fábrica, entrando em conflito com as lideranças da greve, alinhadas à CS. Após 17 dias de ocupação, o impasse terminou com a conquista do reajuste de 45% na Philips.

A radicalidade operária nos conflitos fabris nos últimos anos da década de 1980 parece estar, de fato, relacionada à presença da Convergência Socialista nas fábricas metalúrgicas de São José dos Campos e adjacências. Durante a campanha eleitoral do SMSJR, a própria Articulação, que defendeu a necessidade de “lutar por um salário digno e melhores condições de vida”, não poupou ataques à organização trotskista, ao associá-la a uma “história de bandalheira e corrupção” e acusa-la de “usar a categoria como massa de manobra” em “espetáculos de baderna, ocupação de fábrica a qualquer custo e destruição de máquinas”⁶⁵⁹. Em linhas gerais, foram esses os argumentos dos sindicalistas da Articulação para justificar a não formação de uma chapa com a Convergência Socialista nas eleições do SMSJR em fevereiro de 1990. Essa concepção a respeito da CS está de acordo com as opiniões de outros sujeitos no período, como a grande imprensa, empresários, políticos do PMDB e os próprios dirigentes do campo majoritário do PT. Em 1989, os sindicalistas da Articulação talvez buscassem desvincular o SMSJR do “radicalismo” associado à presença da Convergência Socialista naquela direção, seguindo os passos dos dirigentes de sua própria corrente, que naquele momento agiam nos bastidores do PT para a CS fosse expulsa do partido.

É necessário compreender, entretanto, como essa pequena organização trotskista triunfou sobre a Articulação, corrente majoritária do PT, nas eleições do SMSJR. A questão talvez se torne mais pertinente quando se considera que poucos meses antes, no segundo turno das eleições presidenciais para a Presidência da República, no fim de 1989, Lula obteve 52% dos votos válidos em São José dos Campos, equivalentes a 105 mil eleitores. Para a vitória do petista na cidade certamente contribuíram o voto de seu grande contingente metalúrgico, bem como a soma de esforços das duas correntes dirigentes do SMSJR em torno da campanha do PT. Contudo, essa unidade não foi mantida no plano

⁶⁵⁸ *Folha de S. Paulo*, 03/05/1989.

⁶⁵⁹ *Jornal da Chapa 1*, Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, nº 04, Janeiro de 1990.

sindical e o próprio Lula enviou à categoria uma carta de apoio à chapa da Articulação⁶⁶⁰, embora a CS também tenha procurado associar-se à figura da maior liderança da classe trabalhadora. Ernesto Gradella, vereador mais votado na cidade e presidente do PT em São José dos Campos, afirmou que “os melhores apoiadores de Lula estão na chapa 2”⁶⁶¹, o que evidencia a grande referência da liderança são-bernardense entre os trabalhadores da cidade e o peso representado por seu apoio naquele contexto. Lula, que defendia a CS fora do PT⁶⁶², justificou sua opção pela chapa 1 criticando indiretamente a corrente trotskista. Para ele, “o sindicato é forte não pelo seu discurso inflamado, mas pela capacidade de organizar e mobilizar os trabalhadores na luta pela melhoria das condições de vida”⁶⁶³. Ele agradeceu ainda o grande apoio da categoria nas eleições presidenciais, mas não o obteve no pleito do SMSJR, que foi vencido pela chapa da CS por 5.785 votos contra 4.760 favoráveis à Articulação, num processo que contou com a participação de mais de dois terços dos metalúrgicos sindicalizados⁶⁶⁴. Desse modo, pretende-se levantar algumas hipóteses para compreender como a vitória da CS tornou possível em 1990, momento decisivo na história da categoria, no qual a corrente trotskista praticamente inaugura o longo período de hegemonia à frente da maior entidade metalúrgica do Vale do Paraíba.

*

Um primeiro aspecto a se considerar é a quantidade relativamente pequena de indústrias metalúrgicas na região da base do SMSJR e a alta concentração de operários nas maiores delas. De acordo com dados relativos a junho de 1984, em São José dos Campos havia 115 indústrias metalúrgicas, que representavam 30% dos estabelecimentos industriais

⁶⁶⁰ *Jornal da Chapa 1*, Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, nº 06, Janeiro de 1990; *Jornal da Chapa 1*, Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, Especial Embraer, Fevereiro de 1990; *Boletim da Chapa 1*, Fevereiro de 1990.

⁶⁶¹ *Chapa 2, Unidade para lutar*, Fevereiro de 1990.

⁶⁶² *Jornal da Chapa 1*, Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, nº 06, Janeiro de 1990.

⁶⁶³ “Carta do Lula aos metalúrgicos”, CPV-SP.

⁶⁶⁴ De um colégio eleitoral de 14.231, votaram 11.526 associados, embora somente 10.998 tenham sido considerados votos válidos. A base do SMSJR seria composta, em fevereiro de 1990, por 48.777 metalúrgicos. *Ata Geral de Apuração das eleições do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São José dos Campos*, 06 a 09 de fevereiro de 1990, ASMSJR; Subseção do DIEESE SJC, Metalúrgicos SJC, *Número de trabalhadores na base*, 1979-200, ASMSJR.

da cidade. Nelas estavam empregadas 31.758 pessoas, o equivalente a 61,5% do pessoal ocupado no setor industrial: 14,1% trabalhavam no ramo Material Elétrico e de Comunicação e 39,3% no ramo Material de Transporte, concentrando mais da metade dos empregos na indústria do município⁶⁶⁵. Em números absolutos, o ramo Material de Transporte – que abrangia empresas como a General Motors, a Embraer e a Engesa –, empregava 20.323 trabalhadores e no de Material Elétrico e de Comunicação – que incluía a Ericsson, a National e a Philips – trabalhavam 7.246 pessoas⁶⁶⁶.

Priorizando a atuação no movimento sindical, a Convergência Socialista possuía militantes inseridos nas principais indústrias da base do SMSJR, isto é, aquelas com grande contingente operário e maior relevância do ponto de vista da economia e do interesse nacional, como eram os casos da GM e da Embraer, duas das maiores empresas do Vale do Paraíba. Na Embraer, por exemplo, os órgãos da repressão da ditadura realizavam o monitoramento do núcleo de militantes da CS que vinha agindo no interior daquela fábrica. De acordo com um informe produzido pelo Centro de Inteligência do Exército (CIE) e difundido pela Agência Central do SNI, seis ativistas da CS – Toninho, Miriam Lazarim, Araldo Todesco, Ladislau Tavares (“Português”), todos cipeiros, além de José Benedito de Oliveira e Samir Ghattas – foram demitidos pela direção da Embraer entre julho e setembro⁶⁶⁷, considerados os principais “agitadores” da “malograda greve geral” do dia 21 de julho de 1983⁶⁶⁸. Uma vez demitidos por “justa causa”, a reinserção de militantes nas fábricas da região era tarefa quase impossível, em razão da circulação de “listas negras” entre os representantes empresariais e da exigência de “atestados de antecedentes políticos sociais” pelos setores de pessoal de diversas empresas⁶⁶⁹, conforme atesta o depoimento de Paulo Moreira, diretor de recursos humanos da GM entre 1964 e 2006:

⁶⁶⁵ Os ramos de metalurgia e mecânica empregavam apenas 8,1% do contingente industrial da cidade.

⁶⁶⁶ Os dados disponíveis são referentes a São José dos Campos. Ao se considerar os outros municípios na base do SMSJR – Jacareí, Caçapava, Santa Branca e Igaratá – esse números certamente sofreriam alterações, embora pouco significativas, já que a quantidade de indústrias e de trabalhadores metalúrgicos estava concentrada, em grande medida, na cidade de São José dos Campos. Subseção do DIEESE SJC, Metalúrgicos SJC, *Número de trabalhadores na base, 1979-2000*, ASMSJR.

⁶⁶⁷ Informe nº2403-S/102-A6-CIE, 29/09/1983, Arquivo Nacional-RJ.

⁶⁶⁸ Encaminhamento n. 123/A-2-IV COMAR de 20/9/83. BR_AN_BSB_VAZ_011_0048

⁶⁶⁹ Grupo de Pesquisa da Comissão da Verdade dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (GP-CVM/SJC). *A Colaboração entre as empresas e a ditadura no Vale do Paraíba*, 2014. Agradeço a Richard Martins pelo envio desse relatório.

A companhia pode ou não readmitir funcionário. Teve gente que entrou e saiu duas ou três vezes da companhia. Sem problema nenhum. *O que não pode entrar, se a pessoa é demitida por justa causa.* Essa, o retorno dele pra companhia tinha que ser explicado. Caso contrário, não vinha mesmo. E na verdade, o pessoal da comissão nem pedia uma explicação. Ficava lá no escritório da seleção. Então, se é justa causa, não volta pra companhia⁶⁷⁰.

Em 7 de agosto de 1985, um representante da GM afirmou, em reunião do Centro Comunitário de Segurança do Vale do Paraíba (CECOSE-VP)⁶⁷¹, que a admissão massiva naquela empresa envolveu “um processo de seleção bastante moroso” e que a “falta de dados e registros dos candidatos quase tornou impossível detectar a tempo os indivíduos com ficha suja e que deveriam ser impedidos de ser empregados na firma”. Mas no dia 19 do mesmo mês aquele representante admitiu que o grande volume de contratações na GM havia obstaculizado a análise minuciosa dos antecedentes de todos os candidatos à admissão. Esse tipo de situação – característica de indústrias de grande porte como a GM e a Embraer, que chegaram a empregar mais de 10 mil trabalhadores – consistia num significativo espaço de manobra para que militantes do movimento estudantil ou de fábricas em outras regiões fossem deslocados para o Vale do Paraíba, passando despercebidos pelo processo seletivo empresarial, apesar de seus históricos “sujos”. Talvez tenha sido dessa forma que, Samir Ghattas, presidente da “subversiva” União Joseense dos Estudantes Secundaristas (UJES), foi admitido na Embraer em julho de 1983, embora tenha sido demitido em setembro do mesmo ano. Essa brecha deve ter sido utilizada também para que Luiz Carlos Prates, o “Mancha”, fosse contratado pela GM na segunda metade da década de 1980.

O artifício, entretanto, nem sempre obtinha sucesso. Após as greves de 1984, Paulo Pazin foi considerado “agitador” e “ativista” e demitido da Kodak, mas foi contratado pela Fi-El pouco tempo depois. Numa reunião do CECOSE, contudo, o chefe de segurança da Kodak, alertou o representante da Fi-El de que a empresa havia integrado em suas fileiras

⁶⁷⁰ Paulo Moreira, entrevista concedida ao GP-CVM/SJC, 29 de abril de 2014.

⁶⁷¹ O CECOSE reunia-se mensalmente no interior das fábricas e, por ventura, em estabelecimentos como hotéis e pousadas da região, contando com a presença de chefes de segurança de grandes empresas do Vale do Paraíba e algumas de São Paulo, além de membros dos aparelhos de informação do regime, configurando-se como um dos organismos de colaboração entre o empresariado e o regime militar, ou seja, de atividade cooperativa visando a garantia de interesses comuns aos industriais e ao Estado. Entre esses interesses, destaca-se a manutenção da segurança patrimonial e política das fábricas e da área estratégica do Vale do Paraíba e a contenção e o monitoramento do movimento operário e das organizações ditas “subversivas”.

um reconhecido ativista da região, equívoco prontamente corrigido pela direção da siderúrgica⁶⁷². Episódio semelhante ocorreu com Ernesto Gradella em 1980, quando ele procurava emprego em São José dos Campos após ter sido demitido da Fi-El em razão de sua participação no comando da greve metalúrgica de 1979. A Engesa requereu os atestados de antecedentes emitidos pelo DEIC e pelo DOPS e, apesar da apresentação do documento, o militante foi contratado. Uma semana depois, contudo, a empresa retificou seu erro e o demitiu⁶⁷³. De qualquer forma, esses são indícios de que os impedimentos criados pelas empresas à entrada de militantes em suas fábricas nem sempre eram intransponíveis. O próprio Toninho foi demitido da GM após a greve de 1979 e conseguiu empregar-se na Embraer ainda naquele ano, de onde só seria demitido em julho de 1983. Ademais, a reinserção do militante podia ser garantida via falsificação de documentos, como observou José Maria de Almeida, à época militante da CS em Minas Gerais:

Quando eu perdia o emprego em uma fábrica, tirava outra carteira no Ministério do Trabalho e mandava fazer um carimbo. A gente via uma fábrica pequena, normalmente que tivesse fechado recentemente, fazia o carimbo com o nome da fábrica. Eu mesmo carimbava, fazia os registros, os cálculos e colocava lá três anos de serviço e ia com essa carteira procurar trampo. Daí, os caras não conseguiam ligar porque a fábrica não existia mais⁶⁷⁴.

Portanto, mesmo com a recorrente demissão política dos ativistas do movimento operário, considerados “agitadores”, “subversivos”, “incitadores”, entre outras alcunhas, não era tão simples neutralizar sua infiltração nas fábricas. Após a demissão dos militantes da CS pela Embraer, em 1983, os operadores de informações do CIE fizeram notar que o núcleo da organização não fora liquidado na fábrica, já que ao menos um militante continuava empregado na estatal, enquanto outros quatro operários teriam sido recrutados e recebiam orientações de militantes mais experientes⁶⁷⁵, evidenciando outra estratégia da organização para assegurar sua presença nas maiores fábricas da cidade. Ademais, o

⁶⁷² Informe nº 015/SIS/EEAer/85, 05/03/1985. Arquivo Nacional. Fundo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, p. 1, BR_AN_BSB_VAZ_049A_0117.

⁶⁷³ Ernesto Gradella, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Parte 2, 26/06/2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b2IL_QO59pk>. Acesso: 27/06/2014. Ernesto Gradella, entrevista concedida ao autor, 10/05/2013.

⁶⁷⁴ José Maria de Almeida, entrevista concedida ao Projeto Memória do DIEESE. Disponível em: <http://memoria.dieese.org.br/museu/navegacao/nossas_historias/jose-maria-de-almeida>, Acesso: 03/07/2014.

⁶⁷⁵ Informe nº2403-S/102-A6-CIE, 29/09/1983, Arquivo Nacional-RJ.

monitoramento ostensivo dos principais dirigentes e militantes da Convergência Socialista, organização política que constituiu um dos maiores alvos das informações produzidas e difundidas pelos órgãos de segurança do Estado e seus colaboradores no Vale do Paraíba⁶⁷⁶, além da constante citação da organização e de seus militantes nas páginas da imprensa, nas declarações de sindicalistas e parlamentares de diversos alinhamentos políticos, de empresários locais e seus prepostos, sugerem o papel significativo desempenhado pela organização nas principais fábricas daquela região.

É possível que a vantagem da chapa da Convergência Socialista nas eleições sindicais de 1990, mais de mil votos, tenha sido construída nessas fábricas de grande porte por meio da atuação não apenas de seus militantes, mas também de “simpatizantes” da organização, isto é, operários que, embora não militassem formalmente nas fileiras da organização, faziam parte de sua rede de contatos. General Motors, Embraer, National, Ericsson, Philips, Bundy, entre outras fábricas, foram palco de processos de luta radicalizados durante 1984 e 1990, como as frequentes greves com ocupação. Nas eleições de 1990, participaram da chapa da CS, lideranças grevistas como Amelia e Elinton, da National; Edson, Bozó e Geová, da Bundy; Toquinho, da Embraer; Josias e Mancha, da GM; Ivan Trevisan, Índio e Zé do Gás, da Philips; Carlão, da Mafersa. O número de membros da chapa 2 nas maiores e mais mobilizadas fábricas naquela década, em geral, superavam os da chapa 1. Eram 7 membros da GM na chapa 2 e 6 na chapa 1; 6-5 na Embraer, 3-1 na Philips, 3-1 na Bundy, 2-3 na Ericsson, 2-1 na National, 1-2 na Mafersa⁶⁷⁷.

Para as eleições de 1990, a CS convocou para o dia 7 de outubro de 1989 uma “convenção” na Câmara Municipal de São José dos Campos, por meio da qual a base deveria escolher os “ativistas” para formar uma só chapa para dirigir o sindicato no próximo triênio, sugerindo a autoconfiança da organização na representatividade de seus militantes no chão de fábrica. A convenção, entretanto, foi rejeitada pela Articulação e a CS diria que Zé Luís excluiu de sua chapa os “dirigentes sindicais mais atuantes” e as maiores “lideranças grevistas” do último período “porque eles não participam da corrente dele”. A chapa encabeçada pela Articulação, por sua vez, buscou vincular a Convergência Socialista

⁶⁷⁶ GP-CVM/SJC. *A Colaboração entre as empresas e a ditadura no Vale do Paraíba*, 2014, p. 12.

⁶⁷⁷ A chapa 1, por exemplo, tinha um operário na Eaton, um na Engesa, etc., enquanto a chapa 2 possuía um representante na Hitachi, um na Inbrac, entre outras.

à corrupção, à desordem e ao radicalismo para justificar sua opção. Corrente majoritária do PT, ela se via como “reação popular ao elitismo e ao vanguardismo da esquerda partidária”⁶⁷⁸. A chapa 2 anunciou que a Embraer era a ponta de lança de sua campanha, argumentando que nela, o grupo teria o apoio de “mais de 30 cipeiros e quatro delegados sindicais” e quase 90% dos votos, segundo a prévia realizada na empresa. Nos materiais de chapa, os acordos conquistados na Embraer nos últimos anos, sob a direção de Toquinho – liderança reconhecida pela própria chapa 1 –, foram comparados aos contratos inferiores negociados com outras empresas, como a GM e a Mafersa. Nessa última – sob a liderança de Jair Stroppa, que encabeçava a chapa 1 – os resultados das negociações naqueles últimos anos foram comparados ainda às conquistas das greves com ocupação da empresa em 1984 e 1985, que teriam sido lideradas por Carlão, da chapa 2. Assim, buscando ganhar o voto dos metalúrgicos, a campanha da CS garantia que bons acordos como os da Embraer seriam estendidos às demais fábricas da região se a chapa 2 fosse eleita.

Outra medida da campanha da chapa 2 foi a realização de assembleias de fábrica ou reuniões por seção – na Embraer, Mafersa, National Componentes, National do Brasil, Philips, GM, Ericsson, Mannesman, entre outras – para defender a unidade da categoria na luta contra a “hiperinflação” e pelo reajuste e o pagamento semanais. Nesses espaços, a chapa 2 se posicionava contra o “divisionismo” no sindicato e pregava a mobilização da categoria pela questão do reajuste e do pagamento dos salários semanalmente, uma campanha da CUT proposta pelo SMSJR e pelo Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, dois redutos da CS naquele momento. A chapa 2, aparentemente, colocava a própria eleição em segundo plano ao defender a mobilização da categoria através da união das duas chapas, de seus apoiadores e de toda a infraestrutura das campanhas para realizar assembleias nas portas das fábricas e organizar a luta em cada seção para pressionar os patrões à abertura de negociações e à concessão das reivindicações. Era necessário, portanto, levar a campanha cutista para as fábricas de uma maneira unitária, independente das disputas eleitorais para o SMSJR, mas a chapa 1 era acusada de não trabalhar para esse objetivo comum⁶⁷⁹. Além

⁶⁷⁸ SECCO, Lincoln, *op. cit.*, p. 94.

⁶⁷⁹ O exame dos materiais da chapa 1, de fato, indica que ela não se engajou na campanha convocada pela chapa 2 e pela CUT, limitando-se a discutir com a categoria um genérico programa de 13 pontos: “1.defender o emprego, 2.melhorar o salário, 3.avançar para o contrato coletivo, 4.organizar dentro das fábricas, 5.lutar

disso, rejeitavam a negociação por correspondência com a FIESP e reafirmavam a necessidade de “forçar os patrões a negociarem”⁶⁸⁰, leia-se, fazer greve e, possivelmente, ocupar fábricas.

Essa tática foi amplamente fomentada pela Convergência Socialista e parece ter obtido grande aceitação entre os metalúrgicos joseenses, mas também foi alvo de duras críticas provenientes de diferentes setores dentro e fora do movimento sindical, como a própria Articulação. José Luís Gonçalves, por exemplo, avaliou que a greve na General Motors, em 1985, foi “esticar a corda até o limite”, pois o alcance dos objetivos do movimento seriam impossíveis naquele momento sem “mudanças estruturais dentro do país, dentro de uma economia capitalista”. Embora aquelas reivindicações representassem “uma defesa muito rigorosa do que o trabalhador defendia”, a direção do SMSJR, especialmente Zé Luís, recebeu duras críticas, “inclusive internamente”, de setores aliados como os sindicatos do ABC, que julgavam que o sindicalismo metalúrgico em São José dos Campos havia se tornado “muito radical”⁶⁸¹. A análise do ex-presidente do SMSJR sobre a inviabilidade das reivindicações da categoria sem “mudanças estruturais” parece, de certo modo, contrapor-se à tática das “reivindicações transitórias” que norteavam a ação dos militantes CS. Nesta concepção, haveria condições suficientes para o processo de transição do capitalismo ao socialismo, tornando necessária a conversão da insatisfação difusa dos trabalhadores em atividade consciente que permitisse a criação de uma situação revolucionária. Para tal, a construção de uma pauta de reivindicações “justas”, porém irrealizáveis no plano do capitalismo, teria por si só, um enorme potencial pedagógico na medida em que os trabalhadores, ao lutarem por ela, perceberiam a necessidade de superação dos limites do sistema capitalista⁶⁸². Norteada por essa concepção, a Convergência Socialista defendeu a ocupação das fábricas na base territorial do SMSJR,

pela saúde, 6.investir na formação sindical, 7.defender as estatais, 8.cultura e lazer, 9.rádio metalúrgica, 10.união dos metalúrgicos do Vale, 11.democratizar ainda mais, 12.apoiar a luta pela reforma agrária, 13.influir na sociedade.

⁶⁸⁰ *Chapa 2: Unidade para lutar*, CPV-SP.

⁶⁸¹ José Luís Gonçalves, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Parte 2, 09/05/2014. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=HOnuCAvIADA>>. Acesso: 27/06/2014.

⁶⁸² FIGUEIREDO, Mariana Leite e ARAÚJO, Ângela Carneiro, “A construção do ‘Bloco do Interior’ ao longo dos anos 90: a trajetória da unidade entre os sindicatos dos metalúrgicos de Campinas, São José dos Campos e Limeira”, in: SOUZA, Davisson e TROPIA, Patrícia (orgs.). *Sindicatos metalúrgicos no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012, p.52.

por meio da qual a produção, o fluxo de pessoas e de mercadorias ficavam sob o controle dos trabalhadores e eram paralisados de ponta a ponta. Essa ação trazia consigo a experiência de que nenhum estabelecimento produtivo funcionaria sem a cooperação daqueles cujas atividades o compõem e, para a CS, levaria os operários a lutarem pela manutenção daquela situação de “duplo poder”⁶⁸³.

A Articulação, por sua vez, pareceu posicionar-se cada vez mais distante de métodos de luta radicalizados, concentrando esforços para ocupar as cadeiras das administrações municipais e do parlamento. Em 1989, José Luís Gonçalves, ainda no comando do SMSJR, colocou-se contra uma greve de protesto contra as privatizações de empresas do Estado, convocada pela CUT, “por não acreditar na mobilização dos trabalhadores para uma greve política” e foi acusado de “pelego” e “divisionista” pela CS⁶⁸⁴. Em 1990, vitoriosa nas eleições sindicais, a organização trotskista planejou levar adiante novas ocupações de fábrica caso houvesse demissões em massa na região e buscou pressionar as empresas e o governo a adotarem um mecanismo de estabilidade temporária de emprego. O sindicalista da Articulação classificou a proposta como uma “bravata” que desgastaria o sindicato e não contaria com respaldo da base, pois a ocupação seria a “última alternativa dos trabalhadores e deve ser tomada só quando todas as formas de negociação estão esgotadas”⁶⁸⁵. Se para o José Luís, a ocupação era vista como recurso extremo e a necessidade de “mudanças estruturais” era um pré-requisito para que certos temas fossem pautados, a CS concebia a tática dentro de uma perspectiva “pedagógica”, concebendo o acúmulo de experiências de fracasso na reivindicação do “impossível” – ainda que “justo” – como possibilidade para a transição socialista.

Em relação às organizações clandestinas que aderiram ao PT, em geral concebendo-o como “frente eleitoral” ou organização “tática”⁶⁸⁶, a tese de que “a extrema esquerda só teve importância em locais onde era ínfima a movimentação social”⁶⁸⁷ e que seu papel mais relevante se deu na elaboração teórica e nos debates interno ao partido, enquanto “na

⁶⁸³ *Convergência Socialista*, junho de 1984.

⁶⁸⁴ *Diário Popular*, 01/04/1990.

⁶⁸⁵ *Idem*.

⁶⁸⁶ *Idem*, p. 47.

⁶⁸⁷ *Idem*, p. 51.

prática concreta dos movimentos sociais e campanhas eleitorais o jargão não encontrava ressonância maior”, precisa ser relativizada. A não ser que se trate como “ínfima” toda a efervescência social presente em São José dos Campos, particularmente entre os metalúrgicos desde o final da década de 1970 e especialmente durante os anos 1980, onde, como se tem demonstrado, a Convergência Socialista cumpriu papel de destaque, seja na mobilização social, seja na construção do PT, inclusive, eleitoralmente. Já em 1982, a corrente elegeu o metalúrgico Ernesto Gradella como vereador pelo PT, mandato que ele repetiria ainda naquela década na condição de político mais votado para o cargo em São José dos Campos. Gradella ocupou também a presidência do Diretório Municipal do PT nessa cidade e foi suplente de deputado federal. Amélia Naomi Omura foi outra militante da CS a ser eleita para a Câmara Municipal da cidade nesse período, egressa da base das fábricas, liderança das greves com ocupação e membro da direção do SMSJR, que continuou a integrar mesmo após chegar ao parlamento.

O papel da Igreja Católica em São José dos Campos, notadamente a relevância de seus setores progressistas na realidade local, parece outro aspecto importante a se considerar para pensar as razões da hegemonia da Convergência Socialista a frente do SMSJR. Era ampla a diversidade regional e social do PT desde a sua fundação no início da década de 1980. Embora as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ao lado do chamado “novo sindicalismo”, tenham constituído as principais fontes de formação do partido⁶⁸⁸, esse processo apresentou particularidades em cada ponto do país. Assim, se a Igreja foi imprescindível para o PT de um modo geral, em muitos lugares ela não apenas deixou de colaborar com o partido como se opôs a ele.

Desde 1981, quando foi criada, a diocese de São José dos Campos era conduzida por Dom Eusébio Oscar Scheid e fazia parte da Província Eclesiástica de Aparecida. No contexto eleitoral de novembro de 1982, Scheid publicou um artigo no jornal *Santuário de Aparecida*, embora tenha sido cauteloso o bastante para esclarecer que não apoiava partido algum e desautorizar qualquer candidato a se apresentar como representante da Igreja. No documento, o bispo recorreu à III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, em Puebla (1979), afirmando que “o luxo de alguns poucos converte-se em insulto contra a

⁶⁸⁸ SECCO, Lincoln, *op. cit.*, p. 49.

miséria das grandes massas”, conclamando o povo a ser “criterioso na escolha dos que vão governar” e a votar “por convicção patriótica e cristã”. As “obrigações cívicas e políticas” do “bom cidadão” e “bom cristão”, contudo, não se esgotariam nas eleições, pois o “exercício da ação política consciente, que deve levar à promoção do bem comum, deve ser constante”. Era necessário, portanto, que os cristãos se organizassem “em sindicatos, associações de bairros, comunidades eclesiais de base e movimentos outros, na defesa de medidas para benefício público”⁶⁸⁹.

O PT de São José dos Campos tratou o documento diocesano como uma “grande contribuição para o avanço das posições que defendemos”⁶⁹⁰ e não perdeu a oportunidade de reivindicar o documento de Scheid como um “impulso” ao envolvimento da população na política e no movimento popular como “atora [sic] dos acontecimentos”, apesar de estar ciente que o bispo não apoiava seu projeto e apenas seguia uma tendência nacional das dioceses, que vinham atendendo as disposições do Concílio Vaticano II e orientando seus fiéis a participarem politicamente⁶⁹¹.

Nos primeiros dias da greve da GM em 1985, D. Eusébio Scheid teria emitido uma nota apoiando o movimento dos metalúrgicos, que havia recebido elogios até mesmo de autoridades policiais em razão de sua disciplina exemplar. O ex-editor do *Vale Paraibano*, Hélcio Costa, afirmou que o movimento grevista na GM era amplamente respeitado na sociedade joseense por seu caráter pacífico e ordeiro, o que poderia se comprovar pelo explícito apoio de Scheid, “conhecido por ser ultraconservador”⁶⁹². Isso sugere que não era comum ver as mobilizações da classe trabalhadora caindo nas graças do bispo. Para Moacyr Pinto da Silva, a criminalização dos ativistas da greve de 1985 e o isolamento do SMSJR eram resultado de um “atraso” dos “valores e das mentalidades” em São José dos Campos. Entre os aspectos que explicariam tal “atraso”, Moacyr enfatiza a ausência de uma “Igreja progressista” na cidade, que estava na “área de influência de Aparecida”⁶⁹³. Ernesto Gradella também observou que os “aparatos da Igreja aqui nunca tiveram presença por ser

⁶⁸⁹ *Terra, Trabalho e Liberdade*, ano I, nº1, Agosto de 1982.

⁶⁹⁰ *Idem*.

⁶⁹¹ *Idem*,

⁶⁹² HORTA, Celso. *op. cit.*, p. 40. Cf. também o *Capítulo 5* desta dissertação, p. 22.

⁶⁹³ Moacyr Pinto da Silva, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Parte 1, 04/02/2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9MRVwpCKYQ8>>. Acesso: 26/06/2014.

muito à direita, nunca se envolveram no movimento sindical”. Segundo o dirigente da CS, os bispos eram conservadores e a Igreja limitava-se a “assistir” os acontecimentos, “não interferia diretamente, diferente do ABC”, onde os “setores da Igreja sempre tiveram um peso muito grande”⁶⁹⁴.

Entretanto, outros relatos evidenciam que a Igreja Católica de São José dos Campos interveio no movimento sindical e até nos bairros, embora o tenha feito com o intuito de silenciar militantes cristãos atuando em suas paróquias ou impedir iniciativas de ajuda material a grevistas. A trajetória de um metalúrgico da GM parece relevante para demonstrar o isolamento ao qual foram submetidos os leigos católicos de esquerda pela hierarquia eclesiástica local. Edemir de Paula fez parte da primeira geração de operários de uma família de tradição católica que migrou do campo para a cidade na década de 1950. Sua “iniciação política” se deu ainda na adolescência, ao engajar-se na Pastoral da Juventude (PJ) de sua cidade natal, Mogi das Cruzes. Nos início dos anos 1970, junto à PJ e contando com o apoio do padre de sua paróquia, Edemir participou da coleta de assinaturas para o “abaixo-assinado antiarrocho contra a carestia”, organizado por Dom Helder Câmara e pelo Clube de Mães da Zona Leste de São Paulo⁶⁹⁵. Nessa tarefa, a paróquia de Edemir reuniu modestas 600 assinaturas, mas o jovem militante se surpreendeu ao deparar-se com as 50 mil pessoas presentes na Praça da Sé durante o ato de entrega do abaixo assinado às autoridades. Ele tinha apenas 16 anos, mas o acontecimento “teve um efeito tão forte no meu pensamento, na minha intimidade, na preocupação com as coisas que aconteciam no país, que me levou a buscar a Pastoral Operária”⁶⁹⁶. Através da PO, Edemir conheceu e aderiu à Ação Católica Operária (ACO), onde ampliou sua rede de contatos, chegando a conhecer lideranças da greve de 1968 na Cobrasma⁶⁹⁷.

Por meio da ficha de Edemir na GM⁶⁹⁸, é possível saber que ele foi admitido pela empresa em 1981, embora tenha trabalhado na Johnson & Johnson logo ao chegar a São

⁶⁹⁴ Ernesto Gradella, entrevista concedida ao autor, 10/05/2013.

⁶⁹⁵ Edemir de Paula, “Passarinho”, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Parte 1, 26/06/2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ui5nuE4FfpA>>, Acesso: 30/06/2014.

⁶⁹⁶ *Idem*.

⁶⁹⁷ *Idem*.

⁶⁹⁸ Assim como as fichas dos outros 32 operários processados após a greve da GM, em 1985, a de Edemir de Paula foi encontrada em meios aos arquivos do Deops, o que constitui mais uma evidencia da colaboração

José dos Campos, em algum momento entre a greve metalúrgica de 1979 e seu ingresso na GM. Antes de se envolver diretamente no movimento sindical joseense, Edemir tentou a militância por meio da Igreja Católica na paróquia do Parque Industrial, reduto operário de São José dos Campos próximo a seu local de moradia. Dessa experiência, o metalúrgico constatou rapidamente uma enorme diferença entre a Igreja com a qual se habituara na Grande São Paulo e aquela de São José dos Campos, “muito tradicional, muito vinculada ao modo de ver a ligação da pessoa de forma vertical com deus, sem ter uma visão mais horizontal”⁶⁹⁹. Assim que se mudaram para o bairro, Edemir e sua esposa foram convidados a participar dos “terços”, grupos de oração que ocorriam semanalmente, contrastando com sua própria experiência na Grande São Paulo, onde se habituaram a frequentar reuniões de discussão e organização em torno dos problemas cotidianos de seu local de moradia. Os dois, no entanto, aceitaram o convite visando realizar o trabalho de base naquela comunidade e levar seus membros ao envolvimento com os problemas do bairro. Após “um certo tempo”, quando “a amizade já tava sendo construída” e havia “liberdade pra propor alguma coisa”, Edemir sugeriu ao grupo o estudo de documentos como a *Bíblia Gente* e os *Círculos Bíblicos*, de Carlos Mesters, que propõe “a construção do céu aqui e agora”. Ao mesmo tempo, ele começou a organizar entre aqueles companheiros a ida a sessões da Câmara Municipal para reivindicarem asfalto, saneamento, energia elétrica e outros serviços em falta no Palmeiras de São José, bairro recém-formado onde morava⁷⁰⁰.

Numa dessas sessões na Câmara, um discurso do vereador comunista João Bosco da Silva, do PC do B – partido abrigado no MDB naquele momento – causou polêmica entre os membros da comunidade de Edemir. O militante travou um debate com os fiéis da paróquia sobre o significado da palavra “comunismo”, citando a Bíblia para defender que a palavra podia ser explicada por uma passagem do “ato dos apóstolos”, onde se afirmava que “os cristãos tinham tudo em comum, dividiam seus bens com alegria e não existia

empresarial com o monitoramento e a repressão a ativistas sindicais, prática que persistiu mesmo após a queda da ditadura, observação presente também no relatório do Grupo de Pesquisa da Comissão da Verdade dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (GP-CVM/SJC). Ficha “Edemir de Paula”, Aesp, Setor Deops, Dossiê 17-S-36, fls. 180; GP-CVM/SJC. *A Colaboração entre as empresas e a ditadura no Vale do Paraíba*, 2014.

⁶⁹⁹ Edemir de Paula, “Passarinho”, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Parte 1, 26/06/2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ui5nuE4FfpA>>, Acesso: 30/06/2014.

⁷⁰⁰ *Idem*.

necessitado nenhum entre eles”⁷⁰¹. Com esse argumento, Edemir teria convencido seus pares, mas a conversa chegou aos ouvidos do padre Genésio, da paróquia Nossa Senhora de Lourdes, localizada no Parque Industrial. Desse modo, todo o trabalho realizado por Edemir e sua esposa ao longo daqueles “dois ou três” anos foi desconstruído pela influente autoridade do pároco, que sugeriu àquelas pessoas a constituição de uma “Legião de Maria”, grupo de leigos católicos fundado no Brasil durante os anos 1950 e dedicado exclusivamente ao “bem espiritual”. A partir de então, isolado no bairro e na paróquia após a intervenção do padre e sem qualquer perspectiva de atuação naquele espaço, Edemir procurou aproximar-se do SMSJR em meados de 1983. Ali ele se envolveria na chapa dos militantes do PT, eleita para dirigir a entidade no ano seguinte, e se tornaria diretor de base na GM, passando a ser conhecido como “Passarinho”, pois ficava “rodando e fazendo o trabalho de base mais do que o meu trabalho profissional na bancada”⁷⁰².

De certo modo, a trajetória de Edemir pode ser representativa da experiência vivida por militantes operários católicos diante da hierarquia eclesiástica da Igreja Católica do Vale do Paraíba. Além disso, ela parece reveladora do distanciamento entre a Igreja e o movimento sindical dos metalúrgicos joseenses, o que para muitos operários católicos pode ter significado o desamparo daquela instituição e de seus representantes em momentos cruciais das ações coletivas da categoria. Talvez por isso, após as numerosas demissões resultantes da greve de 1984 na Embraer, um grupo que se proclamou “os autonomistas” teceu severas críticas aos sindicalistas da CUT, afirmando, entre outras coisas, que “quando o trabalhador perde o emprego mandam a gente ir falar com padre pra pegar pão amanhecido e conselho que não enche a barriga, e ouvir que a Igreja protege o trabalhador”⁷⁰³.

Moacyr Pinto também recordou que após o final do movimento grevista de 1985 na General Motors, no momento em que os trabalhadores organizavam o Fundo de Greve, a “cúpula da Igreja” teria proibido a realização de uma quermesse na paróquia do Bosque dos

⁷⁰¹ *Idem.*

⁷⁰² *Idem.*

⁷⁰³ “Meneguelli é pelego da política”, Agosto de 1984, CPV-SP, Pasta Trabalhadores Metalúrgicos de São José dos Campos.

Eucaliptos voltada à arrecadação de recursos ao fundo dos grevistas⁷⁰⁴. Embora ele aponte a existência na cidade de representantes dos setores progressistas da Igreja, como a PO, a ACO e “trabalhadores mesmo de CEB, de comunidade de Igrejas de bairro”, como o próprio Bosque dos Eucaliptos, “marcadamente ocupado por metalúrgicos”, a posição anti-operária da alta hierarquia da Igreja na região teria sido fator decisivo para o enfraquecimento dos segmentos de metalúrgicos “que poderiam ter uma [...] posição mais sensata, mais humanista”, ou seja, aqueles ligados à militância católica ou por ela apoiados⁷⁰⁵. A esse respeito, além de Lula e um amplo leque de apoiadores, a chapa da Articulação nas eleições de 1990 contava com o suporte de diversos operários ligados a grupos cristãos – como os católicos da PO, da Pastoral da Família, da Pastoral da Juventude, do Círculo Bíblico e da Peregrinação dos Leigos Cristãos⁷⁰⁶, além do Não Violência e do presbiteriano Sal da Terra⁷⁰⁷.

Moacyr compara a postura da Igreja joesense à dos “bispos progressistas” – como D. Jorge Marcos e seu sucessor D. Cláudio Hummes, no ABC, além de D. Waldyr Calheiros Novaes, o “bispo vermelho” de Volta Redonda – atribuindo a ela uma falta de “sensibilidade” em relação ao trabalho realizado pelos militantes católicos em São José dos Campos, como parece evidente na trajetória de Passarinho. Se no caso da diocese de Santo André, dirigida por D. Jorge Marcos de Oliveira entre 1954 e 1975 com uma atuação bastante próxima à classe operária, muitos padres se recusaram a colaborar com as ações empreendidas pelo bispo⁷⁰⁸, o depoimento de Moacyr sugere que no caso da diocese de São José dos Campos isso ocorreu de modo diferente. Ali a orientação para cercear qualquer

⁷⁰⁴ Moacyr Pinto da Silva, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Parte 2, 05/02/2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ynbBPhe0Dks>>. Acesso: 26/06/2014.

⁷⁰⁵ *Idem*.

⁷⁰⁶ Ligada ao Movimento de Cursilhos, a PLC foi fundada em 1972 para atender a classe operária, tanto urbana como rural, através do trabalho do leigo, sendo concebida como um “trabalho de leigos para leigos”.

⁷⁰⁷ O jurista católico do PT, Hélio Bicudo, também figurou no rol de apoiadores da chapa. “Cristãos com a Chapa 1”, CPV-SP, Pasta Trabalhadores Metalúrgicos de São José dos Campos.

⁷⁰⁸ D. Jorge Marcos participava das reivindicações da classe operária, de suas greves, promovia reuniões, debates e grandes concentrações de operários. O objetivo inicial seria “o de ‘evangelizar o meio operário’ seguindo a linha da Doutrina Social da Igreja, mas uma evangelização feita a partir de uma vivência maior da realidade concreta da vida operária”. Embora não tenha enfrentado um movimento organizado da Igreja, muitos padres se recusaram a colaborar com D. Jorge, seja não permitindo a formação de grupos da Juventude Operária Católica (JOC), seja negando-se a participar de movimentos de auxílio material a grevistas. SOUZA MARTINS, Heloísa Helena T. *Igreja e Movimento Operário no ABC (1954-1975)*. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1994, p. 65 e 73.

tentativa de aproximação entre Igreja e movimentos sociais teria vindo de cima, isto é, da alta hierarquia da Igreja local, e recebeu a adesão das instâncias eclesiais inferiores, como os padres no comando de cada paróquia. Para o sociólogo, nessa diferença residiria a explicação para a vitória, na direção do SMSJR, de setores do movimento operário ligados a ideologias “de tradição marxista-leninista-trotskista”. Em outras palavras, a ação da Igreja teria debilitado os grupos de metalúrgicos católicos, permitindo que a “extrema esquerda” abrisse espaço entre a categoria e conquistasse o SMSJR a partir de 1990. Moacyr vai além e afirma que por “culpa [...] da liderança da Igreja” a Convergência Socialista – e posteriormente o PSTU – se tornou a maior referência entre os metalúrgicos joseenses. Pretender explicar a ascensão de uma corrente política tomando como base somente a posição da Igreja local parece uma tese discutível, embora não se possa descartá-la completamente. Ao contrário, esse pode ser um dos aspectos que auxiliam a compreender como os militantes da CS puderam se tornar referência para os metalúrgicos joseenses.

Logo ao assumir a presidência do SMSJR em 1990, Toninho ressaltou que o sindicato naquele momento era o “organismo de maior confiança” para o trabalhador metalúrgico, sendo “mais forte que a Igreja”. Em contraposição, o dirigente ressaltou que sua chapa vinha construindo alianças com Sociedades de Amigos de Bairros (SABs) e outros sindicatos “classistas”, ainda que à margem da CUT, e sinalizou que o SMSJR lutaria “pelo trabalhador dentro da fábrica, mas também para que ele tenha asfalto na rua onde mora”⁷⁰⁹. Talvez essa fosse uma frente de atuação considerada aberta pelos militantes da CS em razão de uma possível debilidade organizativa nos locais de moradia. A declaração de Toninho pode sinalizar ainda uma tentativa da CS em apresentar-se como alternativa de direção ao PT dentro do movimento popular. Dessa maneira, o líder sindical projetou que a Convergência Socialista cresceria em todo o Vale do Paraíba, mas o longo do tempo a organização se fortaleceu, de fato, entre os próprios metalúrgicos de São José dos Campos.

Em 1993, por decisão da gestão sindical da CS, a direção do SMSJR passaria a ser colegiada e dirigida por três forças: a própria CS, expulsa do PT no ano anterior, a corrente CUT pela Base, então representada por Amélia Naomi, e a Articulação de José Luís

⁷⁰⁹ *Diário Popular*, 01/04/1990

Gonçalves e Jair Stroppa. Em 1997, o sistema presidencialista voltou a vigorar no SMSJR por iniciativa da Articulação, que havia se tornado maioria durante a gestão colegiada, mas foi a CS quem retornou ao comando da entidade, ocupando essa posição até a atualidade.

As sucessivas derrotas da Articulação na disputa pelo SMSJR desde 1990 podem estar vinculadas ainda a um processo iniciado especialmente a partir das eleições presidenciais de 1989: a rápida transição da “fase da utopia e teoria para a da possibilidade concreta”, isto é, o PT passou a vislumbrar em seu horizonte uma chance efetiva de se tornar governo do país⁷¹⁰. Isso produziria uma série de transformações em sua dinâmica, manifestas principalmente em dois pontos: a governabilidade e a inversão de prioridades. Enquanto a esquerda conquistava o comando do partido em seu VIII Encontro Nacional (1993), Lula e outros nomes de projeção se autonomizavam em relação a ele, moderando seu discurso, atuando à margem dos debates ideológicos internos e priorizando dar ao programa de governo uma razoabilidade técnica que ressaltasse a sua competência e conquistasse a confiança do eleitorado⁷¹¹. Por essa razão, apresentou-se nas resoluções do VIII EN do PT, uma crítica aos “centros paralelos de poder” e aos “notáveis” que se destacavam da base do partido⁷¹². O maior exemplo disso seria a oposição entre a direção petista inclinada à esquerda e o pragmatismo de suas administrações municipais⁷¹³. A CUT nesse mesmo período aderiu ao “sindicalismo cidadão”, as greves recuaram numericamente e passaram da busca por novos direitos a luta pela manutenção de direitos historicamente conquistados. A diminuição das greves e seu caráter defensivo, o afastamento entre sindicatos e representados, o esvaziamento de ruas e praças como *locus* de manifestações partidárias ou sindicais, enfim, o “vazio” da vida pública afetou o PT. O comparecimento da militância à rua foi substituído pelos cabos eleitorais profissionalizados e os grandes comícios de primeiro de maio trocados por shows com entrega de vultosos prêmios ao público.

Em 1994, o PT governava 53 prefeituras, sendo 4 capitais, além de ter 77 deputados estaduais, 33 deputados federais, um senador e 1.400 vereadores. Naquele ano, a médica

⁷¹⁰ SECCO, Lincoln. *op. cit.*, p. 162.

⁷¹¹ *Idem*, p. 162-163.

⁷¹² *Idem*, p. 161.

⁷¹³ *Idem*, p.165.

Ângela Guadagnin seria eleita prefeita em São José dos Campos, momento em que José Luís Gonçalves encerrou suas atividades na área sindical. O ex-presidente do SMSJR e “vários companheiros passaram a se dedicar à administração pública e deixaram o movimento sindical”⁷¹⁴ principalmente a partir daquele momento. Assim, em meados dos anos 1990, a militância petista saía de cena num processo de profissionalização que se dava “via mandato e não via partido”⁷¹⁵. Esse momento de transição, no qual antigos dirigentes deixaram o movimento sindical para dedicar-se ao governo e ao parlamento – fosse ocupando cargos eletivos, fosse como empregados dos mandatos –, sendo substituídos por “outras gerações” de sindicalistas do partido, também parece ter sido crucial para que a Convergência Socialista/PSTU construísse sua hegemonia no SMSJR⁷¹⁶.

A negação do sindicalismo “propositivo”⁷¹⁷ pela direção do SMSJR, que culminou em sua ruptura com a Federação dos Metalúrgicos da CUT (FEM-CUT), em 1998, pode ter contribuído também para que o PSTU se enraizasse entre os metalúrgicos joseenses. Essa cisão teria ocorrido porque a Articulação, na direção da CUT e da FEM, vinha discutindo “propostas de flexibilização de salários e jornada”, ou seja, de revogação de direitos da categoria⁷¹⁸. Naquele ano, o SMSJR se negou a assinar o acordo da campanha salarial, que instituiu o banco de horas, e a partir do ano seguinte, junto aos Sindicatos de Metalúrgicos de Limeira e de Campinas – o chamado “Bloco do Interior” – passou a organizar a campanha independentemente dos sindicatos que compunham a FEM-CUT⁷¹⁹, pautando-se por uma prática de “negação sistemática da adoção de propostas de negociação de direitos,

⁷¹⁴ José Luís Gonçalves, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Parte 2, 09/05/2014. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=HOnuCAvIADA>>. Acesso: 27/06/2014.

⁷¹⁵ SECCO, *op. cit.*, p.186.

⁷¹⁶ José Luís Gonçalves, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Parte 2, 09/05/2014. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=HOnuCAvIADA>>. Acesso: 27/06/2014.

⁷¹⁷ A tática propositiva tem como característica central a “busca pela apresentação de reivindicações ‘potencialmente realizáveis’ ao patronato e ao Estado”, resultando num “alto grau de institucionalização da atuação sindical e a restrição da ação sindical à negociação coletiva”. FIGUEIREDO, Mariana Leite e ARAÚJO, Ângela Carneiro, “A construção do ‘Bloco do Interior’ ao longo dos anos 90...”, *in*: SOUZA e TROPIA (orgs.), *op. cit.*, p.49.

⁷¹⁸ *Revista do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região*, Edição Especial 55 anos (1956-2011).

⁷¹⁹ *Idem.*

de conciliação de classe, a manutenção de um discurso classista de transformação social e a crítica contundente ao neoliberalismo”⁷²⁰.

Assim, a estratégia desses sindicatos, consequência da orientação ideológica das correntes políticas às quais seus dirigentes eram vinculados, teve como princípio norteador a concepção da entidade sindical como instrumento dos trabalhadores com vistas à realização de seus interesses de classe, sendo fundamental para isso a organização da luta coletiva da categoria. Para José Luís Gonçalves, até a atualidade os metalúrgicos de São José dos Campos tem se posicionado em favor da defesa de seus direitos, independentemente do grupo dirigente à frente do SMSJR. Se “o sindicato quer levar para um lugar que não beneficia a categoria, a categoria muda de posição”. Talvez, a experiência da década de 1980, marcada pelas grandes greves com ocupação de fábrica para defender e conquistar direitos a todo custo, tenha contribuído para o que Zé Luís chamou de um “discernimento” da categoria, que tem avaliado e rejeitado propostas que contrariem seus interesses e, logo, os dirigentes e grupos que as defendem.

Em síntese, a presença constante no cotidiano dos metalúrgicos ao longo de décadas e a atuação intransigente em defesa de seus interesses durante anos pode ter contribuído para o enraizamento da CS, e depois do PSTU, na experiência desses trabalhadores. Igualmente, o espaço deixado pela militância petista, priorizando a administração pública a partir dos anos 1990, e pela Igreja Católica joseense, descomprometida com os interesses da classe trabalhadora da cidade, talvez tenham fortalecido a organização trotskista, que buscava constituir-se como alternativa àqueles sujeitos. Ao longo de mais de duas décadas, a sucessiva escolha dos dirigentes da CS/PSTU pelos metalúrgicos de São José dos Campos sugere que suas práticas sindicais têm o respaldo de boa parte da base e, nesse sentido, não parecem anacrônicas ou demasiado radicais, como apontam certos setores da sociedade.

⁷²⁰ FIGUEIREDO, Mariana Leite e ARAÚJO, Ângela Carneiro, “A construção do ‘Bloco do Interior’ ao longo dos anos 90...”, *in*: SOUZA e TROPIA (orgs.), *op. cit.*, p.48.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensar a respeito da pesquisa que originou essa dissertação, havia questionamento em relação ao que se costumou apresentar como o “novo sindicalismo”. O termo, cunhado a partir das greves do ABC no final dos anos 1970 foi definido em oposição ao chamado “sindicalismo populista” do pré-1964 e ao que se supunha ter sido a prática do PCB naquele período. Sob essa ótica, os comunistas teriam definido sua postura no interior do “pacto populista” por uma ação “reformista” e de “colaboração de classes”, pelo distanciamento das bases, por uma forte atuação em termos de cúpulas sindicais e políticas, cooptando o movimento dos trabalhadores para o interior da estrutura sindical corporativa. Essa política teria enfraquecido o sindicalismo e facilitado o golpe civil-militar, uma vez que não houve resistência capaz de se colocar a sua altura. Portanto, o PCB – maior liderança na esquerda de então – foi responsabilizado, em larga medida, pelo golpe e o “sindicalismo populista” visto como uma derrota tanto em termos dos interesses imediatos da classe trabalhadora quanto de seus interesses estratégicos.

Desse modo, a partir das greves deflagradas no ABC ao final da década de 1970, uma ruptura total entre o passado e o presente do movimento sindical brasileiro foi se cristalizando, tanto no meio sindical quanto na produção acadêmica. Nessas análises, os trabalhadores que se insurgiam no ABC sepultariam antigos modelos políticos e organizativos, obstruiriam a ação de lideranças afastadas de seu cotidiano e destruiriam de uma vez por todas a crença num Estado e numa legislação pretensamente protetoras da classe trabalhadora. Representando o “novo” e enterrando o “velho sindicalismo” do período 1945-1964, os trabalhadores resgatariam e reconstruiriam um poder autônomo, articulando conflitos fabris em espaços que ultrapassavam as instituições sindicais. A dicotomia presente nessas análises valorizava o “novo” e desqualificava o “velho”, apontando uma completa descontinuidade entre um e outro, como se tal novidade houvesse brotado no vácuo, sem vínculo algum com as experiências vividas do passado.

Com o passar do tempo e ao contrário do previsto pelos mais otimistas, os avanços e conquistas do movimento sindical no final dos anos 1970 não foram capazes de romper com os fundamentos da estrutura sindical gestada no pré-1964, que permanece até os dias

atuais, e, diante desse fato, o passado do movimento sindical brasileiro passaria por uma necessária revisão. Por meio de sólidas análises, a historiografia do trabalho nas últimas duas décadas tem demonstrado a existência de significativas continuidades entre o passado e o presente, ao contrário do que havia sido defendido em diversas leituras e generalizações que careciam de maior lastro empírico.

Retomo aqui a inquietação em relação ao “novo sindicalismo”: havia a impressão de que além da luta por liberdade e autonomia, visando a livre organização dos trabalhadores e o fim do modelo corporativista da Era Vargas – polo aglutinador do “novo sindicalismo” – os herdeiros desse movimento sindical haviam abandonado também a combatividade que o caracterizara, especialmente entre o final dos anos 1970 e a década de 1980 e que havia aproximado os “autênticos” e as “Oposições Sindicais”. Em seu lugar, surgiu uma política que visava compor as alianças de classe tão rechaçadas no passado. Isso parecia especialmente verdadeiro no caso do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, berço da suposta novidade no sindicalismo da década de 1970. De modo diverso, a afirmação de combatividade e a rejeição à colaboração de classes típicas daquele sindicalismo pareciam princípios norteadores da ação de outro sindicato de metalúrgicos no estado de São Paulo, o de São José dos Campos, ainda que a luta contra a estrutura sindical oficial parecesse ter sido igualmente posta de lado.

Ao contrário do SMABC, o SMSJR parece conservar alguns dos princípios e propostas defendidas no passado pelo “novo sindicalismo” e que são ainda hoje fundamentais como referências para transformações pelas quais o Brasil precisa passar. Entretanto, a retomada da discussão sobre a estrutura sindical ressurgiu com força exatamente a partir do SMABC. Por meio da elaboração de uma proposta de projeto de lei em 2011, que conta com o apoio da direção da CUT, do Governo Federal e do empresariado. Por outro lado, um setor do movimento sindical – capitaneado pela CSP-CONLUTAS e o SMSJR, além de setores da chamada “esquerda da CUT” – rejeitou veementemente a iniciativa do ABC. Inspirado no modelo alemão de negociação coletiva, o projeto foi denominado Acordo Coletivo Especial (ACE) e baseado em experiências

diversas de negociação permanente com empresas, como as Comissões de Fábrica ou ainda as Câmaras Setoriais dos anos 1990⁷²¹.

O ACE garante que um sindicato profissional e uma empresa do setor econômico correspondente possam estipular condições específicas de trabalho aplicáveis ao âmbito da própria empresa. Para isso, entretanto, o sindicato deve ter representatividade comprovada no local de trabalho, enquanto a empresa deve reconhecer essa representação, além de comprovar a não existência de práticas antissindicais⁷²². Através de um Comitê Sindical de Empresa (CSE), as normas à margem da CLT firmadas entre as partes formariam um “acordo coletivo de trabalho com propósito específico”. A ideia não seria revogar a legislação existente, mas possibilitar o estabelecimento voluntário de normas condizentes com as especificidades de cada empresa⁷²³. O negociado entre as partes, portanto, prevaleceria sobre o legislado.

A CLT, embora fixe patamares básicos para regular a relação desigual capital-trabalho e se posicione a favor do lado considerado hipossuficiente, seria também responsável por “tolher a autonomia dos trabalhadores e empresários, impondo uma tutela do Estado” que se converte em “barreira para o estabelecimento de um equilíbrio mais consistente”⁷²⁴. O “controle excessivo e as regras engessadas” da legislação vigente representariam, assim, a “morte da liberdade”. Por esse motivo, o SMABC reivindica Convenção 87 da OIT, que dispõe sobre a liberdade e autonomia sindical, e considera a legislação trabalhista um dispositivo “superado e anacrônico”, cuja atualização se faz necessária para entrar em sintonia com as profundas mudanças sociais, políticas e econômicas atravessadas pelo país desde a década de 1930. Com uma importante ressalva: “em hipótese alguma, as mudanças poderão eliminar as proteções existentes na CLT para os setores menos organizados e mobilizados”⁷²⁵, embora não se especifique o que isso significa exatamente.

⁷²¹ Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. *Acordo Coletivo Especial*, 2011. p.20-23.

⁷²² *Idem*, p.39.

⁷²³ *Idem*, p. 42.

⁷²⁴ *Idem*, p. 13.

⁷²⁵ *Idem*, p. 18.

Para o presidente do SMABC, Sérgio Nobre, o projeto é fruto da necessidade de “modernizar as relações de trabalho”, “solucionar seus conflitos de forma mais eficaz e garantir “a representação sindical no interior da fábrica”, condições fundamentais à democratização das relações entre trabalhadores e empresa”⁷²⁶. A entidade rejeita a ideia de “pacto” ou “parceria”, mas afirma a necessidade de reconhecer as diferenças de interesses, as tensões, disputas e conflitos inerentes à relação capital-trabalho no regime democrático, buscando solucioná-las através de uma “convivência respeitosa” capaz de produzir avanços considerando tanto as demandas dos trabalhadores quanto as dos segmentos empresariais⁷²⁷.

A ideia conta com o apoio do Governo Federal e é “parte de sua agenda para aumentar a competitividade da economia”. Igualmente, os representantes patronais veem com bons olhos o projeto, o que pode verificar-se pela afinidade entre as medidas propostas pelo sindicato e o conteúdo do documento *101 propostas para a modernização trabalhista*, da CNI. Nele, a diretriz de criar “condições favoráveis ao desenvolvimento das atividades produtivas” significa “garantir a competitividade às empresas”, objetivos para o qual a “modernização” das relações de trabalho é vista como determinante. A entidade patronal aponta ainda a necessidade de “identificar oportunidades de redução de custos e de riscos associados ao emprego formal, sem abrir mão da proteção dos trabalhadores”, algo fundamental para “sustentar o ingresso de dezenas de milhões de brasileiros” excluídos do mercado de trabalho formal⁷²⁸.

Assim, num contexto em que os trabalhadores eram considerados hipossuficientes, a “rigidez” da CLT teria sido pensada como a melhor alternativa para reger as relações de trabalho e garantir direitos, mas teria se tornado, em face de todas as transformações vividas pelo país durante sete décadas, o motivo de exclusão de quase 50% da população economicamente ativa do gozo daqueles mesmos direitos. Seria fundamental, então, “substituir o modelo atualmente em vigor por outro que privilegie a negociação, calcado na representatividade dos atores e capaz de adequar às diferentes realidades e maximizar os

⁷²⁶ *Idem*, p. 3

⁷²⁷ *Idem*, p.30.

⁷²⁸ Confederação Nacional da Indústria. *101 propostas para a modernização trabalhista*. Brasília: CNI, 2012, p.13-15.

ganhos para as empresas, os trabalhadores e o país”⁷²⁹. Para a CNI, um sistema trabalhista moderno deve ser formado por uma base legal que trate dos direitos fundamentais e estabeleça regras do diálogo entre as partes, sendo o restante definido por “negociações que levem em consideração as especificidades setoriais, regionais e mesmo de cada empresa e de cada trabalhador”⁷³⁰. Em síntese, a negociação deve ser privilegiada, reduzindo o peso da legislação.

Conforme foi mencionado, o projeto do ACE se baseia no modelo de livre-negociação alemão, em vigor desde o pós-guerra, e importado para o Brasil pela Mercedes-Benz após as greves de 1985⁷³¹. Atualmente, a negociação direta está presente em pelo menos 5 montadoras e 84 fabricantes de autopeças da região do ABC, entre as quais o modelo da Mercedes é visto como o mais “avançado”. Nessa empresa, semanalmente um comitê de representantes eleitos pelos trabalhadores e de executivos indicados pela direção empresarial se reúne para discutir e buscar soluções para os problemas no trabalho⁷³². A livre negociação proposta no projeto de lei, portanto, já está em vigor em diversas empresas no ABC, embora ainda sujeita à “insegurança jurídica”, isto é, a possibilidade de invocação de dispositivos da CLT visando anular acordos, aplicar multas pesadas, gerar enxurradas de processos trabalhistas que sobrecarregariam ainda mais a Justiça do Trabalho e os

⁷²⁹ *Idem*, p.18.

⁷³⁰ *Idem*.

⁷³¹ A ideia de trazer o modelo alemão de negociação ao Brasil não pareceu restrita ao caso da Mercedes e de São Bernardo do Campo. De acordo com Moacyr Pinto da Silva, militante da Articulação e assessor do SMSJR nos anos 1980, durante a cerimônia de instalação da Comissão de Fábrica da GM de SJC, ocorrida em 1984, ele foi “cercado pela direção da GM”, que “veio me fazer uma proposta, da gente ir visitar a Alemanha, conhecer a relação da empresa com os sindicatos lá da Alemanha. Então, eu falei: vou levar pra diretoria pra ver o que fala, né? Essa conversa não andou [...] E aí tinha um objetivo, né? Porque o sindicalismo na Alemanha era um sindicalismo civilizado, não o sindicalismo americano, que não servia, né? Nem aquilo que eles vieram praticando, a relação que eles vinham praticando, enquanto puderam, né, na ditadura. Eles puderam explorar... Não servia mais também, então eles tavam querendo... É o modelo que hoje inclusive tem vigência lá em São Bernardo [...] O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, no meu modo de entender, pratica um sindicalismo à moda alemã, inclusive com organização, representação dentro da fábrica, sala pros representantes dos trabalhadores...”. ⁷³¹ Moacyr Pinto da Silva, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Parte 3, 06/02/2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NfvDpvcouB8>>. Acesso: 26/06/2014.

⁷³² “Na Mercedes-Benz tudo se resolve na conversa”, *Exame*, 22/06/2012. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1019/noticias/na-mercedes-benz-tudo-se-resolve-na-conversa>.

departamentos jurídicos sindicais e empresariais, aumentando prejuízos e tensões. Seria necessário, por isso, privilegiar o “entendimento do chão de fábrica”⁷³³.

Se aprovado, o projeto poderia ser usado, por exemplo, para reduzir jornadas e salários em caráter excepcional e por tempo determinado, visando atravessar crises econômicas e evitar falências e demissões em massa. Segundo a declaração de um representante da equipe econômica do governo, trata-se de um “pacto” legalmente possível somente onde as leis são “flexíveis”. Na própria Mercedes, a decisão de desligar temporariamente 1.500 trabalhadores, num total de 12.700, foi tomada pelo comitê de representantes após uma brusca retração na venda de veículos em janeiro de 2012. A “questão das horas extras”, por outro lado, teria sido um verdadeiro “cabo de guerra” entre empresa e trabalhadores no passado, mas acabou sendo solucionada. Hoje, o banco de horas é uma realidade nas empresas metalúrgicas do ABC e, se aprovado o ACE, sua utilização poderá ser ampliada⁷³⁴.

Entre os metalúrgicos de São José dos Campos, por outro lado, a rejeição ao banco de horas tem sido questão de honra. A regulação das horas extras e da redução do tempo de jornada de trabalho sem redução salarial constitui batalha histórica travada pela categoria. No passado, foi motivo de conflitos grevistas acirrados e é parte dos problemas recentemente enfrentados em alguns locais onde a questão não foi resolvida de modo favorável aos interesses empresariais, como na GM de São José dos Campos. O recente fechamento de setores de produção da fábrica e sua transferência para unidades da empresa em outros locais, a eliminação de postos de trabalho via demissões e Programas de Demissão Voluntária (PDV), que totalizaram mais de 2 mil empregos entre 2012 e 2013, foram atribuídas pelo empresário André Beer às práticas anacrônicas dos dirigentes do SMSJR, alinhados a “partidos bastante radicais” que se recusam a aceitar cláusulas contratuais como “banco de horas e pontes”⁷³⁵. Vice-presidente da GM em 1985, Beer também responsabilizou os sindicalistas pelos conflitos do passado na empresa, como a polêmica greve de 1985, e defendeu transferência da produção da fábrica, diante da

⁷³³ *Idem.*

⁷³⁴ *Idem.*

⁷³⁵ Em junho de 2008, após seis meses de luta, os operários da GM São José dos Campos conseguiram derrotar uma proposta do banco de horas apresentada pela empresa.

resistência do SMSJR nas negociações⁷³⁶. O atual vice-presidente da GM declarou, a esse respeito, que “o que nós temos necessidade para nos mantermos competitivos no mercado nacional e internacional é o banco de horas ou qualquer nome que você queira dar. O que nós precisamos efetivamente é de uma flexibilização”.

Pelo mesmo motivo que condena o banco de horas, o SMSJR considera o ACE o “exemplo mais recente da ofensiva aos nossos direitos”, uma “armadilha do capital” que, se aprovada, representaria um “profundo retrocesso e precarização das condições de trabalho no Brasil”⁷³⁷. O fato de o projeto permitir que o negociado diretamente entre as partes passe a prevalecer sobre o estabelecido pela CLT é visto como forma de “reduzir direitos trabalhistas” para “reduzir custos” das empresas, embora esse objetivo esteja camuflado por noções como “flexibilização”, “necessidade de modernizar as relações de trabalho” ou ainda “relações mais maduras entre patrões e empregados”⁷³⁸. Na mesma direção, a organização no local prevista pelo projeto, seria a maneira de “ajudar o patrão a acabar com os nossos direitos”, ao contrário dos organismos de base historicamente defendidos pela entidade⁷³⁹. Apesar das críticas, a direção do SMSJR também defende mudanças na CLT, que “protege muito pouco o trabalhador” e precisaria ser melhorada. Defendem a inclusão na CLT de mecanismo que assegurem a proteção legal ao direito de organização dos trabalhadores no local de trabalho, do qual está excluído o setor privado, ao passo que o setor público é alvo de ofensivas constantes. Outra medida defendida por esse setor, diretamente na contramão do ACE é o Contrato Nacional de Trabalho (CNT), que estabelece um patamar mínimo de direitos com cláusulas comuns nacionalmente e conquistas acima do legislado pela CLT. O CNT seria uma forma de impedir a redução ou a revogação de direitos por meio de acordos setorializados, dificultando alterações contratuais mesmo onde houver consenso entre sindicatos e empresas⁷⁴⁰.

⁷³⁶ *Sindicato continua no século 19, diz ex-presidente da Anfavea*. Disponível em: <http://colunistas.ig.com.br/poder-economico/2012/07/29/sindicato-continua-no-seculo-19-diz-ex-presidente-da-anfavea/>. Acesso: 13/08/2012.

⁷³⁷ CSP-CONLUTAS, *Direito se defende, não se entrega: não ao Acordo Coletivo Especial que ataca os trabalhadores*, s/d, p. 5.

⁷³⁸ *Idem*, p.5.

⁷³⁹ *Idem*, p. 21.

⁷⁴⁰ *Idem*, p.33-41.

Em seu documento, a CONLUTAS – central sindical integrada pelo SMSJR – lamenta o fato de o projeto do ACE ter recebido adesão de alguns sindicatos que “em décadas passadas estiveram à frente da luta pela garantia dos direitos dos trabalhadores”, entre os quais menciona o SMABC⁷⁴¹. Esse último, por sua vez, tece críticas ao que denomina duas “culturas” sindicais distintas. Em primeiro lugar, o “sindicalismo conformista” ou “pelego”, favorável à manutenção da estrutura sindical para garantir o fluxo de recursos financeiros provenientes do imposto sindical e sustentar seus dirigentes acomodados, sem qualquer necessidade de mobilização das bases. Em segundo, critica principalmente o “sindicalismo que é combativo no discurso e se apresenta como revolucionário, mas que acaba não acumulando as forças necessárias para obter conquistas salariais e construir relações de trabalho mais democráticas”, apegado a “dogmas teóricos” que o fariam incidir em “outro tipo de conservadorismo – tão prejudicial quanto o velho peleguismo – quando rejeita inovações que os tempos atuais exigem”. Segundo o documento do SMABC, as categorias profissionais pautadas por esse “discurso ideológico” terminam expostas a “graves problemas e vulnerabilidades, como desdobramento da aversão de seus dirigentes ao exercício de negociação permanente com os representantes das empresas”⁷⁴². Essa segunda crítica, evidentemente, dirige-se a entidades como o SMSJR e outras vinculadas a CSP-CONLUTAS, além dos segmentos de esquerda dentro da CUT.

Enfim, tanto o SMABC quanto o SMSJR se afirmam como os verdadeiros defensores dos interesses da classe trabalhadora, embora apresentem entendimentos e ações diferentes – e frequentemente opostas – para concretizar esse objetivo. A constatação de que práticas diversas se conformaram nas duas entidades de classe levou à indagação acerca dos motivos para que o SMSJR tenha assumido rumo tão distante do SMABC. Nesse último, a Articulação, corrente majoritária do PT, é hegemônica desde os anos 1980 e mesmo antes, se se considera que os sindicalistas “autênticos” estavam em sua direção desde meados da década de 1970. Por outro lado, a direção do SMSJR está a longa data sob a direção do PSTU, partido trotskista que se apresenta como socialista e revolucionário,

⁷⁴¹ *Idem*, p.5.

⁷⁴² Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. *Acordo Coletivo Especial*, 2011, p. 27-29.

portador de um discurso radical contra a burguesia e os governos e pautado por uma política de intransigente rejeição a qualquer aliança de classes. Nessa perspectiva, sua ação sindical parece orientar-se no sentido estratégico do conflito de classes permanente, o que teria uma função pedagógica e, de algum modo, poderia levar os trabalhadores à revolução socialista. Se para o SMSJR, o projeto de lei do ACE significa “entregar” direitos, “embarcando nos discursos do capital” e “garantindo o aumento de lucros das empresas”⁷⁴³, o SMABC condena a prática de “priorizar na vida sindical a denúncia ideológica das injustiças presentes no sistema capitalista, pondo em segundo plano os interesses imediatos dos trabalhadores”⁷⁴⁴.

Se a história do ABC é bem conhecida, graças aos inúmeros estudos no âmbito da historiografia, da sociologia e da ciência política, o caso de São José dos Campos beirava o desconhecido. Nesse sentido, as trajetórias da categoria metalúrgica, suas experiências, ações coletivas, bem como a de seu sindicato, e o processo que levou a Convergência Socialista – principal corrente na origem do PSTU – ao comando dessa entidade desde 1990 eram algumas das questões que pareciam pertinentes à investigação. Embora a relação do pesquisador com o objeto tenha surgido a partir da questão do “novo” e do “velho” sindicalismo, a investigação foi norteadada para responder uma questão que parece mais pertinente, a saber, as especificidades do caso dos metalúrgicos de São José dos Campos em relação ao paradigma do “novo sindicalismo”, generalizado a partir da experiência dos metalúrgicos do ABC. Essa identidade, como se afirmou, foi constituída em oposição ao “velho” e embora a historiografia tenha, em grande medida, desconstruído a cisão entre os dois períodos do movimento sindical brasileiro, pouco se deteve até o momento em explorar a particularidade desse sindicalismo em diferentes locais⁷⁴⁵. É esta a contribuição que se espera ter apresentado com a presente dissertação: dotar o chamado “novo sindicalismo” de uma imagem menos homogênea. As ocupações de fábrica como tática de

⁷⁴³ CSP-CONLUTAS, *Direito se defende, não se entrega: não ao Acordo Coletivo Especial que ataca os trabalhadores*, s/d, p. 21.

⁷⁴⁴ Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. *Acordo Coletivo Especial*, 2011, p. 29.

⁷⁴⁵ Dois estudos que constituem exceções a essa tendência são: FERREIRA, Rafael Leite. *O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco (1979-1984): Entre mudanças e permanências*. Dissertação de Mestrado. UFPE, 2012; SANTOS, Adriana Gomes e FERNANDES NETO, Antônio. *1980: portuários em greve. Nem os pombos apareceram no cais: velhos pelegos e nova vanguarda*. São Paulo: Veneta, 2015. Agradeço a Murilo Leal pela sugestão dessas referências.

luta recorrente e a presença de “refêns” em alguns desses casos; as negociações por fábrica empregadas largamente; algumas especificidades na dinâmica de ação dos piquetes; a hegemonia entre a categoria de um grupo de esquerda que se opunha, já em fins dos anos 1980, à direção majoritária do PT e também da CUT e que até hoje se conserva à frente do SMSJR, são alguns dos aspectos que podem ser destacados para evidenciar as diferenças entre esse sindicalismo e o caso dos metalúrgicos do ABC.

Durante os primeiros anos da trajetória do SMSJR, fundado entre 1956 e 1958, embora tenha havido na entidade algum espaço para os grupos de trabalhadores que tomavam se organizavam em algumas fábricas e buscavam a mediação do SMSJR para solucionar conflitos do trabalho, não há qualquer indício de que a direção dessa entidade tenha fomentado essas iniciativas. Isso significa que, desde o período anterior ao golpe civil-militar, o interesse em “sindicalizar a fábrica” não esteve no horizonte dos dirigentes metalúrgicos, que costumaram demonstrar certa resistência em levar adiante as mobilizações da categoria, limitando-se a enviar ofícios e sentar à mesa para negociar com os patrões. Essa realidade contrasta com a experiência dos trabalhadores têxteis da cidade, categoria envolvida desde meados da década de 1930 em greves dirigidas por entidades intersindicais compostas por militantes PCB, embora sua associação de classe tenha sido fundada em 1946 na sede do PTB e o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de São José dos Campos (STSJC) tenha sido oficializado somente em 1954. A evidente influência de comunistas e trabalhistas entre os têxteis explica sua politização, envolvimento em grandes mobilizações operárias – como a greve dos 400 mil e dos 700 mil – e a sólida organização construída nas fábricas, de modo semelhante ao sindicalismo em outros locais e categorias nesse mesmo período. Em 1960, por exemplo, o STSJC havia organizado uma comissão de fábrica em cada indústria e possuía um delegado sindical em cada seção fabril.

Nesse mesmo período, o SMSJR atuou fundamentalmente como um prestador de serviços assistenciais a seus associados, característica que se aprofundou após o golpe civil-militar de 1964. A partir desse momento, a pequena brecha através da qual, vez ou outra, podiam ressoar as reivindicações operárias foi fechada e os conflitos entre capital e trabalho ficaram restritos ao interior das fábricas e, em grande medida, fora do alcance das fontes pesquisadas. Ao contrário de muitos sindicatos no período – como o próprio Sindicato dos

Têxteis de São José dos Campos – o SMSJR e seus dirigentes, ferrenhos anticomunistas, permaneceram ilesos à onda de intervenções e cassações do pós-golpe, adotando uma postura de completa adesão ao novo regime e constituindo uma burocracia completamente desinteressada das atividades sindicais. O encastelamento dos dirigentes “pelegos” nessa entidade sindical teria seus dias contados a partir do ascenso do movimento sindical no final da década 1970. Os metalúrgicos de São José dos Campos participaram desse processo realizando uma greve em março de 1979, apesar da direção de seu sindicato ter se manifestado contrária ao movimento, retirando-se de cena.

A greve de 1979 foi deflagrada por aclamação da assembleia reunida no salão do sindicato dos têxteis e seria coordenada por um comando geral de greve (CGG), eleito pelos grevistas e composto por trabalhadores de diversas fábricas. Tratou-se de um momento oportuno para investigar as estratégias empregadas pela categoria visando garantir a paralisação do trabalho. Piquetes em portas de fábricas asseguraram a manutenção da greve durante seus dois primeiros dias e seus membros foram orientados a agir somente nas indústrias em que não trabalhavam, provavelmente visando evitar a repressão patronal e o conflito direto com colegas que se negassem a parar de trabalhar. Em diversas empresas, contudo, a adesão foi imediata e os conflitos naqueles primeiros dias quase não existiram. Isso, de certo modo, evidencia que os piquetes nem sempre significaram coerção a fura greves, podendo servir igualmente para legitimar a paralisação de operários que temiam a repressão, embora fossem favoráveis ao movimento. Atuaram, assim, para impedir a “triagem” nos portões das fábricas, apagando a distinção entre “grevistas” e “não grevistas”, tão utilizada pelas empresas para justificar punições. Com o rápido recrudescimento da repressão policial nas portas das fábricas, os piquetes foram dissolvidos e passaram a se posicionar nos pontos de ônibus dos locais de moradia e também ao longo dos principais corredores entre esses locais e as fábricas. Nos bairros, os grevistas tentariam convencer os colegas a permanecer em casa e nas ruas buscariam assegurar que os ônibus chegassem vazios em seus destinos.

Além dos diversos metalúrgicos ativistas, se destacaram nesse processo alguns militantes de organizações de esquerda, principalmente da Convergência Socialista (CS), que continuaria a ter intensa atuação entre a categoria ao longo de toda a década seguinte.

A greve de 1979 possibilitou ainda, por meio do CCG, o contato entre diversos ativistas sindicais anteriormente dispersos pelas fábricas da região, o que foi fundamental para a consolidação de uma Oposição Sindical Metalúrgica (OSM) local. Naquele ano, grande parte dos metalúrgicos joseenses vivenciou pela primeira vez a experiência grevista e a categoria pareceu marcada pela ideia de que parar o trabalho nas ruas significava servir de “saco de pancada” para as forças policiais, o que pode explicar, em parte, a escolha e a capacidade de mobilização das táticas empregadas na década seguinte, convocando os trabalhadores a se retirarem da via pública em direção ao interior das usinas, onde haveria menor possibilidade de serem alvos da violência policial.

A Consolidação da OSM-SJC após essa greve tornou a queda da velha direção de José Domingues da Silva Sobrinho – extremamente desgastado entre a categoria por ter abandonado seu posto durante o movimento – uma questão de tempo. O grupo oposicionista passou a se reunir periodicamente e a inserir-se nas fábricas para organizar os trabalhadores, mas nas eleições de 1981 dividiu-se em duas chapas: uma da Convergência Socialista e a outra encabeçada pelo PMDB e composta por sindicalistas que se envolviam com o PT. A chapa da CS retirou-se posteriormente, avaliando que o objetivo imediato era derrubar o “pelego” e, dessa forma, a chapa do PMDB tornou-se vitoriosa. Esse momento inaugura uma série de transformações na trajetória do SMSJR. Se os têxteis haviam sido a categoria mais mobilizada na cidade antes de 1964, com o golpe e o ressurgimento do movimento sindical no final dos anos 1970, os metalúrgicos joseenses passaram a ocupar essa posição, assim como, naquele mesmo período, a indústria metalúrgica superou a indústria têxtil no que diz respeito à importância econômica na região.

O período dessa nova direção sindical, entre 1981 e 1984, foi marcado por crise econômica, alta inflacionária e elevado desemprego. Apesar da postura defensiva assumida pelo sindicato diante desse quadro, há um evidente crescimento do número de greves, contrastando claramente com os 25 anos anteriores de trajetória da categoria. Diferente de 1979, essas greves tenderam a ocorrer circunscritas a cada fábrica e, em geral, estiveram relacionadas ao descumprimento ou o corte de direitos trabalhistas, condições de trabalho, índice de produtividade ou demissões em massa. Observa-se ainda durante esses anos o início de uma campanha do SMSJR pela redução da jornada de trabalho para 40 horas

semanais, contra as horas extras e pela estabilidade no emprego, reivindicações que visavam fazer frente ao alto índice de desempregados entre a categoria naquela região. Além disso, é possível afirmar que partiram dessa direção sindical os primeiros esforços no sentido de organizar os operários em seus locais de trabalho: dirigentes sindicais de base passaram a atuar nas fábricas situadas no território do SMSJR, as primeiras comissões de fábrica foram conquistadas em 1983 na Embraer e Tecnasa e o sindicato passou a envolver-se também no processo de eleição das CIPAS, que até então costumava ser controlado pela direção das fábricas. O Sindicato, nesse período, certamente deu um salto no que diz respeito à presença no cotidiano dos trabalhadores, incentivando sua sindicalização, e durante algum tempo foi um local por meio do qual os metalúrgicos desempregados puderam tentar se organizar para enfrentar aquela crise.

Internamente, as tensões entre o grupo majoritário da direção – liderado pelo emedebista Ary Russo – e grupo de sindicalistas que haviam aderido ao PT estiveram sempre presentes no SMSJR e seu acirramento resultaria na ruptura da aliança em meados de 1983, ainda durante aquela gestão. As contradições entre esses dois grupos estiveram ligadas às disputas que ocorriam no campo sindical no início dos anos 1980. De um lado, o bloco Unidade Sindical – formado por setores conservadores, como os chamados pelegos e o PMDB, além de organizações de esquerda abrigadas neste último, como o PCB, o PCdoB e o MR8. De outro, o chamado bloco combativo, constituído pelos Autênticos e pelas Oposições Sindicais. Embora seja improvável que o PMDB tivesse qualquer inserção entre os metalúrgicos joseenses sem a mediação dos militantes das organizações de esquerda que estavam em seu interior naquele momento, não existem evidências acerca da ligação de Russo a nenhuma dessas organizações. Contudo, é possível perceber que o conflito no âmbito da direção metalúrgica esteve ligado às discordâncias estratégicas entre os dois blocos citados. Russo e seu grupo pareceram agir tendo em vista o quadro da redemocratização, avaliando que o acirramento dos confrontos naquela conjuntura se converteria em retrocesso caso os setores mais duros das Forças Armadas resolvessem fechar novamente o regime. Essa estratégia se aprofundou após as eleições de 1982, quando o PMDB conseguiu eleger um prefeito em São José dos Campos. Os sindicalistas ligados ao PT, por outro lado, pautavam-se naquele momento pela centralidade da luta e da

organização dos trabalhadores, desprezando as alianças com os setores burgueses da sociedade e apresentando ceticismo em relação às vias institucionais da política. Essas divergências ajudam a compreender a hesitação e o recuo de Russo diante das greves da categoria e as críticas dos petistas em relação à negociação de acordos vistos como inaceitáveis e prejudiciais a categoria metalúrgica, além de privilegiar medidas que resultavam no esvaziamento da mobilização dos trabalhadores, como a adesão do SMSJR ao Fundo de Apoio aos Desempregados (FADE). Para o PMDB, esse Fundo representava um “pacto de responsabilidades” entre trabalhadores e patrões, enquanto os petistas viam nele uma “cortina de fumaça” para esconder o problema sem resolvê-lo e desmobilizar os trabalhadores desempregados. Além disso, para o grupo da Unidade Sindical não havia condições políticas e sindicais para a criação da CUT naquele momento, o que pode explicar as acusações dos petistas de que o presidente do SMSJR nada fizera para construir a CUT em sua região. Em síntese, a posição cada vez mais conservadora do grupo majoritário daquela direção sindical e a disposição combativa dos petistas parecem ter sido o mote de sua separação no seio do SMSJR e da conseqüente aproximação entre os sindicalistas ligados ao PT e os militantes da Convergência Socialista. Naquele momento a CS era uma corrente interna do mesmo partido e, entre outras coisas, defendia um sindicato que organizasse os trabalhadores de forma independente, visando o confronto com os empresários e com o regime militar, proposta alinhada com o que queria os sindicalistas do PT.

Entre 1984 e 1990, o SMSJR esteve sob a direção desses dois grupos de sindicalistas inseridos no PT: aqueles pertencentes à CS e os que estavam na corrente majoritária do partido, a Articulação. Aqueles anos – de transição entre a ditadura militar e a “Nova República” – foram marcados pela escalada da radicalização nas ações grevistas, acirrando os conflitos dos metalúrgicos com os empresários e com o Estado. Em 1984, diversas greves da categoria passaram a acontecer por meio da ocupação de fábricas, tática de luta que rendeu conquistas significativas na conjuntura recessiva e que seria reeditada pelo SMSJR em diversas ocasiões ao longo de todo o restante daquela década. Aquelas greves demonstraram os esforços do SMSJR para organizar os trabalhadores nas fábricas e, ao mesmo tempo, impulsionaram essa organização, já que garantiram a conquista de

diversas Comissões de Fábrica e de outros mecanismos para aumentar a presença do Sindicato no cotidiano do trabalho. No sentido contrário, elas motivaram iniciativas patronais para implodir os alicerces daquela crescente organização fabril através da repressão aos dirigentes sindicais, diretores de base, cipeiros e membros de Comissões de Fábrica.

Embora as greves com ocupação tenham sido uma novidade na experiência dos trabalhadores joseenses, o mesmo não pode ser afirmado em relação ao movimento sindical brasileiro, como atestam as greves com ocupação de 1968 na Belgo-Mineira, em Contagem (MG), na Cobrasma e na Lonaflex, em Osasco (SP). Além disso, o emprego dessa tática de greve, embora pudesse trazer algumas vantagens aos grevistas, não se opunha de modo algum ao uso de piquetes, como ficaria claro principalmente nas greves de 1985, quando as duas táticas de ação coletiva foram empregadas simultaneamente em função da situação de cada fábrica e dos objetivos da paralisação. Viu-se ainda que tanto em relação aos piquetes, quanto à ocupação de fábricas, a existência de uma sólida organização no local de trabalho poderia desempenhar papel importante na mobilização da categoria, embora isso não significasse que a coerção, a violência física e simbólica estivessem ausentes, especialmente se não houvesse organização anterior nas fábricas.

A experiência dos metalúrgicos joseenses no pós-1979 apresentou mudanças significativas em relação ao passado dessa categoria nos anos de domínio de José Domingues da Silva Sobrinho. A própria experiência da greve bem com a organização nos locais de trabalho e quaisquer táticas de paralisação eram quase inteiramente desconhecidas por esses metalúrgicos. Entretanto, o repertório organizativo e de ações coletivas da categoria a partir de 1979 apresenta continuidades em relação à trajetória de diversos sindicatos brasileiros no pré-1964, não só na Grande São Paulo, mas na própria São José dos Campos, se for levada em conta a experiência dos operários da indústria têxtil dessa cidade. Nesse sentido, o investimento na formação de comissões de fábrica na década de 1980 era quase tão novo entre os metalúrgicos joseenses quanto os piquetes por eles formados durante a greve de 1979, embora as duas experiências tenham sido amplamente empregadas pelo movimento sindical anterior ao golpe de 1964.

A propósito das ocupações de fábrica que se multiplicaram entre os metalúrgicos de São José dos Campos a partir de 1984, discutiu-se a possibilidade de que os difusores dessa tática tenham sido os antigos dirigentes da greve com ocupação de 1968 na Cobrasma de Osasco. O operário Passarinho, diretor do SMSJR, conhecera dirigentes dessas greves através da militância na Ação Católica Operária (ACO) e tornou-se bastante próximo de João e Albertina Cândido, casal que havia migrado para a região de São José dos Campos e com o qual mantivera uma “ação conjunta”. Ainda que não se possa afirmar exatamente de quem partiu a iniciativa das ocupações, a tática foi certamente fomentada pelos militantes da Convergência Socialista, que visaram, através da experiência da ocupação, “conscientizar” a base sobre a importância de criar e preservar uma situação de “duplo poder” nas empresas, o que deveria permitir maior equilíbrio nas relações do chão de fábrica. O vínculo da CS com o trotskismo argentino, a propósito, foi considerado outra possível porta de entrada para a ideia da “ocupação”. Além de pressionar os patrões, as ocupações foram vistas pela CS como um modo para demonstrar à categoria a necessidade de conquistar e manter comissões de fábrica permanentemente organizadas dentro das empresas, algo que deveria assegurar o cumprimento dos contratos coletivos, aumentar o controle sobre o processo de trabalho e impedir as frequentes demissões de ativistas sindicais. A boa receptividade da tática de ocupação entre a categoria talvez se relacione a postura defensiva na qual a conjuntura de crise do início dos anos 1980 colocou os trabalhadores. O temor de paralisar o trabalho dizia respeito também a possibilidade de perder o emprego e a tomada da fábrica pode ter se apresentado como alternativa aos operários que temiam serem identificados como grevistas pela direção das empresas. A ocupação, afinal, colocava a fábrica sob o controle temporário daqueles trabalhadores, gerando incertezas sobre quem eram as lideranças, quem participava ou não do movimento.

Em consequência da grande mobilização de 1984, na qual foi conquistado, entre outras coisas, o direito de formação da comissão de fábrica da General Motors, o SMSJR teria atingido um nível de “organização total dentro da fábrica” em 1985. Esse saldo de qualidade na organização fabril teria sido fundamental à deflagração e à coordenação da greve daquele ano na empresa, o maior e mais polêmico movimento grevista na história dos metalúrgicos de São José dos Campos. A greve de 1985 na GM foi marcada por inúmeras

controvérsias, nutridas pela própria direção empresarial em aliança com a grande imprensa da época. Iniciada no contexto da chamada “Operação Vaca Brava”, que previa surpreender os empresários e as forças repressivas com o uso de táticas que poderiam mudar a qualquer momento e sem aviso prévio, a greve começou com a paralisação do trabalho dentro das fábricas até o final de cada turno, momento em os trabalhadores deveriam retornar a suas casas, e chegou a envolver cerca de 20 mil trabalhadores nas indústrias metalúrgicas de São José dos Campos. A ação de piquetes formados por pequenos contingentes de grevistas não necessariamente coordenados pelo sindicato e que utilizavam automóveis para impedir temporariamente o trabalho em determinada fábrica e recuar em seguida para preparar uma nova e imprevisível ação em outra usina, motivou a grande imprensa a promover a ideia de que “milícias metalúrgicas” atuavam violentamente em São José dos Campos visando à paralisação das máquinas. A força do movimento era reconhecida apenas, porém atribuída à coerção dos trabalhadores pelos grevistas.

Essas “milícias”, ademais, teriam sido “inspiradas” pela Convergência Socialista, “grupo que domina o sindicato dos metalúrgicos”, onde “o petista José Luiz reina [...], mas não governa”. Embora o argumento da imprensa sugerisse a ideia de um sindicato sem representatividade, com a imposição da greve por uma minoria através dos piquetes, essa tática não significava necessariamente coerção, como se buscou demonstrar, tampouco foi a única maneira de paralisar o trabalho naquele ano. Em diversas fábricas, atuavam diretores de base, cipeiros e membros de comissões de fábrica de forma articulada à direção do SMSJR. Portanto, o repertório de ação coletiva desses trabalhadores não era composto apenas por piquetes, os quais seriam utilizados meramente como um recurso acessório naquela greve, uma vez que sua estratégia foi a manutenção da paralisação durante o maior tempo possível no interior das fábricas mais mobilizadas. Para o SMSJR, uma greve longa e forte seria a única maneira de vencer a árdua batalha pela redução da jornada de trabalho. Contudo, o uso dos piquetes nessa greve constitui mais uma evidência de que eles jamais foram dispensados, mesmo por aqueles que se consideravam representantes do chamado “novo sindicalismo”. Da mesma forma, práticas supostamente inauguradas por esse sindicalismo, como a organização nos locais de trabalho, foram fartamente utilizadas pelo sindicalismo do pré-1964. Qualquer oposição, portanto, entre um “velho sindicalismo” sem

representação fabril, de natureza “cupulista”, utilizando piquetes para impor movimentos grevistas “de fora para dentro da empresa”, e um “novo sindicalismo” supostamente enraizado nos locais de trabalho, com representatividade junto à base e, por isso, prescindindo dos piquetes para paralisar as atividades fabris, não se sustenta empiricamente de acordo com as fontes pesquisadas nesse trabalho.

Na greve de 1985, o setor automotivo foi o mais resistente em ceder às pressões dos grevistas, que reivindicavam aumento real e trimestralidade, além da redução da jornada de trabalho. Após vinte dias de paralisação, pelo menos vinte das maiores empresas na base do SMSJR haviam negociado contratos sem a mediação da FIESP, apesar dos esforços da entidade patronal em manter o empresariado unificado para obter junto ao governo a autorização para repassar os custos de quaisquer reajustes nos contratos de trabalho ao preço das mercadorias. No dia 25 de abril, após duas semanas de uma tranquila greve dentro de sua fábrica – enaltecida por jornalistas, por oficiais da PM e apoiada por representantes da Igreja em razão de sua disciplina e organização – a direção da GM antecipou-se ao julgamento do TRT e deu início a um processo de demissões “por justa causa”, assim como foi feito pelas montadoras do ABC. Tentavam, assim, acabar com a greve e com a organização que os trabalhadores haviam construído na fábrica, especialmente durante o último ano: os nomes de membros das comissões de fábrica, cipeiros, diretores de base do sindicato e outros grevistas foram os principais componentes da lista de 93 operários que tiveram seus contratos rescindidos pelo primeiro turno de demissões.

A enérgica medida tomada pela empresa, contudo, só fez agravar o conflito: cerca de 4 mil operários teriam ocupado a fábrica, condicionando sua desocupação à redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, a trimestralidade dos reajustes e a readmissão de todos os demitidos. A partir daí seguiu-se uma campanha acusatória aos grevistas com a evidente intenção de criminaliza-los e de justificar a evacuação da fábrica pelas forças repressivas. O impasse durou até o final da tarde de 27 de abril, quando os grevistas decidiram deixar o local diante da iminente invasão policial. A direção sindical e os grevistas, como se viu, levaram o conflito às últimas consequências, sabendo que seu lugar ao sol no “pacto social” da nascente “Nova República” não estava garantido e que as

reivindicações da classe trabalhadoras só poderiam ser concretizadas por meio de uma mobilização sólida e disposta a resistir a qualquer custo.

Buscou-se ainda analisar a greve de 1985 sob o ponto de vista dos que a fizeram e compreender como o conflito com a empresa foi transformado em conflito entre trabalhadores, mais especificamente, entre “vítimas” mensalistas e os seus algozes, os operários horistas. O objetivo não foi desvendar o que era ou não verdadeiro nas acusações imputadas aos metalúrgicos, mas compreender de que maneira aquele impasse foi historicamente possível. As horas de ocupação da GM representaram a insurgência dos metalúrgicos contra o autoritarismo característico das relações sociais dentro da empresa, principalmente ao longo das duas décadas anteriores, quando os operários horistas foram alvo constante de arbitrariedades praticadas pelos mensalistas com cargos de chefia que, em geral, detinham cargos superiores na hierarquia empresarial. Além disso, a diferenciação entre os horistas e os mensalistas como dois grupos opostos foi promovida pela própria política da empresa, que não apenas determinava a seus prepostos o modo abusivo de lidar com a força de trabalho, mas também conferia aos mensalistas uma série de direitos e privilégios não garantidos aos horistas.

A maior e mais longa mobilização dos metalúrgicos de São José dos Campos não obteve qualquer conquista imediata, revelando a intransigência do setor automobilístico naquelas negociações. Além disso, cerca de 400 trabalhadores foram demitidos durante e imediatamente após o movimento, e um processo criminal contra 33 ativistas foi instaurado pela Justiça. No entanto, em setembro de 1985, a GM reabriu negociações e reduziu a jornada de trabalho de 48 para 45 horas semanais, mesma iniciativa tomada por outras montadoras⁷⁴⁶. Na campanha salarial de abril de 1987, seguindo o precedente aberto na indústria automobilística, o SMSJR conseguiu negociar nova redução para 44 horas sem qualquer redução de salários, envolvendo toda a categoria. Finalmente, em 1988 essa conquista foi estendida a toda a classe trabalhadora brasileira por meio da redução da jornada de trabalho semanal de 48 para 44 horas, determinada pela Assembleia Constituinte. É importante ressaltar, ainda, que apenas recentemente a maior parte dos operários vitimados pela GM durante a greve de 1985 recebeu a anistia política e foi

⁷⁴⁶ *Diário do Grande ABC*, 5 de setembro 1985.

devidamente indenizada, demonstrando o reconhecimento do Estado à perseguição política da qual eles foram alvo no passado. Apesar dessa importante conquista, quase três décadas atrasada, há quem defenda ir além da apuração dos crimes cometidos pelo Estado, apontando a necessidade de investigar também o envolvimento direto das empresas na repressão durante o período da ditadura, muitas das quais colaboraram e se beneficiaram diretamente dos abusos do Estado⁷⁴⁷.

Por fim, as razões da hegemonia da Convergência Socialista sobre o SMSJR foram o objeto da investigação conduzida na última parte do texto. Desde o final dos anos 1970, a organização esteve intensamente presente na vida sindical da categoria, bem como no cotidiano do trabalho e em suas ações coletivas. Importante ressaltar que mais do que fornecer uma explicação acabada da vitória da corrente trotskista em sua disputa com outras organizações políticas, principalmente a corrente Articulação, do PT, buscou-se analisar alguns dos aspectos que possibilitaram esse acontecimento no início dos anos 1990. O número relativamente reduzido de indústrias metalúrgicas em São José dos Campos com uma alta concentração de operários em algumas fábricas nos anos 1980 foi o primeiro aspecto considerado para compreender a questão. Isso pode ter possibilitado aos militantes da CS, que priorizava a atuação junto à classe operária, a inserção – e reinserção, quando demitidos por sua “subversão” – nas maiores fábricas da região. A presença significativa da CS nas fábricas metalúrgicas de São José dos Campos pode ser atestada pelo monitoramento ostensivo de seus principais dirigentes e militantes, além da constante referência feita a essa organização política pelos mais diversos sujeitos do período, como jornalistas da grande imprensa, metalúrgicos, sindicalistas e parlamentares de diferentes posições no espectro político, além de empresários, funcionários da alta hierarquia das fábricas e agentes policiais.

A relevância dos setores progressistas da Igreja Católica no movimento sindical joesense também foi levada em conta para tentar compreender o menor enraizamento da corrente majoritária do PT entre a base metalúrgica do SMSJR. Se a Igreja foi fundamental

⁷⁴⁷ Ernesto Gradella, entrevista concedida ao programa “História e Memórias”, Parte 3, 26/06/2014. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=1h1fIEJpD0g> >. Acesso: 27/06/2014; GP-CVM/SJC). *A Colaboração entre as empresas e a ditadura no Vale do Paraíba*, 2014.

na formação e crescimento desse partido na sociedade, em diversos locais ela deixou de atuar nesse sentido e, muitas vezes, se opôs a ele. Esse pareceu o caso de São José dos Campos, como se procurou demonstrar a partir da trajetória e dos depoimentos de alguns metalúrgicos, evidenciando o caráter conservador da hierarquia da Igreja Católica e a intervenção de seus membros visando obstar a atuação, em suas paróquias, de operários cristãos progressistas, bem como impedir quaisquer iniciativas de ajuda material a metalúrgicos grevistas, como o uso de seus espaços e estrutura para viabilizar a arrecadação de recursos a fundos de greve. Agindo dessa forma, a Igreja Católica se distanciou da experiência de operários e militantes católicos envolvidos nas ações coletivas em defesa dos direitos da categoria metalúrgica e, desse modo, parece ter contribuído para que esses grupos católicos não tivessem em São José dos Campos a mesma referência que haviam obtido entre os trabalhadores da Grande São Paulo.

Além do papel da Igreja Católica local, também foi discutida a tese segundo a qual as organizações de “extrema esquerda” só teriam sido relevantes ao PT em “locais onde era ínfima a movimentação social”, buscando demonstrar que ela não se sustenta no caso joseense. Conforme as evidências apresentadas em diversos momentos ao longo dos capítulos, a militância da CS em São José dos Campos teve uma atuação significativa na construção do PT, assim como da CUT, na realidade local. Além disso, a experiência da categoria metalúrgica, especialmente no pós-1979, não permite afirmar que a movimentação social em São José dos Campos se aproximasse minimamente do que se entende por “ínfimo” – e, para tal, a militância da “extrema esquerda” teve importância fundamental.

A tática de greve com ocupação de fábrica, amplamente empregada pela categoria a partir de 1984, foi outro ponto considerado ao pensar as razões da hegemonia da CS no SMSJR. Apesar do emprego recorrente, a tática foi vista de modo diferente pelos sindicalistas da CS e da Articulação ao longo daquela década. Para a CS, a ocupação teria um caráter “pedagógico”, pois o acúmulo de experiências frustradas em reivindicações “justas”, porém impossíveis, permitiria alcançar, de alguma forma, a estratégia da transição socialista. Sob essa ótica, o fracasso na tentativa de manter, nos marcos da sociedade capitalista, a situação do “duplo poder” nas fábricas, seria a motivação para que a classe

trabalhadora se engajasse na conquista do poder através da revolução socialista. Por outro lado, os dirigentes sindicais petistas compartilharam a crítica de outros setores da sociedade, como os próprios metalúrgicos do ABC, de que o sindicalismo metalúrgico de São José dos Campos havia se tornado demasiado radical. Especialmente após 1985, eles tenderam a atuar na contramão das ocupações fabris, que pareciam gozar de uma aceitação considerável entre a categoria. Nesse sentido, enquanto a CS via a ocupação – tática que havia rendido inúmeras conquistas aos metalúrgicos de diversas fábricas – como um mote para inserir a categoria no projeto de transformação das relações sociais de produção, a Articulação avaliava que esse tipo de ação somente desgastaria o sindicato e deveria ser empregada única e exclusivamente como recurso derradeiro.

Isso nos leva às próprias transformações pelas quais o PT passou no crepúsculo dos anos 1980. Elas também ajudaram a entender como foi possível o triunfo da CS sobre a Articulação nas eleições de 1990 e sua consolidação como grupo hegemônico na direção do SMSJR a partir dessa década. O resultado das eleições presidenciais de 1989 representou a experiência de que chegar ao poder era uma possibilidade real ao PT e exigiria do partido uma inversão de prioridades e sua atuação em nome da “governabilidade”, com as devidas concessões programáticas daí decorrentes, o pragmatismo à frente das administrações municipais recém-conquistadas, a retirada de sua militância das ruas, praças, dos bairros e das fábricas e seu deslocamento à atuação institucional. Esse processo teria sido aprofundado em São José dos Campos especialmente a partir de 1994, quando a chegada do PT à prefeitura local resultou na debandada de militantes da vida sindical e sua realocação em cargos e funções na administração do município, como foi o caso de José Luís Gonçalves, a grande liderança sindical da Articulação na região de São José dos Campos. Além disso, nesse período a Articulação – enquanto direção da CUT e da FEM – passou a discutir propostas de redução de direitos da classe trabalhadora e, mais especificamente, dos metalúrgicos e encontrou na direção do SMSJR, já sob o comando do PSTU, um ferrenho opositor que se negaria contundentemente a negociar direitos conquistados pelos trabalhadores.

Portanto, o espaço deixado pela militância petista – que elegeu a administração municipal como prioridade – e pela Igreja Católica – descomprometida com os interesses

dos trabalhadores de São José dos Campos –, pode ter possibilitado que a Convergência Socialista ganhasse a confiança da categoria e se tornasse uma referência de direção. Isso, contudo, não dependeu somente do “vazio” deixado por outros sujeitos. Ao contrário, a presença permanente dos militantes da organização trotskista no cotidiano dos metalúrgicos ao longo de décadas e sua atuação intransigente em defesa dos interesses da categoria parecem ter sido decisivos para que eles se enraizassem na experiência dos metalúrgicos joseenses. Ao longo de décadas, a militância da CS – e posteriormente do PSTU – à frente do SMSJR colocou a entidade em caminhos diferentes daqueles seguidos pelos sindicatos ligados à CUT já no final da década de 1980 e, principalmente, durante os anos 1990. Apesar das acusações de “radicalismo” e “anacronismo” atribuídas às suas práticas tanto por empresários quanto por sindicalistas, a permanência da organização trotskista na direção SMSJR até a atualidade sugere que parte considerável dos metalúrgicos joseenses considera esse grupo dirigente como legítimo representante de seus interesses. Essas lideranças continuam a defender a resistência a propostas que consideram lesivas aos trabalhadores, embora sejam endossadas por outros sindicatos e centrais sindicais. A atuação em assembleias das fábricas de São José dos Campos para construir junto à base uma resposta negativa aos “pactos sociais” propostos no início do governo Collor, assim como a recusa à participação nas Câmaras Setoriais – na contramão do recém-inaugurado “sindicalismo propositivo” da CUT – são alguns exemplos disso. Mais recentemente, em 2008, a mobilização da categoria contra a proposta de instalação do banco de horas nas fábricas da região, ou a campanha contra o projeto de lei do Acordo Coletivo Especial, proposto pelo SMABC em 2011, também evidenciam o rumo diferente seguido pela entidade sindical joseense.

Recentemente, no dia 20 de fevereiro de 2015, uma sexta-feira, os metalúrgicos da GM de São José dos Campos deflagraram greve por tempo indeterminado, permanecendo dentro da fábrica com os braços cruzados. A decisão foi tomada após o anúncio, pela direção da empresa, do *lay-off* (suspensão temporária do contrato de trabalho) de dois meses para 794 empregados. Ao contrário das férias coletivas de outros 798 empregados, terminadas no dia 13 de fevereiro, o *lay-off* atual não prevê a estabilidade no emprego ao

final do período de vigência⁷⁴⁸. Anteriormente, no dia 3 do mesmo mês, a GM já havia anunciado seus planos de demitir 1.500 trabalhadores em São José e São Caetano através de um PDV para “adequar a produção atual à demanda do mercado”. Entre janeiro de 2014 e o mesmo mês de 2015, a produção de automóveis teria retraído em 14%, período em que teriam sido cortados mais de 12 mil postos de trabalho no setor, segundo a ANFAVEA⁷⁴⁹. Para o secretário do SMSJR, Luís Carlos “Mancha” Prates, os trabalhadores decidiram fazer greve porque “já temos experiência e sabemos como funciona: o funcionário sai para não voltar”⁷⁵⁰. Assim, a entidade de classe recusou o PDV temendo que os afastados fossem desligados permanentemente, como ocorreu em janeiro na Volkswagen de São Bernardo do Campo, e cobrou da empresa os investimentos prometidos em acordo anterior, de modo a preservar o emprego dos metalúrgicos em sua base. Após seis dias de greve na fábrica, a maior paralisação do trabalho na GM em 12 anos, os operários conseguiram fazer a direção da empresa recuar, assim como haviam feito os trabalhadores da Volks no início do ano. Em São José dos Campos, eles garantiram o direito de retorno ao trabalho após o *lay off*, com estabilidade de 3 meses, além de receber salário integral e Participação nos Lucros e Resultados (PLR) durante a suspensão dos contrato de trabalho⁷⁵¹, vencendo mais uma batalha. Em meio a essa greve, nos dias 24 e 25 de fevereiro, o atual grupo dirigente do SMSJR foi reeleito por 6.501 metalúrgicos, número equivalente a 75% dos votos válidos da categoria. Eles venceram a chapa 2, formada pela aliança entre membros da CUT e da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), que obteve 2.139 votos. Novamente, esses sindicalistas foram escolhidos pela categoria para comandar até 2018 sua entidade de classe, que atualmente representa 42 mil metalúrgicos na região. A margem de votos por eles obtida foi a maior entre as últimas eleições realizadas no SMSJR, demonstrando a manutenção de um forte enraizamento entre aqueles trabalhadores⁷⁵².

⁷⁴⁸ *Folha de S. Paulo*, 20/02/2015.

⁷⁴⁹ *Idem*, 03/02/2015.

⁷⁵⁰ *Idem*, 20/02/2015.

⁷⁵¹ “General Motors recua nas demissões e greve chega ao fim”, Disponível em: www.sindmetalsjc.org.br/imprensa/ultimas-noticias/2362/general+motors+recua+nas+demissoes+e+greve+chega+ao+fim.htm, Acesso: 27/02/2015.

⁷⁵² “Chapa 1, da CSP-Conlutas, vence eleição com 75% dos votos”, Disponível em: <http://www.sindmetalsjc.org.br/imprensa/ultimas-noticias/2363/chapa+1+da+csp-conlutas+vence+eleicao+com+75+dos+votos.htm>, Acesso: 27/02/2015.

FONTES

Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região

Arquivo Nacional

Arquivo Edgar Leuenroth (AEL)

Fundo DIEESE

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Fundo DEOPS

Arquivo Público Municipal de São José dos Campos

Acervo de periódicos

Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV-SP)

Trabalhadores Metalúrgicos, SP, São José dos Campos

Documentários:

Arquivo: Dossiê Embraer, 2007

A Convergência Socialista e a ditadura militar, 2011

Entrevistas concedidas ao autor:

Ernesto Gradella Neto, 10/05/2013

Entrevistas concedidas ao programa “História e Memórias” da Fundação Cultural Cassiano Ricardo (São José dos Campos):

José Luís Gonçalves, 2014

Moacyr Pinto da Silva, 2014

Ernesto Gradella Neto, 2014

Edemir de Paula, 2014

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, L. W. “Greve metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho”, *In: As lutas sociais e a cidade*. São Paulo/Rio de Janeiro: Passado e Presente/Paz e Terra, 1988.
- _____. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 1999.
- ALBERTI, V. “Fontes Orais: Histórias dentro da História”, *In: PINSKY, C. B. (org.). Fontes históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- ALMEIDA, M. H. T de, “O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança”, *In: Sociedade e política no Brasil pós-64*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____, “O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas”, *Debate e Crítica*, nº6, São Paulo: Hucitec, 1975, pp.49-74.
- ANTICO, C. *Deslocamentos populacionais no Vale do Paraíba: crescimento e expansão urbana na região de São José dos Campos*. Dissertação (Mestrado), Campinas: IFCH – Unicamp, 1997.
- ANTUNES, R. *A rebeldia do trabalho: confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*, 2ª ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.
- _____. *O novo sindicalismo*, São Paulo: Brasil Urgente, 1981.
- ARAÚJO, B. J. *Operários em luta: metalúrgicos da Baixada Santista (1933-1983)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- AVELAR, S. M. de, *The social basis of workers' solidarity: a case study of textile workers in São Jose dos Campos, Brazil*. 2v. Tese (doutorado) – University of Michigan, 1985.
- BATALHA, C. H. “A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetórias e Tendências”, *In: FREITAS, M. (org.) Historiografia brasileira em perspectiva*, São Paulo/Bragança Paulista: Contexto/USF, 1998, pp. 145-158.
- _____. *et al (orgs.) Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004.
- BILHÃO, I. “A construção da identidade operária brasileira: aspectos de uma trajetória historiográfica (do nacional ao local)”, *in: Mundos do Trabalho*, v. 2, n. 4, ago-dez/2010.
- BOITO JR. A. (org.) *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. *O sindicalismo de Estado no Brasil*, São Paulo/Campinas: Hucitec/Unicamp, 1991.
- COSTA, E. V. da, “Estrutura versus experiência. Novas tendências na historiografia do movimento operário e das classes trabalhadores na América Latina: o que se perde e o que se ganha”, *BIB – Boletim informativo e bibliográfico de ciências sociais*, nº29, 1990.
- COSTA, H. da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato*. São Paulo: Scritta, 1995.
- COSTA, H. da. “O Novo Sindicalismo e a CUT: continuidades e rupturas”, *in: Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis (orgs.), Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DINIUS, Oliver. *Brazil's steel city: developmentalism, strategic power and industrial relations in Volta Redonda, 1941-1964*. Stanford, California: Stanford University Press, 2010.
- ELEY, G. e NIELD, K. “Why does social history ignore politics?”, *Social History*, v. 5, n.2, 1980, pp. 249-271.

- FERREIRA, J. e AARÃO REIS, D. (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FERREIRA, D. e SANTOS, S. *Memórias do bairro Jardim Satélite*. Trabalho de Conclusão de Curso. São José dos Campos: Univap, 2008.
- FERREIRA, R. L. *O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco (1979-1984): Entre mudanças e permanências*. Dissertação de Mestrado. UFPE, 2012.
- FIGUEIREDO, M. L. e ARAÚJO, A. C., “A construção do ‘Bloco do Interior’ ao longo dos anos 90: a trajetória da unidade entre os sindicatos dos metalúrgicos de Campinas, São José dos Campos e Limeira”, in: SOUZA, Davisson e TROPIA, Patrícia (orgs.). *Sindicatos metalúrgicos no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.
- FONTES, P. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)*. Tese (Doutorado). Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.
- _____ e MACEDO, F. B. de, “Strikes and pickets in Brazil: working-class mobilization in the ‘Old’ and ‘New’ Unionism, the strikes of 1957 e 1980”. *International Labor Working-Class History*, nº83, 2013.
- FORTES, A. et al. *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*, Campinas: Unicamp, 1999.
- FREDERICO, C. *A vanguarda operária*, São Paulo: Símbolo, 1979.
- FRENCH, J. D. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo-São Caetano do Sul: Hucitec-Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995.
- FUNDO DE GREVE DOS METALÚRGICOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. *Ação e razão dos trabalhadores da General Motors de São José dos Campos: a história contada por quem a fez*. São José dos Campos: Gráfica do SMSJR, 1985.
- GARCIA, M. A. “São Bernardo: a (auto) construção de um movimento operário. Notas para discussão”, *Desvios*, nº1, 1982.
- GINZBURG, C. “Provas e Possibilidades”, in: *O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GOMES, A. M de C. “Temas clássicos, temas novos, perspectivas renovadoras”, In: ARAÚJO, A. (org), *Trabalho, cultura e cidadania*, São Paulo: Scritta, 1997, pp. 141-145.
- GREEN, J. *The world of the worker: labor in twentieth-century America*. Nova York: Hill and Wang, 1980.
- GRUPO DE PESQUISA DA COMISSÃO DA VERDADE DOS METALÚRGICOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E REGIÃO (GP-CVM/SJC). *A Colaboração entre as empresas e a ditadura no Vale do Paraíba*, 2014.
- HALL, M. “História oral: os riscos da inocência”, In: Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH – Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, 1988.
- HALL, M. e PINHEIRO, P. S. “Alargando a história do movimento operário organização, luta e controle.”, *Remate de Males*, 5, 1985, pp. 96-120.
- HAUPT, G. “Por que a história do movimento operário?”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 5, 10, 1985, pp. 208-231.
- HOBSBAWM, E. J. *Sobre história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- _____. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*, 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

- _____. *Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- HORTA, C. *A greve da GM*. São Paulo: Página Aberta, 1993.
- HUMPHREY, J. “As raízes e os desafios do ‘novo’ sindicalismo na indústria automobilística”, In: *Estudos Cebrap*, Rio de Janeiro, nº26, 1980.
- _____. *Fazendo “o milagre”: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira*, Petrópolis/São Paulo: Vozes/CEBRAP, 1982.
- JAMES, D. “O que há de novo, o que há de velho? Os parâmetros emergentes da história do trabalho latino-americana”, In: *Trabalho, cultura e cidadania – Um balanço da história social brasileira*, São Paulo: Scritta, 1997.
- LEAL, M. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- LESSA, S. N. *São José dos Campos: o planejamento e a construção do polo regional do Vale do Paraíba*. Tese (Doutorado). Campinas: IFCH-Unicamp, 2001.
- LOPES, J. S. L. (org.), *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro; São Paulo: Museu Nacional: Marco Zero, 1987.
- _____. “A formação de uma cultura operária”, *Tempo e Presença*, nº 220, 1987.
- _____. *A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”*. São Paulo/Brasília: Marco Zero/Ed. UnB, 1988.
- MACEDO, F. B. *A greve de 1980: redes sociais e mobilização coletiva dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo*, Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- MARONI, A. *A estratégia da recusa: análise das greves de maio/1978*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MATTOS, M. B. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*, Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- _____. *Reorganizando em meio ao refluxo: esforços organizativos e reposicionamentos entre movimentos políticos e sociais durante o governo Lula*, Comunicação apresentada no XXVII Congresso da LASA, 2009.
- MEDEIROS, M. “*Bom mesmo é ser metalúrgico*”: vivências de trabalhadores metalúrgicos na cidade de São José dos Campos – SP, Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia, 2006.
- MENEGUELLO, R. *PT: a formação de um partido (1979-1982)*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MOISÉS, J. A. “A estratégia do novo sindicalismo”, *Revista de Cultura e Política* nº5/6, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MUNAKATA, K. “O lugar do movimento operário”. Comunicação apresentada no IV Encontro Regional de História de São Paulo, 1978.
- NEGRO, A. L. “Imperfeita ou refeita? O debate sobre o fazer-se da classe operária inglesa”, *Revista Brasileira de História*, v.16, nº31-32, 1996.
- _____. *Linhas de Montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)*, São Paulo: Boitempo, 2004.
- OZAÍ DA SILVA, A. “As origens e a ideologia do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado”, *Revista Espaço Acadêmico*, Ano I, nº 3, Agosto de 2001.
- PAOLI, M. et al. “Pensando a classe operária: Os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico”, *Revista Brasileira de História – ANPUH*, São Paulo, 3, 6, 1984, pp. 129-149.
- PARANHOS, K. R. *Era uma vez em São Bernardo (o discurso sindical dos metalúrgicos – 1971/1982)*, Campinas: Unicamp, 1999.

- PETERSEN, S. “Ainda o movimento operário como objeto historiográfico.”, *Anos 90*, Porto Alegre, 8, 1997, pp. 63-77.
- POGIBIN, G. G. *Memória dos metalúrgicos grevistas do ABC paulista*, Dissertação (Mestrado), IP-Usp: São Paulo, 2009.
- POSSAN, M. A. *A malha entrecruzada das ações. As experiências de organização dos trabalhadores metalúrgicos de Campinas (1978-1984)*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.
- PRINS, G. “História Oral”, In: BURKE, P (org.). *A Escrita da História*. São Paulo: Unesp, 1992.
- RAINHO, L. F. e BARGAS, O. M. *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo (1977-1979)*, São Bernardo do Campo: Associação beneficente e cultural dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, 1983.
- RAINHO, L. F. *Os peões do grande ABC: estudos sobre as condições de vida e consciência de classe do operário metalúrgico (sem especialização e semiespecializado) ligado à indústria automobilística*, Petrópolis: Vozes, 1980.
- RAMALHO, José Ricardo. *Estado-patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- REVEL, J. (org.), *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- RODRIGUES, L. M. *Conflito Industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.
- _____. *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTANA, M. A. “Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.14, n.41, 1999.
- _____. “Esquerdas em movimento: a disputa entre PCB e PT no sindicalismo brasileiro dos anos 1970/1980”, *Perseu: história, memória e política*, v1, nº1, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, pp.37-67.
- SANTOS, Adriana Gomes e FERNANDES NETO, Antônio. *1980: portuários em greve. Nem os pombos apareceram no cais: velhos pelegos e nova vanguarda*. São Paulo: Veneta, 2015.
- SAVAGE, M. “Space, networks, and class formation”, In: KIRK, N. (org.), *Social class and Marxism: defences and challenges*. Hants: Scholar Press, 1996.
- SECCO, L. *História do PT: 1978-2010*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.
- SILVA, F. T. *A carga e a culpa. Os operários das docas de Santos: direito e culturas de solidariedade (1937-1968)*. São Paulo/Santos: Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1995.
- _____. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- SILVA, Ozires. *A decolagem de um sonho: a história de criação da Embraer*. 2ª ed. São Paulo: Lemos Editorial, 1999.
- SOUZA MARTINS, Heloísa H. Teixeira de. *Igreja e Movimento Operário no ABC: 1954-1975*. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3v.
- _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*, Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

- THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TRUZZI, O. "Redes em processos migratórios", in: LANNA, Ana Lúcia Duarte *et al* (orgs.). *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*. São Paulo: Alameda, 2011
- WEFFORT, F. "Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco. 1968", In: *Cadernos Cebrap*, São Paulo, nº6, 1972.
- _____. "Origens do sindicalismo populista no Brasil (A conjuntura do após guerra)". *Estudos Cebrap*, São Paulo: Cebrap, nº 4, 1973, pp. 65-105.
- WELCH, C. A.. "Internacionalismo Trabalhista: o envolvimento dos Estados Unidos nos sindicatos brasileiros, 1945-1964", *Perseu: história, memória e política*, v3, nº3, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.
- ZIEGER, R. *The CIO (1935-1955)*. North Carolina: The University of North Carolina Press, 1995.